

MOVIMENTOS, MEMÓRIAS E REFÚGIOS

Ensaio sobre as
Boas Práticas da
Cátedra Sérgio Vieira
de Mello (ACNUR)
na Universidade
Federal do Paraná

Coordenação e Organização:
José Antonio Peres Gediel e
Tatyana Scheila Friedrich





MOVIMENTOS MEMÓRIAS E REFÚGIOS

Ensaio sobre as Boas Práticas da
Cátedra Sérgio Vieira de Mello (ACNUR)
na Universidade Federal do Paraná

Coordenação e Organização:
José Antonio Peres Gediel e Tatyana Scheila Friedrich



R. Doutor Goulin, 1523 Alto da Glória
CEP 80040-280 Curitiba-PR
(41) 3254-1616 e (41) 3558-8001
editorainverso@editorainverso.com.br
www.editorainverso.com.br
Facebook.com/editorainverso
Instagram @editorainverso

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Cristina Jones
Editora InVerso

REVISÃO

Carlos W. Jorge

FOTO DE CAPA

Cottonbro/Pexels

**CAPA, DESIGN, PROJETO
GRÁFICO E ARTE-FINAL**

Adriane Baldini

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Mona Youssef Hammoud — CRB/9.º 1393

G296m

GEDIEL, José Antônio Peres; FRIEDRICH, Tatyana Scheila.
MOVIMENTOS, MEMÓRIAS E REFÚGIO: ENSAIOS SOBRE
AS BOAS PRÁTICAS DA CÁTEDRA SERGIO VIEIRA DE
MELLO (ACNUR) NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARANÁ. Curitiba: InVerso, 2020.
310 p. 21 x 25 cm PTBR

ISBN: 978-65-86436-76-1

1. Técnico-científico. 2. Artigos científicos. 3. Migração.
4. ACNUR. 5. UFPR. 6. Relações internacionais.
7. Refúgio. I. Título

Ensaio: 869.4

Artigos científicos: 658.1



Ao adquirir um livro, você está remunerando o trabalho de escritores, diagramadores, ilustradores, revisores, livreiros e mais uma série de profissionais responsáveis por transformar ideias em realidade e trazê-las até você. **Todos os direitos reservados.** É proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação de direitos do autor (Lei 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



*Fachada do prédio histórico da Universidade Federal do Paraná, na Praça Santos Andrade.
Fonte: Marcos Solivan*

SUMÁRIO

10 APRESENTAÇÃO

Desafios de um Percurso: Extensão Universitária e Políticas Públicas para Refugiados, Migrantes e Apátridas na UFPR

José Antônio Peres Gediel, Bruna Pupatto Ruano e João Arthur Grahl

20 A. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE ACOLHIMENTO E INSERÇÃO DE REFUGIADOS, MIGRANTES E APÁTRIDAS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO DA UFPR

Ocupação de Vagas Remanescentes: o eco das demandas

- 22 1. “Guerras não podem acabar com os sonhos das pessoas”: minha trajetória até a formatura em Arquitetura na UFPR

Lúcia Loxca

- 26 2. Ocupação de Vagas Remanescentes: a trajetória entre a escuta do eco das demandas e a implementação de mecanismos para seu atendimento

Tatyana Scheila Friedrich e Jaqueline Bertoldo

- 32 Acolhimento Linguístico e Acadêmico — os primeiros passos na UFPR — Projeto Português Brasileiro para Migração Humanitário (PBMIH-interno)

Bruna Pupatto Ruano, Bruna Faria Martins Francisco e Maiker Gutierrez

- 42 Acolhimento Institucional: A PRAE-UFPR (Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis) e a emergência das demandas

Jardel Pelissari Machado, Nathielly Daiany Oliveira Santos, Rafael Julião Evangelista e Maria Rita de Assis César

- 48 As múltiplas portas de entrada da Universidade: Processo Seletivo Especial

Tatyana Scheila Friedrich

- 54 O Tempo do Aprendizado e a Proposta e Implementação do “Ano Zero”

Bruna Pupatto Ruano, Tatyana Scheila Friedrich, Rosy Ngalula Kamayi, Wenega Wama e Zoraida Carolina Rivas

60 Por uma política de permanência: acompanhando a trajetória universitária de estudantes refugiadas/os e migrantes humanitários na UFPR
Elaine Cristina Schmitt Ragnini, Graziela Lucchesi Rosa da Silva, Jardel Pelissari Machado, Nathielly Daiany Oliveira Santos e Luana Lubke de Oliveira

68 O Recomeço da Vida Profissional e a Revalidação de Diplomas Estrangeiros na UFPR
José Antônio Peres Gediel, Fernando Cesar Mendes Barbosa e Tânia Savariego

78 Refúgio, Pós-Graduação e Pesquisa em Direito na UFPR
José Antônio Peres Gediel, Amr Hdiefa, Gloire Mvangi Nkialulendo e Kamilia Akminasi

86 B. AMPLIANDO HORIZONTES: DIÁLOGOS E AÇÕES COM A COMUNIDADE EXTERNA DE REFUGIADOS, MIGRANTES E APÁTRIDAS

Refúgio, Migrações e Hospitalidade: Direitos, Políticas Públicas e as Fronteiras da Cidadania

88 Devir-Direito da Justiça: a prática da assessoria jurídica popular e da hospitalidade em relação aos refugiados e migrantes
Tatyana Scheila Friedrich

92 Atendimentos a migrantes humanitários e refugiados em tempos de COVID-19: perspectivas da extensão universitária
Eloisa Pissaia, Maria Vitoria Ribeiro Lima Graveno e Tania Fernanda Savariego

96 O atendimento e o acolhimento extensionista universitário de migrantes e refugiados a partir da experiência na sala 28
Cédric Apédjé Dadélé, César Hirose, Eloisa Pissaia, Jones Leo dos Santos, Kamilia Akminasi, Maria Vitoria Ribeiro Lima Graveno, Nora Ibara e Tania Fernanda Savariego

100 Acerca das Barreiras no Acesso aos Sistemas Judiciário e de Saúde: Acompanhamento de um Caso durante a Pandemia
Vitor Jasper

104 Português Brasileiro para Migração Humanitária (PBMIH): Ações, Reflexões e Reverberações
Maria Gabriel, Viviane Araújo Alves da Costa Pereira, Cláudia Helena Daher e Maria Cristina Figueiredo Silva

- 112 **Movimentos Migratórios e Psicologia (MOVE):
Acolhimento e Atendimento de Refugiados e Migrantes**
*Elaine Cristina Schmitt Ragnini, Arthur Silvério de Oliveira, Gustavo Pedroso da Silva,
Luísa de Oliveira, Carla Cristina Karpem, Dienifer Katrine Clerici e
Giulia Alessandra Juchem*
- 122 **A Clínica Psicanalítica com Refugiados e Migrantes**
*Elaine Cristina Schmitt Ragnini, Cláudia Georgiára Serathiuk e
Ana Sofia dos Santos Lima Guerra*
- 130 **Refúgio, Migrações Internacionais e Multiculturalismo: pesquisas sociológicas no Paraná**
*Márcio de Oliveira, Bruno V. Nascimento de Oliveira, Fernando Lajus,
Pedro F. Marchioro e Tamara Zázera Rezende*
- 142 **A experiência do PET Computação em cursos de Capacitação em Informática
para Migrantes Humanitários e Refugiados na UFPR**
Camilla L. F. da Silva, Gabriela Stein e Luis Allan Künzle
- 146 **Pequenos do Mundo: resgatando trajetórias, memórias e histórias**
*Ana Paula Romani, Amarilys Lackner Salomão, Camila Akemi Aoto,
Graziela Lucchesi Rosa da Silva, Luana Lubke de Oliveira, Luisa Martins de Abreu e Lima,
Maria Beatriz de Souza Alverne Maia, Maria Gabriel, Mayssun Omari Osman,
Nathan Gabriel Balaguer, Nathalia Ribeiro Tsiflidis, Thiago Martins e
Victória de Biassio Klepa*
- 154 **Caminhos do SUS: o direito à saúde e a universalidade do acesso**
*Deivisson Vianna Dantas dos Santos, Sabrina Stefanello, Gabriel Monteiro Alves Pereira,
João Pedro Sá Lins, Nephtalie Moise e Ana Paula Risson*
- 164 **Curso de História do Brasil: descobrindo-se reciprocamente o país de
destino e o país de origem**
Cassiana Sare Maciel, Eduardo Gern Scoz e Rafaela Zimkovicz
- 170 **Aliança de Mulheres Migrantes, Apátridas e Refugiadas (AMMAR):
Acolhimento de Mulheres em Situação de Violência**
*Tatyana Scheila Friedrich, Elaine Cristina Schmitt Ragnini, Priscila Ferreira Fortini e
Manuela Busato*
- 180 **Construções teóricas interdisciplinares, práticas de acolhimento e políticas públicas
educacionais para refugiados e migrantes: a fundação do grupo de pesquisa “Educação
e deslocamentos humanos forçados: trânsitos interdisciplinares”**
*Bruna Pupatto Ruano, Carla Alessandra Cursino, Dina V. Ramírez Taboada,
Taís Vella Cruz e Sílvia Melo-Pfeifer*

190 **C. O ENCONTRO COM O OUTRO PELA ARTE**

192 **Versos, Vozes e Percursos: Narrativas do Literatura de Refúgio**

Alessandra de Freitas, Carla Alessandra Cursino, Carlile Max Dominique Cerilia e Gloire Mvangi Nkialulendo

206 **Encontros inesperados: Vozes e Culturas**

Bruna Pupatto Ruano, Alexandre Zampier, Natasha de Lima, Nicolas Henrique Batista e Sérgio Ricardo Santos Lopes

212 **A arte como refúgio**

Luana Lubke de Oliveira, Marcio de Oliveira, Maria Beatriz Alverne de Souza Maia e Ninoska Pottella

220 **Praça da Amizade: acolhida de venezuelanos interiorizado e amparo social através da educação e teatro**

Tânia Savariego

228 **D. PROJETOS ESPECIAIS**

Projeto Reconheço: Encurtando tempos e espaços (Projeto para realização de entrevistas de solicitantes de refúgio pelo Conare, na UFPR)

230 **Experiência de mutirões remotos e presenciais de entrevistas de elegibilidade no âmbito do processo de determinação do status de refugiado/a: a perspectiva da Universidade**

Angelica Furquim, Fernanda Casaril e Tatyana Scheila Friedrich

236 **“Nada se constrói sozinho” O sucesso das ações da Coordenação-Geral do Comitê Nacional para os Refugiados – CG-Conare em parcerias implementadas**

Bernardo Laferté

Projeto Habito (Projeto em moradias populares)

240 **A importância da atuação desterritorializada: atendimento na Ocupação 29 de Março**

Vitor Jasper

244 **A luta pelo direito à moradia: a atuação dos próprios migrantes e refugiados. Um relato sobre a situação geral e a horta comunitária criada pelos haitianos na Vila Nova Esperança, em Campo Magro - Paraná**

Wilzort Cenatus

- 252 *Projeto Liberto (Projeto com migrantes encarcerados e assessoria jurídica popular)*
Migrantes e presos: entre criminalização, privação de liberdade e a autorização de permanência
Priscila Costa Pedroso
- 258 *Projeto Advocacy*
Lutando por legislações emancipadoras na área do Refúgio, Migração e Apatridia - análise da atuação da CSVM na UFPR no processo de elaboração da Lei do CERMA, Lei de Migrações e Portaria MJ sobre Celpe-Bras
Pedro Abrantes Martins
- 264 Cátedra Sérgio Vieira de Mello na UFPR (CSVM) and Programa Política Migratória e Universidade Brasileira na UFPR (PMUB): an experience report
Tatyana Scheila Friedrich e Kyle Hall
- 272 **PALAVRA FINAL**
- 276 **ANEXOS**
- 278 *Revalidação de Diplomas*
Resolução nº 02/16–CEPE, de 2016: Revalidação de Diplomas
- 284 *Cursos de Graduação*
Resolução nº 13/14-CEPE, de 2014: Reingresso – Ocupação de Vagas Remanescentes
- 288 Resolução nº 10/19–CEPE, de 2019: Processo de Ocupação das Vagas Remanescentes (cálculo)
- 298 Resolução nº 63/18–CEPE, de 2018: Processo Seletivo Especial – 10 vagas suplementares
- 300 Resolução nº 56/19–CEPE, de 2019: Programa de Formação Suplementar: Ciclo de Acolhimento Acadêmico para Estudantes Refugiados (PFS-Refugiados) – “ano zero”
- 302 *Cursos de Pós-graduação*
Resolução nº 05/15 Programa de Pós-Graduação em Direito
Anexo viii Edital Programa de Pós-graduação em Educação

APRESENTAÇÃO

Desafios de um Percurso: Extensão Universitária e Políticas Públicas para Refugiados, Migrantes e Apátridas na UFPR

José Antônio Peres Gediel ¹
Bruna Pupatto Ruano ²
João Arthur Grahl ³

¹ Professor Titular de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Coordenador da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM/ACNUR) entre 2013-2018.
E-mail: jagediel@gmail.com.

² Doutora em Estudos Linguísticos (UFPR). Atualmente é professora substituta do curso de Letras da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e responsável pelo acolhimento linguístico e acadêmico de migrantes e refugiados dessa instituição.
E-mail: bruna.ruano@gmail.com.

³ Doutorando em Estudos Literários (UNB). Professor do curso de Letras-Francês da Universidade Federal do Paraná (UFPR).
E-mail: joarthur@gmail.com.

Este texto retrata as experiências vividas pelos autores filtradas pela memória, pela sensibilidade e pelo desejo. Nosso encontro marcou o início do programa de extensão e da instalação da Cátedra Sérgio Vieira de Mello, do Alto Comissariado das Nações Unidas, na UFPR.

A — Au prochain Sommet!

B — Au plus prochain Sommet!

A — Au plus prochain Sommet? Vous en êtes sûr? Mais la planète vacille. La planète oscille. La planète pendule. La planète bascule. La planète titube. La planète trébuche. La planète zigzague. La planète vire et chavire en tressaillements de frayeur et déraillements de terreur. Pas de lumière. Aucune lueur. Tu ne sens pas que la terre s'incline. La terre est penchée.

B — La lune est penchée.

A — Le soleil est penché.

B — La vie est penchée.

A — Danger de la vie penchée dans les irritations des flammes infernales. Flonn pin katchoupin katchapika pikankwenna depatcha zantray pakanpak. Nous



Fonte: Wikimedia Commons UNRWA
Foto: Marcello Casal Jr.



Fonte: Agência Brasil.
Depois do tremor, depois das bombas...

n'avons pas d'entrailles. Nous n'avons pas de tripes. Tous nos viscères explosent.

B — Kagoulaw makaw lan savann twou koukouwouj k ap senyen.

A — Les étoiles saignent!

B — Tous les astres saignent!

A — Nos jambes et nos bras saignent!

B — Nos poitrines saignent!

A — Nos yeux et nos lèvres saignent!

B — Il y a des trous difficiles qui saignent!

A — Il y a des trous impossibles qui saignent!

B — Il y a des trous imaginaires qui saignent!

A — Le soleil a vomi du sang.

B — La terre regorge de sang dans un terrible avortement.

A — Grenndiri tonbe sou vant rat ansent, li fê fòskouch.

Konpè chat kontan plezire bouloze bat bravo.⁴

Alguém já disse que não somos nós que fazemos a história, mas é a história que nos faz. Obviamente isso é verdade. Obviamente isso é mentira. O texto que segue é um dos motivos menores pelos quais este livro foi escrito. A causa principal, maior, de sua escritura aconteceu em 12 de janeiro de 2010, quando cerca de 300 mil pessoas foram mortas por causa do terremoto no Haiti, deixando também centenas de milhares de feridos.

A aproximação recente do Brasil com o Haiti começou em 2004, quando o Brasil liderava a *Mission des Nations Unis pour la Stabilisation en Haïti* (MINUSTAH) para garantir a paz e a estabilidade, principalmente durante as eleições, que estavam constantemente ameaçadas devido à violência, causa e consequência da instabilidade política.

Três anos depois, como numa espécie de teoria do caos ao contrário, em que não é o voo da borboleta que causa o tufão, haitianos começaram a chegar a Curitiba falando as línguas registradas no texto de abertura: às vezes francês, outras *kreyòl*, pouco português. Pouca gente estava preparada para compreender esse texto, assim como os haitianos que vieram não estavam preparados para nos compreender.

A história deste livro também começa quando o Centro de Línguas e Interculturalidade da Universidade Federal do Paraná (CELIN-UFPR) foi procurado pela Prefeitura Municipal de Curitiba e por uma organização não governamental, buscando apoio para lidar com um fluxo crescente de haitianos que, fugindo da calamidade causada pelo terremoto de 2010, aportavam ao Brasil, atraídos pela promessa de trabalho e pelo acordo bilateral que outorgava aos haitianos 80 mil vistos humanitários para que pudessem chegar e trabalhar aqui.

⁴ Frankétienne, poeta haitiano, em *Melovivi ou Le piège* (2009, pp. 53-54). France Culture, gravado em público dia 15 de novembro de 2010 no encontro Citéphilo 2010. Grand Auditorium du Palais des Beaux-Arts de Lille. Disponível em: <https://www.franceculture.fr/emissions/latelier-fiction/melovivi-ou-le-piege>, Réalisation: Cédric Aussir.

Conhecemos a situação em uma reunião na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraná, na qual nos aproximamos do trabalho de uma professora do município, com dezenas de alunos, e ouvimos o testemunho de ONGs, advogados, pesquisadores e agentes públicos que chamavam a sociedade à ação.

Nós somos uma universidade. Não somos Caritas, nem a Pastoral do Migrante (que recepcionavam os migrantes, não importando a religião nem a procedência, provendo pouso e comida como fazia o bom samaritano, além de estarem disponíveis para acompanhá-los à polícia federal, primeiro contato institucional dos migrantes no Brasil). Também não éramos os Médicos Sem Fronteiras (que atendem à saúde). Como universidade pública, nossa “missão” (como costumam estabelecer as empresas) é oferecer ensino, pesquisa e extensão.

Fomos procurados, pois sabíamos como ensinar Português como Língua Adicional (PLA). Mas o público de migrantes e refugiados era diferente. A maneira como ensinávamos podia ser o ponto de partida, mas não um fim. O valor que podíamos oferecer não é uma verdade absoluta, mas, com pesquisa e reflexão, contando com erros e acertos, podíamos, a partir de uma teoria de aprendizado conhecida, chegar a uma metodologia de pesquisa ou aprimorá-la para as nossas necessidades.

Em 26 de janeiro de 2011, impulsionados pelo que veio a ser chamado de Primavera Árabe, protestos começaram na Síria e evoluíram para uma revolta armada que ainda não terminou. Milhões de refugiados sírios se encontram dispersos em todo o mundo. Em 2014, sírios vieram ao CELIN-UFPR para aprender português. Falavam essa língua que ninguém entre nós sabia interpretar. Os sírios normalmente se estabeleciam com famílias. Não raro as turmas eram formadas pelo pai, mãe, filhos, primos:

شكراً
لغبارٍ يختلطُ بدخان الحرائق فيلطفه
للفاصلة بين القنبلة والقنبلة
للبلات الذي لا يزال يتحمل خطواتي
شكراً للحجر الذي يعلم الصبر

Conversamos com o cônsul sírio e com um padre ortodoxo, pois tínhamos no começo uma turma com cerca de vinte alunos. A professora de árabe do CELIN-UFPR nos ajudava a traduzir. Com o passar do tempo, demos aulas na biblioteca, de maneira mais particular, e no período da noite, durante a semana. Durante as férias, o Reitor nos pediu para darmos aulas em São José dos Pinhais, onde a maioria dos sírios morava. E ensinamos durante três semanas em uma escola estadual.

Com o tempo aprendemos que a tradução do poema de Adonis, acima transcrito, significa a experiência de muitos sírios:

*Agradeço ao pó que se mistura à fumaça dos incêndios e a
abrandando,
Agradeço ao intervalo entre bomba e bomba,
Agradeço ao chão que não para de sustentar meus passos,
Agradeço às pedras que ensinam a paciência.*

Até 2015 era relativamente fácil para um cidadão sírio entrar no Brasil. O governo não impunha uma taxa de visto onerosa, mas, de toda maneira, era necessário pagar passagens aéreas, normalmente de voos que partiam de Beirute, no Líbano.

Esses dois grupos, migrantes haitianos e refugiados sírios, se mesclaram para desafiar a Universidade Federal do Paraná, ao cruzarem o Mediterrâneo e o Caribe.

1. Primeira lição aprendida para as futuras gerações: pergunte aos seus alunos refugiados quais são as suas necessidades.

Nesse encontro na OAB, uma reunião com a Associação dos Haitianos de Curitiba foi combinada para o domingo seguinte. Isso foi importante, pois nesse dia descobrimos um pouco da “alma” haitiana. Um povo que fez a segunda independência nas Américas. A primeira revolução negra. Pagou caro com um embargo internacional e, para ser reconhecido enquanto país, teve que pagar uma espécie de multa à França, que seguiu até meados do século XX. Como entoava o senador estadunidense Robert Y. Hayne, após duas décadas da revolução haitiana: “Nunca poderemos aceitar sua independência. (...) que a paz e a segurança de uma larga porção de nossa união nos proíbe mesmo discutir a respeito”.

Chegamos animados e apreensivos. A sala estava cheia, contando com mais de trinta haitianos. Era um dia quente de outubro de 2013:

— Somos da Universidade Federal do Paraná, e talvez poderíamos dar umas aulas de português.

Um dos líderes do grupo se levanta e, como um bom discípulo de Toussaint Louverture (herói da revolução haitiana e herói de todo haitiano que sabe dizer não), responde:

— Todos falam que assinaram algo, que vão fazer algo, o Reitor assinou, o prefeito, o governador, mas ninguém faz nada!

“Um homem revoltado é quem diz não”, diz Camus. Mas se refuta, não renuncia. Diz também sim, desde seu primeiro movimento.

A partir daí começamos a entender o que quer dizer a peça de Frankétienne cujo excerto abre este texto: *Au prochain sommet*: ‘até o próximo congresso’... decide-

se quando será a próxima reunião... o que faremos na próxima reunião... A burocracia e a comodidade são colocadas em primeiro lugar. Sucedem-se G20s, G7s, Cops 20, 21... Os personagens A e B estão discutindo no meio de escombros e *la planète vacille, la planète ocille, la planète pendule, la planète bascule*: “até que o idioma haitiano não é tão diferente assim, não falam tão diferente de nossa língua”.

O haitiano também busca justiça, um lugar para recomeçar, para ajudar os seus, busca dignidade, ser tratado como igual, como adulto, como alguém que valoriza a palavra. Se falou, tem que cumprir...

*La terre regorge de sang dans un terrible avortement:
Grenndiri tonbe sou vant rat ansent, li fè fòskouch:
A terra regurgita sangue em um terrível aborto.*

Afinal, eles não eram tão diferentes da gente. Estávamos em outubro, quase fim do ano. O lógico era “deixar para o ano que vem”... Faríamos um programa, iríamos atrás de professores, buscaríamos as salas de aula, com calma e atenção, *sage comme il faut*. Mas: *la vie est penchée/ Le soleil a vomit sang*: A vida se inclinou/ O sol vomitou sangue. Nosso tempo não era o tempo deles. Eles diziam que precisavam do português o mais rápido possível.

A partir daí a História cessou de nos fazer para que nós a fizéssemos. Marcamos uma data para o começo das atividades, que iniciariam em três semanas. Decidimos a data e o lugar naquele domingo mesmo, sem ter ainda nada, a não ser a palavra dada, procurando adaptar a necessidade dos haitianos a nossas possibilidades de professores. Para eles, o ideal era domingo; para nós, a única possibilidade era o sábado (domingo, a universidade fecha). Marcamos a primeira aula para três semanas depois. A associação espalharia as boas novas e nós tentaríamos arrumar salas, professores e materiais.

De toda maneira, se tivéssemos imposto turmas durante a semana, como de costume, provavelmente não teríamos alunos, pois os haitianos, quase todos,

trabalhavam e moravam longe. E obviamente nem todos os haitianos que moravam em Curitiba e região participaram do curso. Muitas outras iniciativas também se estabeleceram, e num futuro próximo teríamos a possibilidade de compartilhar nossa experiência com o estado, mas também com ONGs que começaram a ofertar aulas de português.

Trabalhamos durante um mês somente, pois era fim de ano, mas essa experiência nos permitiu conhecer nosso público, nossas fraquezas e forças para traçar uma estratégia muito mais concreta para o ano de 2014. Além de mostrar aos alunos que nossa intenção era séria, e que podiam contar conosco para uma parceria, com um trabalho de construção conjunta, coisa que jamais se desmentiu.

2. Segunda lição aprendida para as futuras gerações: melhor a abundância que a irrelevância.

Conseguimos as salas na universidade para sábado à tarde, pois estavam quase todas desocupadas ou com atividades bissextas. Para que tivéssemos os professores, fizemos um apelo aos alunos do curso de Letras, para que se juntassem ao esforço de aprendizado, mas também abrimos para quem quisesse colaborar a princípio. Alguns professores da universidade também se interessaram. Quem quisesse participar deveria comparecer no sábado seguinte para que decidíssemos como seria a divisão de classes e de tarefas. O fato é que não sabíamos quantos alunos iam aparecer, mas a associação nos havia prometido pelo menos cem, então trabalhávamos com essa possibilidade.

Na nossa primeira reunião compareceram cerca de cinquenta voluntários, e nos emocionamos. Foi muito mais do que tínhamos antecipado. Antes desse encontro, o problema era a falta de professores. Agora o problema era como gerir a abundância. Isso nos

obrigou a pensar, e chegamos à conclusão de que em todas as classes teríamos três, quatro, mesmo cinco professores. Um mais experiente, e os outros, aprendizes. Na verdade, isso se tornou parte da metodologia de trabalho utilizada até hoje (RUANO; GRAHL; PERETI, 2016). As aulas eram preparadas contando com mais de um professor, pois isso possibilitava mais interação e, portanto, os haitianos poderiam ter mais contato com falantes de português. Além de permitir uma mobilidade maior aos próprios professores, caso necessitassem prover uma atenção mais individualizada aos recém-chegados.

Devido à quantidade de alunos haitianos, pudemos propor aulas homogêneas adaptadas aos falantes de francês e kreyòl. Num futuro próximo abriríamos também cursos homogêneos para falantes de árabe, mas também cursos heterogêneos para falantes de diversas línguas.

3. Terceira lição aprendida para as futuras gerações: não abra mão de seus valores, por mais que a tentação seja grande.

Começaram a vir muito mais alunos do que poderíamos ter imaginado. Poderíamos ter turmas com cinquenta, mas jamais fizemos isso, pois sabíamos que em uma turma com vinte, no máximo, pode-se manter certa qualidade. E assim começamos a ter cinco, seis, sete turmas de 20 alunos. Instituímos uma lista de espera, pois percebemos que os interessados viajavam, arrumavam trabalho, enfim, desistiam, e então chamávamos os que estavam na lista.

Assim que abria uma vaga, mandávamos uma mensagem pelo celular. Muitos davam o telefone de amigos, vizinhos, familiares. De toda maneira, vimos a necessidade de abrir uma turma de emergência para aqueles que vinham à universidade mas não conseguiam vaga, só para não perderem a viagem.

Notamos que o simples fato de estar tendo aulas na universidade já era algo que os fazia sentir-se valorizados. Notamos também que não tinham muito lazer, fora a igreja para alguns. Portanto, começamos a propor saídas culturais ao teatro, a museus, a concertos, para que pudessem sentir-se participantes da cidade.

4. Quarta lição aprendida para as futuras gerações: você está numa universidade: experimentar, aprender, refletir, registrar é tanto um valor quanto uma obrigação.

Percebemos que, como as turmas eram fluidas, alguns estudantes, por motivo de trabalho, tinham que se ausentar, mas também, por outro lado, sempre chegavam alunos novos. Assim nos demos conta muito rapidamente de que não era possível utilizar o método tradicional, de um semestre com aulas contínuas. Tínhamos de ser práticos: propor aulas que fossem ao encontro das necessidades dos alunos e que tivessem, no mesmo dia, início, meio e fim, pois na semana seguinte haveria seguramente alunos novos. As aulas deveriam ser dinâmicas, focadas também na interação, porque havia mais de um professor.

Além de tudo, nós, os professores brasileiros, deveríamos nos reunir uma vez por semana para trocar experiências e materiais, numa formação continuada, o que proporcionava críticas, mudanças de metodologia, compartilhamento de experiências, desabafos. Quando um aluno foi vítima de racismo, por exemplo, aulas foram propostas para que nosso público pudesse saber o que fazer nesse tipo de situação (no caso, é crime que deve ser tratado pelo Ministério Público).

Fundamos um projeto de extensão: “Português Brasileiro para Migração Humanitária (PBMIH)”⁵. O PBMIH passou a ser também um projeto em que nossos alunos de Letras podiam entrar em contato com outras culturas e aprender a ser professores, coisa que não tínhamos antecipado. A cada momento fazíamos a divulgação do projeto aos novos alunos, e muitos se engajavam, cumprindo o quesito ensino, que é um dos objetivos da universidade.

Depois disso, diversos mestrados, monografias, doutorados, artigos, participações em eventos, congressos, simpósios foram feitos baseados nas experiências obtidas. O que era o objetivo desde o início podia ser resumido na missão da universidade: transformar eventos naturais, sociais, intelectuais, técnicos, em pesquisa. Pesquisas sobre a língua *kreyòl*, sobre ensino do português nesse contexto, e sobre literatura, realizadas e publicadas desde então.

Obviamente, tratava-se de um projeto extensionista por natureza, pois procurava engajar-se na busca de soluções para problemas que se encontram fora da universidade, mas sabendo que isso proporciona ensino e pesquisa específicos para dentro da universidade.

5. Quinta lição aprendida para as futuras gerações: Busque aliados; todos ganham.

Minhas línguas, meus direitos...

Numa das aulas, em que um dos professores era estudante de Direito e a aula era baseada em interpretação de holerite de salário, verificou-se que o aluno estava trabalhando muito mais do que a lei permitia e não recebia as horas extras, o que foge

5 Os idealizadores do Projeto PBMIH foram: Bruna Ruano, João Arthur Grahl e Emerson Pereti.

totalmente do ensino, mas afeta nosso aluno. Também verificamos que nossos alunos não tinham currículos, e que muitos tampouco sabiam fazê-los. Outros sofriam racismo no trabalho, outros não aguentavam bem a pressão de estar longe de casa.

Concomitantemente, em setembro de 2013, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) firmou compromisso com a Universidade Federal do Paraná (UFPR) para a instalação da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM). A dimensão institucional desse acordo e o prestígio do homenageado que emprestou o nome à cátedra soaram ensurdecedores diante dos desafios que tínhamos de enfrentar para garantir o mínimo de direitos para refugiados, migrantes e apátridas. Tratava-se, em primeiro lugar, de esboçar ações para difundir a temática do refúgio na universidade. Nem isso sabíamos como fazer.

Com o mesmo espanto com que o português se defrontou com o kreyòl e com o árabe, o Direito se sentiu impotente para enfrentar as demandas que cobriam todos os campos da atividade jurídica: o trabalho precário; as crises domésticas; as separações imensuráveis dos pais e seus filhos que ficaram nos países de origem; a burocracia estatal insensível e distante, alterando arbitrariamente nomes e gênero dos que chegavam; os cerceamentos da moradia pela dureza da lei do inquilinato.

O Direito se apresentava muito mais como obstáculo à vida do que instrumento de justiça, cristalizado nos conceitos universais, voltado a soluções gerais com sentidos e finalidades estranhos ao cotidiano de refugiados e migrantes, e de professores e estudantes.

Em uma tarde abafada de janeiro de 2014, em plenas férias acadêmicas, finalmente o Direito encontrou no ensino do português um caminho de aproximação da vida, que evitasse a generalização totalitária, que escapasse de modelos jurídicos, que contornasse a totalidade para renunciar à pretensão de ordenar e estabelecer o domínio sobre todas as coisas.

Nessa aproximação ficou claro mais uma vez que o Direito também é linguagem, uma linguagem que expressa necessidades e limites, urgência do presente cerceada por finalidades insondáveis para os que têm pressa. A figura da deusa Têmis, que tudo ouve, mas que tem os olhos cerrados para alguns, começava a ganhar contornos humanos.

Na ausência de respostas, novas pontes são construídas para que o direito local possa, pelo menos, tangenciar ou fornecer pistas para questões estranhas aos refugiados e migrantes, e tão arraigadas à vida social brasileira, como o racismo institucional, o elitismo mal disfarçado das classes letradas, a violência surda ou explícita contra as mulheres e suas vestimentas com cores e formas tidas como exóticas.

A curiosidade e a urgência se fizeram respostas, mas era preciso traçar um desenho institucional possível, sem se perder nas dobras da burocracia. Caminhar lentamente sem parar, conseguir novos aliados, encontrar soluções, formular e executar propostas. Para isso, o ativismo se fez projeto, tendo como horizonte a hospitalidade e o diálogo respeitoso com os refugiados, migrantes ou apátridas. Surgia o Projeto de Extensão Jurídica “Refúgio, Migrações e Hospitalidade”, instalado na sala 28 do andar térreo do Prédio Histórico da Universidade Federal do Paraná.

A união de forças entre os dois projetos aconteceu naturalmente e a interação fez com que ambos crescessem na sua compreensão sobre a questão dos deslocamentos humanos forçados, da necessária interculturalidade, para estabelecer vínculos duradouros entre todos os envolvidos, sempre buscando a autonomia daqueles que chegam, e que podem ou não aqui permanecer.

Se o Direito é uma linguagem, o que dizer dos algoritmos e das exigências da informática? Para ter acesso ao trabalho, na maioria das vezes precário, as agências oficiais de emprego solicitavam currículos, que exigiam conhecimento mínimo sobre uso do computador, ou eram exigidos em formatos e com dados intraduzíveis ou inexistentes, marcados

por siglas intransparentes. Não era fácil navegar nesse novo universo de RNEs, CTPSs, indicação de domicílio, sem ter comprovante de residência, vivendo em sublocações, moradias precárias ou cedidas. Tudo era novo, tudo era difícil, tudo era obstáculo. O curso de Informática veio ao encontro desse mundo de demandas e de dúvidas.

Compreender o mundo novo com seus estranhamentos e segredos não bastava. Era preciso desvendar a História que modulou esse presente e continua viva. Foi nesse momento que os alunos do Programa de Educação Tutorial (PET) do curso de História começaram a trabalhar com os migrantes e refugiados, intercalando a História do Brasil com a História de seus países, com o português e suas línguas maternas, com o aprendizado da informática mesclado com atendimento jurídico e psicológico, sempre aos sábados, no período da tarde.

As dificuldades, o temor e o luto pelas perdas materiais e afetivas marcam a nova identidade de todo aquele obrigado a deixar sua terra de origem ou outro lugar escolhido para viver. Essas marcas são diluídas e se tornam invisíveis nos processos sociais coletivos. Por isso é preciso revolvê-las, compreender os dilemas individuais que são próprios das situações de refúgio, migração forçada e apatridia. O projeto do curso de Psicologia “Migração e Processos de Subjetivação: psicanálise e política na rede de atendimento aos migrantes e refugiados” veio ao encontro desses sujeitos, para acolhê-los e contribuir com a superação ou minoração do sofrimento psíquico gerado por esse percurso.

E o caos cresceu e se fez programa de extensão com o nome de Política Migratória e Universidade Brasileira (PMUB), articulando projetos, conhecimentos, desejos e experiências. A extensão é uma via de duas mãos generosas. Todos aprendem, todos se angustiam e todos encontram, em alguma medida, soluções novas, encantamentos inesperados, dúvidas

que resultam em pautas de pesquisa, situações que transformam definitivamente a dimensão do ensino na universidade.

Vencida a primeira etapa de aproximação, cautelosa e enriquecedora, restavam ainda muitos outros desafios, a começar pela abertura efetiva dos cursos da universidade para refugiados, migrantes e apátridas. Essa abertura foi inicialmente provocada pela voz solitária de uma refugiada síria, Lúcia Loxca⁶, que em março de 2014 bateu à porta do curso de Arquitetura e Urbanismo e, em inglês, relatou que sua universidade, em Aleppo, na Síria, não existia mais — fora bombardeada e destruída. Lúcia queria continuar seus estudos no Brasil. Em 17/8/2017, Lúcia recebeu seu diploma de arquiteta.

Para que a voz de Lúcia Loxca pudesse ser ampliada e institucionalizada, foi necessário movimentar a máquina administrativa e a burocracia da universidade. Resoluções foram esboçadas pelos professores integrantes do programa, e, com o auxílio da Vice-Reitoria, foi aprovada no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) a Resolução nº 13/14–CEPE, para o aproveitamento de vagas remanescentes. Mais tarde, foi aprovada a Resolução nº 02/16–CEPE, para simplificar e tornar mais acessível a revalidação de diplomas estrangeiros de refugiados, migrantes e apátridas. Nesse constante processo de abertura institucional, foi aprovada a Resolução nº 63/18–CEPE, que instituiu o processo especial de ingresso na universidade para esses estudantes, com a oferta de 10 vagas suplementares anuais nos cursos de graduação da instituição.

Assegurar o ingresso era necessário, mas não o suficiente para a efetiva inserção desses alunos na universidade. Por isso, todo um aparato pedagógico foi posto em marcha para acolhê-los, a fim de evitar a evasão, proporcionando encorajamento e adaptação a um ambiente que, sem se conhecer os códigos culturais específicos, se torna fatalmente hostil.

⁶ Lúcia Loxca foi a primeira refugiada a ser diplomada pela UFPR, em agosto de 2017. Mais informações: <https://g1globo.com/pr/parana/noticia/apos-decisao-inedita-primeira-refugiada-siria-e-diplomada-no-parana.ghml>. Acesso em: 20 set. 2020. Seu caso será tratado, por ela mesma, em capítulo desta mesma obra.

Assim, no fim de 2019, foi aprovada a Resolução nº 56/19, que regulariza a implementação do Programa de Formação Suplementar: Ciclo de Acolhimento Acadêmico para Estudantes Refugiados, propondo políticas de permanência para esses discentes inseridos no espaço institucional da UFPR.

Além das políticas internas, a permanência desses estudantes também dependia de uma renda mínima, que era quase impossível conseguir de imediato, embora a maioria trabalhasse em serviços eventuais penosos, precários e mal remunerados. Em 2015 foi firmado um termo de cooperação com o Ministério Público do Trabalho no Paraná, que repassou recursos para bolsas de estudo, oriundos de multas aplicadas por descumprimento à legislação trabalhista. E que contribuiu para a formulação de políticas públicas de proteção ao trabalho de refugiados e migrantes, e para a mediação de conflitos coletivos de trabalho envolvendo esses sujeitos.

6. Penúltima lição aprendida para as futuras gerações: conte com o desconhecido, pois ele fatalmente virá.

Não foi preciso esperar muito. Chegaram de todas as latitudes, enchendo de ruídos e cores os corredores, as salas, os espaços da universidade. O que era antes território principalmente sírio e haitiano logo teve suas fronteiras desmanteladas: congolese, togolese, senegaleses, tunisianos, marroquinos, nigerianos, paquistaneses, bengalis, iranianos, jordanianos, peruanos, colombianos, e mais recentemente, venezuelanos.

O programa se expande na cultura e na geografia e se lança para o futuro. Os Pequenos do Mundo, do projeto do curso de Psicologia, acompanham os passos de seus pais e experimentam a vida na universidade por meio do lúdico e do artístico. Mas

a universidade é pequena para o futuro; é preciso avançar também para o território da educação em todas as suas dimensões. Pensar na educação e nos deslocamentos forçados em uma perspectiva interdisciplinar permite-nos acreditar que ainda há muito por fazer. A presente obra tem por objetivo expor essas diversas ações que viemos fazendo até agora para, quem sabe, inspirar outras universidades e nos inspirar, para aprimorarmos e ampliarmos ainda mais esse trabalho, que tanto amamos e que fazemos com refugiados, nunca para refugiados.

Más allá de las enconadas luchas contra las dominaciones y por la liberación del imaginário, se abre un vertiginoso campo de posibilidades. Pero no se trata del vértigo que precede al apocalipses y a la caída de Babel. Es el vértigo producto de un temblor inicial frente a estas posibilidades. Es dado, en todas las lenguas, construir la Torre.

Édouard Glissant – Poeta e Ensaísta Antilhano

REFERÊNCIAS

ADONIS. **Célébrations**. Le Fleuve et l'écho, Editions de la différence, 1991.

CASAL JR., M. **Terremoto em Porto Príncipe (Haiti)**. (Fotografia) Agência Brasil, 2010. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/foto/2020-05/porto-principe-haiti-o-tremor-sentido-hoje-na-capital-do-haiti-1588973272>. Acesso em: 24 set. 2020.

FRANKÉTIENNE. **Melovivi ou Le Piège**. Riveneuve, 2010.

G1. **Após decisão inédita, primeira refugiada síria é diplomada no Paraná**. G1, 18 ago. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/apos-decisao-inedita-primeira-refugiada-siria-e-diplomada-no-parana.ghtml>. Acesso em: 20 set. 2020.

GLISSANT, É. **Poética de la relación**. Traducción: Senda Inés Sferco y Ana Paula Penchaszadeh. Bernal. Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2017.

RUANO, B. P.; GRAHL, J. A.; PERETI, E. **Português Brasileiro para Migração Humanitária (PBMIH):** construindo um projeto de integração linguística, cultural e social. In: RUANO, B. P.; SALTINI, L.; SANTOS, J. P. (org.). Cursos de português como língua estrangeira no Celin-UFPR: práticas docentes e experiências em sala de aula. Curitiba: Editora UFPR, 2016. p. 291-320.

UNRWA. **The crisis in Yarmouk camp**. (Fotografia) 2014. Disponível em: <https://www.unrwa.org/crisis-in-yarmouk>. Acesso em: 15 set. 2020.

A

POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE
ACOLHIMENTO E INSERÇÃO DE
REFUGIADOS, MIGRANTES E APÁTRIDAS
NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO E
PÓS-GRADUAÇÃO DA UFPR

1. “Guerras não podem acabar com os sonhos das pessoas”: minha trajetória até a formatura em Arquitetura na UFPR

Lúcia Loxca⁷

Deixar o país de origem para recomeçar a vida em outro continente não é fácil. Enfrentar outra cultura, outros costumes e outro idioma se torna ainda mais difícil quando essa mudança vem às pressas.

Há sete anos decidimos, eu e meu marido, casar-nos e construir a nossa nova vida, mas infelizmente a guerra não nos deixou realizar esse sonho, e tivemos que procurar um outro caminho para continuar a nossa vida. É difícil construir uma vida embaixo de bombas.

O refugiado não escolhe o país para onde quer fugir; só pensa em um lugar que não tem perseguição nem violência, um lugar seguro para viver.

Na hora de sair de casa, é muito dolorido deixar uma vida inteira para trás e seguir em frente, mas não tem como ficar pensando no passado enquanto seu futuro está sendo destruído na sua frente. Há que fugir de qualquer jeito e salvar a sua própria vida e a dos próximos.

Não é fácil ser aceito em qualquer país. O simples fato de você ter a nacionalidade síria em seu documento já resulta em impossibilidade de ser aceito. O Brasil também não era a primeira opção, mas a opção mais certa que conseguimos, pois naquela época os outros países não abriram as portas para os refugiados. Não

⁷ Arquiteta formada pela Universidade Federal do Paraná.

tínhamos outra opção diante de nós para escolher. Só o Brasil abriu as portas para nós. Conseguimos o visto para cá e deu certo.

Em meus primeiros meses aqui em Curitiba, comecei a sentir que não haveria futuro à nossa frente. Quando a minha faculdade foi bombardeada em Aleppo, meu sonho de me formar parecia que havia sido destruído junto. Cheguei aqui com a alma machucada e memórias doloridas, buscando uma vida melhor em um país estrangeiro.

Mas meu marido me incentivou a continuar e não desistir da vida. Comecei a buscar várias universidades. Nas faculdades particulares não me aceitavam porque não falava a língua portuguesa e, claro, não iria conseguir pagar as caras mensalidades, sendo recém-chegada ao Brasil, sem trabalho nem nada.

Em um passeio pela nossa nova cidade, Curitiba, eu e meu marido vimos uma placa grande com o nome “Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)”. Resolvemos entrar para perguntar sobre o curso de Arquitetura e Urbanismo que existe naquela instituição, mas não souberam dizer qual seria o procedimento para o meu caso. Entretanto, indicaram-nos para procurar ajuda no Centro Politécnico, o campus da Universidade Federal do Paraná (UFPR), onde fica o curso de Arquitetura, pois talvez lá encontrássemos alguém que pudesse me ajudar.

Então corremos para lá, com a esperança de ter uma boa chance. Eu não confiava nisso, porque já estava numa fase em que começava a pensar que estava tudo acabado. Não tinha mais muita esperança, mas o meu marido, Abed, insistiu para eu tentar mais uma vez, e me prometeu que seria a última. Eu fui lá com ele. Era uma sexta-feira, em dezembro de 2014, muito perto do Natal, e não tinha ninguém no bloco de Arquitetura. Mas a nossa sorte foi que avistamos uma pessoa saindo da sua sala e indo embora. Aproveitamos e o cumprimentamos em inglês, porque a gente não falava nada de português.

Descobrimos que ele era justamente o Coordenador do curso de Arquitetura, Professor Paulo Chiesa. Já comecei a falar para ele toda a minha história e a minha situação. Mostrei todos os documentos que consegui trazer comigo antes de partir da Síria. Ele se sentou à sua mesa, ligou o computador novamente e começou a escrever. Ele escreveu muitas, mas muitas coisas mesmo, textos de que a gente não entendia. Durante esse tempo eu ficava olhando para o Abed, chocada de ver como uma pessoa que não me conhecia se interessou pela minha demanda e começou a escrever sobre o meu caso, querendo me ajudar de alguma forma. O professor me pediu para deixar o meu contato, e para assinar todos os textos que ele digitou. Confesso que fiquei com medo de assinar documentos, pois não sabia ao certo o que estava escrito. Mas tive uma grande coragem, que não sei de onde veio.

Enfim, assinei e deixei o meu contato com ele, e uma semana depois, mais ou menos, o professor me ligou e falou: “Parabéns, você está aprovada na UFPR!”. Eu comecei a chorar depois dessa notícia, porque não imaginava que, com a complexidade e a demora, tudo seria tão simples e tão rápido, além de estar chocada por ter sido aprovada sem falar nada de português. O Coordenador me explicou que o processo de ingresso de refugiados existia, mas nunca houvera essa situação na UFPR, e que a universidade recebia alunos estrangeiros, mas em relação a refugiados, era a primeira vez.

Em verdade o processo não estava funcionando na Federal porque não havia demandas de refugiados que já se encontravam no Brasil. Então o meu caso se tornou uma referência como primeira refugiada matriculada na instituição, o que passou a servir de modelo para que a UFPR discutisse e aprovasse uma resolução específica sobre o tema, que veio a ser a Resolução nº 13/14–CEPE, justamente para que refugiados pudessem terminar seus estudos de graduação.

Com o início das aulas, veio o grande choque. Não entendia nada do que estava escrito no quadro da

sala de aula. Quando entrei na primeira aula, ainda não tinha feito nenhuma aula de português. Lembro de que era aula de Desenho Urbano, e tudo o que a professora falava era “chinês” para mim. Comecei a copiar tudo o que ela escrevia no quadro, sem saber nada, só repetindo as letras e palavras, e, quando voltava pra casa, começava a traduzir tudo, a fim de tentar entender pelo menos 1% do que a professora ensinava.

Fiquei nesse esquema por algumas semanas. Todos os meus professores entenderam a minha situação e me ajudaram muito. Meus colegas traduziram para o inglês todas as aulas para mim, e eu anotava no meu caderno em árabe. Foi um momento muito difícil na minha vida. Chegava em casa cansada de ouvir três línguas ao mesmo tempo, e não acreditava que ia conseguir continuar. E junto com essas dificuldades vieram também os desafios da vida: trabalho, moradia, saúde, documentação, etc. Tais obstáculos são difíceis para qualquer pessoa, mas imagina para uma pessoa refugiada que não sabe nem por onde começar. Fica mais complicado ainda. A responsabilidade fica maior a cada dia, e a necessidade de foco, mais intensa.

A família do meu marido veio junto conosco para Curitiba, e, claro, as dificuldades para começar uma nova vida são ainda maiores na idade deles. Por falta de conhecimento da língua local, nós decidimos construir a nossa nova vida por meio da venda de comida árabe para os vizinhos, pois seria uma maneira de se integrar mais com as pessoas e trabalhar sem precisar dominar a língua perfeitamente. E assim foi o começo da Yasmin Comida Árabe, vendendo para os vizinhos e amigos, e participando das feiras gastronômicas. Yasmin é um tipo de flor típica da Síria, sendo que a capital da Síria, Damasco, tem o apelido de Cidade de Yasmin.

Junto com a comida, sempre tentamos trazer um pouco da nossa cultura, não só na área da gastronomia, mas também com a música original. Eu, meu marido e minha cunhada montamos a nossa banda, chamada Trio Alma Síria, que toca músicas tradicionais e antigas da Síria e do mundo árabe em geral, tentando sempre transmitir a nossa realidade para o povo brasileiro. O objetivo da banda é usar a música, como língua que todo mundo entende, para transmitir a nossa cultura para as pessoas. O meu marido Abed



Formatura de Lúcia Loxca, curso de Arquitetura, UFPR, 2017.

Fonte: Acervo pessoal

toca *al oud*, e a minha cunhada Myria toca *qanun*, os dois instrumentos básicos da banda árabe.

Diante do que enfrentamos, fica claro que o Brasil não estava preparado com uma boa estrutura para receber os refugiados. Por isso cada pessoa que desembarca aqui tem que enfrentar as dificuldades sozinha, ficando muito insegura para ir em frente, pois sempre é necessário apoio e auxílio para qualquer um conseguir avançar. Essa constatação me levou a começar a pensar no meu Trabalho de Conclusão de Curso. Eu precisava escolher um tema que tivesse a ver comigo, que me tocasse, e logo surgiu a ideia de criar o que denominei Juri Center: um centro de acolhimento para refugiados em Curitiba.

Definitivamente é um tema que fala de mim, da minha situação, que mostra todas as dificuldades dos refugiados em um novo país. O projeto que desenvolvi e defendi tem espaço de dormitório, refeitório, salas de aula, áreas de saúde e pronto-atendimento. É um centro de integração entre os refugiados com a comunidade brasileira. Esse centro vai ajudar muitas pessoas de todas as nacionalidades, enfim, todos que precisam de auxílio, especialmente no início da vida em um novo país.

O projeto foi aprovado em agosto de 2017, e graças a Deus, me formei, sendo a primeira refugiada síria a se graduar pela Universidade Federal do Paraná, e a segunda no Brasil. Foi um momento muito especial e marcante na minha vida. Eu queria mostrar para mim mesma que eu era capaz, que eu posso fazer isso, que consigo estudar numa língua diferente, com pessoas diferentes, num lugar diferente. Queria agradecer à Federal do Paraná, que me deu essa vaga, o que me permite mostrar para o mundo inteiro que *guerras não podem acabar com os sonhos das pessoas*.

Cada dia eu agradeço a Deus por me dar essa oportunidade de vir a um país tão lindo e receptivo como o Brasil. Cada dia eu tenho mais certeza de que nós chegamos aqui por um motivo além da guerra, que é transmitir uma cultura, um novo conhecimento para o povo brasileiro.

REFERÊNCIAS

Links da repercussão da história e formatura de Lúcia Loxca:

<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/apos-decisao-inedita-primeira-refugiada-siria-e-diplomada-no-parana.ghtml>.

<http://g1.globo.com/pr/parana/videos/v/refugiada-da-guerra-da-siria-se-forma-pela-ufpr/6087638>.

<http://www.ufpr.br/portalfpr/blog/noticias/ufpr-entrega-diploma-de-arquiteta-a-primeira-aluna-refugiada-formada-na-instituicao>

https://issuu.com/jornal_pucpr/docs/cdm_digital_40. P. 66

<https://www.youtube.com/watch?v=R6wWw01QvBw>.

<https://www.facebook.com/TrioAlmaSiria>.

2. Ocupação de Vagas Remanescentes: a trajetória entre a escuta do eco das demandas e a implementação de mecanismos para seu atendimento

Tatyana Scheila Friedrich⁸
Jaqueline Bertoldo⁹

De acordo com os dados mais recentes publicados pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, segundo o relatório Tendências Globais, no fim de 2019 havia 79,5 milhões de pessoas deslocadas globalmente, representando um aumento de aproximadamente 10 milhões referente ao ano anterior, 2018. Atualmente, mais de 1% da população mundial (1 em cada 97) vive em uma situação de deslocamento forçado, seja internamente ou para além das fronteiras nacionais, por motivos de “perseguição, conflito, violência, violações dos direitos humanos ou eventos graves de perturbação da ordem pública” (ACNUR, 2019). No caso brasileiro, o relatório Refúgio em Números identificou que até o final de 2018 o Brasil soma um acumulado de 11.231 pessoas já reconhecidas como refugiadas e 161.057 solicitantes da condição de refúgio que ainda esperam os trâmites legais (CONARE, 2018).

Os deslocamentos forçados são responsáveis não só por afastar milhares de famílias dos seus países, mas principalmente pelo abandono de projetos pessoais, como formação, educação e qualificação profissional. Nesse sentido, a pesquisa “Perfil Socioeconômico dos Refugiados no Brasil” demonstrou que, apesar de os refugiados participantes apresentarem um capital escolar e linguístico mais elevado que a média da

8 Doutora, Professora de Direito Internacional Privado da UFPR, Coordenadora da Cátedra Sérgio Vieira de Mello na UFPR.
E-mail: tatyanafriedrich@yahoo.com.

9 Doutoranda em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Mestre e Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria.
E-mail: bertoldojaque@gmail.com.

população brasileira, muitos não obtiveram êxito em dar continuidade aos estudos no Brasil, e mesmo aqueles já portadores de título universitário não conseguiram utilizar a qualificação no mercado de trabalho (CSVM e ACNUR, 2019, p. 13). Ou seja, o estudo revela que “o processo migratório desclassifica (‘empurra para baixo’) social e economicamente o migrante em geral e o refugiado em particular”, o que reflete em uma negação sistemática dos direitos da população refugiada no país e ao redor do mundo.

Assim, a “década do deslocamento”, como refere o ACNUR (2019, p. 4), também reforça a importância dos esforços coletivos, seja pelos governos, sociedade civil, instituições e organizações não governamentais para promoção de políticas de acolhimento e de integração local da população refugiada, como no caso da política de reingresso para migrantes e refugiados na Universidade Federal do Paraná. O direito à educação, proclamado universal na Declaração Universal dos Direitos Humanos, e a possibilidade de dar continuidade aos estudos em uma instituição de ensino superior representam, especialmente no

caso das pessoas deslocadas de maneira forçada, a retomada de um senso de normalidade, uma via de integração socioeconômica no país e um caminho para acesso a outros direitos. Ou, conforme explicam Rossa e Menezes (2017, p. 3), o direito à educação também é fundamental para o acesso ao trabalho e a uma cidadania plena:

Ainda que a distribuição territorial de migrantes no Brasil também seja heterogênea, temos que o acesso à educação, sobretudo em nível superior, é essencial porque, quando ausente, limita a integração local e o usufruto de direitos, acesso ao trabalho e cidadania plena, elementos constatados em pesquisa realizada em todo o território nacional acerca dos desafios enfrentados por migrantes e refugiados.

Amparado no Estatuto do Refugiado (Lei nº 9.474, de 1997) e no Direito Internacional dos Refugiados, que prevê, no âmbito das soluções duráveis, a facilitação de ingresso em instituições acadêmicas de todos os níveis, levando em conta a situação desfavorável vivenciada pela população refugiada, diversas instituições de ensino superior do país criaram políticas públicas

Cerimônia de colação de grau de Daniel Felice e Teuvenot Elisias, primeiros refugiados ingressantes pela Res. 13/14 a se formarem na UFPR em dez/2019.
Fonte: Comissão de Formatura da Turma, 2019.





Os formandos e a Coordenadora do Curso de Direito da UFPR.

Fonte: Tatyana Friedrich, 2019.

específicas para ingresso ou reingresso, na direção das políticas inclusivas e ações afirmativas. Segundo Ruano e Lopes (2019, p. 92), esse cenário revela que as instituições de ensino superior (IES) têm ocupado um lugar de protagonismo “na discussão e na criação de dispositivos para acolher e auxiliar o processo de integração dessa população”. Conforme os dados do recente relatório da Cátedra Sérgio Vieira de Mello, lançado em 2020, 14 universidades conveniadas possuem procedimentos facilitados para ingresso na graduação e pós-graduação, totalizando um número de 383 estudantes matriculados nesse contexto. Apesar de ainda pequeno, esse número mais que dobrou depois de 2019, em que eram somente 117 estudantes em todo o país (ACNUR e CSVN, 2020, p. 12).

Na Universidade Federal do Paraná, o Programa Reingresso, aprovado pela Resolução nº 13/14–CEPE, é resultado de uma iniciativa do Programa Política Migratória e Universidade Brasileira, que, aliado ao convênio com a Cátedra Sérgio Vieira de Mello, desde 2013 promove ações de integração e promoção de direitos à população migrante e refugiada no estado do Paraná.

A ideia de criar uma forma de acesso aos cursos de graduação da UFPR se deu em função do grande número de migrantes e refugiados que se encontravam no estado do Paraná nesse período, muitos dos quais com o ensino superior iniciado em seus países, mas sem poder completá-lo. O caso de Lúcia Loxca, relatado por ela pessoalmente no capítulo anterior, foi o grande impulsionador para o estudo, a negociação e a adoção de uma normativa especial da UFPR para atender a essa demanda. Nesse processo, foi fundamental a atuação da cátedra, por meio de seu então Coordenador, Prof. José Antonio Peres Gediel, do chefe de gabinete da Reitoria, Prof. Alzir Felipe Buffara Antunes, e do próprio Reitor, Prof. Rogério Andrade Mulinari, que pessoalmente conversou com cada conselheiro do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Assim, então, nasceu a Resolução 13/14, como responsável por aprovar as normas para acesso de migrantes e portadores do estado de refugiado ou de visto humanitário e que “tenham iniciado cursos superiores em instituições de ensino no estrangeiro” aos cursos de graduação da UFPR (UFPR, 2014), que ficou conhecido como “reingresso”. Ruano e Lopes

(2019, p. 93) destacam que o Programa Reingresso também é destinado ao aproveitamento de vagas remanescentes da instituição para a reinserção de migrantes e refugiados que tiveram seus estudos interrompidos em razão da migração. Atualmente, o programa integra o Processo de Ocupação de Vagas Remanescentes (PROVAR), realizado anualmente com o objetivo de preencher “as vagas ocorrentes nos cursos de graduação e aptas a serem preenchidas”, cujas normas de funcionamento foram definidas na Resolução nº 10/19, que passou a valer a partir do ano letivo de 2020. Assim, a normativa prevê que, do montante de vagas apurado para cada curso, são destinadas até 10% para promover o ingresso de migrantes humanitários e refugiados, conforme o Programa Reingresso. Além disso, consta que o limite de vagas é limitado a um mínimo de uma vaga por curso, desde que esse possua vaga remanescente e a um máximo de 3 por curso (UFPR, 2019a).

Para acessar o programa, os migrantes regularmente admitidos no Brasil, refugiados reconhecidos pelo CONARE ou portadores de visto humanitário devem solicitar o acesso a curso com as mesmas

características na UFPR. A solicitação, que pode ser feita em quatro idiomas à escolha do candidato (português, espanhol, francês ou inglês), também é isenta de taxas. Anexo aos últimos editais está disponível um requerimento de vaga com tradução para os três idiomas estrangeiros indicados e que deve ser entregue presencialmente pelo candidato junto com a documentação solicitada (UFPR, 2014, 2019a, 2019b). O pedido deve ser instruído com o seguinte rol de documentos: a) formulário; b) histórico escolar ou qualquer documento que comprove a sua condição de estudante de curso de graduação no exterior; c) documento de identificação; d) cópia de solicitação de refúgio ou do deferimento da condição de refugiado; e e) cópia da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas.

Para a avaliação da situação jurídica dos candidatos, a resolução designa professores da área de direito internacional para refugiados e direitos humanos, bem como aqueles integrantes da Cátedra Sérgio Vieira de Mello e a Assessoria de Relações Internacionais da UFPR como responsáveis pela análise técnica, garantindo isonomia e um tratamento de acordo com os direitos humanos. É importante destacar que



*Formandos e professores da
Cátedra Sérgio Vieira de Mello,
na UFPR.
Fonte: Tatyana Friedrich, 2019.*

o Programa amplia o acesso a direitos e à proteção integral ao garantir possibilidade de reingresso para migrantes com visto humanitário e solicitantes da condição de refúgio dentro do prazo de validade em que aguarda deferimento processual (UFPR, 2014).

Sobre a análise da equivalência do histórico escolar, feita pela coordenação do curso indicado, são considerados os seguintes critérios: a) adequação da documentação comprobatória do percurso acadêmico na instituição de origem; e b) correspondência do curso iniciado no exterior com o pretendido pelo refugiado na UFPR. Cabe ressaltar também que, na ausência de documentação, o refugiado pode valer-se de meios de prova admitidos em direito (UFPR, 2014). Além disso, nos últimos editais, foi previsto que o requerente deverá justificar, em caso de indisponibilidade de algum documento ou de impossibilidade de obtenção de serviço consular ou de obtenção de tradução juramentada, seja por questões financeiras ou por suas condições migratórias, de acordo com a legislação brasileira e em atenção às situações específicas de quem vivencia a realidade dos deslocamentos forçados (UFPR, 2018, 2019b).

Por fim, além da garantia de acesso à universidade pública e à continuidade dos estudos, o Programa Reingresso apresenta, na Resolução 13/14, algumas das principais políticas relacionadas à permanência desses estudantes, desde o acolhimento à reinserção na vida acadêmica. Nesse sentido, o programa prevê uma fase de adaptação, em que o estudante deve participar do Curso de Acolhimento Linguístico e Acadêmico, organizado pelo Projeto Português Brasileiro para Migração Humanitária durante um período de cinco semanas que antecedem o início do ano letivo. Durante o curso, os estudantes têm aulas de português acadêmico e são apresentados aos serviços e à estrutura da universidade (UFPR, 2020). Além disso, o estudante admitido também conta com o apoio de um tutor e estudante instrutor, que são designados pela coordenação do curso para acompanhá-lo durante a trajetória acadêmica.

A opção pela ocupação de vagas remanescentes apresenta-se como uma das mais significativas alternativas para iniciar o processo de abertura de cursos de graduação universitária a migrantes humanitários e refugiados, por diversos motivos. Primeiro, porque permite uma adaptação do espaço universitário à novidade, sem a necessidade de criação de novas vagas e de realização de um vestibular para a seleção. Além disso, garante o acesso a uma quantidade maior de pessoas, já que há um número muito grande de evasões no meio universitário brasileiro.

Esse foi o caminho trilhado pela UFPR e que garantiu até os dias atuais o (re)ingresso de 89 migrantes humanitários e refugiados aos seus bancos escolares, que finalmente poderão concluir o ensino superior. Somente em 2018 a UFPR criou vagas específicas, suplementares, com ingresso mediante processo seletivo especial, que é objeto de outro capítulo da presente obra e que já consolidou mais 20 estudantes, totalizando a marca de 119 em 2020. São, na verdade, mais 10 oportunidades anuais, de modo permanente, destinadas aos refugiados que finalizaram o ensino médio no Brasil ou em outro país.

Enfim, são conquistas paulatinas que se complementam, necessitando o olhar atento da cátedra, para perceber os ajustes necessários, reproduzir os acertos e continuar firme nessa luta pelo direito à educação dos refugiados que se encontram no Brasil.

REFERÊNCIAS

ACNUR. **Global Trends—Forced Displacement in 2019**. 2019. Disponível em: <https://www.unhcr.org/5ee200e37.pdf>. Acesso em: 30 set. 2020.

ACNUR e CSVM. **Perfil Socioeconômico dos Refugiados no Brasil**. 2019. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/07/Pesquisa-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-Refugiados-ACNUR.pdf>. Acesso em: 30 set. 2020.

ACNUR e CSVM. **Relatório Anual da Cátedra Sérgio Vieira de Mello**. 2020. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/09/Relat%C3%B3rio-Anual-CSVM-2020.pdf>. Acesso em: 30 set. 2020.

CONARE. **Refúgio em números. 4ª edição**. 2018. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros>. Acesso em: 30 set. 2020.

GEDIEL, José Antônio Peres; FRIEDRICH, Tatyana Scheila; BALOTIN, Felipe. Public Education and the Welcoming of Migrants and Refugees in a Brazilian University. In: **Widening Participation And Lifelong Learning**, v. 21, p. 235-244, 2019.

ROSSA, L. A.; MENEZES, M. A. **Imigração e refúgio no Brasil e os programas especiais de acesso ao ensino superior: levantamentos iniciais dos programas implementados até 2016**. Anais do Encontro Nacional sobre Migração. Natal: ABEP, 2017.

RUANO, Bruna Pupatto; LOPES, Sérgio Santos. Programa Reingresso da Universidade Federal do Paraná: avaliação em contexto de migração e refúgio. **Em Aberto**, v. 32, n. 104, p. 99-101, 2019. Disponível em: <http://rbepold.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/4224>. Acesso em: 30 set. 2020.

UFPR. **Resolução nº 13/14**. Aprova normas para acesso de migrantes e portadores do estado de refugiado ou de visto humanitário que tenham iniciado cursos superiores em instituições de ensino no estrangeiro aos cursos de graduação da UFPR. 2014. Disponível em: http://www.soc.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2016/07/resolucao_cep_09072014-902.pdf. Acesso em: 30 set. 2020.

UFPR. **Resolução nº 10/19**. Estabelece as normas para o Processo de Ocupação de Vagas Remanescentes (PROVAR). 2019a. Disponível em: <http://www.soc.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2019/10/cepe-10-19.pdf>. Acesso em: 30 set. 2020.

UFPR. **Edital nº 2/PROGRAD Reingresso migrantes e refugiados 2019**. 2019a. Disponível em: <http://www.prograd.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2019/09/Edital-2-Prograd-1.pdf>. Acesso em: 30 set. 2020.

UFPR. **Edital nº 2/PROGRAD Reingresso migrantes e refugiados 2018**. 2018. Disponível em: <http://www.prograd.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2018/06/Edital-Migrantes-e-Refugiados.pdf>. Acesso em: 30 set. 2020.

UFPR. **Curso de acolhimento linguístico e acadêmico dá início a ano letivo de migrantes e refugiados**. 2020. Disponível em: <https://www.ufpr.br/portalufpr/noticias/curso-de-acolhimento-linguistico-e-academico-da-inicio-a-ano-letivo-de-migrantes-e-refugiados>. Acesso em: 30 set. 2020.

Acolhimento Linguístico e Acadêmico – os primeiros passos na UFPR – Projeto Português Brasileiro para Migração Humanitária (PBMH-interno)

Bruna Pupatto Ruano ¹⁰
Bruna Faria Martins Francisco ¹¹
Maiker Gutierrez ¹²

1. Introdução

Os primeiros passos em uma universidade são, por si só, desafiadores, mas quando esse caminho é trilhado em uma instituição fora de nossa terra natal, onde não dominamos as línguas e culturas ali presentes, o trajeto se torna ainda mais trabalhoso. Assim, é importante que as instituições de ensino superior (IES), além de efetivarem políticas de (re)inserção para migrantes, refugiados e apátridas em seus cursos, garantam também que seus alunos possam permanecer na instituição e concluir seus estudos por meio de um percurso acolhedor.

A integração da comunidade migrante e refugiada à Universidade Federal do Paraná (UFPR) teve início em 2014, com o ingresso de uma refugiada síria no curso de Arquitetura e Urbanismo. A aluna já havia cursado três anos de arquitetura em seu país de origem e pôde dar continuidade aos seus estudos na UFPR. A partir de então, o programa interdisciplinar de pesquisa e extensão Política Migratória e Universidade Brasileira (PMUB) constatou a necessidade da formulação de políticas de inserção de migrantes e refugiados na UFPR, institucionalizando, em junho de 2014, através da Resolução nº 13/14–CEPE, o Programa Reingresso,

¹⁰ Doutora em Estudos Linguísticos (UFPR). Atualmente é professora substituta do Curso de Letras da Universidade Federal do Paraná e responsável pelo acolhimento linguístico e acadêmico de migrantes e refugiados dessa instituição.
E-mail: bruna.ruano@gmail.com.

¹¹ Mestranda em Estudos Linguísticos – Letras (UFPR). Professora de português como língua de acolhimento e de francês.
E-mail: fmartins.bruna@gmail.com.

¹² Graduando venezuelano do terceiro período do curso de Odontologia da UFPR.
E-mail: maikerg1@gmail.com.

que destina vagas remanescentes a migrantes e refugiados que já tenham iniciado um curso superior em seu país de origem, e que teve sua primeira edição em 2015.

No entanto, para que a trajetória desses estudantes nesse novo contexto acadêmico pudesse ser concluída com êxito, o Programa começou a refletir sobre algumas políticas de permanência que poderiam ser implementadas na instituição. Uma dessas ações diz respeito a um fator de extrema importância para os alunos: a língua portuguesa, especialmente em contexto acadêmico, a qual perpassa todas as esferas do ambiente universitário, desde a interação com colegas, professores e funcionários, até a assimilação de conteúdos linguísticos próprios de uma IES, de forma que os estudantes sejam capazes de utilizar uma linguagem acadêmica escrita e oral para a realização de provas, trabalhos, apresentações e seminários.

Nesse contexto, houve, então, uma ampliação do projeto de extensão Português Brasileiro para Migração Humanitária (PBMIH), que faz parte do PMUB e é realizado dentro do curso de Letras da UFPR. Com a criação das políticas de (re)inserção mencionadas anteriormente, as ações relacionadas ao ensino de português para o público interno da UFPR se expandiram. Assim, o PBMIH passou a atuar em duas frentes, com coordenações distintas: (I) PBMIH-externo: responsável pela organização e coordenação das atividades relacionadas ao ensino de português brasileiro para a comunidade externa à universidade; e (II) PBMIH-interno: responsável pelo acolhimento linguístico e acadêmico de migrantes e refugiados inseridos em diversos cursos de graduação da UFPR.

Dessa maneira, implementamos, em 2016, o curso piloto de Acolhimento Linguístico e Acadêmico, destinado aos aprovados da 3ª edição do Programa Reingresso. Além disso, desde 2017, disciplinas de português acadêmico são ofertadas especialmente para esse público. As duas ações serão descritas em detalhes nas seções 3 e 4, respectivamente.

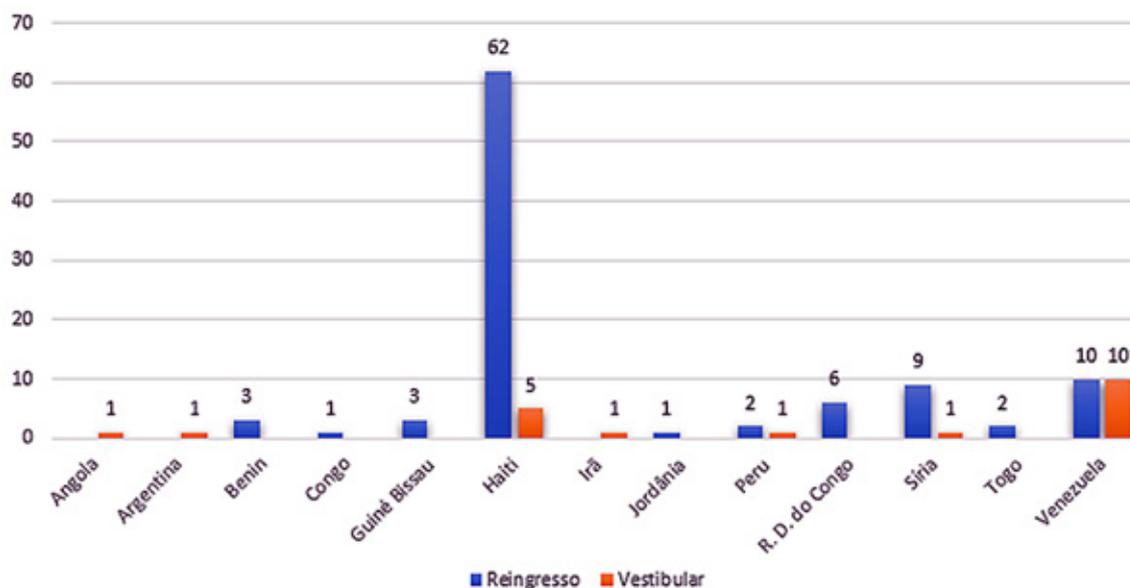
Mais recentemente, em novembro de 2018, o PMUB conquistou mais uma via de ingresso dessa comunidade na UFPR, o Vestibular Especial (Resolução nº 63/18-CEPE), o qual designa 10 vagas suplementares anuais para esse público, e teve sua primeira edição em 2019. Assim, no período entre 2014 e 2020, essas ações de (re)ingresso já inseriram 119 alunos de diversas nacionalidades em diferentes cursos da UFPR, sendo 99 via Reingresso e 20 via Vestibular Especial.

2. Perfil dos alunos migrantes e refugiados inseridos na UFPR via Programa Reingresso e Vestibular Especial

Atualmente, a UFPR conta com 119 alunos migrantes e refugiados que ingressaram na instituição via Reingresso (99 estudantes de 2014 a 2020) ou Vestibular Especial (20 discentes de 2019 a 2020). A seguir, podemos observar em detalhe o perfil desse público.

Esses alunos são de diversas nacionalidades (Gráfico 1), sendo que no que diz respeito ao Programa Reingresso, a haitiana é a nacionalidade mais expressiva, configurando 63% dos migrantes e refugiados ingressantes na UFPR. Em seguida, constituindo 10% dos discentes, temos os alunos venezuelanos, seguidos pelos sírios (9%). A instituição tem ainda estudantes representantes da República Democrática do Congo (6%), do Benin (3%), da Guiné-Bissau (3%), do Peru (2%), do Congo (1%) e da Jordânia (1%). Com relação aos ingressantes via Vestibular Especial, 50% desses estudantes são da Venezuela, e a haitiana passa a ser a segunda nacionalidade mais expressiva, correspondendo a 25% do total dos alunos. Os outros 25% são igualmente divididos entre os seguintes países: Angola (5%), Argentina (5%), Irã (5%), Peru (5%) e Síria (5%).

Gráfico 1. Número de alunos e países de origem admitidos na UFPR via Reingresso (de 2014 a 2020) e Vestibular Especial (2019 e 2020).



Fonte: os autores, 2020.

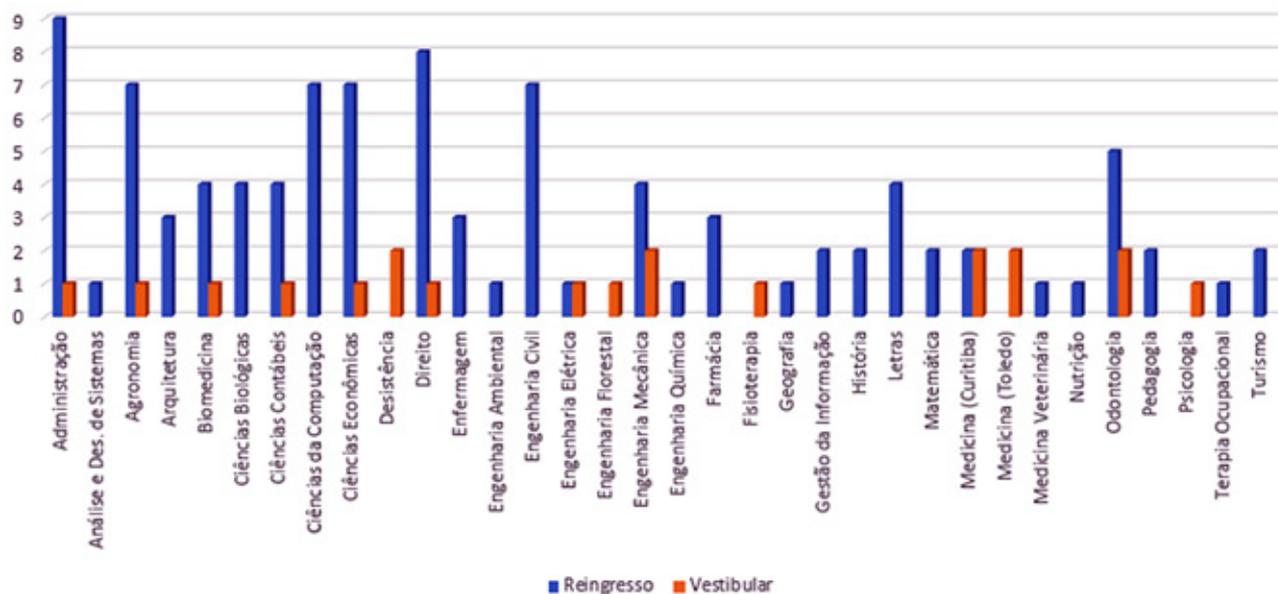
Conforme podemos observar no Gráfico 2, os migrantes e refugiados estão inseridos em cursos das três grandes áreas do conhecimento: humanas, exatas e biológicas. No que concerne aos estudantes reingressantes, os cursos de Administração e Direito são os que possuem mais alunos, respectivamente, seguidos por Agronomia, Ciências da Computação, Ciências Econômicas e Engenharia Civil, cada um com 7 alunos. Com menor número de estudantes, temos os cursos de Odontologia, Biomedicina, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Engenharia Mecânica, Letras, Arquitetura, Enfermagem, Farmácia, Gestão da Informação, História, Matemática, Medicina, Pedagogia, Turismo, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Engenharia Ambiental, Engenharia Elétrica, Engenharia Química, Geografia, Medicina Veterinária, Nutrição e Terapia Ocupacional, respectivamente.

Diferentemente do Reingresso, em que as vagas disponibilizadas são as remanescentes dos cursos, fazendo com que seu número varie a cada ano, no

Vestibular Especial cada curso oferta uma vaga suplementar para o público de migrantes e refugiados, de maneira que os estudantes escolhem os cursos de acordo com sua colocação no processo seletivo, ou seja, o primeiro colocado é o primeiro a fazer sua escolha, e assim por diante. Dessa maneira, como foram realizadas apenas duas edições do Vestibular Especial, não há mais do que dois alunos por curso, conforme podemos observar no gráfico a seguir. Ainda no mesmo gráfico, conseguimos perceber que a preferência foi por Medicina (Curitiba e Toledo), Engenharia Mecânica e Odontologia, seguidos por Administração, Agronomia, Biomedicina, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Direito, Engenharia Elétrica, Engenharia Florestal, Fisioterapia e Psicologia. É possível observar ainda que dois alunos aprovados nesse processo seletivo desistiram de uma vaga na instituição antes da escolha do curso.

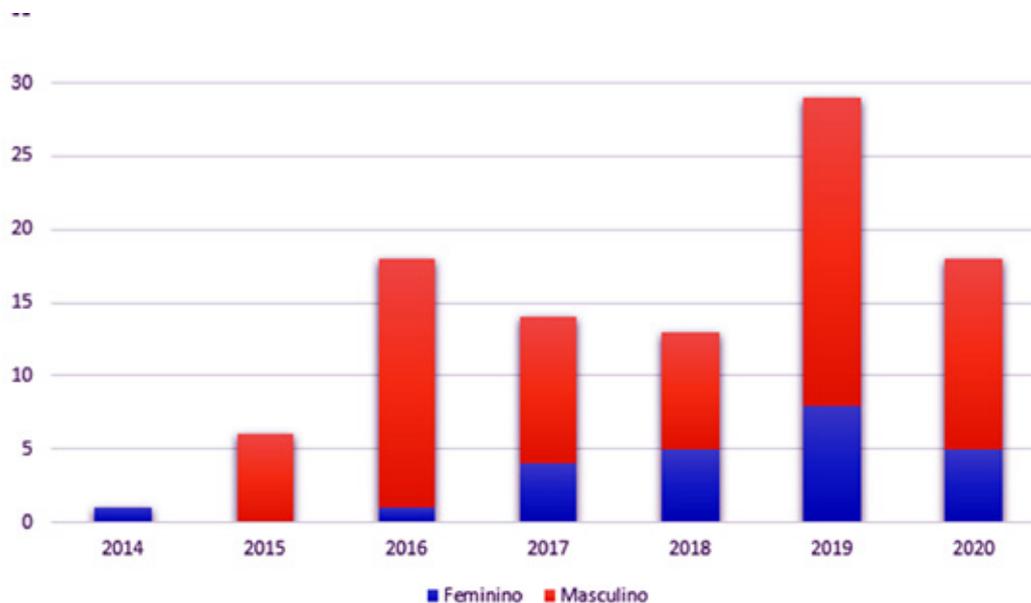
Com relação ao gênero dos estudantes do Reingresso, podemos verificar no Gráfico 3 que a maioria desses alunos é do sexo masculino, e que, com exceção de

Gráfico 2. Cursos de graduação, na UFPR, dos alunos do Programa Reingresso (de 2014 a 2020) e do Vestibular Especial (2019 e 2020).



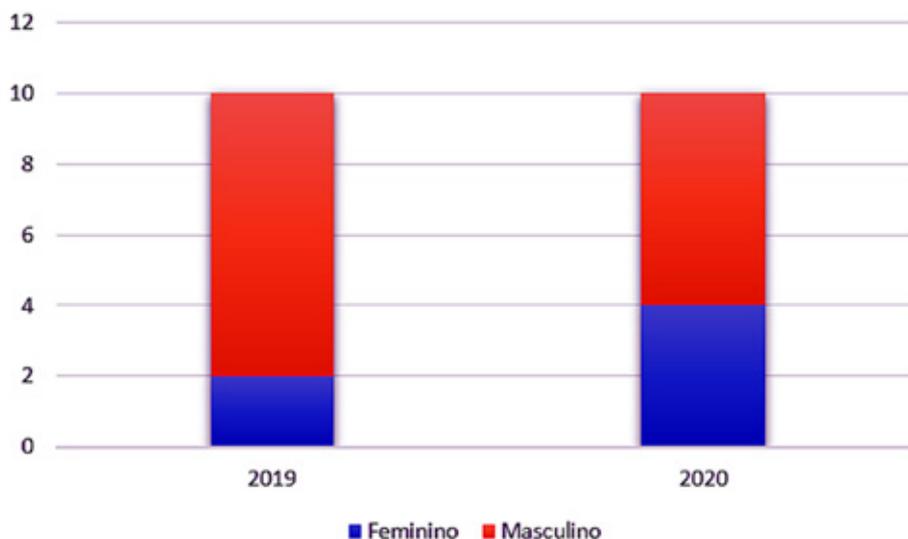
Fonte: os autores, 2020

Gráfico 3. Número de alunos, por gênero, admitidos por ano pelo Programa Reingresso (de 2014 a 2020).



Fonte: os autores, 2020

Gráfico 4. Número de alunos, por gênero, aprovados por ano no Vestibular Especial em 2019 e 2020.



Fonte: os autores, 2020.

2014, ano em que a primeira discente refugiada foi admitida na UFPR, os homens são maioria em todos os anos.

No Gráfico 4, podemos observar que o padrão, de a maior parte dos alunos serem do sexo masculino, se mantém para os aprovados no Vestibular Especial. No entanto, na 2ª edição do processo seletivo, houve um aumento do número de mulheres que ingressaram na UFPR em comparação com a 1ª edição.

Nas seções a seguir, traremos o percurso do Curso de Acolhimento Linguístico e Acadêmico da UFPR e das disciplinas de português acadêmico desenhadas especialmente para esse público-alvo.

3. O início da caminhada: Curso de Acolhimento Linguístico e Acadêmico

O Curso de Acolhimento Linguístico e Acadêmico tem sido ofertado anualmente, em formato intensivo, aos alunos selecionados pelo programa Reingresso e pelo Vestibular Especial, e antecede o ingresso formal desses estudantes na UFPR. Sua primeira versão, ainda como proposta-piloto, deu-se no ano de 2016, com o intuito de oferecer formação inicial, naquela época, aos alunos admitidos pelo Programa Reingresso, que iniciariam sua graduação na universidade no primeiro semestre de 2017. A partir de 2019, o Curso de Acolhimento Linguístico e Acadêmico incorporou, também, os alunos admitidos através do Vestibular Especial.

O curso foi planejado em formato intensivo, com duração de cinco semanas. O programa foi inspirado em práticas do Curso de Sobrevivência, para alunos provenientes do Programa Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) da nossa IES, por julgarmos ser esse um modelo profícuo, que já havia dado bons resultados, para esse início de sensibilização à língua-alvo e ao universo acadêmico.



Fotografia 1 (acima):
Visita ao Museu Paranaense.
Fonte: Bruna Martins, 2020.



Fotografia 2:
Visita ao Centro de Atenção à Saúde.
Fonte: Alessandra de Freitas, 2020.

Assim, as atividades planejadas para os alunos incluem 50 horas de aula de português acadêmico, 10 horas de práticas destinadas à integração universitária, como, por exemplo, visita aos diferentes campi, visita guiada à biblioteca, à casa de saúde da UFPR (Fotografia 1), ao RU, entre outras, e, ainda, 6 horas de atividades promovidas pelo projeto Migração e Processos de Subjetivação: Psicanálise e Política na Rede de Atendimento aos Migrantes, do curso de Psicologia, também parte do programa PMUB. O material didático utilizado nas aulas foi elaborado pelas duas primeiras autoras deste texto, em conjunto com outra professora, e foi pensado especialmente para o curso, abordando conceitos relacionados ao ensino de línguas para fins acadêmicos, enfatizando gêneros textuais próprios do ambiente universitário, como o relatório, o resumo e a apresentação oral.

Os conteúdos linguísticos foram trabalhados com base em textos autênticos. Muitos deles são materiais

informativos relacionados à vida na universidade, como a utilização do sistema de bibliotecas, o ônibus Intercampi, o Restaurante Universitário, as normas da ABNT, entre outros. Além disso, para a elaboração do relatório, os alunos fazem uma visita guiada ao Museu Paranaense (Fotografia 2). Assim, a atividade une conteúdos culturais e acadêmicos de maneira autêntica.

Igualmente importantes, durante todas as edições do curso, foram os depoimentos de alunos veteranos. Percebemos que esses momentos foram muito significativos para grande parte dos calouros, à medida que têm contato com seus pares que já estão em outra fase da vida acadêmica. O encontro gera diversas perguntas e também possibilita que essa troca, em alguns casos, aconteça em suas línguas maternas.

A atividade de encerramento do curso, desde a primeira edição, é o Congresso Reingresso, no qual

13 O Caderno de Resumos completo do I Congresso Reingresso pode ser acessado em: <https://issuu.com/celinufpr/docs/caderno>.



Fotografia 3. *Comunicação oral durante o Congresso Reingresso.*
Fonte: Bruna Martins, 2020.

cada aluno prepara uma *comunicação oral* (Fotografia 3), gênero trabalhado durante as aulas, sobre um tema relacionado ao curso de graduação que irá iniciar na UFPR. Como parte da preparação da comunicação, os estudantes produzem um resumo, publicado no caderno de resumos do evento.¹³ Com a atividade em mãos, os alunos devem submeter seu resumo por e-mail ao Congresso, como forma de simulação real. Na sequência, elaboramos uma carta de aceite referente ao trabalho enviado, com o intuito de reproduzir essa prática tão comum no ambiente universitário.

As aulas do curso de acolhimento funcionam como uma espécie de diagnóstico do grupo, para que seja possível, como instituição, propor ações que deem conta dessas lacunas ou, ao menos, que tentem minimizá-las. Percebemos, desde a primeira edição, que as cinco semanas serviram como um início de sensibilização e de aproximação do ambiente acadêmico. Porém, ficou claro que esses migrantes e refugiados necessitam de uma formação linguística a longo prazo. Por esse motivo, foram criadas, a partir de 2017, disciplinas específicas de português para esse público-alvo, conforme verificaremos a seguir.

4. A continuação do percurso: as disciplinas de Português do curso de Letras-UFPR

Entre as habilidades exigidas para acompanhar os cursos de graduação na UFPR, destacam-se as relativas às práticas de uso da língua (compreensão oral e escrita, produção oral e escrita) no contexto acadêmico. Assim, tendo em vista a necessidade de formação dos estudantes para essas práticas no contexto acadêmico, criou-se, no primeiro semestre de 2017, uma disciplina optativa no curso de Letras especialmente para os alunos reingressos, visando dar continuidade à formação iniciada no Curso de Acolhimento Linguístico e Acadêmico. Com o intuito de acelerar e facilitar a integração desses sujeitos nesse novo espaço universitário, essa disciplina eletiva, bem como os materiais didáticos elaborados, almejavam também propiciar aos estudantes uma compreensão da estrutura institucional e cultural de diversas esferas da universidade. Vale ressaltar que a disciplina em questão foi especialmente estruturada para esse público e registrada no Departamento de Letras Estrangeiras Modernas com o nome de Reflexão Linguística e Ressonância no Ensino (HE872), sob a responsabilidade da docente Viviane Pereira.

14 Doutoranda Bruna Ruano, Mestrando Sérgio Lopes e graduando Nicolas Batista

No segundo ano de oferta (2018/1), a disciplina teve duração de um semestre, com 15 encontros semanais de 3 horas cada, somando 45 horas de aulas. Os professores ministrantes foram alunos de graduação e pós-graduação em Letras,¹⁴ que trabalham na indissociabilidade ensino-pesquisa: eram ao mesmo tempo professores em formação e pesquisadores da área.

Já no ano de 2019, com a entrada de uma professora substituta¹⁵ conseguimos ampliar consideravelmente o número de horas de aulas de português acadêmico para o nosso público. Assim, quatro disciplinas foram criadas especialmente para esse fim: Português: Práticas Textuais Acadêmicas I, II, III e IV, com 60h cada. Todas elas são ofertadas para os alunos migrantes e refugiados calouros (duas no primeiro semestre e duas no segundo semestre) e estão vinculadas ao Departamento de Polonês, Alemão e Letras Clássicas (DEPAC), do Curso de Letras da UFPR.

Os materiais didáticos produzidos para essas disciplinas foram compilados e publicados em um livro, intitulado *Passarela* (Ruano e Cursino, 2020)¹⁶, que atualmente serve como base para o nosso trabalho em sala de aula.

Em 2020, os alunos puderam se matricular nas duas disciplinas de português ofertadas no primeiro semestre. Porém, por conta da pandemia do coronavírus, as disciplinas foram suspensas. Já no segundo semestre de 2020, as aulas de português foram retomadas, de forma remota, dentro do Ensino Remoto Emergencial (ERE) proposto pela universidade.

Na seção a seguir, trazemos o depoimento de um estudante venezuelano (Fotografia 4) que ingressou na UFPR via Vestibular Especial em 2019. O aluno relata suas impressões sobre o início de sua trajetória em nossa instituição.



Fotografia 4. *Maiker Gutierrez, aluno do curso de Odontologia-UFPR. Fonte: UFPR.*

Foto: Marcos Solivan, 2019.

5. Impressões sobre a trajetória: depoimento do aluno venezuelano Maiker Gutierrez, discente do terceiro período do curso de Odontologia da UFPR

O ingresso na vida acadêmica de migrantes e refugiados sempre será um grande desafio na vida dos indivíduos que pretendem fazer parte de uma universidade, mas o desafio não é limitado apenas à forma do ingresso. Uma vez dentro da instituição, o maior desafio é conseguir entender a forma como uma universidade funciona, e é justamente nesse

¹⁵ Bruna Pupatto Ruano, uma das autoras deste texto.

¹⁶ Livro *Passarela*: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/08/Passarela_Portugues-como-lingua-de-acolhimento-para-fins-academicos.pdf>.

ponto que ganha relevância o curso de acolhimento linguístico e acadêmico, pois as barreiras linguísticas podem representar travas na vida do acadêmico.

Através das iniciativas de inclusão e de permanência adotadas pela UFPR, principalmente na forma do curso de acolhimento, os alunos são auxiliados de diferentes maneiras, que vão desde conteúdos linguísticos, como o trabalho com os gêneros acadêmicos, até vivenciar experiências da universidade, como o uso das bibliotecas.

Como aluno da UFPR e membro da comunidade de migrantes e refugiados que constituem a universidade como um todo, reconheço a importância dos programas implementados, assim como o esforço de todos os indivíduos ligados direta e indiretamente ao programa, e que de alguma forma estão escrevendo páginas na história de cada um dos migrantes e refugiados da Universidade Federal do Paraná.

A título pessoal, posso atribuir grande parte dos resultados positivos do meu desenvolvimento acadêmico ao fato de ter tido a oportunidade de participar, tanto do curso de acolhimento, quanto das disciplinas de português ofertadas no primeiro período do curso. Pois, além de agregarem conhecimento na área linguística, essas iniciativas aproximam a universidade da comunidade acadêmica que a compõe.

6. Considerações finais: novos caminhos

Os primeiros passos dos migrantes e refugiados que iniciaram a caminhada como alunos da UFPR não foram tão simples. No início de suas trajetórias não existiam ações institucionalizadas referentes às políticas afirmativas de permanência na instituição, pois esse período também marcou os primeiros passos da própria universidade nesse novo contexto de internacionalização. Assim, tanto a primeira aluna

reingressante de 2014, como as duas primeiras turmas de reingressos (2015 e 2016), não puderam dispor de um suporte linguístico estruturado ou de um apoio sobre o funcionamento institucional da universidade ao longo de seus percursos.

Com o diagnóstico das necessidades dos alunos dos primeiros anos do programa, coordenadores do PMUB trilharam mais uma etapa da longa caminhada da UFPR, com a implementação do Curso de Acolhimento Linguístico e Acadêmico no final de 2016 e de uma disciplina de 45 horas de português para fins acadêmicos, ofertada pelo curso de Letras.

Como as políticas precisam ser constantemente revistas e aprimoradas, no início de 2019, novas propostas foram desenvolvidas e culminaram na oferta de quatro disciplinas de português para fins acadêmicos, de 60 horas cada, caracterizando um aumento significativo do número de horas de formação linguística para esse público.

Já no final de 2019, houve a institucionalização dessas políticas de permanência, com o coroamento da Resolução nº 56/19–CEPE, que regulariza a implementação do Programa de Formação Suplementar: Ciclo de Acolhimento Acadêmico para Estudantes Refugiados, isto é, a proposta de um primeiro ano de adaptação diferenciado para esse público-alvo.

Assim avançamos, ao longo desse percurso, em uma caminhada coletiva em que várias trajetórias de vida se cruzam na tentativa da construção de uma universidade mais humana, aberta, plural e democrática, em um longo caminho, por vezes árduo, mas necessário e urgente.

REFERÊNCIAS

RUANO, B. P.; CURSINO, C. (orgs.). **Passarela: português como língua de acolhimento para fins acadêmicos**. Curitiba: Editora Peregrina, 2020. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/08/Passarela_Portugues-como-lingua-de-acolhimento-para-fins-academicos.pdf. Acesso em: 15 set. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). **Resolução n. 13/14–CEPE, 6 junho de 2014**. Curitiba, 2014. Disponível em: <http://www.progepe.ufpr.br/progepe/?p=2094>. Acesso em: 06 set. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). **Resolução n. 63/18–CEPE, 9 novembro de 2018**. Curitiba, 2018. Disponível em: <http://www.soc.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2018/11/cepe-63-18-vagas-suplementares-migrantes.pdf>. Acesso em: 29 set. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). **Resolução nº 56/19–CEPE, 13 dezembro de 2019**. Curitiba, 2019. Disponível em: <http://www.soc.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2020/02/cepe5619.pdf>. Acesso em: 22 set. 2020.

Acolhimento Institucional: A PRAE-UFPR (Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis) e a emergência das demandas

Jardel Pelissari Machado ¹⁷
NathIELly Daiany Oliveira Santos ¹⁸
Rafael Julião Evangelista ¹⁹
Maria Rita de Assis César ²⁰

¹⁷ Doutor em Psicologia, Psicólogo da PRAE-UFPR.
E-mail: machado.jardel@ufpr.br.

¹⁸ Especialista em Educação Especial,
Pedagoga da PRAE-UFPR.
E-mail: nathIELly@ufpr.br.

¹⁹ Doutorando em História Social pela
Universidade de São Paulo e Mestre em Direito
pela Universidade Federal do Paraná,
Assessor da PRAE-UFPR.
E-mail: rafaeljuliao@ufpr.br.

²⁰ Doutora em Educação pela Universidade
Estadual de Campinas, Pró-Reitora de Assuntos
Estudantis PRAE-UFPR. E-mail: mritacesar@ufpr.br.

1. Introdução

A criação, implementação e ampliação de políticas institucionais voltadas para o acolhimento e desenvolvimento de ações em prol dos(as) estudantes migrantes e refugiados(as) na Universidade Federal do Paraná — que surge a partir de uma demanda social impulsionada pelo crescente número de pessoas oriundas de países em situação de ameaça à vida, à liberdade, à segurança ou aos direitos de seus(suas) cidadãos(ãs) em direção ao Brasil — repercutiu de forma importante na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), na medida em que os(as) profissionais dessa unidade passaram a identificar novas necessidades específicas de parte da comunidade estudantil formada por migrantes e refugiados(as), com relação à assistência estudantil.

Importa destacar que, a partir do ano de 2016, a gestão da UFPR elegeu como política a inclusão, a pluralidade e os direitos humanos — dentre eles o direito à educação — conferindo ainda mais importância à questão do acesso e permanência, que só podem ser garantidos amplamente a partir de iniciativas inclusivas na área da assistência estudantil. Tal orientação guarda consonância com os direitos consagrados em diversos instrumentos internacionais

e regionais de direitos humanos — além da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967 — que garantem a todos os seres humanos, sem distinção entre nacionais e estrangeiros, direitos básicos, como é o caso do direito à educação. Ainda, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96, BRASIL, 1996), a educação pública deve ser um direito garantido a todas e todos. Cabe destacar que realizar plenamente o referido direito vai além de garantir apenas o ingresso, mas também fornecer meios e subsídios para a permanência e a conclusão dos estudos com qualidade de vida.

É precisamente com relação a esse último ponto que a PRAE passou a somar esforços junto a outras iniciativas já existentes dentro da UFPR, de modo a buscar fornecer aos(as) estudantes migrantes e refugiados(as) da UFPR as condições necessárias para o exercício do direito à educação de forma inclusiva. A trajetória percorrida até aqui e as iniciativas implementadas serão descritas a seguir.

2. A PRAE e o início das ações aos estudantes migrantes e refugiados

A PRAE da UFPR tem como objetivo criar condições para que os estudantes permaneçam em seus cursos, combatendo a evasão e a retenção. Ela foi criada a partir de um conjunto de ações de democratização institucional, acompanhando a implantação de políticas de acesso diferenciadas. O papel da PRAE, portanto, é central para que as políticas inclusivas sejam efetivas. A PRAE concentra programas e ações em diversas áreas que favorecem a permanência e a qualidade de vida na universidade, em atenção ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES, BRASIL, 2010).

Com o objetivo de contribuir para custeio da vida estudantil de estudantes em condição de

vulnerabilidade socioeconômica, o Programa de Benefícios Econômicos para Manutenção (PROBEM), gerenciado pela PRAE, é um programa de transferência de renda composto pelos auxílios permanência, moradia, refeição e creche, os quais podem ser recebidos isoladamente ou em conjunto. De acordo com a Resolução nº 31/09-COPLAD (UFPR, 2009), que regulamenta o programa, o estudante que não obtiver rendimento mínimo de 75% de aproveitamento nas disciplinas matriculadas deverá iniciar o acompanhamento pedagógico pela equipe da PRAE, sob risco de suspensão dos auxílios caso não participe das estratégias direcionadas pelos pedagogos. Assim, os estudantes que recebem esses auxílios são acompanhados semestralmente pela equipe de pedagogia da PRAE a partir de índices de aprovação/reprovação. Os estudantes que apresentam baixo rendimento acadêmico são convocados para entrevistas nas quais são construídos planos e estratégias com vistas a transformar suas realidades acadêmicas. Durante esse processo de análise semestral, observamos que os estudantes migrantes e refugiados, além das dificuldades comuns enfrentadas pelos estudantes na universidade, traziam uma série de especificidades.

Tomando por base o conhecimento e a forma de trabalho da pesquisa de caráter interventivo (BRITO; ZANELLA, 2017; FREITAS, 2010), passamos a buscar maior proximidade e conhecimento das situações vivenciadas pelos estudantes migrantes e refugiados. Para isso, realizamos entrevistas coletivas e individuais com estudantes que estavam com baixo rendimento há alguns semestres, que tiveram uma queda de rendimento no semestre anterior ou com recorrentes reprovações em uma ou em um conjunto de disciplinas. Ao mesmo tempo, também nos aproximamos e passamos a trabalhar de forma conjunta com os projetos de extensão que compõem o Programa Política Migratória e Universidade Brasileira (PMUB), que realiza ações da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM), em especial com o Projeto de Extensão Movimentos Migratórios e Psicologia (MOVE) e projetos vinculados aos departamentos de Direito e Letras, que compõem o PMUB.

A partir das entrevistas com estudantes, e em conjunto com o MOVE, pudemos perceber que alguns fatores eram recorrentes: dificuldades e insegurança com relação à língua portuguesa, tanto na escrita quanto na expressão oral, relatos de situações de xenofobia e racismo, assim como preconceito por terem reprovado em disciplinas. A dificuldade com a língua também evidenciou um afastamento dos migrantes e refugiados de outros estudantes do curso, que não querem fazer trabalhos de forma conjunta, assim como sentem que não podem contar com a ajuda de docentes na formação de grupos ou quanto à compreensão da necessidade de mais tempo para avaliações (provas e trabalhos escritos). Referem que os sistemas de ensino em seus países de origem eram diferentes e que desconhecem conteúdos tidos como básicos no ensino superior brasileiro.

Outro aspecto relatado pelos(as) entrevistados(as) era a diferença entre os sistemas de ensino, o que se evidenciava principalmente no não conhecimento de alguns conteúdos tidos como básicos pelos professores universitários, mas que, segundo os estudantes, nunca tinham visto em seus países em níveis educacionais anteriores.

Esses aspectos reforçam situações de exclusão no curso e um sentimento de fracasso dos estudantes. Frente a esses sentimentos, a estratégia que adotam, muitas vezes, é se fecharem ainda mais, ou ficarem apenas em pequenos grupos, com outros estudantes migrantes e refugiados. Ou, mesmo, passam gradualmente a desistir de disciplinas e a questionar suas capacidades, ou mesmo a escolha do curso. Os processos de inclusão/exclusão evidenciam-se, assim, pelo relato de sofrimento dos estudantes. Sofrimento que emerge da vivência de situações e contextos em que são valorizados de forma negativa, alimentando sentimentos negativos sobre si (SAWAIA, 2006), reafirmando processos de produção do fracasso escolar (PATTO, 2015; LIMA, 2018). Resultante desse processo, constrói-se um ciclo que pode ser difícil de ser rompido por alguns, de inclusão/exclusão.

A identificação de tais dificuldades aparece em variados materiais relativos à temática migrante. De acordo com Friedrich e Benedetti (2016, p. 74), “discriminação e xenofobia estão entre os maiores desafios para os órgãos encarregados da proteção aos solicitantes de refúgio e refugiados, sendo necessário contornar obstáculos desde o aprendizado do idioma do país de abrigo até questões culturais”. Soma-se a essa questão o fato de que a população migrante e refugiada no Brasil possui, em sua maioria, acesso limitado a recursos materiais (bens de consumo), além dos recursos simbólicos (língua, educação e amizades), dificultando o acesso a poder e a privilégios e dificultando a percepção de si e do entorno do imigrante no seu novo país de domicílio (ALBUQUERQUE et al, 2016, p. 363).

Especificamente com relação às diferenças de formação, é importante destacar o conceito de identidade, uma vez que cada país possui um conjunto próprio e único de hábitos e tradições, que se reflete em sua cultura. Portanto, os modelos de formação educacional e acadêmicos são variados e dependem da cultura local (SILVA, 2014, p. 91-92). Como consequência, as dificuldades enfrentadas pelos estudantes migrantes e refugiados no aspecto da formação atingem camadas profundas, pois calcadas também em diferenças culturais e oriundas de políticas públicas educacionais sustentadas por valores diversos.

3. Ações e sua organização

A partir das informações levantadas, assim como das discussões que temos produzido na equipe da PRAE e também em conjunto com o MOVE, temos produzido/construído uma série de ações com vistas a transformar condições e sentidos que envolvem os estudantes e sua vivência da/na universidade, rompendo ciclos perversos e que alimentam o

sofrimento e a exclusão. Primeiramente foi formado um grupo de trabalho de quatro profissionais (das áreas de Pedagogia, Serviço Social, Psicologia e Direito) que são as referências na PRAE para demandas de estudantes migrantes e refugiados. Esses profissionais têm trabalhado diretamente com o MOVE, formando uma rede institucional de modo a articular e potencializar ações.

Uma das ações, iniciada já nas primeiras entrevistas com os estudantes, foi auxiliar quanto à organização e estratégias de seus estudos. Buscamos compreender como faziam, momentos, condições, pessoas envolvidas e, a partir daí, construir possibilidades que pudessem se refletir em melhores resultados e também em maior confiança, transformando os sentidos sobre si mesmos e suas ações. Parte desse trabalho de organização e estratégias de estudo foi realizada de forma coletiva, com estudantes de um mesmo curso. Também durante esse processo os estudantes foram inseridos no Programa de Tutoria já desenvolvido pela PRAE, sob coordenação da equipe de pedagogia da unidade. Nesse programa, estudantes com bom desempenho em determinadas disciplinas ou áreas do conhecimento, com supervisão da equipe de pedagogia, ficam disponíveis em diversos horários durante a semana para sanar dúvidas e oferecer apoio, em formato de oficinas, acerca das temáticas de disciplinas com elevado índice de reprovação.

Buscando uma forma de enfrentamento no que se refere às dificuldades decorrentes do pouco (ou de não se sentirem seguros quanto ao) domínio da língua, em trabalho conjunto com a coordenação e professoras do Centro de Línguas e Interculturalidade (Celin) da UFPR, foram construídas três turmas de Redação em Língua Portuguesa.

Auxiliamos na organização para realização de uma oficina de apresentação de trabalhos específica para estudantes migrantes e refugiados. Essa ação, cujo foco é lidar com sentidos que se transformam em impasses nos momentos de falas públicas, foi realizada por uma psicóloga da PRAE que já desenvolvia esse trabalho com estudantes de graduação.

Organizamos um edital específico a estudantes migrantes e refugiados para empréstimo de notebooks, o que tornou a concorrência mais igualitária, tomando-se em conta as condições de maior vulnerabilidade desse grupo de estudantes.

No trabalho em conjunto com o MOVE, temos discutido, criado e aprimorado estratégias de acompanhamento e auxílios à/na vida estudantil dos migrantes e refugiados, visando favorecer suas autonomias na vida acadêmica, assim como produzir transformações institucionais que acolham a diversidade.

Outra ação é a aproximação e contato com coordenações de curso e programas de orientação acadêmica (no qual um(a) professor(a) é nomeado(a) para ser tutor(a) de uma turma ou grupo de estudantes, auxiliando quanto a questões institucionais e curriculares). Nesse trabalho, o objetivo é auxiliar docentes na construção de estratégias que possam minimizar dificuldades dos estudantes em algumas disciplinas ou campos do conhecimento.

Além disso, outras iniciativas foram a criação dos auxílios emergencial e pré-emergencial para migrantes e refugiados. Desde o primeiro contato com a nova realidade como acadêmicos(as) de uma instituição de ensino pública brasileira, durante o processo de registro acadêmico — primeiro ato formal como estudantes da instituição — os estudantes são entrevistados por assistentes sociais da PRAE. Nessa ação são identificadas, já nos primeiros dias de suas vidas acadêmicas, possíveis vulnerabilidades, assim como aqueles que necessitam são inseridos em programas de auxílios emergenciais e pré-emergenciais, os quais foram criados especificamente para a realidade desses estudantes.

Por fim, temos tido contato quase cotidiano com os estudantes, sanando dúvidas, auxiliando em organização de matrículas no início de semestre. Esse contato tem nos auxiliado a aprofundar a compreensão sobre especificidades de suas vivências e relações na universidade, sendo a base para a construção e o repensar de ações.



*Fachada da Universidade Federal do Paraná, na Praça Santos Andrade.
Fonte: Marcos Solivan*

Considerações finais

As abordagens realizadas pela equipe da PRAE com relação à identificação de demandas e dificuldades de estudantes migrantes e refugiados, e a implementação de novas medidas que buscam minimizar suas dificuldades na UFPR, especialmente no tocante às dificuldades pedagógicas, sociais e de sofrimento, buscam auxiliar esse grupo a romper com ciclos por vezes cristalizados de inclusão/exclusão. Compreendemos que é também papel da universidade, por meio da educação, fornecer meios para que essas pessoas possam buscar uma melhor condição social e de inclusão na sociedade brasileira.

Como resultado, temos percebido uma maior confiança dos estudantes no trabalho da universidade em atenção às suas especificidades, assim como a solidificação da parceria PRAE–MOVE com a construção de ações articuladas. Também como reflexo disso, temos percebido maior ânimo dos estudantes em seus estudos, pelo fato de ter pessoas

que se importam e que tem buscado auxiliá-los. Esse mesmo ânimo importa, pois, não apenas como possibilidade de construção de melhores resultados/índices acadêmicos, mas como transformação de sentidos sobre si e como possibilidade de construção de novas realidades.

Destacamos que as iniciativas até aqui realizadas pela PRAE buscam auxiliar nessa tarefa e, embora tenham apresentado resultados animadores, ainda podem e devem ser aprimoradas na medida em que a universidade reconhece ainda melhor as dificuldades enfrentadas por esses estudantes. Para tanto, a ampliação das iniciativas já existentes, o diálogo constante com os projetos que compõem o PMUB e a manutenção de uma escuta atenta e sustentada no reconhecimento do outro em suas potencialidades e especificidades, somada a uma análise crítica dos relatos coletados pelas equipes multidisciplinares — formadas por profissionais das áreas da Educação, Psicologia, Serviço Social e Direito — é essencial para o cumprimento do objetivo de tornar a UFPR uma instituição cada vez mais acolhedora e promotora da igualdade e da diversidade.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, J.; GABRIEL, M.; ANUNCIACÃO, R. F. M. O papel do entorno no acolhimento e na integração de populações migrante para o exercício pleno da cidadania. p. 359-380. In: GEDIEL, J. A. P.; GODOY, G. G. (orgs.) **Refúgio e hospitalidade**. Curitiba: Kairós Edições, 2016.
- BRASIL. **Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil** — PNAES. Brasília: Diário Oficial da União, 2010.
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei Nº 9.394, 20 de dezembro de 1996.
- BRITO, R. V. A.; ZANELLA, A. V. Formação ética, estética e política em oficinas com jovens: tensões, transgressões e inquietações na pesquisa-intervenção. **Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso**. 12(1), 42–64. 2017.
- COPLAD–UFPR. **Resolução nº 31/09–COPLAD**. Curitiba: Conselho de Planejamento e Administração da Universidade Federal do Paraná — COPLAD, UFPR, 2009.
- FREITAS, M. T. de A. Discutindo sentidos da palavra intervenção na pesquisa de abordagem histórico-cultural. In: FREITAS, M. T. de A.; RAMOS, B. S. (orgs.). **Fazer pesquisa na abordagem histórico-cultural: metodologias em construção**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010. p. 13-24.
- FRIEDRICH, T. S.; BENEDETTI, A. R. M. A visibilidade dos invisíveis e os princípios de proteção aos refugiados: notas sobre os acontecimentos recentes. P. 67-85. In: GEDIEL, J. A. P.; GODOY, G. G. (orgs.) **Refúgio e hospitalidade**. Curitiba: Kairós Edições, 2016.
- LIMA, V. A. A. Psicologia Escolar na Universidade: relato de um projeto de extensão. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 22, n. 2, p. 431-433, ago. 2018.
- PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015
- SAWAIA, B. B. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 97-118.
- SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 73-102.

As múltiplas portas de entrada da Universidade: Processo Seletivo Especial

Tatyana Scheilla Friedrich ²¹

A educação é elemento fundamental da vida dos seres humanos. A possibilidade de adquirir as mais variadas formas de conhecimento distingue-os dos demais seres vivos. Torna-se, portanto, um direito fundamental e humano, previsto nos diversos textos normativos nacionais e internacionais. Por isso, todos e todas devem ter garantido o acesso à educação, em todas as etapas da vida, desde crianças pequenas até a fase adulta, cabendo aos Estados e à sociedade a obrigação de permitir tal acesso, além da permanência e conclusão. O processo formativo deve incluir ainda estrutura física e curricular adequadas, com o provimento de dinâmicas pedagógicas planejadas e contextualizadas, sistemas educativos organizados em todos os espaços, para além do usual meio urbano, e com governança participativa da educação, em que todos os envolvidos contribuem para a realização da educação e sua continuidade.

Os migrantes, refugiados e apátridas devem ser considerados em sua plenitude no tocante ao tema da Educação. O fato de não ter a nacionalidade do país de acolhida não deve restringir-lhes, em absolutamente nenhum aspecto, desse caráter universal da abrangência da educação. Como parte da sociedade, precisam participar de cada etapa do processo educativo.

²¹ Professora de Direito Internacional Privado da UFPR.

A Universidade Federal do Paraná, desde a constatação do grande fluxo de haitianos e sírios para o estado do Paraná, sobretudo a partir do ano de 2013, e com a chegada posterior de outras nacionalidades, inclusive a atual migração de venezuelanos, prontamente passou a realizar ações voltadas a esse público, consciente de seu papel educacional e social. O convênio com o ACNUR para a criação da Cátedra Sérgio Vieira de Mello, que até então era informal, foi formalizado naquele ano. O projeto Português Brasileiro para Migração Humanitária também foi criado na ocasião e, no ano seguinte, novos projetos surgiram, formando o Programa Política Migratória e Universidade Brasileira, que passou a ser o executor interno das ações da Cátedra.

Paralelamente às dezenas de ações de extensão e de ações de cultura que passou a realizar,²² a UFPR, em 2014, também expediu duas resoluções do CEPE (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão): uma voltada à revalidação de diplomas (58/14), que depois foi substituída por nova resolução, de 2016 (02/16); e outra voltada à ocupação de vagas remanescentes dos cursos de graduação, por migrantes humanitários e refugiados que haviam iniciado o curso em seus países de origem e não conseguiram terminar (Resolução 13/14). Tais resoluções são objeto de estudo de outros capítulos da presente obra, os quais demonstram como ambas fazem parte dessa opção da universidade pela pluralidade, diversidade e inclusão.

Os desafios de implementação das duas resoluções não eram poucos, mas foram sendo paulatinamente superados, alguns mais facilmente, outros menos. Mas restava ainda a lacuna da inclusão de migrantes humanitários e refugiados de forma plena nos cursos de graduação desde seu início, e não apenas pela via das vagas remanescentes. As demandas para

ingresso por vestibular eram gigantescas; alguns até conseguiam passar no vestibular geral, mas a grande maioria relatava a grande dificuldade com o grau de proficiência na língua portuguesa, a depender da língua de seu país de origem, muitas vezes pertencente até a um outro alfabeto, e a enorme dificuldade de adaptação a uma forma de seleção e um sistema educativo totalmente diferente daquele a que estivera atrelado em seus períodos progressos de educação.

Diante dessa realidade, a cátedra estudou processos seletivos especiais para deslocados em diferentes instituições, sobretudo estrangeiras; escreveu um projeto de resolução apontando a necessidade de destinação de vagas especiais, com provas seletivas diferenciadas; e começou a tramitar a ideia e a minuta dentro das diversas instâncias institucionais.

A criação da SIPAD — Superintendência de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade foi fundamental para o fortalecimento dessa luta interna por uma nova resolução. Trata-se de uma unidade executiva central, criada em dezembro de 2017 e vinculada ao Gabinete da Reitoria, que tem como missão “propor, fortalecer e concretizar políticas de promoção de igualdade e de defesa dos direitos humanos junto às práticas inclusivas empenhadas pela Universidade Federal do Paraná”. É o órgão especialista, responsável pelas ações afirmativas da universidade, que propõe as políticas e ações ligadas ao reconhecimento das diferenças e da diversidade; à garantia do respeito aos direitos de pessoas com deficiência, altas habilidades/superdotação, surdos(as), negros(as), indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, povos do campo, mulheres, LGBTIs. Destina-se, portanto, a acolher todos os grupos histórica e socialmente subalternizados, nos quais se incluem, consequentemente, os migrantes, refugiados(as),

22 Sobre tais ações, ver: GEDIEL, José Antonio Peres; FRIEDRICH, Tatyana Scheila. Refúgio, Migrações e Hospitalidade: Lições jurídicas e experiência em projeto de extensão na UFPR. Revista da Faculdade de Direito da UFRGS. V. especial, p. 130-150, 2014; OLIVEIRA, M. S.; RUANO, B.; RAGNINI, E. C. S. et al. Política Migratória e Universidade Brasileira: a experiência do atendimento a haitianos e outros migrantes na UFPR. Périplos. Revista de Pesquisa sobre Migrações. V. 1, p. 1-19, 2017. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra_periplos/article/view/5891; GEDIEL, JOSÉ ANTÔNIO PERES; FRIEDRICH, Tatyana Scheila; BALOTIN, Felipe. Public Education and the Welcoming of Migrants and Refugees in a Brazilian University. In: Widening Participation And Lifelong Learning, v. 21, p. 235-244, 2019.

solicitantes de refúgio e apátridas, e por isso passou a dar todo apoio à cátedra na UFPR.

A tramitação recebeu um impulsionamento, com o apoio do Professor Paulo Vinicius Baptista da Silva, primeiro superintendente da Sipad, somada à equipe da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), na pessoa do Pró-Reitor, Professor Eduardo Salles de Oliveira Barra, e do Coordenador de Políticas de Acesso e Permanência (COPAP), Júlio Gomes, além do apoio do Gabinete do Reitor, Ricardo Marcelo Fonseca, já que todos compreenderam a solicitação e acordaram com a ideia e o texto proposto, que foi sendo aprimorado a cada instância.

No conteúdo, para evitar a discussão em torno de quotas em vagas já existentes, optou-se por criação de novas vagas, e no texto da minuta optou-se por uma normativa curta e objetiva. Então, finalmente, em fins do ano de 2018, com a elaboração do irreparável parecer nº 190/18 exarado pelo Conselheiro Altair Pivovar no processo nº 050107/2018-68, por unanimidade de votos, o CEPE aprovou a Resolução 63/18.

Assim, foram criadas, anualmente, 10 vagas suplementares àquelas ofertadas no processo seletivo em cursos de graduação e cursos técnicos de nível pós-médio, para serem disputadas exclusivamente por estudantes migrantes na condição de refugiados ou com visto humanitário, sendo que cada curso disponibiliza uma vaga suplementar, a ser preenchida por escolha dos candidatos na ordem de classificação no Processo Seletivo, até o limite de 10 vagas em cada ano.

A partir de então, e já em janeiro de 2019, a pedido e com o apoio dos docentes e discentes da cátedra, a PROGRAD, por meio da Coordenação de Políticas de Acesso e Permanência (COPAP) e do Núcleo de Concursos (NC), passaram a regulamentar e conduzir os procedimentos para a seleção, definindo as normas dos editais, a verificação documental e a elaboração e correção das provas.

O processo já está em sua terceira edição. A procura é muito grande, em torno de 200 candidatos. Eles devem apresentar ensino médio completo, feito no Brasil ou no exterior. Neste último caso, deve ser revalidado pela Secretaria Estadual da Educação, com quem a cátedra já tem proximidade e cooperação. As provas são planejadas e adaptadas ao público pelos servidores do Núcleo de Concurso, estando envolvidos os professores da cátedra. A equipe da cátedra acompanha pessoalmente os refugiados no momento do registro e os calouros fazem o Curso de Acolhimento Linguístico e Acadêmico, ofertado pela equipe do PBMIH-interno.

Pela experiência com o reingresso (ocupação de vagas remanescentes), já no primeiro ingresso dos refugiados por esse processo seletivo especial, a UFPR, em parceria com seu Celin — Centro de Línguas, e o Núcleo Tandem, lançou juntamente a campanha “Recomeços São Possíveis”, para estimular a recepção e seu acolhimento, por parte dos técnicos administrativos, docentes e discentes.

Com todas essas ações, decorrentes da criação dessa nova forma de ingresso, a UFPR exauriu as possibilidades de acesso de migrantes humanitários e refugiados aos seus cursos de graduação, demonstrando seu compromisso com a promoção de uma educação inclusiva.



Recomeços são POSSÍVEIS

Na volta às aulas, a UFPR recebe um grande número de novos alunos. Entre eles estão migrantes que vêm ao Brasil em busca de um recomeço. Imigrantes e refugiados que deixaram seus países para trás, em busca de melhores condições de vida. Cabe a nós, professores, alunos e técnicos, praticarmos a empatia e a gentileza.

Seja parte dessa história.
#recomecossãopossiveis

DISCRIMINAÇÃO CONTRA UM ALUNO
DENUNCIE: acolhe.sipad@ufpr.br

*Materiais informativos da campanha “Recomeços São Possíveis”.
Fonte: Sucom, UFPR, 2019.*

*Abertura do Curso de Acolhimento Linguístico e Acadêmico para os alunos aprovados pelo reingresso e pelo primeiro processo seletivo especial, em 4/2/2019.
Fonte: Marcos Solivan, 2019.*



REFERÊNCIAS

GEDIEL, José Antônio Peres; FRIEDRICH, Tatyana Scheila; BALOTIN, Felipe. **Public Education and the Welcoming of Migrants and Refugees in a Brazilian University**. In: Widening Participation And Lifelong Learning, v. 21, p. 235-244, 2019.

GEDIEL, José Antonio Peres; FRIEDRICH, Tatyana Scheila. Refúgio, Migrações e Hospitalidade: Lições jurídicas e experiência em projeto de extensão na UFPR. **Revista da Faculdade de Direito da UFRGS**. V. especial, p. 130-150, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/Andr%C3%A9%20Passos/Downloads/70464-292086-1-PB.pdf>.

OLIVEIRA, M. S.; RUANO, B.; RAGNINI, E. C. S. et al. Política Migratória e Universidade Brasileira: a experiência do atendimento a haitianos e outros migrantes na UFPR. **Périplos. Revista de Pesquisa sobre Migrações**. V. 1, p. 1-19, 2017. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra_periplos/article/view/5891.

Links das matérias relativas ao primeiro Processo Seletivo Especial decorrente da resolução 63/18:

<https://www.ufpr.br/portalufpr/noticias/vestibular-para-refugiados-prova-sera-realizada-neste-domingo-pela-manha-portoes-serao-fechados-as-8h30>.

<https://www.ufpr.br/portalufpr/noticias/programa-da-ufpr-inicia-acolhimento-linguistico-e-academico-para-estudantes-migrantes-com-visto-humanitario-e-refugiados>.

<https://www.plural.jor.br/noticias/vizinhanca/ufpr-abre-10-vagas-para-migrantes-e-refugiados>.

O Tempo do Aprendizado e a Proposta e Implementação do “Ano Zero”

Bruna Pupatto Ruano ²³

Tatyana Scheila Friedrich ²⁴

Rosy Ngalula Kamayi ²⁵

Wenega Wama ²⁶

Zoraida Carolina Rivas ²⁷

23 Doutora em Estudos Linguísticos (UFPR). Atualmente é professora substituta do curso de Letras (UFPR) e responsável pelo acolhimento linguístico acadêmico de migrantes e refugiados dessa instituição.
E-mail: bruna.ruano@gmail.com.

24 Doutora em Direito (UFPR), com pós-doutorado em Migração e Trabalho pela Fordham University, é professora de Direito Internacional Privado da UFPR e Coordenadora da Cátedra Sérgio Vieira de Mello na UFPR.
E-mail: tatyanafriedrich@yahoo.com.

25 Graduanda congoleza (RDC) do primeiro ano do curso de Direito (UFPR).
E-mail: rosekamayi@gmail.com.

27 Graduando togolês do primeiro período do curso de Agronomia (UFPR).
E-mail: narcissewatherloy@gmail.com.

28 Graduanda venezuelana do terceiro período do curso de Engenharia Industrial Madeireira (UFPR).
E-mail: zlaya20@gmail.com.

“Alguém consegue imaginar os desafios e todas as mudanças que experimenta um estudante refugiado durante seu primeiro ano na faculdade? Essa é definitivamente uma pergunta que não tem uma única resposta. No entanto, quando falamos de refugiados, nos referimos não apenas a pessoas de diferentes partes do mundo, mas também culturas, costumes e pensamentos diversos. Por tal motivo, decidi falar do meu ponto de vista e sobre minha experiência pessoal durante os primeiros meses de adaptação como aluna na Universidade Federal do Paraná.” Z. R.

Desde a aprovação de resoluções específicas para a inserção (via vestibular especial) e reinserção (via ocupação de vagas remanescentes) de migrantes humanitários e refugiados nos cursos da Universidade Federal do Paraná (UFPR), a Cátedra Sérgio Vieira de Mello, através do Programa Política Migratória e Universidade Brasileira (PMUB), vem refletindo sobre a importância da efetivação de políticas que deem condições a esses estudantes, não apenas de (re)ingressar, mas também de permanecer e concluir sua trajetória acadêmica com êxito. Assim, o objetivo desta contribuição é trazer à luz reflexões sobre a criação de políticas afirmativas de acolhimento a esses alunos, que levem em conta as especificidades desse público-alvo.

A iniciativa do “Ano Zero”, que será descrita neste texto, visa auxiliar os acadêmicos migrantes humanitários e refugiados da UFPR que tenham ingressado na instituição por meio do edital de Reingresso (13/14–CEPE) ou do Vestibular Especial (63/18–CEPE) na sua adaptação universitária e permanência contínua por meio de uma proposta de um primeiro ano acadêmico diferenciado.

Assim, no ano de 2018, a Cátedra entrou em contato com a COPAP — Coordenação de Políticas de Acesso e Permanência, da Pró-Reitoria de Graduação, para propor ações específicas para esse público, com a perspectiva de avançar na construção de políticas de permanência para os migrantes e refugiados inseridos nos diversos cursos de graduação da UFPR. Uma das proposições dizia respeito à construção de uma resolução relativa a um “ano zero de acolhimento”, com um primeiro ano diferenciado para todos os alunos provenientes do Programa Reingresso e Vestibular Especial.

Na pesquisa de Ruano (2019), foram identificadas necessidades específicas concernentes à adaptação dos alunos nas atividades cotidianas dos seus cursos. Foram constatados, principalmente, problemas relativos ao português acadêmico, à sociabilidade nos cursos, às questões de ordem socioeconômica, ao entendimento dessa política por agentes institucionais internos e às questões culturais envolvidas no processo de migração e refúgio no início dos estudos em outra cultura. Essas dificuldades indicavam a necessidade de formulação de políticas afirmativas destinadas a esse público e exigiam uma atenção especial dos atores institucionais.

“Percebi que uma das principais dificuldades está vinculada à escrita acadêmica; esta já supõe um desafio na língua materna; mas no momento de escrever em outro idioma ela se converte numa tarefa mais complexa, de modo que para nós podermos nos habituar ao mundo universitário temos que treinar nosso português na sua forma de expressão oral e escrita; tentando sempre ter uma fala mais formal, porque na verdade isso é necessário para todo aluno — nativo ou migrante

— para poder fazer uma excelente apresentação na aula.” Z. R.

Com o objetivo de contemplar as questões diagnosticadas e de institucionalizar as ações que já vinham sendo colocadas em prática ao longo dos anos pelo programa, e com base no primeiro contato sobre o tema com a COPAP, a Cátedra elaborou uma proposta de resolução para estabelecer normas e instituir o Ano de Adaptação (uma espécie de “Ano Zero”), que consiste em um Ciclo Interdisciplinar Acadêmico de Acolhimento, destinado a compor o currículo de estudantes migrantes por razões humanitárias e refugiados que ingressam na Universidade Federal do Paraná por meio dos processos previstos nas Resoluções 13/14 e 63/18. A proposta apresentada baseou-se em uma série de estudos realizados pelas Professoras Bruna Pupatto Ruano e Tatyana Scheila Friedrich, que elaboraram um texto detalhado, apresentado ao Pró-Reitor de Graduação e Educação Profissional da UFPR, Eduardo Salles de Oliveira Barra, em dezembro de 2018.

Essa minuta de resolução englobava as principais demandas sinalizadas. Além do acompanhamento dos discentes via Programa de Tutoria, foram sugeridas disciplinas introdutórias para esse público nas áreas de Direito, Psicologia, Letras e Informática.

“Posso dizer que, com esse programa, o estudante estrangeiro tem à sua disposição o curso de acolhimento para uma melhor integração na universidade e para uma boa ampliação das suas habilidades em português. Por exemplo, estou no primeiro ano de Direito, e com esse programa tenho o privilégio de fazer também matéria especial de direito só para os refugiados, de português oral e escrito, de computação e de psicologia, em que aprendo a técnica e também meus direitos e deveres. Posso dizer até que aprendo a viver o conhecimento.” R. N. K.

A opção por disciplinas específicas para o calouro refugiado, das áreas de Letras, Direito, Psicologia e Informática, não foi aleatória. Com elas, resta garantido aos discentes um acolhimento linguístico



Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPR, em reunião na Sala dos Conselhos, no dia 13/12/2019, ocasião da votação da Resolução 56/2019.

Fonte: Acervo da Cátedra Sérgio Vieira de Mello na UFPR.

e digital, além de um espaço de acolhimento e conhecimento sobre a condição jurídica do migrante e refugiado no Brasil e a sua subjetivação como cidadão. Além disso, questões de interculturalidade e princípios clássicos da Constituição e da sociedade brasileiras também ficam contemplados, no interior das disciplinas propostas.

“Por outro lado, posso dizer que ter frequentado essas aulas especiais foi importante no processo de integração à universidade como instituição de ensino, porque tivemos a chance de conhecer como ela desenvolve distintas funções, seja o sistema de empréstimo de livros nas bibliotecas, os programas de monitorias para estudantes, os programas de bolsas da PRAE, os programas de extensão e até o funcionamento do restaurante universitário. Sem dúvida, achei muito interessante que, durante os cursos, assistimos a vídeos falando sobre situações reais do Brasil, temas sobre direitos humanos, mas também sobre nossos deveres em respeitar as leis e costumes do país que nos deu refúgio. Conseguimos nos integrar e entender as políticas de permanência da UFPR, sabendo que contamos com apoio pedagógico e psicológico para nos apoiar em nosso processo de adaptação de uma forma mais tranquila, e isso é um alívio que os discentes migrantes sentem.” Z. R.

O Ciclo Interdisciplinar Acadêmico de Acolhimento foi orientado, primeiramente, pelo modelo da universidade francesa Grenoble-Alpes (UGA). Essa instituição se constituiu como uma universidade parceira e um espaço de trocas de pesquisa e práticas no que concerne à temática da migração e do refúgio. Se, por um lado, a experiência do acolhimento linguístico nessa IES estrangeira serviu de base para a proposta inicial do Ciclo na UFPR, por outro, a Cátedra na UFPR inspirou, naquela universidade, um programa similar, intitulado Co-Formation Étudiants et Réfugiés (Co-FormER), aprovado pela coordenação de Iniciativas de Excelência (IDEX) para o biênio 2019–2020.

Em relação ao Ciclo Interdisciplinar Acadêmico de Acolhimento, no modelo da universidade francesa, os alunos frequentam um curso preparatório, com duração de sete meses, e, durante esse período de formação, ainda não possuem vínculo formal com a instituição. Porém, no contexto da UFPR, foi avaliado como imprescindível que esse ciclo acontecesse paralelamente ao início da trajetória acadêmica, com os alunos frequentando uma ou duas disciplinas da sua grade curricular, pois as práticas anteriores com esse público e as pesquisas realizadas comprovaram que grande parte das demandas se fazem presentes na medida em que eles estão inseridos em seus respectivos cursos de graduação.

“Faço as disciplinas de português acadêmico e de Direito. O português me ajuda bastante nas matérias do meu curso. Além disso, com o Direito, compreendo mais os direitos e deveres, e também a necessidade de aceitação da diferença, a fim de contribuir para a construção de um mundo melhor.” W. W.

Nesse sentido, conforme aponta o projeto apresentado, a carga horária obrigatória deve ser reduzida a uma ou duas disciplinas por semestre, para que esses estudantes tenham disponibilidade de frequentar as demais aulas ofertadas pelo ciclo. No entanto, é importante ressaltar a questão do tempo de integralização curricular. Por considerar as especificidades dessa população, o ano de adaptação não estará inserido na contagem de tempo para fins de jubileamento, para não prejudicar o público atendido, conforme descrito na minuta.

Outra referência examinada para a elaboração dessa proposta foi a Resolução 133/2013, que diz respeito ao Ciclo Intercultural de Iniciação Acadêmica para os Estudantes Indígenas da Universidade Estadual de Londrina (UEL), implementado naquela instituição

no início do ano letivo de 2014. Foi consultada, ainda, como exemplo, a normativa do Programa de Formação Interdisciplinar Superior (ProFis) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

A partir desses três modelos, da experiência prática da Cátedra nos anos anteriores e também dos resultados alcançados na pesquisa de Doutorado de Ruano (2019), foi redigido esse documento, com os devidos ajustes e adaptações, tendo como base a realidade da UFPR. Nessa política foram incluídos, além dos estudantes reingressos, os alunos admitidos pelo Vestibular Especial destinado a migrantes e refugiados da UFPR.

Assim, felizmente, em dezembro de 2019, a Resolução nº 56/19–CEPE foi aprovada por unanimidade, regularizando a implementação do chamado “Programa de Formação Suplementar: Ciclo de Acolhimento Acadêmico para Estudantes Refugiados (PFS–Refugiados)”. O texto original sofreu modificações na PROGRAD e foi apresentado ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão de modo mais sucinto, apontando apenas as linhas gerais da proposta e deixando os detalhes para a

*Matrícula dos alunos migrantes e refugiados de 2020, ano em que foi institucionalizado o “Ano Zero”.
Fonte: Acervo da Cátedra Sérgio Vieira de Mello na UFPR*



regulamentação interna na Pró-Reitoria. O projeto pedagógico do PFS–Refugiado foi criado no início de 2020, por ato do Pró-Reitor, contemplando toda a proposta idealizada pela Cátedra.

Neste ano de 2020, mesmo com todas as adversidades decorrentes da pandemia da Covid19 e do isolamento social, o fato de a UFPR ter adotado o ERE — Ensino Remoto Emergencial — tem permitido a implementação e experimentação inicial do “Ano Zero”, oficialmente denominado “PFS–Refugiado”. Não é a conjuntura idealizada pela Cátedra, mas isso não tem impedido o aprendizado por parte dos refugiados calouros, que estão podendo realizar seu sonho da educação superior, e por parte da Cátedra Sérgio Vieira de Mello na UFPR, que está conseguindo realizar na prática um projeto estudado e idealizado — o que já nos tem permitido vislumbrar novos desafios.

“Aprecio a didática e o ensino dessas disciplinas em um âmbito descontraído e sério.” W. W.

“É preciso agradecer por todo o tempo investido por parte dos professores e do pessoal da cátedra. Eles estão constantemente escutando nossas dificuldades como estudantes estrangeiros e procurando aprimorar o trabalho, atingindo nossas demandas sobre os temas que mais interessam no nível acadêmico, acompanhando nosso desenvolvimento, dando a força de que algumas vezes precisamos para entender que já conseguimos realizar um grande passo ao entrar na universidade, mas agora temos de demonstrar que temos a capacidade de contribuir como profissionais no Brasil.” Z. R.

REFERÊNCIAS

RUANO, B. **Programa Reingresso UFPR: Aproveitamento de vagas remanescentes para a reinserção acadêmica de migrantes e refugiados: ações de acolhimento.** Tese de Doutorado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2019.

UFPR. **CEPE aprova iniciativa com objetivo de aprimorar o acolhimento e a adaptação de estudantes migrantes e refugiados.** Sucom/UFPR. Disponível em: <https://www.ufpr.br/portalufpr/noticias/cepe-aprova-iniciativa-com-objetivo-de-aprimorar-o-acolhimento-e-a-adaptacao-de-estudantes-migrantes-e-refugiados>. Acesso em 29. set. 2020.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (UEL). **Resolução 133/2013.** 14 de novembro de 2013. Londrina, 2013. Disponível em: http://www.uel.br/prograd/docs_prograd/resolucoes/2013/resolucao_133_13.pdf. Acesso em: 29. set. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). **Resolução nº 13/14–CEPE.** 6 junho de 2014. Curitiba, 2014. Disponível em: <http://www.progepe.ufpr.br/progepe/?p=2094>. Acesso em: 10 set. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). **Resolução nº. 63/18–CEPE.** 9 novembro de 2018. Curitiba, 2018. Disponível em: <http://www.soc.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2018/11/cepe-63-18-vagas-suplementares-migrantes.pdf>. Acesso em: 25 set. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). **Resolução nº 56/19–CEPE.** 13 dezembro de 2019. Curitiba, 2019. Disponível em: <http://www.soc.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2020/02/cepe5619.pdf>. Acesso em: 24 set. 2020.

Por uma política de permanência: acompanhando a trajetória universitária de estudantes refugiados e migrantes humanitários na UFPR

Elaine Cristina Schmitt Ragnini ²⁸

Graziela Lucchesi Rosa da Silva ²⁹

Jardel Pelissari Machado ³⁰

Nathielly Daiany Oliveira Santos ³¹

Luana Lubke de Oliveira ³²

28 Doutora em Educação pela UFPR. Professora do Departamento de Psicologia da UFPR. Coordenadora do Projeto Movimentos Migratórios e Psicologia (MOVE).
E-mail: elaine@ufpr.br.

29 Doutora em Educação pela UFPR. Atua como professora do Departamento de Psicologia da UFPR. Vice-Coordenadora do Projeto Movimentos Migratórios e Psicologia (MOVE).
E-mail: grazielaluc@hotmail.com.

30 Doutor em Psicologia pela UFSC. Psicólogo da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis PRAE-UFPR.
E-mail: machadojardel@ufpr.br.

31 Especialista em Educação Especial. Pedagoga na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE-UFPR.
E-mail: nathielly@ufpr.br.

32 Graduada em Psicologia na UFPR. Estudante do curso de Especialização em Gestão Pública da UEPG.
E-mail: luanalubke@gmail.com.

Introdução

Na última década o Brasil tem recebido migrantes de diferentes nacionalidades e, apesar de signatário da Convenção da ONU para recepção de refugiados(as), o país não tem política ou programas de acolhimento e integração da população migrante à sociedade brasileira.

Nesse contexto, a educação figura como um importante campo para a consolidação de tal integração. Inserida nesse campo, a universidade pública se destaca como instituição que pode ampliar as possibilidades de participação dessa população em melhores condições no mundo do trabalho e na sociedade, sendo importante fator de garantia de direitos. As recentes pesquisas nessa área (FERREIRA, 2019; FERREIRA, A.; MARTINS-BORGES, L.; WILLECKE, 2019), somadas às narrativas de experiências, tem possibilitado a identificação de um conjunto de dificuldades vivenciadas, assim como de processos de inclusão/exclusão e preconceito sofridos nas instituições educacionais.

Inserido no âmbito das políticas de inclusão da população migrante no ensino superior, este trabalho objetiva apresentar o processo de discussões,

construção e desenvolvimento de ações conjuntas realizadas pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) e o Projeto de Extensão Movimentos Migratórios e Psicologia (MOVE), que tiveram como foco a trajetória universitária, a garantia de condições de permanência, as relações de inclusão/exclusão e a produção do sucesso/fracasso acadêmico de estudantes refugiados e migrantes na Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Políticas de Acesso e Permanência na universidade pública brasileira: os(as) refugiados(as) e migrantes na UFPR

As políticas de inclusão no ensino superior público brasileiro possuem uma longa trajetória, marcada por diversas concepções e formas de implementação (IMPERATORI, 2017). A partir dos anos 2000 elas ganham outros contornos, principalmente com políticas de acesso, com reservas de vagas (popularmente conhecidas como cotas) a grupos que até então tinham acesso muito restrito a esse nível de ensino. Na UFPR, uma das primeiras universidades do país a fazer a implementação, a política de reserva de vagas foi efetivada no vestibular para ingresso no ano de 2005.

Juntamente com as discussões referentes à política de acesso à universidade estavam as discussões sobre as condições para que os estudantes pudessem concluir seus cursos, ou seja, as políticas de permanência

(MACHADO; PAN, 2016). Assim, é instituído o Programa Nacional de Assistência Estudantil em 2007, sendo transformado no Plano Nacional de Assistência Estudantil em 2010. Acompanhando essa política de âmbito nacional, a UFPR cria, em 2008, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), órgão que tem como foco criar condições de permanência aos estudantes da UFPR, combatendo a evasão e a retenção.

Na mesma esteira de abertura das universidades, em 2006 é regulamentado, pela Resolução nº 40/06-CEPE, o Processo de Ocupação de Vagas Remanescentes (PROVAR), que teve início no ano letivo de 2007. Esse processo possibilita que estudantes mudem de turno, de curso, retornem à universidade, ou que estudantes de outras instituições possam ingressar na UFPR e dar continuidade a cursos iniciados.

Em 2014, a solicitação de uma estudante síria para o (re)ingresso no curso de Arquitetura e Urbanismo dá início a uma série de discussões que culminaram na criação e aprovação da Resolução nº 13/14-CEPE, que regulamenta o ingresso de migrantes portadores do estado de refúgio ou do visto de migração humanitária que precisaram interromper a graduação devido à migração. A partir de então, é realizado o levantamento de vagas remanescentes do PROVAR nos cursos de graduação da universidade e divulgado um edital, conhecido como Reingresso. Em 2018, o CEPE-UFPR aprovou a Resolução 63/18, que regulamenta outro processo seletivo especial para pessoas com os referidos status migratórios, conhecido como Vestibular Especial.³³ Esse processo admite o ingresso de dez estudantes por ano por meio de vagas suplementares. Atualmente são 119 estudantes, de diversas nacionalidades, matriculados em diferentes cursos na UFPR.

33 Cabe destacar que atualmente existem cinco resoluções na UFPR que versam sobre os estudos de refugiados e migrantes humanitários na instituição. Além dessas aqui indicadas, temos a resolução para a revalidação de diplomas acadêmicos de refugiados e migrantes humanitários emitidos no exterior (02/16 - CEPE) e a resolução do Programa de Formação Suplementar (56/19 - CEPE) para os recém-ingressos na UFPR. Ainda, existem refugiados e migrantes humanitários que são ingressantes pelo processo seletivo anual da UFPR. A proposta de trabalho aqui apresentada acolhe os estudantes refugiados e migrantes humanitários ingressantes por essas vias.

Rede de acompanhamento das trajetórias universitárias de refugiados e migrantes na UFPR

Com o ingresso dos primeiros estudantes, em 2015, começaram a ser percebidas algumas especificidades: a barreira linguística, as diferenças culturais e no funcionamento da universidade, e as dificuldades de permanência universitária. Essas particularidades demandaram, nos anos seguintes, ações do MOVE para acompanhamento³⁴ dos(as) acadêmicos(as) com a perspectiva de identificar e acolher suas demandas, potencialidades e dificuldades; elaborar estratégias para auxiliar a adaptação ao contexto universitário, atentando às suas especificidades; mediar relações com pares e com outras instâncias universitárias, fomentando a consolidação de uma rede interna para integração efetiva no espaço acadêmico.

Dessa forma, a partir das ações realizadas, percebemos a necessidade de mapeamento das instâncias que desenvolvem o acompanhamento de estudantes na universidade, buscando a constituição de uma rede de atendimento e acompanhamento da trajetória universitária.

Um dos órgãos buscados para a construção desse trabalho em rede foi a PRAE. Essa Pró-Reitoria, como já enunciado, tem como objetivo atender às demandas do público discente, contribuindo para sua permanência e formação profissional. Suas ações estão pautadas na tríade: auxílio, apoio e acolhimento. Assim, a PRAE gerencia uma série de auxílios financeiros (permanência, refeição, moradia, creche), bem como executa ações e projetos envolvendo diversos profissionais das áreas da Pedagogia, Psicologia, Serviço Social e Administração. Nesse sentido, destacamos a importância da garantia de

políticas de permanência, e que essas não estejam relacionadas apenas às questões financeiras, uma vez que as demandas próprias do contexto universitário perpassam diversas esferas sociais, as quais carecem de ações integrais e multidisciplinares. Essas ações se sustentam na compreensão de que os auxílios financeiros, embora sejam de grande importância, não são os fatores exclusivos a garantirem condições de qualidade de vida ao estudante, sobretudo daquele em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Nessa Pró-Reitoria, dentre outras ações, é realizado acompanhamento de rendimento acadêmico de estudantes inseridos nos programas de auxílios, prática que é desenvolvida pela equipe de pedagogia em atenção à Resolução 31/09 do Conselho de Planejamento e Administração (COPLAD-UFPR), que estabelece critérios acadêmicos para manutenção do recebimento dos auxílios financeiros. Neste trabalho, constatamos que um número significativo dos estudantes refugiados e migrantes apresentavam baixo rendimento acadêmico, o que sinalizava que esse grupo estaria com mais dificuldades e que poderia necessitar de mais ações (para além das já ofertadas), ou de ações focalizadas.

Em parceria, o MOVE e a PRAE, buscando aprofundar a compreensão de fatores que estivessem prejudicando estudos e formação profissional e, a partir disso, construir estratégias e ações, ampliamos o contato e aproximação com esses estudantes e fortalecemos as ações para a permanência. Esse conjunto de ações envolve tanto as que têm foco nas singularidades de cada estudante — suas vivências, suas demandas e potencialidades — quanto outras que se voltam ao coletivo de estudantes e o contexto de relações nas quais estão inseridos. Assim, com base na perspectiva de pesquisas de caráter interventivo (BRITO; ZANELLA, 2017; FREITAS, 2010), e na atuação crítica e ampliada da Psicologia Escolar (BISINOTO, MARINHO, ALMEIDA,

34 O acompanhamento é realizado, atualmente, por 15 estudantes de Psicologia, extensionistas do Projeto MOVE, sob orientação da coordenadora e da vice-coordenadora do projeto. Cada extensionista é responsável pelo acompanhamento de um grupo composto por estudantes migrantes que cursam o mesmo curso ou cursos de áreas semelhantes.

2011; SANTANA, PEREIRA, RODRIGUES, 2014; BISINOTO, MARINHO-ARAÚJO, 2015; PAN, ZONTA, 2017), produzimos informações e dados por meio das estratégias de acompanhamento já citadas, entrevistas individuais e coletivas, observações participantes, análises documentais e a partir de relatórios de sistemas informatizados educacionais da UFPR.³⁵

Impasses à/na trajetória acadêmica

A partir dessas ações, construímos as seguintes informações sobre as principais dificuldades relatadas pelos estudantes quanto a aspectos que interferem em suas vidas acadêmicas na UFPR, bem como as demandas de trabalho:

Quanto à língua, relatam: dificuldades com escrita (referem que o tempo para provas e trabalhos é insuficiente, que sabem fazer provas e trabalhos em suas línguas maternas sem dificuldades), com compreensão oral (não compreendem falas de professores cujo idioma materno não é português ou que falam rápido), com falas públicas (não se sentem capazes, pelo pouco domínio da língua, de fazer apresentações de trabalhos), e que as disciplinas de português brasileiro são/eram ofertadas no mesmo horário de disciplinas do curso (por isso, e muitas vezes por já estarem desperiodizados, davam preferência às disciplinas regulares, em detrimento do português).

Quanto ao sistema de ensino, relatam: a organização e a forma de ensino em seus países de origem são

diferentes; não conhecem conteúdos tidos como básicos por professores; dificuldades de compreensão e inserção da/na instituição e quanto aos sistemas informatizados; por vezes, não se reconhecem no curso, pois escolhem, dentre as vagas remanescentes na universidade e por ordem de classificação no processo seletivo, cursos que nem sempre são os que gostariam ou que cursavam em seus países.

Quanto a situações de exclusão, relatam: casos de racismo e xenofobia por parte de docentes (os estudantes sentem-se sob vigilância constante em provas; professores não auxiliam na formação de grupos de trabalho; ausência de docentes tutores ou comissão de acompanhamento acadêmico) e de outros estudantes (não querem fazer trabalhos junto).

Sentimento de fracasso: expresso reiteradamente como sentimento de incompetência ou como acometidos de algum transtorno mental, decorrente de processos avaliativos, dificuldades de relações interpessoais envolvendo a língua e a cultura e isolamento.

Dificuldade de compreensão do conteúdo e acompanhamento de disciplinas que têm altos índices de reprovação.

Desconhecimento ou conhecimento parcial da estrutura e/ou serviços ofertados na/pela universidade (como os serviços de assistência estudantil) e outros serviços públicos, como os dos Sistemas Únicos de Saúde e Assistência Social (SUS e SUAS), assim como de seus direitos civis e dificuldades financeiras para custeio de materiais necessários para cursar algumas disciplinas, bem como pela dificuldade de conciliar trabalho e estudos.

A partir desse conjunto de informações, e com base em estudos críticos em psicologia, educação e direitos

35 Destacamos o "Observatório do desempenho institucional e acadêmico em relação a universitários migrantes humanitários e refugiados na UFPR (2015-2019)", de autoria da psicóloga e pedagoga Doutora Francine Rocha e realizado em parceria com o Centro de Assessoria e Pesquisa em Psicologia e Educação (CEAPPE), dirigido pela professora Doutora Norma da Luz Ferrarini. Atualmente em fase final de elaboração do relatório, essa pesquisa objetivou a análise das práticas desenvolvidas na UFPR em relação aos estudantes migrantes e refugiados.

humanos, temos nos debruçado a refletir sobre os processos que, ao mesmo tempo que promovem o acesso aos direitos humanos e à educação, bem como à diversidade cultural na instituição e a construção de uma permeabilidade à aceitação do estrangeiro nas relações sociais, são perpassados pela dinâmica de inclusão/exclusão, que envolvem racismo, xenofobia, retenção/reprovação (de forma reiterada), sofrimento e adoecimento. As narrativas e relatos dos estudantes evidenciam situações de sofrimento ético-político, ou seja, da vivência cotidiana da “dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade” (SAWAIA, 2006, p. 104). Essas questões impactam no sentimento de frustração mencionado por alguns estudantes diante de suas notas em atividades avaliativas em algumas disciplinas, frequentemente nas disciplinas com alto índice de reprovação (RAGNINI; SILVA; OLIVEIRA; BUSATO, 2019).

Importante ressaltar que muitos desses estudantes enfrentam essas dificuldades estando fisicamente distantes da sua rede de apoio, o que pode contribuir para que sejam vivenciadas de maneira solitária (FERREIRA, 2019). Isso se agrava com as barreiras de integração nas turmas, expressas na dificuldade de conseguir grupos para realização de trabalhos e no desenvolvimento de amizades (RAGNINI et al, 2019). Como efeito, essas questões têm (re)produzido e garantido a manutenção de compreensões individualistas e que culpabilizam os estudantes por seus fracassos acadêmicos (PATTO, 1999), assim como dos mecanismos institucionais, muitas vezes velados, que produzem sofrimento e adoecimento, agravando a exclusão (MACHADO, ZANELLA, no prelo).

Outro ponto a ser considerado é a necessidade da construção e implementação de políticas e legislações específicas que amparem esses estudantes nos processos formativos e avaliativos, garantindo

as condições efetivas de integração no contexto universitário. Diferentemente dos estudantes com necessidades educacionais especiais, estudantes refugiados e migrantes não têm suas especificidades pedagógicas amparadas por leis, sendo, portanto, avaliados da mesma forma que os estudantes brasileiros.³⁶ Essa ausência de amparo legal deixa-os em condição de desigualdade perante os demais.

Com vistas à construção de uma política efetiva de permanência e no enfrentamento das lógicas individualistas, de produção de fracasso acadêmico e incidindo diretamente nas relações de inclusão/exclusão, temos desenvolvido uma série de ações, dentre as quais destacamos: 1. Oficinas de oratória, com foco na apresentação de trabalhos, exclusiva a estudantes refugiados e migrantes; 2. Construção de editais específicos de apoio pedagógico e de inclusão digital aos estudantes refugiados e migrantes; 3. Construção de parcerias e diálogos com pró-reitorias, coordenações de curso e comissões de orientação acadêmica para consolidação de trabalho institucional e ampliado, envolvendo atores que estão diretamente implicados na inclusão e permanência efetiva desses estudantes; 4. A manutenção de entrevistas e reuniões com os estudantes; 5. Elaboração, em conjunto com os estudantes (de forma individual ou coletiva), de estratégias e formas de organização de estudos; 6. Discussão com diversas instâncias da universidade para fomentar a criação de legislações específicas que garantam formas de atendimento diferenciado e/ou adaptações curriculares aos refugiados e migrantes (ampliação de tempo para realização de provas ou trabalhos, por exemplo); 7. Aprimoramento e consolidação de ações propositivas de mediação como o desenvolvimento de instrumentos para caracterização do grupo de estudantes — suas especificidades e demandas — e de acompanhamento dos estudos ao longo dos semestres; 8. Em conjunto com o Centro de Línguas e Interculturalidade (CELIN–UFPR), foram criadas três turmas para curso

36 Durante o curso, alguns estudantes refugiados e migrantes conseguem o visto permanente e a nacionalidade brasileira. Isso não implica que suas dificuldades ou necessidades educativas sejam supridas pela nova condição.



*Primeiro Encontro de Estudantes (re)ingressos (2017).
Fonte: Luana Lubke, 2017.*



*Quarto Encontro de estudantes (re)ingressos (2019).
Fonte: Luana Lubke, 2019.*

de redação em língua portuguesa brasileira, ofertado em contraturno e horários alternativos; 9. Auxílio para planejamento de matrículas e para organização de grade de disciplinas com planejamento de conclusão de curso; 10. Fomento à participação no programa de apoio em disciplinas ou áreas de conhecimento com alto índice de reprovação (programa organizado e gerenciado pela PRAE em que estudantes bolsistas estão disponíveis para tirar dúvidas e auxiliar quanto a dificuldades acadêmicas); 11. Participação na recepção dos calouros (acolhimento linguístico); 12. Encontros que reúnem todos os estudantes ingressantes pelo Reingresso e Vestibular Especial e discussão das propostas de ações do MOVE (Encontro de Reingressos); 13. Apoio a atividades culturais na universidade (como o cardápio com comidas típicas no restaurante universitário em datas comemorativas e o “Afrocuritiba”³⁷); 14. Auxílio ao estudante refugiado e migrante no estabelecimento de contatos de referência (estudantes e/ou professores do curso) para suporte em relação a demandas específicas do curso; 15. Acolhimento e encaminhamento de demandas que não são relacionadas diretamente à universidade, como por exemplo quanto a filhos e

problemas de saúde; 16. Participação no Programa de Formação Suplementar da UFPR para estudantes refugiados e migrantes — acompanhamento das aulas e de estudantes com dificuldades na universidade e oferta de disciplinas específicas para estudantes refugiados no Departamento de Psicologia; 17. Durante a pandemia do SARS-CoV-2 (Covid-19), criamos estratégias virtuais (por meio de aplicativos de mensagens ou plataformas disponíveis na UFPR) de acompanhamento e diálogo constante com os estudantes; 18. Ainda, no período de Ensino Remoto Emergencial da UFPR, por conta da pandemia, ministramos a disciplina Tópicos Especiais em Psicologia, Migração e Refúgio para estudantes refugiados e migrantes, e também estudantes do curso de Psicologia; 19. Desenvolvimento de parceria com o Centro de Assessoria e Pesquisa em Psicologia e Educação (CEAPPE) da UFPR — projeto de orientação de estudantes refugiados e migrantes com bolsas do Programa Institucional de Apoio à Inclusão Social, Pesquisa e Extensão Universitária (PIBIS) e observatório do desempenho institucional e acadêmico em relação a universitários migrantes humanitários e refugiados na UFPR.

37 AfroCuritiba é uma atividade de extensão da UFPR que promove uma caminhada por espaços da cidade de Curitiba que marcam a presença negra na história da cidade. Mais informações podem ser acessadas no site do projeto: <https://afrocuritiba.afrosul.com.br>. Em 2019, foi organizada uma edição do evento voltada para os estudantes migrantes e refugiados.

Considerações finais

As políticas de acesso e permanência para estudantes refugiados e migrantes na universidade brasileira representam uma conquista de direitos dessa população. No entanto, para que se efetivem, precisam que as ações de acolhimento e acompanhamento sejam desenvolvidas e institucionalizadas. Nesse sentido é que se dá a parceria entre a PRAE, o Projeto MOVE e outros atores institucionais. O trabalho articulado em rede promove unidade para as ações de acolhimento, integração e acompanhamento desses estudantes na universidade pública brasileira, e delimita as especificidades de cada atuação profissional envolvida. Além disto, possibilita a consolidação de contatos de referência para os estudantes na procura por apoio em suas dificuldades.

Com essas ações e a partir de relatos dos estudantes quanto a efeitos percebidos, enfatizamos a necessidade de manutenção e ampliação das mesmas, principalmente quanto ao contato direto com os estudantes, e de contribuição para que suas vozes sejam ouvidas na/pela instituição, fazendo ecoar e desvelar, de forma que sejam transformadas as situações de exclusão e de fracasso acadêmico. Buscamos, assim, a garantia de direitos e acesso à educação, pensados e executados com a participação dos(as) refugiados(as) e migrantes, e seu reconhecimento pela população em geral.

Diante de todos esses avanços e limitações, podemos afirmar que a presença de estudantes vindos de diversos países enriquece o ambiente universitário em diversidade cultural. No entanto, os grupos de estudantes mencionados podem se deparar com dificuldades das mais diversas ordens e com a contradição entre as expectativas em relação à universidade e a realidade vivenciada nela. Ou seja, além do acesso, é necessário que sejam promovidas as condições materiais e simbólicas que contribuam para a permanência do estudante no ambiente universitário.

REFERÊNCIAS

- BISINOTO, C.; MARINHO, C.; ALMEIDA, L. A atuação da psicologia escolar na educação superior: algumas reflexões. **Revista Portuguesa de Pedagogia**. 45 (1), 2011.
- BISINOTO, C.; MARINHO-ARAÚJO, C. **Psicologia Escolar na Educação Superior**: panorama da atuação no Brasil. *Arq. Bras. de Psico.*; Rio de Janeiro, 67 (2): 33-46, 2015.
- BRITO, R. de V. A.; ZANELLA, A. V. Formação ética, estética e política em oficinas com jovens: tensões, transgressões e inquietações na pesquisa-intervenção. **Bakhtiniana**: Revista de Estudos do Discurso, 12(1), 42–64. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2176-457326093>. Acesso em 25 ago. 2020.
- FERREIRA, A. **Imigração e saúde mental: narrativas de estudantes latino-americanos em uma universidade intercultural**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) — Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Florianópolis, 2019.
- FERREIRA, A.; MARTINS-BORGES, L.; WILLECKE, T. Internacionalização do ensino superior e os impactos da imigração na saúde mental de estudantes internacionais. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior, v. 24, p. 594-614, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772019000300594&script=sci_arttext.
- FREITAS, M. T. de A. Discutindo sentidos da palavra intervenção na pesquisa de abordagem histórico-cultural. In: FREITAS, M. T. de A.; RAMOS, B. S. (Orgs.). **Fazer pesquisa na abordagem histórico-cultural**: metodologias em construção. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010. p. 13-24.
- IMPERATORI, T. K. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, 129, 2017 Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.109>.
- MACHADO, J. P.; PAN, M. A. G. S. Direito ou benefício? Política de assistência estudantil e seus efeitos subjetivos aos universitários. **Estud. psicol.** 21(4), 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/1678-4669.20160046>.
- MACHADO, J. P.; ZANELLA, A. V. (In)Visibilizados e (in)dizíveis da/na vida estudantil na universidade. **Campinas: Rev. Intern. Educ. Sup. no prelo**.
- PAN, M. A. G. de S.; ZONTA, G. A. Acolhimento por pares como prática de formação de psicólogos: plantão institucional e rodas de conversa. In: PAN, M. A. G. de S.; ALBANESE, L.; FERRARINI, N. da L. (orgs.). **Psicologia & Educação Superior: formação e(m) prática**. Curitiba: Juruá, 2017.
- PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.
- RAGNINI, E. C. S.; SILVA, G. L. R.; OLIVEIRA, L. L.; BUSATO, M. A recepção e a permanência de migrantes e refugiados na Universidade Federal do Paraná. In: **Encontro intermediário dos GT's da ABEP**. São Paulo: Anais, 2019. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/3460/3318>. Acesso em 23 set. 2020.
- SAWAIA, B. B. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2006, p. 97-118.
- SANTANA, A. C.; PEREIRA, A. B. M.; RODRIGUES, L. G. **Psicologia Escolar e educação superior: possibilidades de atuação profissional**. *Rev. da Associação Bras. de Psicologia Escolar e Educacional*, São Paulo, 18(2), 2014: 229-237.

O Recomeço da Vida Profissional e a Revalidação de Diplomas Estrangeiros na UFPR

José Antônio Peres Gediel³⁸
Fernando Cesar Mendes Barbosa³⁹
Tânia Savariego⁴⁰

38 Professor Titular de Direito na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Coordenador da Cátedra Sérgio Vieira de Mello do Alto Comissariado das Nações Unidas (CSVM/ACNUR) junto à UFPR entre 2013-2018.
E-mail: jagediel@gmail.com.

39 Advogado. Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR (PPGD/UFPR).
E-mail: fernandocesarmb@gmail.com.

40 Graduada em Direito pela UniSantaCruz. Graduanda em Administração Pública pela UFPR. Especialização em Ministério Público – Estado Democrático. Extensionista na CSVM-UFPR/ACNUR.
E-mail: tfsavariego@gmail.com.

41 Brasil. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 27/09/2020.

42 Brasil. Lei n. 9.474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 195, Brasília. 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19474.htm. Acesso em 20/09/2020. Acesso em 09/09/2020.

1. Considerações iniciais

A revalidação de diplomas estrangeiros consiste em procedimento de autenticação e reconhecimento de diplomas obtidos junto a instituições de ensino superior estrangeiras, em cursos de graduação e pós-graduação. O artigo 48, §2º e 3º da Lei 9.394⁴¹ de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, atribui a competência para a revalidação desses diplomas às universidades públicas brasileiras, “reconhecidos e avaliados, na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior” (BRASIL, 1996).

A revalidação de diplomas estrangeiros, em geral, tem sido considerada uma das ações mais importantes para a inserção social. Essa ação torna-se mais relevante sempre que os títulos a serem revalidados são de refugiados ou de solicitantes de refúgio, migrantes e apátridas. Nesses casos, a vulnerabilidade inerente à condição migratória pode ser sobreposta a elementos de natureza socioeconômica, como por exemplo, o exercício profissional ou a obtenção de trabalho.

A Lei 9.474,⁴² de 22 de julho de 1997, que define os mecanismos para a implementação do Estatuto dos

Refugiados de 1951, em seu artigo 4º, §1º (BRASIL, 1997), dispõe sobre essa matéria regulada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE/UFPR) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), por meio da Resolução nº 02/16–CEPE⁴³, de 1 de abril de 2016, estabelecendo que os pedidos de revalidação desses solicitantes deverão ser facilitados, levando-se em consideração as especificidades daqueles que estão em condição de refúgio, ou são portadores de visto humanitário, nos termos previstos na referida Lei.

A Cátedra Sérgio Vieira de Melo (CSVM), do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), realizou, em 2018, em conjunto com instituições de ensino superior brasileiras e com o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), pesquisa⁴⁴ cujo objetivo era conhecer o perfil socioeconômico de pessoas em condição de refúgio, no Brasil, por meio de vários dados, inclusive a respeito da revalidação de diplomas.

Nessa pesquisa, restou evidenciado que refugiados e solicitantes de refúgio possuíam habilidades linguísticas e formação educacional superiores aos índices identificados entre cidadãos brasileiros. A pesquisa apontou que, entre os entrevistados, 34,4% haviam completado o ensino superior em seu país de origem. Essa porcentagem mostrou-se maior que a média de conclusão do ensino superior brasileiro para aquele ano, estimada em 15,7% (ACNUR, 2018).

Verificou-se, ainda, que entre aqueles em condição de refúgio que possuíam ensino superior concluído em seu país de origem (34,4%), uma porcentagem bastante inferior logrou êxito em ter sua formação profissional reconhecida no Brasil, pois pouco mais de 3% dos entrevistados possuíam título de educação superior revalidado.

Por fim, outro dado apresentado pela mesma pesquisa destacou que 68,2% dos entrevistados em condição de refúgio não utilizam sua formação profissional obtida no país de origem para o exercício profissional no Brasil.

Como é possível notar, os dados apresentados demonstram que na vida daqueles que estão em condição de refúgio no Brasil, há um hiato entre sua formação profissional anterior ao ingresso no país e o trabalho que desempenham no Brasil. Esse distanciamento entre as duas realidades pode ser analisado a partir do pequeno percentual de diplomas revalidados, como demonstrado.

No conjunto de atividades do Projeto de Extensão “Refúgio, Migração e Hospitalidade”, do curso de Direito, no âmbito da Cátedra Sérgio Vieira de Mello, constatou-se que existem inúmeros desafios a serem superados, e que o tempo de revalidação se apresenta como uma dificuldade a mais para essa espécie de revalidação de diplomas, apesar dos esforços para simplificar os trâmites burocráticos e reduzir os custos previstos, conforme estabelecido na Resolução nº 02/2016–CEPE.

O projeto acompanhou um procedimento de revalidação iniciado por refugiado da República Democrática do Congo, cujos dados e informações pessoais são anonimizados, para manter o sigilo, ele será identificado pela sigla TG.

TG é nascido na República Democrática do Congo, possui formação em Engenharia, é casado e tem filho nascido no Brasil. TG saiu de uma cidade do interior do Paraná, onde morou desde que chegou ao Brasil, e decidiu vir para Curitiba e revalidar seu diploma.

43UFPR. Resolução 02/16-CEPE. Estabelece normas para revalidação de diplomas de graduação expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior requerida por migrantes regularmente admitidos no Brasil e portadores do estado de refugiado ou de visto humanitário, Curitiba, 2016. Disponível em: <http://www.soc.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2016/07/cepe-0216-Revalida%C3%A7%C3%A3o-de-Diplomas-Refugiados.pdf>. Acesso em 08/09/2020.

44 Agência da ONU para refugiados. Perfil Socioeconômico dos refugiados no Brasil: subsídios para a elaboração de políticas. Brasília: ACNUR. 2018. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/05/Resumo-Executivo-Versa%CC%83o-Online.pdf>. Acesso em 20/09/2020.

TG relata que sempre encontrou apoio no Brasil entre as pessoas com as quais se relacionou, mas sua principal dificuldade e frustração consiste em “não ter o direito de exercer sua profissão que estudou com tanta dedicação”. Explica que trouxe sua família para o Brasil, o que aumentou a necessidade de buscar ajuda na revalidação de seu diploma, para ter uma posição mais adequada no mercado de trabalho, pois se sentia desvalorizado com os trabalhos informais, precários e mal remunerados.

TG participou de um processo seletivo para engenheiro em uma empresa agrícola na cidade onde residia. Obteve êxito nas etapas de avaliação técnica, mas por ocasião da entrevista para a contratação, seu diploma, sem revalidação, foi recusado. E, apesar de admitido, foi alocado para uma função operacional no manejo da granja, primeiro como operador de produção, depois técnico do setor de climatização. Nunca reconheceram sua profissão e nem o remuneraram de forma condizente com sua formação e habilidade, embora trabalhasse juntamente com outros engenheiros do setor e exercesse atividades típicas dessa profissão, com habilidade reconhecida pelos demais. Alega que perdeu diversas oportunidades de emprego pela falta do diploma e que atualmente trabalha como sócio em uma empresa de instalação de ar condicionado.

O relato de TG confirma que a revalidação de diplomas de pessoas que estão em condição de refúgio é importante instrumento para o recomeço da vida profissional e inserção social dos migrantes. A revalidação de um diploma de formação acadêmica de um solicitante de refúgio, além de reconhecer sua habilitação profissional, preserva um dos únicos vínculos que ainda permanecem em processos marcados por perdas e assimilações linguísticas, culturais e familiares.

2. Construção, aplicação e resultados da Resolução n. 02/16-CEPE/UFPR

A Lei 9.474/97⁴⁵, ao tratar da integração local, estabelece, no art. 43: “a condição atípica dos refugiados deverá ser considerada quando da necessidade da apresentação de documentos”; e estabelece, no art. 44, que: “o reconhecimento de certificados e diplomas, os requisitos para a obtenção da condição de residente e o ingresso em instituições acadêmicas de todos os níveis deverão ser facilitados” (BRASIL, 1997). Ou seja, a referida lei determina que os refugiados estão dispensados de apresentar a totalidade da documentação exigida, sempre que precisarem exercer os seus direitos e deveres.

Todos esses aspectos foram observados na Resolução nº 02/16-CEPE, que estabeleceu normas específicas para revalidação de diplomas de graduação expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior na UFPR, requerida por migrantes, refugiados e apátridas.

O processo de revalidação de diplomas tem início com o preenchimento de formulário eletrônico, no qual são inseridos os documentos exigidos para a participação no edital publicado, regularmente, para essa finalidade.

Assim, por ocasião do requerimento de revalidação, os interessados deverão apresentar cópia do pedido de reconhecimento da condição de refugiado ou visto humanitário junto à Polícia Federal, com o reconhecimento do Comitê Nacional de Refugiados (CONARE).

De acordo com o artigo 5º da resolução, os documentos que farão parte do formulário de requerimento são:

45 Brasil. Lei nº9.474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 195, Brasília. 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm. Acesso em 20/09/2020.

a) cópia do diploma a ser revalidado, se disponível; b) histórico escolar com especificação das disciplinas e duração do curso, carga horária de cada disciplina, graus, conceitos de aprovação ou comprovação de créditos obtidos em cada disciplina, ou prova do cumprimento do currículo pelo candidato, se disponível; c) relatório de experiência profissional no exterior, caso exista; d) documento de identidade (passaporte ou equivalente); e) cópia do pedido de refúgio ou visto humanitário junto à Polícia Federal com reconhecimento pelo Comitê Nacional de Refugiados (CONARE); f) cópia do documento da Receita Federal do Brasil emitindo um número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF); g) comprovante de recolhimento da taxa de revalidação, conforme o estabelecido pelo Conselho de Planejamento e Administração (COPLAD) da UFPR.

Entre esses documentos, a resolução estabelece, no §1º do artigo 5º, que a cópia do diploma e a cópia do histórico escolar deverão ter autenticação de autoridade consular brasileira no país da instituição que emitiu o diploma estrangeiro. No entanto, em caso de impossibilidade dessa autenticação ou impossibilidade de apresentação desses documentos, ou de impossibilidade de autenticação por serviço consular, por restrições financeiras, o requerente deverá justificar.

Em relação às restrições financeiras que possam inviabilizar a participação de candidatos nos editais de revalidação, a resolução aponta que os editais definirão os critérios de isenção para os candidatos que declararem vulnerabilidade econômica.

Durante o processo de revalidação de diplomas, cabe à equipe do Projeto de Extensão do curso de Psicologia realizar entrevistas com os candidatos solicitantes de isenção do pagamento da taxa, para atestar a incapacidade econômica de arcar com o custo do processo invocada pelo requerente.

São objetivos da entrevista recolher dados socioeconômicos de forma não invasiva e possibilitar que as histórias desses sujeitos sejam recontadas e acolhidas no decorrer da entrevista. A possibilidade

de contar as histórias proporciona ao sujeito entrevistado a chance de elaboração de uma forma diferente da própria história, a partir de uma nova posição subjetiva.

As entrevistas ocorrem baseadas em um roteiro semiestruturado elaborado a partir de um questionário socioeconômico e um modelo de anamnese, com apoio de estudante do curso de Letras, que realiza a avaliação do domínio linguístico dos entrevistados. Neles são previstos cinco eixos, sendo eles: a) identificação do candidato; b) histórico migratório; c) informações da vida no Brasil; d) formação e trabalho; e e) estudos no Brasil.

No eixo identificação do candidato são solicitados nome, idade e país de origem. No histórico de migração, pergunta-se sobre o caminho migratório; se veio para Brasil sozinho, há quanto tempo está em Curitiba, se já morou em outra cidade brasileira e se chegou a passar por campo de refugiados. No que se refere às informações da vida no Brasil, pergunta-se onde mora, se mora sozinho ou com mais pessoas, e se essas pessoas dividem as despesas, se paga aluguel, se possui contato regular com outros migrantes, se é vinculado a alguma instituição ou igreja, e se se relaciona com brasileiros regularmente. No item formação e trabalho, questiona-se sobre a formação realizada, o ano de conclusão, se já havia trabalhado no seu país (se sim, quanto recebia), se já trabalhou no Brasil e quanto ganhava, e, finalmente, lhe é perguntado se está trabalhando no momento, como é sua rotina e qual o salário atual.

Quanto aos estudos no Brasil, pergunta-se se a pessoa está cursando ou se realizou cursos desde que chegou, e como tem sido o processo de adaptação ao português. Indaga-se como avalia a condição de realizar uma prova em português e se já buscou a revalidação anteriormente. Nesse último momento, normalmente há muitas dúvidas sobre os próximos passos do processo (prova de português e prova específica). Por isso se fazem perguntas acerca das condições de conhecimento de português. Após isso, transmitem-se as informações dos próximos passos.

Ao final da entrevista, têm-se todos os dados necessários para realizar a análise socioeconômica, ou seja, atestar a fragilidade econômica e a incapacidade de arcar com o custo do processo.

Os documentos redigidos em língua estrangeira que forem apresentados no ato da inscrição para a revalidação deverão, nos termos do artigo 6º da Resolução, ser acompanhados de tradução oficial por tradutor juramentado. No entanto, a exemplo do solicitado em relação ao diploma e ao histórico, em relação aos demais documentos, o requerente poderá justificar a impossibilidade de apresentação de tradução juramentada. Além disso, para essa finalidade, também serão aceitas traduções não juramentadas, desde que acompanhadas dos documentos originais, em português, espanhol, francês ou inglês.

Em relação aos responsáveis pela análise e homologação das inscrições realizadas para o edital de revalidação, estabelece-se que a comissão será composta por um docente das áreas de Direito Internacional e de Direitos Humanos; um docente integrante da Cátedra Sérgio Vieira de Mello; pelo Assessor de Relações Internacionais da UFPR e por um representante da PROGRAD — Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal do Paraná.

Entre as atribuições da comissão está o exame da qualificação conferida pelo título estrangeiro apresentado para revalidação e a adequação da documentação que o acompanha, bem como a correspondência do curso realizado no exterior com o curso que é oferecido pela Universidade Federal do Paraná. Em sua análise, a comissão poderá requisitar maiores informações consideradas necessárias para a análise do pedido.

Após a homologação das inscrições, a Resolução estabelece que o processo de revalidação de diploma compreende três fases, todas de caráter eliminatório: a) prova objetiva; b) prova prática; c) entrevista. No entanto, apesar de as três etapas serem eliminatórias, o §3º do artigo 9º informa que a prova prática poderá

ser excluída, ser permitida e aprovada a exclusão pelo Colegiado do Curso, por meio de justificativa fundamentada.

Com as inscrições homologadas, os candidatos serão submetidos a exames, entrevistas e provas na Universidade Federal do Paraná. Esses exames têm como objetivo aferir a equivalência dos estudos realizados no exterior aos oferecidos na UFPR. Todas as etapas de avaliação serão realizadas em língua portuguesa e deverão ser realizadas em até quatro meses a partir da data de homologação. Após a realização de todos os exames, o processo de revalidação retornará à Comissão para sua apreciação.

De acordo com o §4º do artigo 11, quando a análise realizada pela comissão apontar para a não equivalência ou o não preenchimento dos requisitos necessários à revalidação, “o candidato deverá realizar estudos complementares, conforme disponibilidade na UFPR ou em outra instituição em que se ministre curso equivalente” (UFPR, 2016). A comissão definirá o prazo para a realização dos estudos complementares.

Essa recomendação de estudos, nos termos da Resolução, põe termo ao processo de revalidação, embora faculte ao interessado sua reabertura, com a retomada dos procedimentos de revalidação, no prazo estabelecido pela comissão para a realização dos estudos complementares.

Ao longo do processo, caso persistam dúvidas em relação à equivalência de estudos, a comissão poderá determinar a realização de novos exames, entrevistas e provas para a verificação dessa equivalência.

Ao final do processo, no caso de revalidação, o diploma estrangeiro original será apostilado e registrado. Para aqueles que não possuem diploma ou certificado original, será expedido certificado de revalidação.

A Resolução nº 02/16–CEPE entrou em vigor em 1 de abril de 2016. No período de 2016 a 2019, foram realizadas 138 solicitações de pedidos de revalidação de diplomas estrangeiros por refugiados, solicitantes

de refúgio e portadores de visto humanitário, dentre os quais 32 tiveram seus diplomas revalidados, conforme se observa no quadro abaixo:

Quadro 1. Diplomas de instituições estrangeiras revalidados pela UFPR

| Ano | Solicitações de Revalidação de Diplomas – Resolução nº 02/16–CEPE | Diplomas revalidados |
|-------|---|----------------------|
| 2016 | 22 | 4 |
| 2017 | 14 | 2 |
| 2018 | 30 | 5 |
| 2019 | 72 | 21 |
| Total | 138 | 32 |

Fonte: ⁴⁶Núcleo de Concursos da Universidade Federal do Paraná.

3. A Plataforma Carolina Bori: aspectos diferenciais e convergentes com a Resolução 02/16-CEPE/UFPR

Em março de 2017, outra iniciativa com vistas à revalidação e ao reconhecimento de diplomas estrangeiros foi lançada. Trata-se da Plataforma Carolina Bori, implantada pelo Ministério da Educação, dentro do Sistema Nacional de Revalidação e Reconhecimento de Diplomas, que pretende unificar na mesma plataforma os requerimentos

de revalidação e reconhecimento de diplomas às instituições de ensino superior brasileiras.

Apresentada como um instrumento facilitador para a tramitação de requerimentos de reconhecimento e revalidação, a plataforma reúne, voluntariamente, instituições públicas e privadas aptas a receberem as solicitações.

A Universidade Federal do Paraná integra e opera por meio desse sistema e dessa plataforma, concomitantemente com os procedimentos próprios previstos na Resolução nº 02/16–CEPE. Assim, os solicitantes poderão utilizar um ou outro procedimento.

Caso o solicitante de revalidação opte pelo procedimento estabelecido na Plataforma Carolina Bori, terá a assessoria do Projeto de Extensão “Refúgio, Migração e Hospitalidade”, que integra o “Programa Política Migratória e Universidade Brasileira” destinados a cumprir os objetivos da Cátedra Sérgio Vieira de Mello — ACNUR, junto à UFPR.

Os procedimentos adotados pela Plataforma Carolina Bori são regulamentados pela Resolução CNE/CES nº 3, de 22 de junho de 2016⁴⁷, que dispõe sobre normas referentes à revalidação de diplomas de cursos de graduação e ao reconhecimento de diplomas de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior.

Todas as pessoas que detenham diplomas de graduação ou pós-graduação, nos níveis de mestrado ou doutorado, emitidos por instituições estrangeiras

46 Os números ora apresentados foram obtidos junto ao Núcleo de Concursos da UFPR – responsável pela organização e processamento dos requerimentos de revalidação de diplomas estrangeiros, de que trata a Resolução nº 02/16-CEPE/UFPR – por meio de consulta aos editais reguladores. Os dados foram coletados em 15 de setembro de 2020 e podem ser acessados no endereço: www.nc.ufpr.br.

47 BRASIL, Ministério da Educação. Resolução nº 03/2016. Dispõe sobre normas referentes à revalidação de diplomas de cursos de graduação e ao reconhecimento de diplomas de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior. CNE/CES. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=44661-rces003-16-pdf&category_slug=junho-2016-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 27/09/2020.

e que tenham interesse em sua revalidação ou em seu reconhecimento podem encaminhar às instituições brasileiras de ensino superior que aderiram à Plataforma Carolina Bori seu requerimento.

Por meio do acesso à plataforma, o interessado deverá anexar os documentos elencados pela Resolução CNE/CES nº 3, do Ministério da Educação, e as informações específicas exigidas pela instituição de ensino a que se dirige. Além disso, o requerente também deverá escolher a qual instituição seu requerimento será encaminhado.

4. Obstáculos, dificuldades e vitórias

No primeiro semestre de 2020, o Projeto Refúgio, Migração e Hospitalidade atendeu, presencialmente, a cerca de 159 refugiados e migrantes interessados em revalidação de diplomas, principalmente venezuelanos recém-chegados e haitianos residentes em todo o estado do Paraná. Com o advento da pandemia, o atendimento passou a ser remoto, via internet, mas o edital de revalidação foi suspenso pelo Núcleo de Concursos da UFPR.

Apesar dessa conjuntura, alguns outros aspectos podem ser apontados como desafios para a melhoria dos processos de revalidação de diplomas, tanto na Plataforma Carolina Bori quanto na UFPR por meio da Resolução nº 02/16–CEPE.

Inicialmente, cabe observar que alguns professores na universidade desconhecem aspectos constantes das resoluções que regulamentam os processos de revalidação, e só buscam informações mais precisas quando são designados para comporem comissões. Diante dessa realidade, considera-se importante haver maior divulgação dessa atividade inerente à universidade pública, por meio de

boletins informativos ou até mesmo de treinamentos específicos.

Outro aspecto que dificulta o andamento do processo de revalidação é a análise do projeto pedagógico da instituição de origem do diploma, na maior parte das vezes retirado de sítios da internet, sem autenticação dessa instituição, que acaba não sendo aceito pelos órgãos da UFPR.

Existe ainda o problema do apostilamento, que determina a autenticação consular para que qualquer documento expedido em outro país possa ser considerado válido no Brasil. Nas situações de refúgio ou de migrações forçadas, a pessoa deixou seu país sem condições de requerer tal apostilamento, e, uma vez no Brasil, não pode retornar ao seu país de origem. Esse tema vem sendo superado, mas sempre é retomado em relação aos diplomas apresentados.

No caso específico da Plataforma Carolina Bori, determina-se um prazo de 30 dias para análise dos documentos, mas a norma não prevê a possibilidade de nova juntada ou emenda de documentos. O prazo total para análise acadêmica dos diplomas é de 180 dias, e não é suficiente nas hipóteses em que os documentos apresentam problemas de imagem, de autenticação, e são entregues na forma digital. Essa situação impossibilita a juntada de documentação a posteriori, em seu formato original, o que demanda um prazo mais longo a favor do requerente. A UFPR tem buscado equilibrar esse prazo de forma individual, procurando atuar com maior razoabilidade em relação aos prazos.

Outras dificuldades são enfrentadas no processo regulado pela Resolução nº 02/16–CEPE. O Projeto Refúgio, Migração e Hospitalidade tem atuado para superá-las sem afetar a segurança do procedimento e assegurar a higidez dos títulos. Assim, tem insistido na apresentação de documentos originais, ampliando os prazos de entrega desses documentos, pois é de conhecimento geral que existem muitos diplomas falsificados.

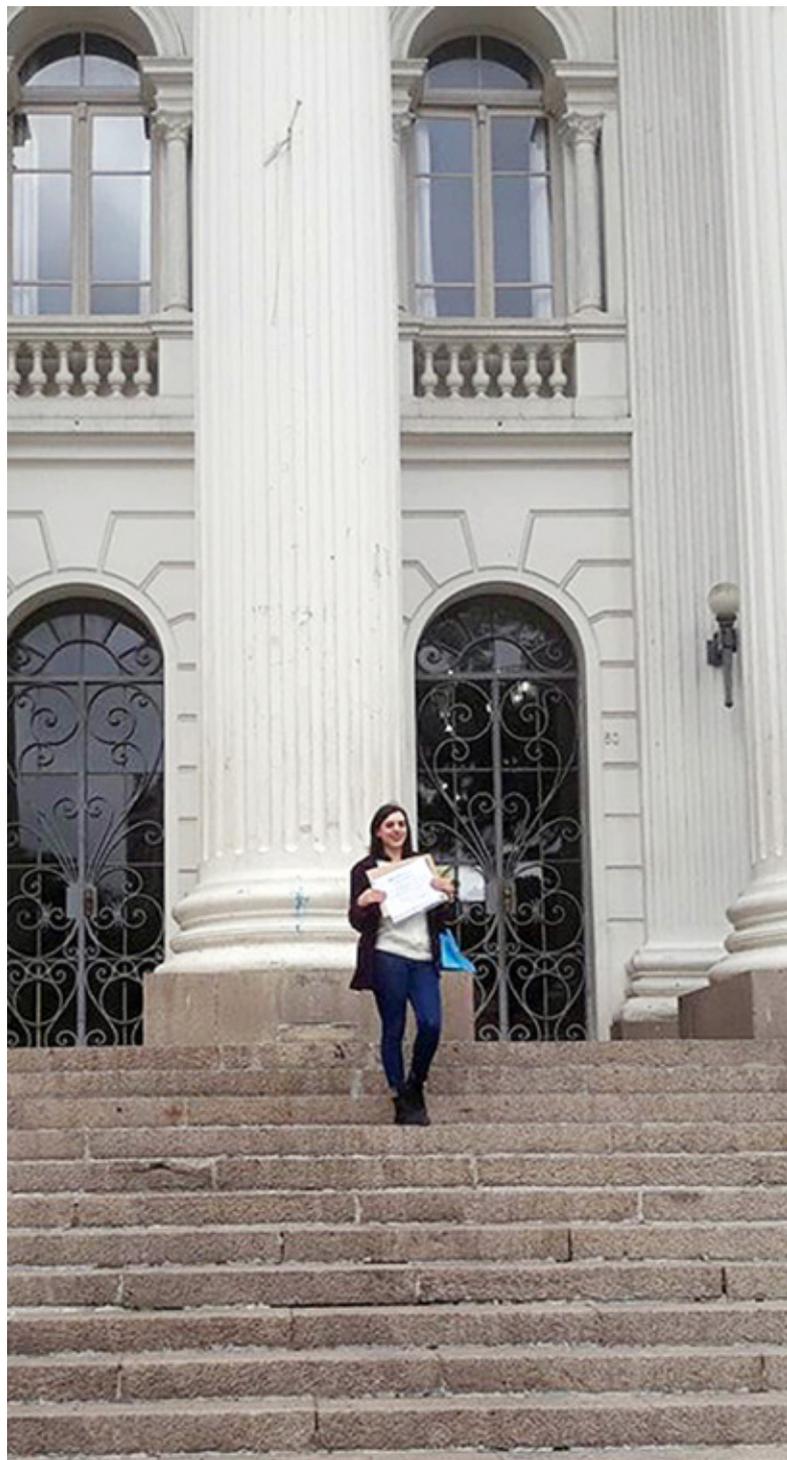
O projeto também tem buscado alternativas para a questão da tradução dos documentos, diante do alto custo da tradução juramentada. Na mesma linha, tem apresentado alternativas e procedimentos para obter a isenção da taxa de inscrição.

O projeto tem insistido que as provas de língua portuguesa tenham um caráter instrumental, para facilitar, principalmente, a situação dos recém-chegados. Na busca de atender às peculiaridades da vida dos migrantes, a partir da observação dos horários dos cursos de graduação na UFPR, tem-se buscado dialogar com as coordenações para que possam ocorrer ajustes nas grades.

Recentemente, com a chegada de inúmeros refugiados e migrantes venezuelanos, uma outra dificuldade surgiu em relação à compatibilização de diplomas de cursos superiores que são abrigados sob a nomenclatura de cursos técnicos superiores na Venezuela, gerando dúvidas nas comissões de análise, principalmente porque não é possível estabelecer uma comunicação imediata com muitas instituições daquele país.

O fato de as provas serem realizadas apenas uma vez por ano também é visto como uma dificuldade, como relata Maram Naser Edin, refugiada síria chegada ao Brasil em 2018, que conseguiu revalidar seu diploma obtido em universidade do seu país de origem junto ao curso de Farmácia da UFPR, em 2019.

Maram relata que buscou refúgio no Brasil, e que, infelizmente, na Síria, já não estava conseguindo atuar profissionalmente por causa da guerra. Sobre a sua experiência com o processo de revalidação na UFPR, alega que o principal problema são as provas, que ocorrem uma vez ao ano, e os prazos de inscrição muito exíguos. Além disso, há um lapso temporal expressivo entre a aprovação no processo e o recebimento do diploma revalidado. Maram demorou 11 meses para receber seu diploma revalidado, após ter realizado todas as provas. Sobre as provas, ela considera que estão de acordo com a sua formação na Síria. Relata, por fim, que essa conquista foi algo muito importante para sua vida profissional e pessoal.



*Maram Naser Edin, refugiada síria com seu diploma revalidado diante do Prédio Histórico da UFPR.
Fonte: PMUB–CSVM–ACNUR–UFPR.*

As considerações, relatos e informações sobre o processo de revalidação de diplomas estrangeiros no Brasil revelam que, de modo geral, essa matéria é nova e está em pleno desenvolvimento normativo e institucional nas universidades brasileiras, sendo necessária a ampliação da Cátedra Sérgio Vieira de Mello para outras Instituições de Nível Superior — IES, além das já conveniadas, para contribuírem com o aperfeiçoamento desses procedimentos.

Os obstáculos e dificuldades apresentados apontam que, além do perfil extremamente burocratizado que caracteriza os procedimentos nas universidades, existem também óbices de natureza cultural que precisam ser superados por campanhas, debates e mobilizações por meio de projetos de extensão que tratem do refúgio, da migração e da apatridia.

Além disso, seria desejável a veiculação de informações sobre a documentação exigida no Brasil para revalidação de diplomas nas embaixadas dos principais países de pessoas que solicitam refúgio e migram para o Brasil. Essas ações devem ser estendidas aos órgãos encarregados de acompanhar esses fluxos migratórios.

A superação de fronteiras sociais e educacionais compõe o conjunto de medidas voltadas à conscientização do direito de migrar, em uma conjuntura histórica marcada por guerras, graves violações dos direitos humanos e diásporas. O papel da Universidade Federal do Paraná se insere nesse esforço, inclusive, ao democratizar informações, auxiliar no reconhecimento da formação acadêmica dos migrantes e de sua inserção na vida profissional, de forma adequada, segura, sem distorções e de acordo com a sua identidade.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DA ONU PARA REFUGIADOS. **Perfil Socioeconômico dos Refugiados no Brasil: subsídios para a elaboração de políticas.** Brasília: ACNUR. 2018. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/05/Resumo-Executivo-Versa%CC%83o-Online.pdf>. Acesso em 20/09/2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 27/09/2020.

BRASIL. **Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.** Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 195, Brasília. 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm. Acesso em 20/09/2020. Acesso em 09/09/2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução nº 03/16–CNE.** Dispõe sobre normas referentes à revalidação de diplomas de cursos de graduação e ao reconhecimento de diplomas de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior. 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 27/09/2020.

UFPR. **Resolução nº 02/16–CEPE/UFPR.** Estabelece normas para revalidação de diplomas de graduação expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior requerida por migrantes regularmente admitidos no Brasil e portadores do estado de refugiado ou de visto humanitário, Curitiba. 2016. Disponível em: <http://www.soc.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2016/07/CEPE/UFPR-0216-Revalida%C3%A7%C3%A3o-de-Diplomas-Refugiados.pdf>. Acesso em 08/09/2020.

UFPR. **Resolução nº 13/14–CEPE/UFPR.** Aprova normas para acesso de migrantes regularmente admitidos no Brasil e portadores do estado de refugiado de seu país de origem ou de visto humanitário e que tenham iniciado cursos superiores em instituições de ensino no estrangeiro aos cursos de graduação da UFPR, com fulcro no Art. 44 da Lei nº 9.474 de 20 de julho de 1997, Curitiba, 2014. Disponível em: http://www.soc.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2016/07/resolucao_CEPE/UFPR_09072014-902.pdf. Acesso em 08/09/2020.

Refúgio, Pós-Graduação e Pesquisa em Direito na UFPR

José Antônio Peres Gediel ⁴⁸

Amr Hdiefa ⁴⁹

Gloire Mvangi Nkialulendo ⁵⁰

Kamilia Akminasi ⁵¹

1. Premissas para mudanças de rumo

O refúgio, na sua configuração jurídica atual, é uma criação recente do Ocidente para diminuir o impacto da violência das guerras e das graves violações dos direitos humanos, que atingem pessoas e povos e provocam deslocamentos de contingentes humanos em busca de paz, de reconstrução das suas vidas e de esperança no futuro.

Na política neoliberal, os deslocamentos humanos forçados são necessários para o funcionamento da economia globalizada. “A migração como um pesadelo errante, que revela não apenas a expansão dos fluxos migratórios impostos pelo desemprego no Terceiro Mundo, mas também pelas guerras locais que multiplicaram o número de refugiados (...)” (CORONIL, 2005), além de necessária, se apresenta como desejável e rentável.

Acolher os refugiados e lhes oferecer proteção estatal não elimina as causas que provocam esses cataclismas não naturais nem afastam as questões referentes aos fluxos migratórios, ao acolhimento, à identidade, ao

48 Professor Titular de Direito na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Coordenador da Cátedra Sérgio Vieira de Mello do Alto Comissariado das Nações Unidas (CSVM/ACNUR) junto à UFPR entre 2013-2018.
E-mail: jagediel@gmail.com.

49 Advogado e jornalista formado pela Universidade de Damasco, Síria. Mestre em Direito e doutorando do PPGD/UFPR.
E-mail: amranyway1917@gmail.com.

50 Graduada em Direito pela Faculté des Sciences Juridique, Economique et Social (FSJES), HASSAN I. Settat, Marrocos.
Mestranda do PPGD/UFPR.

51 Graduada em Engenharia Elétrica e Direito na Universidade de Damasco, Síria. Mestranda do PPGD/UFPR.
E-mail: kamiliakminasi@hotmail.com.

estatuto jurídico e às condições sociais de reprodução da vida dos migrantes.

Na origem desses processos e questões atuais encontra-se a colonialidade, produto histórico do colonialismo europeu, iniciado no século XVI. “A configuração da modernidade na Europa e da colonialidade no resto do mundo (...), foi a imagem hegemônica sustentada na colonialidade do poder que torna difícil pensar que não pode haver modernidade sem colonialidade; que a colonialidade é constitutiva da modernidade, e não derivativa.” (MIGNOLO, 2005)

A colonialidade impõe-se como elemento teórico a ser incorporado ao debate filosófico-político na atualidade, e ser assumido como ponto de partida para explorar, não apenas o pensamento acadêmico ou a normatividade jurídica, pois se espalha sobre as práticas sociais, orienta movimentos políticos, limita o pensamento e a tradução da experiência de povos que habitam outros quadrantes do globo e que são assolados por crises gestadas no Ocidente.

Os refugiados e migrantes carregam, com sua presença, novos elementos para enriquecer o debate sobre a epistemologia adotada no mundo ocidental, que orienta a produção do conhecimento científico, em todos os seus campos, e também no direito enraizado nos conceitos de soberania, nacionalidade e direitos humanos, frutos de uma modernidade com pretensões universalistas e com recortes excludentes.

Pensar no ingresso de refugiados e migrantes oriundos dessas culturas não europeias na universidade brasileira e incluí-los no campo da pesquisa constitui um movimento que pode ser inscrito no esforço de construção da teoria e da pedagogia decolonial, que recuperam a crítica à fundação da modernidade, à colonialidade, ao racismo epistêmico e incentiva o pensamento liminar, o pensamento de fronteira, e a interculturalidade crítica.

A assunção de premissas epistemológicas decoloniais nos estudos e pesquisas universitários é necessária, mas insuficiente para provocar mudanças de rumo efetivas, pois é preciso dar voz, levar a sério as

propostas e projetos dos sujeitos que compõem parte do mundo produzido pelas crises desse sistema. Migrantes e refugiados, com sua presença perturbadora, provocadora e intrigante, incorporam em seus afazeres acadêmicos agendas de pesquisa ausentes nas nossas universidades, comportamentos e discursos que produzem ruídos na placidez das teorias eurocêntricas.

O exercício de uma pedagogia decolonial comprometida com a efetiva mudança dos padrões hegemônicos do conhecimento produzido no Brasil só se apresenta possível por meio de ações concretas que dão voz aos que chegam e contribuem com as correntes teóricas de crítica ao colonialismo.

Movido por essas reflexões e pelas demandas de refugiados, o “Programa Política Migratória e Universidade Brasileira”, da Universidade Federal do Paraná, avançou no cumprimento de seus compromissos assumidos com a Cátedra Sérgio Vieira de Mello, do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (CSVN/ACNUR), e ousou, em dezembro de 2015, editar a Resolução nº 05/2015–PPGD/UFPR, para abrir cinco vagas destinadas a refugiados e migrantes com visto humanitário no Programa de Pós-Graduação em Direito.

O primeiro passo estava dado, e eles chegaram com seus rostos, suas vestes, suas línguas, propostas e projetos, enfim, com sua presença enriquecedora de estudantes cujo perfil e percurso acadêmico e de vida são a comprovação efetiva das mudanças necessárias e possíveis para que a universidade possa produzir um conhecimento rente à vida.

2. Narrativas acadêmicas:

Amr, Gloire e Kamilia

Amr Hadifa, 30 anos, advogado e jornalista formado pela Universidade de Damasco em 2013, buscou refúgio no Brasil em 2015, acompanhado por alguns



*Amr Hadifa na sessão de defesa da dissertação de mestrado.
Fonte: Arquivo pessoal*

membros da sua família: dois irmãos, uma irmã e dois sobrinhos. Ingressou no Mestrado em Direitos Humanos e Democracia, pelo edital aberto com base na Resolução 05/15–PPGD/UFPR, em agosto de 2017, e defendeu sua Dissertação de Mestrado em dezembro de 2019, sob o título: “A Participação Política dos Migrantes: entre a teoria, o Direito Internacional e suas aplicações no Brasil”.

Essa questão é examinada sob o ângulo normativo e sua efetividade. Inicialmente, são identificados os princípios e normas constitucionais e ordinários alinhados com os direitos humanos, que afirmam os direitos fundamentais dos migrantes e refugiados e abrem espaço para a participação política desse contingente de pessoas, no Brasil, especificamente com base na Constituição Federal de 1988 e na nova Lei de Migração, a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. A análise avança para identificar obstáculos e realizar uma crítica à situação vigente a respeito da participação dos refugiados e migrantes na vida política brasileira.

Atualmente, Amr é doutorando em Direito Internacional e sua investigação enfrenta o difícil tema da hibridização imperialista do Direito Internacional, partindo da análise do conceito filosófico-

antropológico do “outro” até chegar à formulação de modelos políticos excludentes enunciados pelo pragmatismo neoliberal, como é o caso da “guerra ao terror”.

Em sua narrativa, menciona que teve o apoio acadêmico do Projeto Refúgio, Migração e Hospitalidade e o incentivo para se candidatar ao processo de seleção do mestrado. Relata que teve várias dificuldades, além da língua portuguesa, especialmente no que se refere à diferença radical entre o pensamento jurídico vigente na Síria, em contraste com a forte influência do pensamento jurídico eurocêntrico adotado no Brasil. Em sua percepção, o colonialismo ainda se faz presente, sobretudo, nos estudos jurídicos, pois identifica a presença da matriz portuguesa do ensino jurídico e a proeminência da cultura europeia verificável na bibliografia indicada pelos professores.

Aponta outras peculiaridades, diferenças e dificuldades na vida acadêmica em três níveis: primeiro, o idioma; segundo, a diferença de estilo de educação jurídica entre Brasil e Síria; terceiro, a influência determinante do pensamento europeu no pensamento jurídico brasileiro, o que causa um afastamento dos pesquisadores e dos juristas das questões mais prementes da vida do povo brasileiro e dos povos do Terceiro Mundo.

Afirma, ainda, que o racismo não é evidente na universidade, ao contrário, pois o fato de a UFPR ser considerada um exemplo no campo da inserção de refugiados, migrantes e apátridas no ambiente universitário, a coloca numa posição de vanguarda até mesmo em relação à América Latina.

Quanto às diferenças encontradas na pesquisa científica, destaca que os métodos de pesquisa são mais atuais e avançados na UFPR do que na Síria, devido à facilidade de acesso à informação, uma vez que aquele país sofre um verdadeiro “cerco informacional” desde 1978. No Brasil, antes da pandemia, os estudantes tinham acesso à internet, à biblioteca. Além disso, os professores detêm conhecimento adequado para a orientação da pesquisa.

Amr destaca que não pode esquecer da importância da bolsa de estudos que recebeu do Projeto Refúgio, Migrações e Hospitalidade, e depois da CAPES, que permitiram ingressar e permanecer no mestrado, para continuar seus estudos. Atualmente, preocupa-se com os rumos da política brasileira e sua atitude em relação à ciência, ao setor público, às instituições de ensino.

Nessa conjuntura, os estudantes estrangeiros permanecem em um estado de suspense, e uma pergunta é constantemente feita a respeito da permanência ou não das bolsas universitárias. Há muita preocupação e indefinição sobre o futuro da sociedade com o aumento do racismo, da xenofobia e de posições autoritárias, que afetam diretamente a vida dos refugiados, migrantes e apátridas. Em particular, indagam se o Projeto Refúgio, Migrações e Hospitalidade vai continuar. Essas questões perturbam o desenvolvimento das pesquisas, pois são muito difíceis de serem respondidas, e mais ainda de serem trabalhadas de forma racional.

Gloire Mvangi Nkialulendo, de nacionalidade congoleza, Kinshasa (República Democrática do Congo), presidente da Associação dos Migrantes, Refugiados, Profissionais e Estudantes Africanos em Curitiba. Possui graduação em Direito pela Faculté des Sciences Juridiques, Economiques et Sociales (FSJES). HASSAN I, em Settat, Marrocos (2015). Especializou-se em Direito Privado com monografia sobre “A Ruptura do Contrato de Trabalho”.

Chegou a Curitiba em 2017 e, atualmente, é mestranda na Universidade Federal do Paraná (UFPR), no Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD). Seu projeto de dissertação tem por tema o “Genocídio de Ruanda na perspectiva dos Third World Approaches to International Law (TWAAILS)”. O objetivo geral do Projeto consiste em avaliar a situação do pensamento jusinternacionalista contemporâneo com base nos TWAAIL, especificamente nas circunstâncias em que ocorreu o genocídio em Ruanda. Pretende, ainda, recuperar as várias análises sobre o genocídio em Ruanda, a partir da visão de quem efetivamente



*Gloire Mvangi Nkialulendo
em evento do MPF-SC.
Fonte: Arquivo pessoal*

pertence àquela região, com suas peculiaridades políticas, de forma a contrastar com a visão eurocêntrica e ocidental do conflito.

As principais dificuldades que relata ter encontrado como estudante e mestranda no Brasil, além da língua, são a escassez de bibliografia adequada para a sua pesquisa e também a impossibilidade de realizar entrevistas com pessoas que viveram o período do genocídio. Informa que há muita dificuldade de encontrar livros e artigos sobre a Guerra do Congo, e os que estão disponíveis na internet, geralmente, vêm orientados pela visão eurocêntrica, que pretende criticar em sua pesquisa.

Em realidade, precisaria viajar ao seu país para fazer entrevistas e enriquecer o seu trabalho, pois lá se encontraria com testemunhas que viveram o genocídio ruandês e poderia entrevistar as vítimas da Guerra do Congo, uma guerra que faz parte das consequências desse genocídio de 1994.

Além das dificuldades inerentes à temática e à perspectiva de análise, Gloire registra que teve muitos problemas para assimilar as regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e também para escrever gêneros textuais utilizados no curso

de mestrado que não conhecia, tais como resenhas, papers, entre outros. Contudo, é possível afirmar que tanto no Congo quanto no Marrocos, as regras para produção científica são muito próximas da brasileira, apesar das diferenças de aspectos e detalhes que caracterizam a ABNT, já mencionados.

Observa que na UFPR os estudantes contam com bibliotecas especializadas, com acervo amplo e atualizado, e o acesso à internet é facilitado, funcionando relativamente bem. Em contrapartida, no seu país, a internet tem custo elevado e não é acessível a todos. Não há abundância de bibliotecas.

Sobre a política da Universidade Federal do Paraná destinada ao acolhimento de refugiados, migrantes e apátridas no meio acadêmico, avalia que está relativamente organizada, embora ainda possam ser encontrados alguns exemplos de racismo e xenofobia entre alguns professores e estudantes.

Reconhece, por outro lado, que existem grupos, projetos e programas que lutam em favor da pluralidade e da democracia na Universidade Federal do Paraná, como é o caso do Programa Política Migratória e Universidade Brasileira, do Projeto Refúgio, Migrações e Hospitalidade, que congregam um sem-número de estudantes voluntários e professores, como José Antônio Peres Gediel, Elaine

Schmitt, Bruna Ruano, Tatyana Friedrich, Larissa Ramina, Maria Gabriel, entre tantos outros.

Gloire destaca as vantagens de estudar na UFPR, seja pela proximidade da sua residência, seja pela qualidade da formação, pois em seu país, segundo descreve, os professores e orientadores são mais distantes dos estudantes e as turmas são compostas por um grande número de estudantes. Os professores, por vezes, além de não terem essa proximidade, não têm uma formação muito sólida nem a disponibilidade para a formação dos discentes.

Kamília Akminasi é refugiada síria que vive em Curitiba há quase 7 anos com seus 5 filhos, todos portadores de diplomas de curso superior e atuando profissionalmente no Brasil. Na Síria, estudou na faculdade de Engenharia Elétrica na Universidade de Damasco e trabalhou no Departamento de Planejamento e Treinamento da Corporação de Aviação da Síria. Posteriormente, formou-se em Direito e trabalhou na Assessoria Jurídica do Banco Nacional.

Em sua pesquisa de mestrado, realiza a análise comparativa de normas internacionais e da lei islâmica sobre os direitos das mulheres muçulmanas e as causas da islamofobia. Escolheu essa temática por conta do ataque cruel contra os muçulmanos, e



*Kamília Akminasi – tempo de estudo e pesquisa.
Fonte: arquivo pessoal*

devido ao desprezo que muitas sociedades ocidentais nutrem pelo Islã, difundindo a visão equivocada a respeito da condição feminina na sociedade islâmica.

Seu trabalho tem por objetivo esclarecer que a lei islâmica reconhece direitos e garante dignidade às mulheres. Pretende realizar uma crítica ao Direito Internacional dos Direitos Humanos que, em inúmeros casos, não é utilizado para realizar a defesa das mulheres muçulmanas, em situações de violações de sua liberdade e privacidade, como ocorre diariamente na Europa e na América do Norte, como consequência da não aceitação do uso do véu islâmico.

Considera que, no Brasil, a islamofobia é um fenômeno social recente que vem sendo alimentado por redes sociais e pela grande mídia alinhada com os países do Hemisfério Norte que identificam o Islã com o terrorismo.

Ao falar das dificuldades que enfrentou no Brasil, observa que o país ofereceu asilo humanitário, mas limitou-se a facilitar a entrada dos refugiados. Avalia, porém, que o Brasil não abraçou os refugiados, como tinha imaginado, e que aqui se deparou com muitas leis que dificultaram o recomeço de sua vida e de seus filhos, como, por exemplo, nos processos de revalidação de diplomas universitários.

A revalidação dos diplomas de seus filhos foi marcada por uma enorme exigência burocrática, como a juntada de documentos, pagamentos de várias taxas e até viagens para cursar disciplinas em outros estados, como foi o caso de um de seus filhos que residiu no Rio de Janeiro, para cumprir os requisitos de revalidação do seu diploma de medicina.

A Síria é considerada um dos países em desenvolvimento, e a maior parte de seu interesse é acomodar os alunos nas universidades. Embora a história de suas universidades remonte a mais de um século, o interesse por temas de pesquisa científica é quase inexistente. Em vez disso, os tópicos de pesquisa se limitam aos problemas sociais e econômicos propostos pelo Conselho de Educação Superior.

O número de alunos admitidos em estudos de pós-graduação não excede dez por cento da população estudantil, e a maioria dos alunos são enviados ao exterior com bolsas oferecidas por países amigos da Síria.

A Comissão Superior de Pesquisa Científica, criada em 2006, na Síria, está um pouco atrasada nessa área, e os estudantes não encontram espaços para a pesquisa científica. Embora o Brasil seja considerado um país em desenvolvimento, Kamília o considera mais avançado do que a Síria na pesquisa científica, pois os estudantes têm maior liberdade para escolher os temas, obter obras de referência, frequentar bibliotecas disponíveis, realizar conferências e seminários, compartilhar experiências globais, além de contar com o apoio de bolsas de estudo.

Ao analisar a política brasileira, pela ótica da política educacional, reconhece o Brasil como potência econômica emergente, que desempenha um papel importante no comércio global e possui grandes capacidades e recursos naturais, além de ser uma grande potência humana, que merece ocupar uma posição de destaque entre os grandes países. Apesar disso, o sistema educacional está relativamente atrasado, pois além da presença do analfabetismo há muitas pessoas em situações vulneráveis em vários estados, sem acesso à escola.

Lembra que Paulo Freire é considerado o pensador brasileiro mais proeminente, que devotou sua vida para melhorar o nível de educação e aproximá-lo da realidade sociocultural, com o objetivo de mudar a condição de pobreza de trabalhadores marginalizados e vulneráveis.

Na perspectiva teórica de Paulo Freire, a educação deve ser uma ferramenta de luta contra a opressão, uma energia para a libertação. As lutas políticas partidárias, no Brasil atual, estão provocando o crescente distanciamento dos estudantes pobres da arena da educação e da pesquisa científica. O Brasil precisa de esforços intensivos e grandes investimentos para que possa acompanhar o ritmo das principais universidades no mundo.

Edouard Glissant, poeta e ensaísta antilhano de nacionalidade francesa, ao propor suas Teorias da Relação e da Creolização, para superar os fundamentos da escravidão e do colonialismo, busca fomentar a solidariedade dos povos e o respeito à diversidade por meio de um intenso ativismo cultural. Esses afazeres são revestidos de uma participação ativa. “A passividade não tem lugar na Relação. Cada vez que um indivíduo ou uma comunidade se esforçam por definir seu lugar, e ainda que esse lugar lhes seja disputado, contribuem para expulsar a mentalidade geral, revolver as regras dos antigos classicismos, permitindo novas abordagens do caos-mundo.”⁴³ (GLISSANT, 2017)

Após ler o texto de Glissant e transcrever estes relatos de refugiados estudantes do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná, cresce a certeza de que este é um dos muitos caminhos possíveis rumo à superação de uma pesquisa enclausurada nos cânones da colonialidade.

43 Tradução nossa: Esta no es una participación pasiva. La pasividad no tiene lugar em la Relación. Cada vez que un individuo o una comunidad se esfuerzan por definir su lugar, y aun si este lugar les fuera disputado, contribuyen a expulsar la mentalidad general, a desempolvar las cansadas reglas de los antiguos clasicismos, permitiendo nuevos “abordajes” del caos-mundo.

REFERÊNCIAS

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da invenção do outro.** In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. p. 84.

CORONIL, Fernando. Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo in A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas latinoamericanas.** Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. p. 30.

GLISSANT, Edouard. **Poética de la Relación.** Bernal. Universidad Nacional de Quilmes Editorial. 2017. p. 171

MIGNOLO, Walter D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade in A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas latinoamericanas.** Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Set. 2005. p. 33 e 36.

MORENO, Alejandro. Superar a exclusão, conquistar a equidade: reformas, políticas e capacidades no âmbito social in A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas latinoamericanas,** p. 90. Edgardo Lander (org.). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, set. 2005.

B

AMPLIANDO HORIZONTES:
DIÁLOGOS E AÇÕES COM A
COMUNIDADE EXTERNA DE
REFUGIADOS, MIGRANTES E APÁTRIDAS

Refúgio, Migrações e Hospitalidade:
Direitos, Políticas Públicas e as Fronteiras da Cidadania

Devir-Direito da Justiça: a prática
da assessoria jurídica popular e
da hospitalidade em relação aos
refugiados e migrante

Tatyana Scheilla Friedrich ¹

O que é um estrangeiro? O que seria uma estrangeira? Não é apenas aquele ou aquela no estrangeiro, no exterior da sociedade, da família, da cidade. Não é o outro, o outro inteiro relegado a um fora absoluto e selvagem, bárbaro, pré-cultural ou pré-jurídico, fora e aquém da família, da cidade, da nação ou do Estado. A relação com o estrangeiro é regulada pelo direito, pelo devir-direito da justiça. E nesse passo iríamos à Grécia, junto a Sócrates e a Édipo, se não fosse muito tarde. (DERRIDA, 1996, p. 65).

O Projeto Refúgio, Migrações e Hospitalidade, da Cátedra Sérgio Vieira de Mello na UFPR, está localizado no curso de Direito e tem por objetivo prestar assistência jurídica a refugiados e migrantes, tendo sempre como base a defesa e a promoção dos direitos fundamentais e humanos, permitindo o aprofundamento e a qualificação dos estudantes de Direito em matéria de direito dos refugiados, migrantes e apátridas, e promovendo o desenvolvimento institucional de uma cultura da hospitalidade, de valorização da diversidade cultural e do pluralismo jurídico inclusivo. O projeto visa à aplicação prática do Direito pela sua abordagem crítica e decolonial, como um instrumento de humanismo revolucionário na busca pela emancipação humana, em especial daqueles que tiveram que deixar seus países de origem.

¹ É atualmente a Coordenadora da Cátedra, do Programa e Projeto Hospitalidade, além do Curso de Direito – todos da UFPR.

O nome do projeto, instituído em 2014 pelo Prof. José Antonio Peres Gediel, remonta à ideia da *Hospitalidade*, em seu conceito intermediário entre a hospitalidade jurídica da visita, teorizada por Kant², e a hospitalidade ilimitada, proposta no plano da ética por Levinas,³ aproximando-se portanto da hospitalidade falada por Derrida⁴ e tão ecoada, principalmente na filosofia humanista de Leonardo Boff⁵.

A partir dessa premissa valorativa, as ações do Direito acontecem em alguns âmbitos. A maioria das ações decorre do atendimento na Sala 28, que abre todos os dias da semana nos três turnos, e para onde migrantes e refugiados se deslocam a fim de receber atendimento pessoal, para narrar suas histórias e demandas, que são jurídicas, como nos casos de solicitação de documentação e regularização documental, pedido de reunião familiar, necessidade de judicialização de casos de direito civil (direito de família é o mais comum) e comercial; e também administrativas, ligadas ao acesso a direitos e serviços públicos (matrículas em escolas para crianças, adolescentes e adultos, revalidação de diploma de ensino médio, acesso ao sistema de saúde, assistência e previdência social). Muitos também acessam a Sala 28, de forma presencial ou remota, para buscar informações em relação às políticas de inclusão de refugiados e migrantes humanitários na própria UFPR, portanto, para tentar a ocupação de vagas remanescentes, o

ingresso no processo seletivo e a revalidação de seus diplomas, que foram objetos de ensaios na primeira parte da presente obra. Muitas dessas ações preveem, inclusive, a inscrição oficial no respectivo processo da UFPR na própria Sala 28, sem precisar recorrer a outras instâncias institucionais. Os próprios editais já são publicados pela universidade se referindo à Sala 28.

O Projeto Hospitalidade, por isso, é chamado pelos refugiados como “Sala 28”, nome também relacionado ao programa e à própria cátedra. Trata-se de um espaço não só de atendimento, mas sobretudo de acolhimento humano. As demandas são resolvidas ali mesmo, muitas vezes com encaminhamentos para os demais projetos que compõem a cátedra, já que todos atuam em sintonia, ainda que tenham autonomia. Os participantes do projeto são professores e alunos voluntários, sendo estes em número de 40, aproximadamente, a cada ano, que recebem formação especial inicial na temática do refúgio, com informações necessárias para a realização dos atendimentos e encaminhamentos das demandas. O local também abriga a secretaria do programa e da cátedra, já que suas coordenações coincidem, sendo um grande ponto de encontro de professores e alunos, de todos os cursos envolvidos, refugiados e brasileiros.

Todos os mutirões (que serão objetos de artigos próprios da presente obra) realizados pela cátedra são

2 KANT, Immanuel. A paz perpétua e outros opúsculos (Zum Ewigen Frieden, ein Philosophischer Entwurf, etc., 1795), trad. port. Artur Morão, Lisboa, Edições 70, B40-41.

3 LEVINAS, Emmanuel. Totalidade e infinito: ensaio sobre a exterioridade. Trad. José Pinto Ribeiro, Lisboa: Edições 70, 1980, passim.

4 DERRIDA, Jacques. Questão do Estrangeiro: Vinda do Estrangeiro. (Quarta sessão – 10 de janeiro de 1996) in Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da hospitalidade. São Paulo: Escuta, 2003, p. 5-66; DERRIDA, Jacques. Da Hospitalidade. Trad. Antônio Romane. São Paulo: Escuta, 2003, p. 71; DERRIDA, Jacques. Adeus a Emmanuel Lévinas. Trad. Fábio Landa. São Paulo: Perspectiva, 2008, p. 109; DERRIDA, Jacques, *Cosmopolitas de todos os países, mais um esforço!* (*Cosmopolites de tous les pays, encore un effort!*) Paris: Galilée, 1997. Trad. Fernanda Bernardo. Coimbra: Minerva, 2001, p. 50-57.

5 “A hospitalidade é antes de mais nada uma disposição da alma, aberta e irrestrita. Ela, como o amor incondicional, em princípio, não rejeita nem discrimina a ninguém. É simultaneamente uma utopia e uma prática. Como utopia representa um dos anseios mais caros da história humana: de ser sempre acolhido independente da condição social e moral e de ser tratado humanamente. Como prática cria as políticas que viabilizam e ordenam a acolhida. Mas por ser concreta sofre os constrangimentos e as limitações das situações dadas.” (BOFF, 2005, p. 198).



Entrada da Sala Núcleo de Prática Jurídica da UFPR (NPI)

Fonte: Marcos Solivan

planejados naquele espaço, sendo que alguns são ali mesmo executados, como no caso das entrevistas com os solicitantes de refúgio pelo Conare. O projeto fez acompanhamento dos venezuelanos que chegaram a Curitiba pelo processo de interiorização, oferecendo-lhes, no espaço da Casa Dom Oscar Romero, oficina sobre ingresso na UFPR, Revalidação de Diploma, além de uma festa lúdica por conta da Páscoa para as crianças abrigadas, com brincadeiras educativas, ações lúdicas, distribuição de ovos de chocolate e apresentação de uma peça de teatro no local.

O projeto tem um sistema próprio de armazenamento dos dados das pessoas atendidas, dos atendimentos e seus encaminhamentos, com fluxo de informações pré-definidos, protocolos planejados e ferramenta de monitoramento, com todo o cuidado ético que se faz necessário.

O Hospitalidade também tem um papel fundamental no estabelecimento de parcerias do programa e da cátedra, seja internamente (com o Programa NCEP — Núcleo de Comunicação e Educação Popular, na

gestão do Professor José Carlos Fernandes, ou com órgãos de gestão universitária, principalmente a SIPAD — Superintendência de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade; PRAE — Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis; PROGRAD — Pró-Reitoria de Graduação e Ensino Técnico; Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Gestão; PRA — Pró-Reitoria de Administração; AUI — Agência UFPR Internacional, e Gabinete do Reitor), seja externamente (com o ACNUR/Brasil; MPT — Ministério Público do Trabalho e seu Fórum do Trabalho Migrante; MP — Ministério Público do Estado do Paraná; CERMA — Conselho dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas; Governo do Estado do Paraná e sua Secretaria da Justiça, Família e Trabalho; além de organizações da sociedade civil, como Cáritas, Casla, Pastoral do Migrante, além de Casas de Acolhida).

Trata-se, enfim, de um projeto singular em um espaço muito especial para a cátedra, onde impera a Lei da Hospitalidade, aquela idealizada por Derrida no singular mesmo, porque é incondicional, exercida sem se fazer qualquer pergunta⁶.

⁶ A hospitalidade pura para Derrida consiste “em acolher aquele que chega antes de lhe impor quaisquer condições, antes de saber e de pedir o que seja, seja um nome ou um ‘papel’ de identidade [...]”. DERRIDA, Jacques. *Papel-Máquina*. São Paulo: Estação Liberdade, 2004, p. 275.



*Sala Núcleo de Prática Jurídica da UFPR (NPJ)
Fonte: Marcos Solivan*

Refúgio, Migrações e Hospitalidade:
Direitos, Políticas Públicas e as Fronteiras da Cidadania

Atendimentos a migrantes humanitários e refugiados em tempos de COVID-19: perspectivas da extensão universitária

Eloisa Pissaia ⁷
Maria Vitoria Ribeiro Lima Graveno ⁸
Tania Fernanda Savariego ⁹

⁷ Graduanda em Ciências Sociais pela UFPR.
Extensionista na CSVN UFPR/ACNUR.
E-mail: eloisa.pissaia@gmail.com.

⁸ Graduanda em Direito pela UFPR. Extensionista na
CSVN UFPR/ACNUR.
E-mail: vitoria.ribeiro@ufpr.br.

⁹ Graduada em Direito pela UniSantaCruz. Graduanda
em Administração Pública pela UFPR. Especialização
em Ministério Público – Estado Democrático.
Extensionista na CSVN UFPR/ACNUR.
E-mail: tfsavariego@gmail.com.

Introdução

Desde o dia 16 de março de 2020, a Universidade Federal do Paraná, em virtude da pandemia causada pelo COVID-19, realiza as atividades de forma remota. Devido às múltiplas vulnerabilidades balizadas pela pandemia, as atividades desenvolvidas pelo Projeto Refúgio, Migrações e Hospitalidade alteraram-se, possuindo atualmente um maior caráter informativo e ocorrendo via WhatsApp, E-mail, Facebook e Instagram, atendendo tanto alunos migrantes da UFPR, bem como comunidade migrante externa.

Compatível com o Estado Democrático e consonante à Constituição Federal de 1988 e à Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Nova Lei de Migração inova ao compreender o migrante enquanto sujeito de direitos, em prol da seguridade dos direitos fundamentais e sociais. Neste contexto, durante a pandemia, os migrantes e refugiados têm direito aos auxílios governamentais, não estando em detrimento dos nacionais.

No período de isolamento social, a demanda dos atendimentos foi amplamente modificada. Enquanto presencialmente as principais demandas relacionavam-se ao acesso à educação superior,

durante a pandemia as demandas dizem respeito a uma série de auxílios governamentais, principalmente o Cartão Comida Boa de R\$50,00 do Governo Estadual do Paraná, e o Auxílio Emergencial de R\$600,00 do Governo Federal.

Atendimentos remotos no período da pandemia

Nesse contexto, integrantes da Cátedra Sérgio Vieira de Mello na UFPR elaboraram um planejamento estratégico pautado na democratização de informação. Os atendimentos, realizados em diversos idiomas, ocorreram de forma virtual e coletaram informações sucintas a fim de qualificá-los e adaptá-los à nova realidade. Além do nome, convencionou-se saber data de nascimento, nacionalidade, endereço, emprego e se está inscrito no CadÚnico, visto que as principais demandas referem-se a auxílios governamentais.

Através da coleta de dados, é possível dimensionar as mudanças trazidas pela pandemia, bem como mapear as localidades atendidas. Nesse sentido é que se pode perceber o quanto o público atendido se expandiu. Com a divulgação dos materiais informativos nas redes sociais foi possível alcançar pessoas residentes em outras cidades do estado, principalmente no caso dos atendimentos referentes ao Cartão Comida Boa, um auxílio de R\$50,00 destinado a compras em mercados cadastrados e distribuídos autonomamente por cada município.

Tal forma de contato tornou mais nítida uma vulnerabilidade que era percebida também no atendimento presencial. Trata-se da propensão para informar dados pessoais. Foram diversos os atendimentos que se iniciaram com uma mensagem do migrante já com fotos de seus documentos pessoais, sem que antes confirmassem a pessoa por trás daquele contato e sem que qualquer dado fosse solicitado. Esse comportamento parece refletir tanto

a forma como essas pessoas são tratadas ao serem atendidas em serviços públicos — ou seja, sempre precisam apresentar uma grande quantidade de documentos — quanto o anseio por uma informação que o ajude a acessar qualquer auxílio pertinente à sua subsistência nesse contexto de extrema dificuldade para migrantes e nacionais. A conjuntura acentuou fragilidades socioeconômicas existentes, agravadas pelo crescimento dos índices de desemprego e o ingresso no mercado informal, o que resultou na alta procura por auxílios financeiros durante a pandemia.

Nos atendimentos referentes aos auxílios governamentais, as principais dificuldades percebidas no Auxílio Emergencial foram: divergência dos documentos originais com o Cadastro de Pessoa Física (CPF), devido à singularidade da grafia dos nomes; na criação da Poupança Social Digital são solicitados dados numéricos do Registro Nacional (RG), mas o Registro Nacional para Migrantes (RNM) é composto por dígitos alfanuméricos, o que pode acarretar indeferimento; dificuldades no saque do auxílio devido ao desconhecimento documental em relação ao RNM e ao Protocolo de Solicitação de Refúgio por parte dos agentes bancários. Já no Cartão Comida Boa, a maior dificuldade foram as especificidades municipais na organização da distribuição e a quantidade limitada do auxílio. Ademais, outras adversidades constatadas foram a inexperiência com acesso a plataformas digitais, ao acesso bancário e ao CadÚnico, a instabilidade da internet, e o uso coletivo de celulares.

Com o retorno das aulas na UFPR, no Ensino Remoto Emergencial, surgiu a necessidade de acompanhar a inclusão dos estudantes migrantes em relação ao acesso a computadores e internet disponibilizados pela instituição. Nesse período, houve a inserção dos alunos calouros no Ano Zero-PFS, a promoção de aulas de informática através do Projeto Capacitação em Informática para Migração Humanitária e eventos sobre a saúde bucal, organizados pelo Refúgio de Sorrisos.



*Fachada do prédio histórico da Universidade Federal do Paraná, na Praça Santos Andrade.
Fonte: Marcos Solivan*

Considerações finais

A cátedra na Universidade Federal do Paraná, dada sua experiência com o público migrante, precisou redimensionar e reformular suas ações internas visando à comunicação com a comunidade externa. O isolamento separou pessoas do contato físico, mas não foi capaz de desmobilizar ideais e lutas árduas, como é o processo de atendimento a refugiados e migrantes.

Ademais, cabe destacar que o intenso uso das redes sociais, provocado pela pandemia, teve efeitos positivos ao resultar na ampliação do alcance das ações da cátedra. Os materiais compartilhados por órgãos públicos, sociedade civil, universidades e redes de comunicação auto-organizadas de migrantes,

permitiu que o trabalho produzido cumprisse seu objetivo, uma vez que atingiu seu público-alvo. Como consequência, emergiu a necessidade de criar um site que compilasse os materiais produzidos, contatos, e explicasse o que é a cátedra.¹⁰

As experiências nos atendimentos diários proporcionaram transformar a comunicação formal dos órgãos públicos, de difícil interpretação, a fim de assegurar a efetivação de direitos e democratizar a informação, através de materiais construídos com linguagem acessível, produzidos de acordo com a necessidade. Enquanto no início da pandemia os principais temas eram relativos a auxílios financeiros, inclusive de artistas, com base na Lei Aldir Blanc, com a flexibilização das medidas de isolamento social, voltam a ser demandados materiais e atendimentos acerca de acesso à educação e regularização migratória.

¹⁰ O site pode ser acessado através do link: <http://www.direito.ufpr.br/portal/sala28>.

Refúgio, Migrações e Hospitalidade: Direitos, Políticas Públicas e as Fronteiras da Cidadania

O atendimento e o acolhimento extensionista universitário de migrantes e refugiados a partir da experiência na Sala 28

Cédric Apédjé Dadélé ¹
César Hirose ²
Eloisa Pissaia ³
Jones Leo dos Santos ⁴
Kamília Akminasi ⁵
Maria Vitoria Ribeiro Lima Graveno ⁶
Nora Ibara ⁷
Tania Fernanda Savariego ⁸

¹ Graduando em Administração pela UFPR. Extensionista na CSVN UFPR/ACNUR.
E-mail: dadelecedric@hotmail.com.

² Graduando em Direito pela UFPR. Extensionista na CSVN UFPR/ACNUR.
E-mail: cthirose@gmail.com.

³ Graduanda em Ciências Sociais pela UFPR. Extensionista na CSVN UFPR/ACNUR.
E-mail: eloisa.pissaia@gmail.com.

⁴ Graduando em Direito pela UFPR. Extensionista na CSVN UFPR.
E-mail: jonesleodossantos@gmail.com.

⁵ Mestranda em Direito pela UFPR. Extensionista na CSVN UFPR.
E-mail: kamiliaakminasi@hotmail.com.

⁶ Graduanda em Direito pela UFPR. Extensionista na CSVN UFPR/ACNUR.
E-mail: vitoria.ribeiro@ufpr.br.

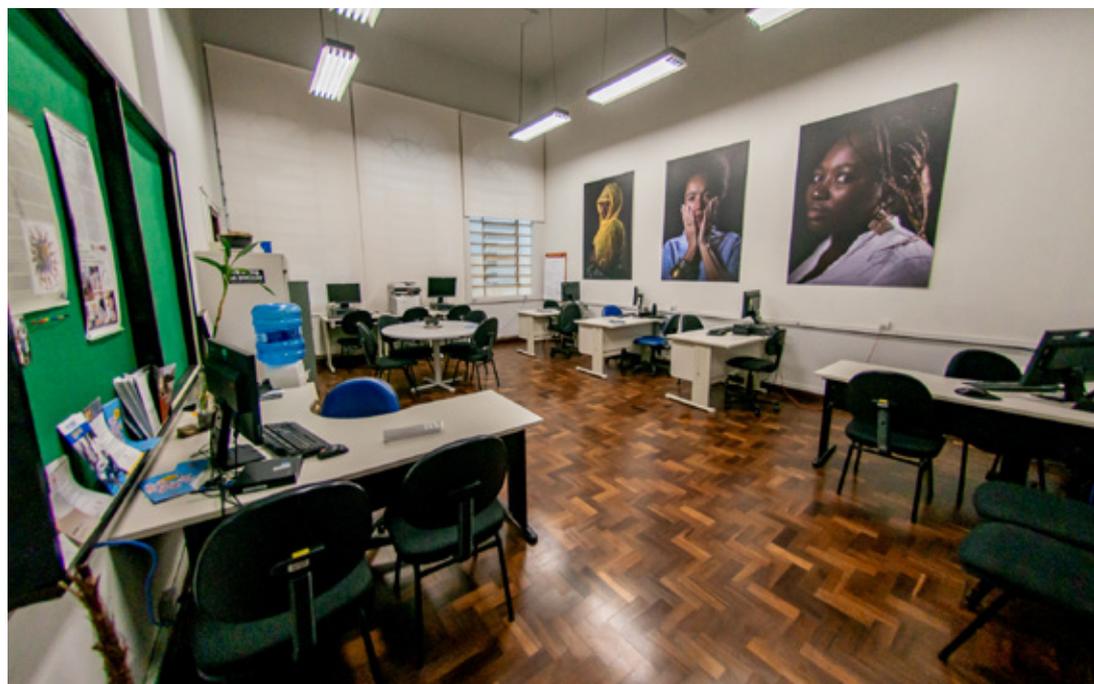
⁷ Graduanda em Direito pela UFPR. Extensionista na CSVN UFPR/ACNUR.
E-mail: noralibara@ufpr.br.

⁸ Graduada em Direito pela UniSantaCruz. Graduanda em Administração Pública pela UFPR. Especialização em Ministério Público - Estado Democrático. Extensionista na CSVN UFPR/ACNUR.
E-mail: tfsavariego@gmail.com.

Introdução

A Sala 28, localizada no andar térreo do Prédio Histórico da Universidade Federal do Paraná, é onde ocorrem os atendimentos diários da Cátedra Sérgio Vieira de Mello na UFPR, através dos projetos Refúgio, Migrações e Hospitalidade (Direito) e Movimentos Migratórios e Psicologia (MOVE). Nesse espaço, é possível que migrantes e refugiados conheçam as ações da cátedra e tenham acesso a orientações, de forma interdisciplinar, de natureza jurídica, psicológica e educacional, bem como o acompanhamento e encaminhamento para demais projetos componentes da cátedra, quando necessário.

Presencialmente, os principais atendimentos correspondem ao acesso à educação superior, através dos processos de Reingresso, Revalidação de Diplomas e Vestibular, sendo a questão mais imediata o aprendizado da língua portuguesa. Outras demandas comuns são relativas à inserção no mercado de trabalho, à regularização migratória e à busca por direitos sociais que garantam a vida segura e estável que vieram buscar no Brasil.



*Sala 28 na UFPR.
Fonte: Acervo UFPR.*

Mantida por extensionistas e servidores que auxiliam na limpeza e em informática, a Sala 28 conta com alunos voluntários brasileiros e de diversas outras nacionalidades, os quais ingressaram na universidade, em sua maioria, através das políticas afirmativas para migrantes com visto humanitário e refugiados conquistadas pela CSVM-UFPR. Tal dinâmica favorece o encontro de culturas, idiomas e saberes, os quais agregam na formação do extensionista e contribuem para um acolhimento que seja de fato humanitário e intercultural.

Atendimentos

Nesse ambiente, buscamos pautar os atendimentos pelo acolhimento e hospitalidade, fazendo com que seja um lugar seguro para solicitar ajuda e tirar dúvidas, pois é comum que migrantes se sintam hostilizados em ambientes onde buscam atendimento, como na

Polícia Federal, em postos de saúde, em escolas, pois a comunicação nem sempre é facilitada, sendo a língua um grande dificultador nesse contato, e os servidores nem sempre são preparados para lidar com alguém de outra nacionalidade. Dessa forma, é comum que a pessoa atendida retorne, seja para trazer um amigo, para verificar uma nova demanda ou apenas visitar.

É comum que migrantes e refugiados atendidos pela cátedra passem a ser voluntários. O trabalho conjunto entre brasileiros e migrantes possibilita uma leitura de mundo pautada pela alteridade, percebendo as migrações não sob a égide da assimilação, mas da aceitação do outro em sua completude étnica. Permite-se, assim, uma identificação étnica entre o acolhido e o atendente, bem como um encontro de diferentes nacionalidades, subjetividades e saberes.

O simples fato de poder estar útil a quem precisa é um sentimento muito gratificante, uma vez que podemos trabalhar sob a perspectiva de que fazemos parte daquelas pessoas que contribuem para tornar o mundo um lugar melhor. Essa sala é como uma

colmeia cooperativa, na qual a ajuda mútua possibilita que todos estejam capacitados para o trabalho. Dessa forma, compreendemos que, não importa o quão pequeno seja, cada detalhe conta.

Para além dos atendimentos, a efetividade de anos de trabalho é percebida a partir das conquistas alcançadas, como o alto número de encaminhados para as aulas de português, os acompanhamentos da psicologia, os mais de 30 diplomas revalidados pela sistemática específica para refugiados, além dos outros via Plataforma Carolina Bori (MEC), e mais de 120 alunos migrantes ingressantes na UFPR, os quais têm acompanhamento e auxílios permanência da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, além das centenas de pessoas atendidas anualmente, de segunda a sexta-feira.

A partir de parcerias externas também há muitas conquistas, como a diminuição da fila de solicitantes de refúgio em Curitiba junto ao Comitê Nacional para os Refugiados; a parceria com o Ministério Público do Trabalho, que destina verba à universidade para que seja convertida em auxílio financeiro aos estudantes refugiados da instituição; a luta da nossa cátedra, junto com as demais, para alteração da Portaria Interministerial Nº 11/2018, que flexibilizou as regras para comprovação da capacidade de comunicação em português, necessária ao processo de naturalização; a participação ativa da UFPR durante a tramitação do projeto de lei que criou a Nova Lei de Migração, Lei Nº 13.445/2017, a qual supera a ultrapassada doutrina da segurança nacional presente no revogado Estatuto do Estrangeiro; além da participação da cátedra, como convidada, no Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas no Paraná, nos termos de seu estatuto. Aliás, a possibilidade de os alunos, junto com os professores, acompanharem as reuniões do Conselho, tem sido um grande aprendizado.

Além das dezenas de migrantes e refugiados atendidos a partir da extensão universitária, a Sala 28 concretiza os mandamentos constitucionais do tripé universitário: pesquisa, ensino e extensão. O ensino ocorre a partir

de diversos cursos de formação e capacitação, além de disciplinas que compõem os currículos de cursos de graduação e do Programa de Formação Suplementar (PFS–Refugiados). Alunos brasileiros e os próprios refugiados são monitores nessas disciplinas do “ano zero”, sendo um aprendizado recíproco. Em relação à pesquisa, são diversas as apresentações de trabalhos e as publicações em revistas e livros, entre graduandos e doutorandos, formando profissionais competentes e comprometidos com a temática migratória nas mais diversas áreas de atuação.

Conclusão

As ações realizadas visam contribuir com a busca por tornar concreto o acesso a direitos fundamentais, tais como o direito à igualdade, ao trabalho e à educação. Os atendimentos, ao serem pautados por princípios de hospitalidade e interculturalidade, tornam-se experiências de troca, um processo dinâmico de comunicação e aprendizagem. A sala consolidou-se enquanto um local para o encontro entre diferentes de respeito, simetria e igualdade.

Acreditamos que participar no projeto influencia muito a vida acadêmica e pessoal de cada um. Além disso, tornamo-nos mais críticos em relação ao poder judiciário, às políticas públicas existentes e relacionadas à migração e refúgio. O projeto simboliza um espaço de resistência em relação ao acolhimento e posicionamento brasileiro diante da migração.

Refúgio, Migrações e Hospitalidade:
Direitos, Políticas Públicas e as Fronteiras da Cidadania

Acerca das Barreiras no Acesso aos
Sistemas Judiciário e de Saúde:
Acompanhamento de um Caso
durante a Pandemia

Vitor Jasper ¹¹

Introdução

Em um domingo no final de abril de 2020, já durante a pandemia de COVID-19, passou a circular entre algumas pessoas que atuam com atendimento a imigrantes em Curitiba a informação de que uma imigrante havia sido detida pela polícia por ter investido contra um de seus filhos.

Essa notícia, ainda bastante vaga, provinha de duas fontes diferentes. Em um primeiro momento, foram profissionais atendendo o caso na esfera estatal que contataram as redes de atendimento a imigrantes em busca de alguma espécie de mediação, especialmente devido à barreira linguística que enfrentavam naquele momento; posteriormente, alguns imigrantes também passaram a entrar em contato com seus conhecidos dessas mesmas redes para requisitar auxílio à família.

Ainda sem completa compreensão acerca de qual seria exatamente a dimensão do caso, essas duas fontes foram as portas de entrada para que, algumas horas depois do ocorrido, integrantes do Projeto Refúgio, Migrações e Hospitalidade, do Programa Política Migratória e Universidade Brasileira (PMUB),

¹¹ Doutorando em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Integrante do Programa Política Migratória e Universidade Brasileira – Projeto Refúgio, Migração e Hospitalidade da UFPR.
E-mail: vitorjasper@gmail.com.

da Universidade Federal do Paraná, tomassem conhecimento da situação.

O acompanhamento do caso

Ainda que a procura por suporte se originasse de duas fontes distintas, é preciso destacar que os aparelhos estatais contataram o PMUB de forma pontual, restrita à noite em que a prisão foi efetuada, especialmente no momento em que a imigrante se encontrava na Casa da Mulher Brasileira (uma instituição especializada no atendimento a mulheres). A Casa, que já acionara o programa em outros momentos, entrou em contato para requisitar um intérprete, com o intuito de facilitar o atendimento à imigrante — que havia sido presa e se encontrava “em surto”. Entretanto, ainda na mesma noite, com o encaminhamento posterior da mulher para um distrito policial da capital paranaense, o contato foi interrompido.

O acompanhamento do caso junto à família, por sua vez, teve início na manhã seguinte e se estendeu ao longo dos meses subsequentes, tendo em vista os desdobramentos ocorridos. Em um primeiro momento, amigos da família nos relataram que os familiares da imigrante necessitavam de ajuda com urgência, pois acreditavam (a partir de uma informação que alguém lhes havia repassado) que ela, já presa, seria julgada ainda naquele dia. Durante esse contato, enfatizou-se a importância de que um brasileiro acompanhasse o caso (que “desse uma mão para eles”), visto que a família estava com dificuldades para entender o que se passava.

A partir disso, entramos em contato com o marido da imigrante, que prontamente nos informou quanto ao estado de saúde da criança — ela já recebera atendimento médico adequado e se encontrava bem. A preocupação dele residia na condição da esposa, naquele momento presa e incomunicável. Acompanhado de seu irmão, ele procurara a delegacia

em busca de mais informações, ou mesmo para vê-la; contudo, sua entrada não fora permitida.

Quando os encontramos no distrito policial, na tarde do dia seguinte ao fato, o marido nos contou que fazia alguns dias que sua esposa vinha falando coisas sem sentido, e que há cerca de cinco dias ela não dormia direito; segundo ele, ela “não estava com a cabeça boa”. Preocupado com a situação dela, eles haviam ido no dia anterior a uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) no bairro de sua residência. O médico que a atendeu apenas lhe receitou um anti-inflamatório — originalmente empregado no tratamento de dores, febre e inflamação — e a liberou.

É razoável supormos que o atendimento no consultório médico tenha sido influenciado tanto pela barreira linguística, por um lado, quanto pelo contexto externo da pandemia, que afetava a rotina dos serviços de saúde. Contudo, diante da situação e do exposto pelo marido, é fundamental enfatizarmos que estamos diante de uma forte evidência das dificuldades enfrentadas pelos imigrantes no acesso ao sistema de saúde nacional (cf. SANTOS, 2006; MARTIN; GOLDBERG; SILVEIRA, 2018; MARTES; FALEIROS, 2013).

Eles nos informaram também que até aquele momento ainda não dispunham de um advogado; havia entre eles a preocupação de que ela ficasse desassistida. Nós então lhes explicamos que ela tinha direito à assistência jurídica integral e gratuita, serviço prestado pela Defensoria Pública. Dessa forma, ao invés de procurar por um advogado à parte, era necessário verificar se algum encaminhamento já havia sido enviado a esse órgão.

Adicionalmente, dado nos encontrarmos no distrito policial, procuramos obter alguma informação sobre a situação da imigrante. A investigadora plantonista nos informou que a mulher se encontrava bem; além disso, informou-nos que a Defensoria Pública, conforme determina a lei, fora notificada no ato da prisão, já estando assim a par do caso. Dado esse fato, os familiares inquiriram por que ninguém os havia

contatado até aquele momento — pergunta que ela não soube responder.

Em seguida, buscamos entrar em contato com a DPE-PR. Como o atendimento presencial estava interrompido pela crise sanitária, comunicamo-nos com uma assessora da defensoria por meio de um aplicativo de mensagens. Segundo ela, um defensor já fora designado para o caso; entretanto, a prisão da imigrante ainda não havia sido apreciada pelo juiz. Sua decisão sobre a necessidade de a imigrante permanecer em prisão preventiva ou sobre a possibilidade de concessão de liberdade provisória seria feita, provavelmente, apenas no dia seguinte. A assessora quis saber ainda se havia alguma prova de que ela havia procurado atendimento na UPA. O marido confirmou, declarando estar em posse da receita emitida pelo médico.

Nosso papel, tanto na conversa com a investigadora quanto no contato com a assessora de defensoria, era principalmente auxiliar na compreensão daquilo que era dito. A família se encontrava bastante confusa com a situação. Por um lado, haviam ido à delegacia com esperança de que ela pudesse ser rapidamente solta; por outro, preocupavam-se por não disporem de um advogado. Nesse sentido, a conversa com a assessora já fora consideravelmente esclarecedora. Ainda assim, precisamos lhes elucidar que a decisão do juiz não seria final: ele apenas apreciaria a possibilidade de ela responder em liberdade. O processo, em si, prosseguiria.

Parte da dificuldade dos familiares decorria do desconhecimento do funcionamento do sistema jurisdicional brasileiro. Apreender quais são os caminhos processuais, quais as instituições envolvidas, quais as lógicas e formalidades não é óbvio. Ademais, as instituições e os agentes que atendem a essa população muitas vezes estão tão imersos em suas lógicas de funcionamento e atuação que parecem perder a capacidade de colocá-las em perspectiva para facilitar o processo de tradução. Cabe ainda mencionar as discrepâncias existentes entre os princípios ordenatórios e as práticas rotineiras.

No dia seguinte, o marido nos encaminhou uma mensagem enviada pela assessora do DPE: ela informava que a prisão havia sido decretada, de modo que o objetivo da DPE seria então encaminhá-la para o Complexo Médico Penal (CMP).

Passados alguns dias, ele teve a oportunidade de visitá-la no CMP. Segundo ele, ela apresentava melhores condições e recebia cuidado; todavia, conforme ele nos relatou, não houvera novos desdobramentos em seu caso. Como ele trabalhava informalmente, precisara retomar ao menos parcialmente suas atividades; seus filhos ficavam sob os cuidados de um de seus irmãos e de uma cunhada enquanto ele estava fora de casa.

O marido entrou novamente em contato conosco semanas depois, na metade do mês de maio: ele recebera um documento em sua casa, cujo conteúdo não compreendia. A partir da foto que nos enviou do supracitado documento, depreendemos que o Ministério Público, com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, havia entrado com uma medida protetiva. Dado o contexto, o processo corria em segredo de justiça. O documento que ele recebera se tratava de uma citação, para que os pais apresentassem defesa no processo. Assim, nossa atuação nesse momento foi explicar o conteúdo de tal documento; explicamos-lhe que se tratava de um segundo processo, e que, sendo assim, era necessário que ele encaminhasse um novo requerimento de um defensor.

Na mesma semana, ele nos informou que a esposa fora posta em liberdade. Sua liberação veio acompanhada de duas determinações: ela precisaria fazer acompanhamento psicológico no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e deveria ficar a pelo menos 300 metros das crianças. Para tanto, o casal alugou um quarto para a esposa no mesmo bairro, mas a uma distância que respeitava a determinação judicial.

Agora, passados alguns meses, a situação se mantém. A esposa ainda mora em domicílio separado enquanto aguarda o julgamento em liberdade e continua seu tratamento no CAPS. O marido nos relatou que essa

separação forçosa da família tem sido muito dolorosa. As crianças constantemente perguntam pela mãe e questionam sobre seu retorno. O sofrimento com a ruptura também é vivenciado pela mãe e pelo pai.

Este é um caso sobre silenciamentos. Afinal, o silenciamento do sofrimento psíquico de uma pessoa resultou na sua prisão, e essa série de silêncios se mantém, na medida em que essa mãe continua apartada de seus filhos.

Considerações finais

O acompanhamento desse caso aponta diretamente para as dificuldades enfrentadas pelos imigrantes no acesso à justiça e aos serviços de saúde. Como abordamos, essa situação traumática poderia ter sido evitada se o serviço de saúde estivesse mais bem preparado para atender a essa população e houvesse um maior cuidado com sua saúde mental. Trata-se, em última instância, de uma questão estrutural — assim como são estruturais as dificuldades enfrentadas no acesso dos imigrantes ao sistema judiciário. Nesse sentido, o atendimento ofertado pelo PMUB não se deu enquanto representação jurídica, mas sim pela mediação entre o sistema e as práticas dos agentes estatais, de um lado, e os cidadãos que estavam em busca de seus direitos, de outro.

REFERÊNCIAS

MARTES, Ana Cristina Braga; FALEIROS, Sarah Martins. **Acesso dos imigrantes bolivianos aos serviços públicos de saúde na cidade de São Paulo.** Saúde e sociedade, v. 22, n. 2, p. 351-364. São Paulo: 2013.

MARTIN, Denise; GOLDBERG, Alejandro; SILVEIRA, Cássio. **Imigração, refúgio e saúde: perspectivas de análise sociocultural.** Saúde e sociedade, v. 27, n. 1, p. 26-36. São Paulo: 2018.

SANTOS, Fabiane Vinente dos. **A inclusão dos migrantes internacionais nas políticas do sistema de saúde brasileiro: o caso dos haitianos no Amazonas.** História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 23, p. 477-494, 2016.

Português Brasileiro para Migração Humanitária (PBMIH): Ações, Reflexões e Reverberações

Maria Gabriel ¹²

Viviane Araújo Alves da Costa
Pereira ¹³

Cláudia Helena Daher ¹⁴

Maria Cristina Figueiredo Silva ¹⁵

¹² Doutoranda em Letras pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Atualmente é professora e uma das coordenadoras do projeto de extensão Português Brasileiro para Migração Humanitária – PBMIH da UFPR. E-mail: mgabriel.ufpr@gmail.com.

¹³ Professora do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Participa da coordenação do projeto de extensão Português Brasileiro para Migração Humanitária. E-mail: viviane.pereira.fr@gmail.com.

¹⁴ Professora na Universidade Federal do Paraná (UFPR), vinculada ao Departamento de Letras Estrangeiras Modernas. Participa atualmente da coordenação do projeto de extensão Português Brasileiro para Migração Humanitária. E-mail: claudia.daher@ufpr.br.

¹⁵ Bolsista 1C do CNPq (processo no. 312693/2019-2) e professora do Departamento de Linguística e Literatura da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Participa atualmente da coordenação do projeto de extensão Português Brasileiro para Migração Humanitária. E-mail: figueiredosilvamc@gmail.com.

Introdução

Este artigo tem por objetivo apresentar atualizações e o processo gradual de institucionalização do projeto de extensão Português Brasileiro para Migração Humanitária — PBMIH, desenvolvido na Universidade Federal do Paraná (UFPR) desde 2013. Ao longo desses anos, é possível apontar a ampliação do trabalho: desde um primeiro momento de ensino emergencial de português brasileiro a migrantes haitianos recém-chegados a Curitiba, passando pela articulação com outros projetos para a criação do Programa de Extensão Política Migratória e Universidade Brasileira — PMUB, até o estágio atual, de consolidação da necessidade da pesquisa e da ciência para o caráter profissional e formativo das atividades realizadas no âmbito do projeto.

Nosso foco recairá sobre as ações do PBMIH nos últimos anos e sobre os caminhos encontrados para uma crescente institucionalização das atividades ligadas ao projeto. Entendendo a extensão como uma das bases do trabalho realizado dentro da universidade, indissociável da pesquisa e do ensino, procuramos fomentar essa relação, de modo que

a universidade chegue à comunidade, mas ainda absolutamente ligado ao ensino (na graduação e na pós-graduação em Letras) e à pesquisa científica em todos os níveis de investigação.

O caráter de acolhimento humanitário continua sendo primordial e determina as escolhas tanto teóricas quanto metodológicas de todas as atividades realizadas. Mas cabe ressaltar que, ao princípio de atendimento aos migrantes refugiados que procuram as aulas de português, soma-se o propósito não menos importante de formação dos estudantes da graduação e da pós-graduação em Letras para o ensino do português brasileiro em contexto de migração. Embora grande parte dos estudantes-ministrantes atue de maneira voluntária, isso não se confunde com assistencialismo: trata-se, antes, de um percurso formativo bastante complexo que envolve estudo, planejamento, prática docente, reflexão sobre a própria prática, numa espiral que faz recomeçar sempre, mas nunca do mesmo ponto. O PBMIH é um projeto de extensão orgânico, movente como a própria migração.

O primeiro movimento que deu origem ao projeto partiu da Associação dos Haitianos e da ONG Casla (Casa Latino-Americana) que, em parceria com a Prefeitura Municipal de Curitiba, entraram em contato com o Centro de Línguas e Interculturalidade da UFPR (CELIN) para verificar a possibilidade de oferta de aulas de português para refugiados haitianos. Assim, em 2013, atendendo a essa demanda, surgia ainda incipiente o PBMIH, uma ação de ensino emergencial para uma população migrante que precisava se comunicar em outra língua no país de acolhimento (cf. RUANO, PERETI, GRAHL, 2016). Muito rapidamente, o que era uma ação isolada ganhou contornos de projeto de extensão, promovido pelo curso de Letras. Essa ampliação se deu em paralelo à ampliação do público atendido: migrantes refugiados sírios, em grande número; mas também africanos de vários países (República Democrática do Congo, Nigéria, Senegal, Togo, entre outros); e, mais recentemente, venezuelanos.

Do desejo de atender a uma necessidade muito concreta da sociedade e, por outro lado, das particularidades do ensino em contexto de migração forçada, o projeto foi ganhando estrutura, concepção de língua e metodologia próprias. Cursos de formação passaram a ser oferecidos para os ministrantes — em geral, estudantes da graduação e da pós-graduação em Letras — pois era preciso a cada semana criar materiais que deveriam refletir as necessidades mais imediatas do público atendido: não se tratava de unidades didáticas habituais dos métodos de ensino de línguas: “no aeroporto”, “no hotel”, “no restaurante”. As alunas e os alunos que procuravam as aulas de português do PBMIH precisavam procurar emprego; comprar feijão no supermercado; aprender a pegar ônibus. O que era identificável como necessidade linguística passou então a constituir a própria base teórico-metodológica dos cursos.

A complexidade inerente a um projeto dessa amplitude e a diversidade do público envolvido no processo de ensino-aprendizagem do português brasileiro resultaram em uma ramificação importante ao longo dos anos. Projetos com foco em questões da migração e do refúgio foram criados em outros cursos da UFPR: Direito, Psicologia, Sociologia, Ciência da Computação, História, que, reunidos, deram origem ao programa de extensão Política Migratória e Universidade Brasileira. Nos cursos de Letras, outros projetos, hoje autônomos, surgiram no âmbito do PBMIH, como é o caso do Literatura de Refúgio, evento que tematiza e faz ouvir as vozes do refúgio, em diferentes línguas e em sua tradução para o português. O projeto Pequenos do Mundo, do curso de Psicologia, surgiu do que chamávamos muito simplesmente de “sala das crianças”: um espaço de interação lúdica para filhas e filhos de migrantes, que finalmente poderiam assistir às aulas de português sabendo que suas crianças estavam ali por perto, em mais um espaço de desdobramento — e, por que não?, de reverberação — do PBMIH.

Em 2014, foi aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da UFPR uma resolução que dispõe sobre o aproveitamento de vagas

remanescentes para o ingresso menos burocrático de migrantes e refugiados que tenham iniciado o ensino superior em seu país de origem: nascia o Programa Reingresso, que desde então tem sido uma importante ação do PMUB, modelo para universidades em todo o país. Em 2018, nova resolução aprovada pelo CEPE dispõe sobre a criação de vagas de vestibular específicas para esse público, com processo seletivo próprio, adaptado às potencialidades dos futuros graduandos. Tanto em um caso como em outro, revelou-se a necessidade de se criarem políticas institucionais de acolhimento para esses novos estudantes, com ênfase no ensino de português para fins acadêmicos, sem desconsiderar seu caráter primeiro de língua de acolhimento. Com uma existência autônoma e reconhecida dentro da UFPR, os cursos de acolhimento linguístico e acadêmico e a instituição do “ano zero” para graduandos estrangeiros em situação de migração forçada ou refúgio perpassam a trajetória do PBMIH, como veredas que se bifurcam por sua diversidade constitutiva.

A organicidade do PBMIH implica reinvenção e diálogo permanentes. Reinvenção na medida em que a mudança do público atendido exige constante atualização das premissas metodológicas do trabalho e a criação de novo arcabouço teórico que possibilite um olhar atento e ativo. E os diálogos nos permitem estabelecer parcerias criativas, ampliando nossa rede de comunicação e nossas tecnologias educacionais. É o que veremos nas próximas seções.

A indissociabilidade entre a extensão, o ensino e a pesquisa

Há algo muito particular nesse projeto de extensão que é o PBMIH: ele é o encontro perfeito entre a extensão (isto é, o atendimento a uma demanda da sociedade para a universidade), o ensino (seja quando pensamos em modos de ensinar, seja quando pensamos na formação de docentes) e a pesquisa

(quando pensamos no que constitui a nossa atividade com a língua).

Quando respondemos a uma demanda da sociedade de maneira qualificada, de fato respondemos como universidade. Não estamos apenas fornecendo um serviço de alguma natureza que poderia ser igualmente bem fornecido por outros setores da sociedade. No presente caso, quando oferecemos cursos de línguas para migrantes, atuamos como somente a universidade poderia atuar, pensando exatamente nesse tripé que constitui a atividade universitária: o ensino, a pesquisa e a extensão.

Começamos examinando um pouco o perfil da pesquisa que subjaz ao PBMIH. O primeiro ponto fundamental aqui é a discussão sobre que língua vamos ensinar. Como o nome do projeto sugere, trata-se do português brasileiro, a língua que o migrante vai ouvir na rodoviária ou na prefeitura, na padaria e na companhia de luz. O português brasileiro é a língua falada no Brasil e essa língua se distingue muito do português padrão, aquele descrito pela gramática tradicional e que se encontra nos manuais de ensino de língua portuguesa para estrangeiros.

Nos cursos de graduação e de pós-graduação em Letras espalhados pelo Brasil já temos construído um cabedal de conhecimentos sobre o que é o português falado no Brasil, incluindo o que é diferente de região para região e o que permanece como marca comum dessa língua em todo o território nacional. Esse conhecimento específico vai desde as formas sociais de cumprimentar e agradecer — e é assim que sabemos que “*magina*” é a resposta para “*brigado*” em muitas regiões do Brasil — até o modo de construir orações interrogativas no Sudeste do país, ou o sistema de pronomes possessivos e as construções relativas, que são comuns ao país inteiro.

Por outro lado, o modo como abordamos esse conhecimento deve ser particular. Lembremos que uma boa parte da discussão sobre ensino e aprendizagem de língua adicional¹⁶ versa sobre a motivação dos alunos e o modo como a integração entre língua e cultura ajuda a manter vivo o interesse

do aluno. E parece inquestionável que é esse o caso quando estamos falando dos alunos que temos usualmente nos cursos de línguas, aqueles que escolheram a língua, seja pelo interesse na própria língua, seja pelo interesse em aspectos diversos da cultura, como a música ou a literatura, as festas populares ou a culinária. No caso do refugiado, raramente este é o caso; na maior parte das vezes ele não escolheu nem a língua nem a cultura; escolheu, quando muito, o país que lhe ofereceu abrigo, e é exatamente por isso que a abordagem linguística tem que contemplar esse aspecto: falamos então em língua de acolhimento (cf. CABETE, 2010; GROSSO, 2011). Ela será a língua que permitirá ao indivíduo se integrar nessa nova sociedade, ao mesmo tempo que lhe permite o espaço simbólico de se reconhecer e se reconstruir na sua nova história.

São os constructos teóricos oriundos da pesquisa em diferentes vertentes que nos deixam acessar as melhores tecnologias de ensino a serem usadas nesse novo ambiente de aprendizagem. Mas como fazer chegar esses conhecimentos à sala de aula?

Entra aqui a conexão com o ensino. Nossos alunos de graduação e pós-graduação são os professores dos migrantes nos seus diversos níveis de aprendizado. Assim, é com esses graduandos e pós-graduandos que devemos discutir qual língua ensinar e como ensinar essa língua. Num momento anterior do projeto, isso era feito por meio de reuniões semanais, nas quais por vezes essas questões ficavam um pouco dispersas. Em 2017, as reuniões ganharam o formato de curso de extensão. A partir de 2018.2, os encontros

se reconfiguraram em disciplinas optativas que são ofertadas para estudantes que atuam no projeto, de modo que a cada semestre uma nova disciplina optativa de 30 horas é oferecida, do conjunto de quatro disciplinas já disponíveis nos departamentos DELLIN e DELEM. Essas disciplinas discutem esses diferentes aspectos do ensino e aprendizagem de uma língua adicional nesse e em outros contextos, e também discutem as particularidades do português brasileiro (disciplina oferecida em 2019.2) e a confecção de materiais didáticos (oferecida em 2020.1).

A questão da confecção de materiais didáticos é uma necessidade para o projeto. Por conta de uma percepção já presente nos primeiros momentos da implementação dos cursos de português para migrantes, segundo a qual não é certo que todos os estudantes estarão presentes em todas as aulas, ficou evidente que não seria possível contar com os materiais disponíveis no mercado, independentemente da questão de qual português ensinar (cf. CURSINO, ALBUQUERQUE, FIGUEIREDO SILVA, GABRIEL e ANUNCIAÇÃO, 2016). O problema aqui é que os materiais usados em geral pelas escolas de línguas exploram a mesma unidade por várias aulas consecutivas e, se adotássemos a mesma estratégia, teríamos alunos excluídos a cada aula. Por isso, devemos produzir o material a ser utilizado nas três horas de aula de cada sábado; este deve constituir uma unidade didática com uma temática, preferencialmente dirigida para a inserção do migrante na sociedade brasileira, que explore o vocabulário, os aspectos interculturais e os temas gramaticais que porventura se apresentem dentro desse contexto nesse espaço de três horas. As

16 Convém definirmos o uso da expressão “língua adicional” que estamos fazendo neste texto. Tendo em vista que muitos alunos atendidos pelo projeto vêm de países com contextos plurilíngues e já falam uma ou mais línguas, além do fato de que estão no Brasil em situação de imersão, usamos o termo adicional em consonância com o que menciona Elliot et al (2001, p. 6, tradução nossa): “os estudantes podem na verdade estar aprendendo não uma segunda, mas uma terceira ou quarta língua. ‘Adicional’ se aplica a todas, exceto, claro, a primeira língua aprendida”, reforçado também por Leffa e Irala (2014, p. 22) que definem língua adicional como aquela “que o aluno aprende por acréscimo, além da(s) que ele já sabe e que, por isso, pode ter como ponto de partida outras línguas, o que sugere possivelmente uma convivência pacífica entre as línguas, já que o domínio de cada uma atende a objetivos diferentes; são conhecimentos que, a priori, não competem entre si, mas que se complementam. Na medida em que a língua adicional parte da língua materna, há uma tendência metodológica de se valorizar o contexto do aluno, desde suas práticas sociais, os valores de sua comunidade e uma visão crítica da aprendizagem da língua”.

temáticas podem ser retomadas, mas o início da aula não vem acompanhado daquela usual frase “como vimos na aula passada...”.

Com os anos, já temos um conjunto de temáticas indicado para o trabalho em cada um dos níveis. Os professores de cada turma (sempre pelo menos dois) têm a liberdade de incluir temas dependendo do que observam ser o interesse daqueles alunos, mas esperase que um certo conjunto de conteúdos seja abordado em cada nível. Essa indicação guia a atuação dos grupos na docência, permitindo que os graduandos jovens professores aprendam uma coisa que será crucial na atuação deles como professores de língua adicional na situação de imersão: saber preparar materiais didáticos.

Mencionamos acima que sempre pelo menos dois professores estão presentes na sala de aula. Esse é outro diferencial do PBMIH e permite que a formação dos graduandos na docência se faça de maneira tranquila, sem gerar ansiedade, visto que procuramos sempre colocar professores mais experientes, já com algum tempo no projeto, ao lado de professores iniciantes, que estão tendo ali a sua primeira experiência didática. Essa combinação tem dado ótimos resultados, como mostra Santana (2019).

Finalmente, para aqueles graduandos que ficam curiosos e querem ir além do que foi abordado na disciplina optativa que eles estão cursando, temos um grupo de estudo em funcionamento, aberto a quem quiser participar e com uma dinâmica de funcionamento de um encontro semanal em que fazemos a leitura e a discussão de textos previamente selecionados. Neste segundo semestre de 2020 o grupo está estudando certos problemas específicos que os falantes de espanhol têm ao aprender o português. Esse é um assunto que atrai muitos estudantes porque não há dúvida de que uma boa parte dos nossos alunos é falante de espanhol nos últimos anos, por conta da

migração massiva de venezuelanos para o Brasil. Mas esse conhecimento não serve apenas para a atuação no PBMIH, dado que muitos alunos intercambistas, por exemplo, são latino-americanos e por isso também falantes nativos de espanhol.

Assim, fica evidenciada a relação estreita promovida pelo projeto entre a pesquisa, o ensino e a extensão. Com a proposta em curso de curricularização da extensão, o PBMIH será uma excelente opção para que os graduandos em Letras possam completar suas horas de extensão tendo acesso a uma formação abrangente.

Ações e reverberações do PBMIH

Desde o início, o curso de português é ofertado semestralmente e possui uma carga horária de 3 horas semanais, contabilizando, em média, 40 horas semestrais. A oferta de turmas é dinâmica e visa atender às especificidades da população acolhida. No primeiro semestre de 2020, por exemplo, nosso maior número de turmas, pela primeira vez, seria de Pré-Intermediário (nível de entrada de migrantes hispanófonos recém-chegados) com cinco turmas, seguida de duas turmas de Básico I, duas turmas de Básico II, duas turmas de Intermediário I e uma turma de Intermediário II. Vale ressaltar que, apesar do grande número de turmas disponibilizadas (cada turma com capacidade para receber 20 alunos), o projeto tem uma lista de espera com mais de 100¹⁷ pessoas.

Além das turmas do curso de português, disponibilizamos cursos para demandas específicas que nascem da observação e do diálogo constante com a comunidade migrante. Entre estes, podemos

17 Para uma discussão mais aprofundada acerca da metodologia desenvolvida no projeto – “porta-giratória” – a qual permite a entrada constante de novos alunos, ver o artigo já citado de CURSINO, ALBUQUERQUE, FIGUEIREDO SILVA, GABRIEL e ANUNCIAÇÃO (2016).

destacar a turma das crianças, que, recentemente, tornou-se o projeto de extensão Pequenos do Mundo, coordenado pela Professora Graziela Lucchesi (do curso de Psicologia da UFPR), sendo uma ação interdisciplinar entre as áreas de Psicologia, Letras, Comunicação e Artes Cênicas. Durante a pandemia o projeto tem atuado na manutenção do vínculo com as crianças e seus responsáveis através de um grupo de WhatsApp e da contação de histórias que podem ser acessadas no canal YouTube do projeto.¹⁸

Ainda em relação aos cursos específicos, ressalta-se o oferecimento do curso gratuito de crioulo haitiano (*kreyòl ayisyen*) para a comunidade civil e acadêmica, cujos ministrantes são migrantes haitianos ex-alunos do PBMIH. Em 2019 foram ofertadas quatro turmas, de Básico I e II. Em 2019.2, o PBMIH ofertou também o curso “Entrelaços — Bordando identidades, narrativas e percursos”, com o objetivo de trabalhar oral e artisticamente identidades, narrativas e percursos de mulheres migrantes em situação de deslocamento forçado. Participam dessa ação uma gama interdisciplinar de professoras e alunas das áreas de Letras, Psicologia, Design e Jornalismo. Durante a pandemia a equipe tem desenvolvido diversas atividades¹⁹ para a manutenção do vínculo com as mulheres, e em breve uma minioficina de colagem será disponibilizada de forma online.

Na esteira desse pensar em parcerias e ações que reverberem nossas pesquisas e concepções, o PBMIH, em conjunto com estudantes do curso técnico em Programação de Jogos Digitais do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial — Senac, está desenvolvendo um aplicativo de celular (iOS) intitulado “Passos”, que se baseia no conceito de minijogos e é voltado ao ensino-aprendizagem de português como língua adicional e como língua de acolhimento direcionado a comunidades de migrantes em situação de migração

forçada. O aplicativo é resultado das concepções teóricas e metodológicas desenvolvidas no âmbito do PBMIH. Na sua primeira etapa, os minijogos são voltados a aprendizes em nível iniciante: as temáticas versam sobre alimentação, vestuário, descrição de sintomas de doenças e moradia.

Seguindo a mesma premissa, em 2019, firmamos uma parceria com o Programa de Educação Tutorial — Computando Culturas em Equidade (PET-COCE) e com o projeto de extensão Português Para Falantes de Outras Línguas (PFOL), ambos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR-Curitiba) a fim de desenvolver um repositório de Recursos Educacionais Abertos (REA) inspirado no repositório Arcaz e voltado ao ensino-aprendizagem de português como língua adicional.

Acompanhando o trabalho de escuta às demandas apresentadas pela comunidade migrante, e buscando atender às exigências estabelecidas na Portaria Interministerial nº 16, de 3 de outubro de 2018, referentes à comprovação da capacidade de comunicação em língua portuguesa, o PBMIH alicerçou um diálogo com o Núcleo de Concursos da UFPR visando o desenvolvimento de uma certificação acerca da capacidade de comunicação em língua portuguesa, que será inteiramente gratuita.

Como já apontado, desde o momento inicial o PBMIH se propôs a produzir o próprio material de apoio didático, tendo em vista as especificidades da situação do público envolvido, para o qual a dinâmica de ensino e aprendizagem de uma outra língua integra um processo de reconstrução identitária e de reestruturação econômica e social. À vista disso, lançamos, em março de 2020, a revista Ressonâncias, com o objetivo de disponibilizar e ampliar o acesso a materiais de apoio didático.²⁰

18 As histórias podem ser acessadas no seguinte endereço: <https://www.youtube.com/channel/UC4pXzHrdNkDmx88T5g2LK3A>.

19 Pode-se acessar uma dessas ações no seguinte endereço: https://www.youtube.com/watch?v=SuhO4y_M_x88t=27s.

20 Pode-se consultar a primeira edição no seguinte endereço: <https://issuu.com/ressonancias>.

Em consonância com um dos objetivos centrais do projeto — possibilitar a inserção e o acolhimento da população migrante na cidade de Curitiba e região — o PBMIH realiza uma gama de atividades culturais que visam, por um lado, auxiliar na divulgação das culturas dos países das comunidades atendidas e, por outro, possibilitar a ocupação e a circulação dessa população em locais de cultura e lazer, proporcionando, ainda, a sensibilização da comunidade local. Essas atividades ficam a cargo do Núcleo de Integração PBMIH, cujas principais ações são: a) Campanha “Vozes e Cultura na UFPR: Ser Migrante”²¹, com apresentação cultural no Teatro Guaíra; b) A 7ª edição da revista TOM da UFPR²² — “Andanças: travessias da migração e do refúgio”; c) Festas de encerramento com apresentações culturais dos alunos a cada final de semestre; etc.

Especificamente para o contexto da epidemia da Covid-19, e dada a suspensão das atividades presenciais do PBMIH, formou-se uma equipe interdisciplinar, composta por professores e alunos das áreas de Letras, Psicologia, Design, Jornalismo e migrantes ex-alunos do projeto para a elaboração e tradução de um conjunto de materiais voltados ao público migrante, visando facilitar o acesso à informação neste momento de distanciamento físico e social. A ação tem como objetivo a produção e a divulgação de informação clara e objetiva à população migrante e refugiada acerca das medidas sanitárias de prevenção à Covid-19, dos direitos e do acesso aos serviços prestados pelas instituições governamentais brasileiras. O produto final resulta em uma linguagem gráfica que, ao mesmo tempo que facilita a compreensão das informações, é maleável o suficiente para comportar composições em diferentes línguas.²³

Considerações finais

Desde o seu início, em 2013, o projeto de extensão PBMIH promove ações de acolhimento a migrantes e refugiados na cidade de Curitiba e região, por meio do ensino do português brasileiro. Ao longo dos anos, o projeto desenvolveu-se, procurando responder às novas demandas e necessidades sociais, consolidando-se, cada vez mais, como um espaço de estudo e pesquisa, de modo a reforçar o caráter formativo das atividades realizadas. O PBMIH se confirma enquanto projeto de extensão, dialogando com as necessidades da comunidade, ao mesmo tempo que constitui um espaço de reflexão que repercute no ensino e no desenvolvimento de trabalhos de pesquisa, nos níveis de graduação, mestrado e doutorado. O projeto reúne, portanto, os três pilares que sustentam a atividade universitária: ensino, pesquisa e extensão.

Diante dos novos contextos sociais que se apresentam, a extensão universitária também é desafiada a se reinventar, propondo ações que favoreçam o diálogo e busquem soluções para o enfrentamento das crises. As ações interdisciplinares que vêm sendo desenvolvidas no âmbito do PBMIH demonstram igualmente o fortalecimento do projeto com parcerias que visam, além da dimensão social que é basilar nas ações desenvolvidas, a formação acadêmica e profissional dos estudantes participantes.

21 Essa campanha ocorreu dentro das atividades da Semana do Migrante, e uma dessas ações resultaram em um vídeo que está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=L-1krZOI18M&t=5s>.

22 Disponível em: https://issuu.com/tom_ufpr/docs/tom7.

23 O conteúdo pode ser acessado no seguinte endereço: <https://www.pbmiufpr.com>.

REFERÊNCIAS

CABETE, M. **O processo de ensino-aprendizagem do português enquanto língua de acolhimento.**

Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura Portuguesa). Universidade de Lisboa, Lisboa, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2Sfblh9>.

CURSINO, C.; ALBUQUERQUE, J.; FIGUEIREDO SILVA, M. C.; GABRIEL, M.; ANUNCIAÇÃO, R. F. M. Português Brasileiro para Migração Humanitária (PBMIH): reflexões linguísticas e pedagógicas para o ensino de PLE em contexto de migração e refúgio. In: RUANO, B. P.; SANTOS, J. P.; SALTINI, L. (orgs.) **Cursos de Português como Língua Estrangeira no Celin-UFPR: práticas docentes e experiências em sala de aula.** Curitiba: Editora UFPR, 2016, p. 317-334. Disponível em: <https://bit.ly/2SflJWj>.

ELLIOT, L.; JUDD, E. L.; TAN, L.; WALBERG, H. J. **Teaching additional languages.** Genebra: International Academy of Education/International Bureau of Education, 2001. Disponível em: <https://bit.ly/3jjLPU5>.

GROSSO, M. J. R. Língua de acolhimento, língua de integração. **Horizontes de Linguística Aplicada**, ano 9, n. 2, p. 61-77, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3ijSIn4>.

LEFFA, V. J.; IRALA, V. B. O ensino de outra(s) língua(s) na contemporaneidade: questões conceituais e metodológicas. In: _____ (orgs.). **Uma espiadinha na sala de aula: ensinando línguas adicionais no Brasil.** Pelotas: Educat, 2014, p. 21-48. Disponível em: <https://bit.ly/2G6B60X>.

RUANO, B. P.; PERETI, E.; GRAHL, J. A. P. Português Brasileiro para Migração Humanitária (PBMIH): construindo um projeto de integração linguística, cultural e social. In: RUANO, B. P.; SANTOS, J. P.; SALTINI, L. (orgs.). **Cursos de Português como Língua Estrangeira no Celin-UFPR: práticas docentes e experiências em sala de aula.** Curitiba: Editora UFPR, 2016, p. 287-316. Disponível em: <https://bit.ly/2SflJWj>.

SANTANA, R. T. (2019). **Português Brasileiro para Migração Humanitária (PBMIH): Impactos da Extensão Universitária na Trajetória Acadêmica e Profissional dos Professores.** Monografia de Conclusão de Curso (Trabalho de Prática de Pesquisa em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3j0Iaug>.

Movimentos Migratórios e Psicologia (MOVE): Acolhimento e Atendimento de Refugiados e Migrantes

Elaine Cristina Schmitt Ragnini ²⁴

Arthur Silvério de Oliveira ²⁵

Gustavo Pedroso da Silva ²⁶

Luísa de Oliveira ²⁷

Carla Cristina Karpem ²⁸

Dienifer Katrine Clerici ²⁹

Giulia Alessandra Juchem ³⁰

²⁴ Doutora. Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Coordenadora do projeto Movimentos Migratórios e Psicologia (MOVE).
E-mail: elaine@ufpr.br.

²⁵ Graduando em Psicologia na UFPR, aluno bolsista no projeto de pesquisa e extensão Movimentos Migratórios e Psicologia – MOVE. E-mail: deoliveiraarthur@outlook.com.

²⁶ Graduando em Psicologia na UFPR, extensionista no projeto de pesquisa e extensão Movimentos Migratórios e Psicologia – MOVE, bolsista de Iniciação Científica (UFPR/TN).
E-mail: g.pedroso@live.com.

²⁷ Graduanda em Psicologia na UFPR, extensionista no projeto de extensão Movimentos Migratórios e Psicologia – MOVE e no Projeto AMMAR: Aliança de Mulheres Migrantes, Apátridas e Refugiadas.
E-mail: luisa.ob@uol.com.br.

²⁸ Licenciada em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, graduanda em Psicologia da UFPR e extensionista no projeto de extensão e pesquisa MOVE: Movimentos Migratórios e Psicologia UFPR.
E-mail: karpemcarla@gmail.com

²⁹ Graduanda em Psicologia da UFPR e extensionista no projeto de extensão e pesquisa MOVE: Movimentos Migratórios e Psicologia UFPR.
E-mail: dienifer.clerici@gmail.com

³⁰ Graduanda em Psicologia da UFPR e extensionista no projeto de extensão e pesquisa MOVE: Movimentos Migratórios e Psicologia UFPR.
E-mail: giuliaaj06@gmail.com

Introdução

O processo migratório pode mobilizar um conjunto de elementos da vida concreta e subjetiva daqueles que migram. A hospitalidade e a recepção humanitária, para além de viabilizarem a aquisição da nova língua, os documentos e as condições para a organização da vida no novo país, devem pressupor o acolhimento/atendimento psicossocial e um lugar para a escuta da singularidade de cada migração. Quando se trata de uma migração involuntária, o planejamento e a preparação para a transição geográfica e o atravessamento das fronteiras dos países dificilmente acontecem. Ainda, geralmente são migrações que carregam as marcas da violência de um país no qual não foi mais possível viver e onde algumas construções da vida foram deixadas para trás: uma história; família; profissão; relações afetivas; aquisições materiais; um futuro imaginado; entre outras. A migração, portanto, mobiliza corpos e afetos, que devem ser considerados na experiência desses sujeitos. Para dar lugar à experiência subjetiva de uma migração é que propomos um projeto que acolhe e atende refugiados e migrantes na cidade de Curitiba e região.

O Projeto Movimentos Migratórios e Psicologia (MOVE)³¹ está sediado no Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e vinculado ao programa de extensão universitária Política Migratória e Universidade Brasileira (PMUB) e à Cátedra Sérgio Vieira de Mello, do Alto Comissariado da ONU para os Refugiados, da UFPR.³² Desde o ano de 2014, desenvolvemos atividades de extensão, ensino e pesquisa como resposta às demandas de acolhimento e atendimento a refugiados e migrantes presentes na universidade e na cidade.

No início do projeto, a Psicologia foi convocada para o trabalho no momento em que o mal-estar das equipes de Letras e Direito do PMUB irrompia na instituição. As manifestações desse mal-estar apareciam em dois momentos específicos: quando havia o relato das histórias de migração permeadas de vivências de intensa violência, perdas e rupturas (RAGNINI, 2019), pelos estudantes refugiados e migrantes no Projeto Migração Brasileira para a Migração Humanitária (PBMIH); e quando a situação de vida no Brasil relatada por eles era muito precária e repleta de necessidades urgentes. O encontro com essa realidade de vida mobilizava as equipes, e indicava a angústia e a impotência frente às histórias e dificuldades de refugiados e migrantes. Para acolher as demandas que daí advinham, colocamo-nos na posição de escutar tanto os migrantes quanto os profissionais que os atendiam. A proposta de trabalho consistiu e consiste em articular referenciais teóricos e metodológicos

para uma práxis comprometida com a condição sociopolítica³³ dessas comunidades, possibilitando o desdobramento de um campo clínico que preze pelo seu reconhecimento como sujeitos, não somente de direitos, mas de desejos.

Tecendo saberes e envolvendo pessoas: a consolidação de uma prática

Desde a interface entre a psicologia e a psicanálise, busca-se articular ações direcionadas à mobilização de potencialidades dos sujeitos em meio às mudanças de cultura, dos costumes e da língua (AOTO et al., 2019), próprias aos movimentos migratórios. Ainda, pretende-se um fazer clínico no trabalho com os *sujeitos em deslocamento* e com o campo social e *político*. Ao reconhecer as formas de apropriação da realidade social por meio da articulação de discursos *sem palavras* (LACAN, 1969-70/1992) — instituindo na cultura modalidades de reconhecimento, produção de saber ou segregação entre os indivíduos — objetiva-se, por meio de intervenções, a construção de uma rede simbólica que possa inserir os migrantes num laço ao outro, a partir do qual ele poderá constituir referências para ressignificar sua identidade, elaborar suas perdas e traumas e viabilizar a construção de um lugar na cena social (RAGNINI, 2019, p. 141).

31 O registro do Projeto de Extensão na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFPR tem o nome “Migração e Processos de Subjetivação: Psicologia, Psicanálise e Política na Rede de Atendimento aos Migrantes”. No início do ano de 2020, com o objetivo de melhorar a comunicação e a identidade visual do projeto, elaboramos, juntamente com a Editora Pulp de Curitiba, novas marca e logomarca. Com a chegada da Covid-19 e a urgência de outra forma de comunicação com a população refugiada e a local, lançamos, em junho de 2020, a nova proposta – MOVE. Agradecemos à Fernanda Ávila, Patrícia Papp e Myria Tokmajji pela produção e amizade. As novas marca e logomarca do projeto foram elaboradas por Myria, refugiada síria que revalidou seu diploma de Design pela UFPR e que integra a equipe da Pulp Editora.

32 Para o desenvolvimento das atividades do MOVE, o apoio e a parceria dos professores José Antônio Peres Gediel e Tatyana Scheila Friedrich foram e são fundamentais. A eles, nossa estima e agradecimento. A articulação entre Direito e Psicologia é essencial para o atendimento humanitário de refugiados e migrantes.

33 Fazemos alusão à noção de condição sociopolítica do sofrimento, assim como preconizada por Miriam Debieux Rosa: “O sofrimento assim como seus efeitos são administrados politicamente com incidência sobre o narcisismo, as identificações, o luto e os afetos, tais como o amor, o ódio, a ignorância e a culpa.” (ROSA, 2016, p. 27).

Nesse sentido, trata-se de um trabalho que visa tanto ao acolhimento do particular quanto a análise da dimensão sociopolítica na qual esses sujeitos estão inseridos, considerando sua história, sua cultura e suas trajetórias. A partir disso, pretende-se a construção de possibilidades de ação interinstitucional que inclua a inserção de refugiados e migrantes no laço ao outro (FRIEDRICH et al., 2017).

Tomando o estatuto privilegiado da universidade pública e gratuita como possibilidade de transformação de vida, emancipação e resgate de subjetividade (FRIEDRICH, 2019), são instituídas atividades de extensão que buscam acolher e atender à população refugiada e migrante. O público assistido é composto por (a) pessoas em situação de refúgio e migrantes presentes na cidade de Curitiba-PR e região metropolitana; e (b) estudantes refugiados, solicitantes de refúgio e migrantes humanitários inseridos na UFPR através das políticas afirmativas destinadas a essas comunidades. Além disso, são realizadas atividades com (c) o corpo discente, docente e técnico da UFPR; e (d) membros da sociedade civil em geral, mobilizando possibilidades de transformação da cena social.

Para a realização das atividades o projeto conta, atualmente, com a coordenação de duas professoras do Departamento de Psicologia³⁴, uma equipe de 22 estudantes extensionistas e 5 profissionais voluntários (quatro psicólogas e um ator). Este número, entretanto, altera-se com certa periodicidade, em conformidade com as demandas do projeto.

As atuais frentes de articulação do projeto são: (1) O *atendimento psicossocial*, acolhimento realizado de forma interdisciplinar e inserido na Sala 28, dispositivo de livre acesso e circulação no Prédio

Histórico da Universidade Federal do Paraná; (2) A *efetivação das políticas universitárias* para refugiados e migrantes, para o que participamos com as entrevistas com o público solicitante de processos de (re)ingresso e revalidação de diplomas, e o *acompanhamento acadêmico psicoeducacional de estudantes* inseridos na instituição³⁵; (3) A *clínica psicanalítica* com refugiados e migrantes, realizada por profissionais psicólogas(os) colaboradores do projeto, extensionistas e estagiários da Psicologia, em parceria com o Centro de Psicologia Aplicada (CPA) da UFPR; (4) O *Projeto Pequenos do Mundo*, voltado à potencialização do desenvolvimento infantil, utilizando-se da arte como recurso fundamental de trabalho e mediação, sob os pressupostos da psicologia histórico-cultural; (5) A *Aliança de Mulheres Migrantes, Apátridas e Refugiadas (AMMAR)*, projeto multidisciplinar de combate e prevenção às violências de gênero e raça contra mulheres refugiadas, migrantes e apátridas; (6) O *trabalho em rede*, articulando os atores institucionais que fazem o atendimento a refugiados e migrantes — no caso a caso, e construindo as informações para subsidiar o desenvolvimento das políticas públicas voltadas a essa população; (7) *Produção científica e participação em eventos* sobre refúgio e migrações; (8) A *formação de psicólogas(os)* para trabalhar com a temática das migrações: além das atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas pelo projeto, são ofertados grupos de estudo, grupos de pesquisa e disciplinas de graduação que objetivam explorar as possíveis relações entre a psicologia, a psicanálise, os movimentos migratórios, os direitos humanos e as questões étnico-raciais.

De 2014 até 2020, mais de mil atendimentos a refugiados e migrantes já foram realizados. As principais demandas que chegam ao projeto são

34 A vice-coordenadora do projeto é a Professora Dra. Graziela Lucchesi Rosa da Silva, do Departamento de Psicologia da UFPR, que coordena as suas ações no projeto a partir da perspectiva teórica da Psicologia Histórico-Cultural. Aqui, fazemos um agradecimento especial à Graziela pela parceria essencial e a dedicação para a realização desse projeto.

35 Para o desenvolvimento das atividades do Programa de Acompanhamento de Estudantes Refugiados e Migrantes da UFPR, contamos com a inestimável parceria dos colegas e professores de português Bruna Pupatto Ruano, Carla Cursino e Sérgio Ricardo Santos Lopes. Participamos de muitas aulas ministradas pelos colegas e compartilhamos muitos casos.

referentes a: questões universitárias (ingresso na graduação/pós e revalidação de diplomas, permanência na universidade); informações sobre aulas de português e informática ofertadas pelo Programa Migração e Universidade Brasileira (PMUB); informações e encaminhamentos para o mercado de trabalho; questões afetivas.

Espaços de encontro, frentes de articulação

Com a finalidade de sustentar formas de escuta e reconhecimento do outro, torna-se necessário construir espaços alinhados a uma ética do encontro; isto é, fomentar uma política institucional que não reduza sua funcionalidade a identificar sujeitos em índices identitários e determinações fixas, bloqueando possibilidades de transformação subjetiva (GODOY, 2016). Para refugiados, em especial, essas possibilidades de transformação estão ligadas a processos de “construção de um novo corpo em um novo lugar” (GODOY, 2016, p. 42).

Os primeiros lugares de encontro com os sujeitos refugiados e migrantes foram os corredores da universidade, as salas de aula de português e a Sala 28. No Prédio Histórico da Universidade Federal do Paraná, no centro da cidade, está localizada a Sala 28, sede de uma das principais frentes de atuação do Projeto MOVE: o atendimento psicossocial. Nesse local, estudantes extensionistas têm contato direto e frequente com refugiados e imigrantes que, possuidores ou não de vínculo formal com a universidade, vão até a sala buscar informações acerca de questões acadêmicas, jurídicas, psicossociais, clínicas e trabalhistas, muito semelhantes às descritas pelo trabalho de extensão universitária com essa população em São Paulo (ROSA, 2012), com a adição de demandas acerca do ingresso e permanência na universidade devido ao espaço em que a sala se encontra e as necessidades do público atendido.

Ainda, cabe ressaltar as referências para o trabalho prático que encontramos nas ações realizadas em Florianópolis (MARTINS-BORGES, 2017; BARROS; MARTINS-BORGES, 2018). No movimento de fundar a escuta, a psicologia vai sendo reconhecida como um saber-fazer que situa a subjetividade, acolhe as histórias, dá lugar aos sofrimentos e àquilo que fracassa no encontro do refugiado/migrante com a nova cultura. Assim, dos espaços públicos e institucionais de atendimento, nossos trabalhos vão se conduzindo para o espaço da clínica e dos atendimentos privativos, no um a um e no particular do caso, ainda que reconheçamos as dimensões coletivas e políticas do processo migratório.

Ao chegar a um novo país, as demandas — especialmente as que indicam a existência de um psiquismo, são fortemente sobrepostas pelas necessidades concretas. A necessidade de sobrevivência e busca por documentos que comprovem a história de vida previamente construída (documento de identidade, comprovantes de estudos e de trabalho, entre outros) são prementes. Com relação ao reconhecimento do migrante, conste-se que primeiro é necessário existir na letra da lei — sem documentos e sem direitos, nada sou e nada faço. Com a cessação das necessidades concretas urgentes, a nova relação transferencial para com a Sala 28 possibilita que advenham as questões subjetivas, que são traduzidas e reeditadas na língua de acolhida, o que traz impasses justamente por não ser o afeto expresso na língua materna. Ao colocar de si e de sua condição subjetiva no processo de migração, o sujeito refugiado e migrante vai construindo uma narrativa sobre sua história e sua relação de (des)pertencimento a uma terra e a um povo. O encontro com o outro local e suas instituições reedita as desventuras muitas vezes já vividas pelo migrante. O recém-conquistado lugar de existência na lei brasileira revela o não lugar no laço social. Por esse motivo, também, a Psicologia é convocada a agir neste espaço (físico e relacional) da Sala 28, inicialmente previsto ao Direito. Assim, junto às necessidades concretas e legais, escapam as psíquicas.

Na Sala 28, trabalhamos com um sistema de plantão, para o qual o aluno deve permanecer na sala por um período, para atendimento. Cabe a esse aluno, ao mesmo tempo que trabalha a demanda inicial, investigar e possibilitar existência política ao pedido oculto nela contido — por detrás do pedido de ingressar na universidade ou no mercado de trabalho revelam-se diversos outros. No olhar da formação universitária, o atendimento psicossocial convoca o aluno do projeto, como descrito por Knobloch (2015), a entrar em contato com uma alteridade radical própria do estrangeiro, incitando um questionamento acerca das capacidades pessoais, políticas e institucionais desse acolhimento. Nesse processo, entendemos que há um aspecto de formação importante para os alunos de graduação do curso de Psicologia: uma escuta qualificada para o pedido desse outro tão estrangeiro que pede algo, indicando a efetividade de uma formação atenta e sensível às condições concretas e subjetivas de uma população posta à margem do laço social. Compreender essas relações de poder impetradas numa sociedade (FARIA, 2017) é essencial para uma atuação profissional ética e politicamente comprometida com a vida humana.

Ainda que se pretenda um acolhimento humanitário, algumas demandas não serão prontamente resolvidas. Em alguns casos, há o *encaminhamento* desses migrantes para outros órgãos que compõem a Rede de Apoio a Migrantes, Refugiados e Apátridas do Paraná.³⁶ Nesse sentido, entende-se encaminhamento como o caminhar do próprio indivíduo em direção à demanda que desenvolveu no plantão (ALMEIDA, 2009). A referência ao atendimento psicossocial indica que estamos habilitados a acolher o que traz o refugiado e o migrante no(s) primeiro(s) encontro(s), e que não sabemos o que será. No entanto, ao nos debruçar sobre sua história e condição de vida, vamos dando direção ao que demanda, ora indicando seu

desfecho na rede de atendimento, ora convidando a um trabalho sobre perguntar-se acerca do que demanda. Se é na oferta de um trabalho e no encontro com o migrante que situamos nosso trabalho inicial, é na articulação com as outras frentes do projeto e com a rede que vislumbramos um desfecho para a demanda.

Assim, pode-se dizer que os espaços de encontro que se seguem àqueles ocorridos na Sala 28 são expandidos e se concretizam nas redes que vamos tecendo internamente e externamente à universidade. É num trabalho em rede, com o caso, que apostamos na possibilidade de dar encaminhamento a ele, a partir do que Seincman (2019, p. 95) define como “rede transferencial”, que “possibilita que o caso e suas direções sejam discutidos na complexidade de um campo que engloba diversas áreas de conhecimento e a complexidade das situações de urgência social”.

Inter(ações)

A hospitalidade e o acolhimento humanitário são princípios que norteiam as práticas dos projetos que atendem refugiados e migrantes na UFPR. Por se tratar de um programa desenvolvido no âmbito de uma universidade pública brasileira, o acesso da população atendida ao ensino superior foi, desde o início, um desafio para todos.

Desde os anos 2000, as ações afirmativas para o acesso ao ensino superior e as políticas migratórias pautadas pelo Estatuto dos Refugiados postulam que o acesso ao ingresso universitário e à revalidação de diplomas estrangeiros deve ser facilitado (ROSA, 2018). Com

36 Rede de cooperação entre organizações da sociedade civil e órgãos públicos que atuam no estado do Paraná em ações de acolhimento, apoio e assessoria voltadas a migrantes, refugiados e apátridas. São algumas das entidades participantes: a Cáritas Brasileira – Regional Paraná; a Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF); o Núcleo de Psicologia e Migração (NUPSIM) do Conselho Regional de Psicologia do Paraná (CRP-PR); Ministério Público do Trabalho; e a UFPR.

a implementação da Cátedra Sérgio Vieira de Mello na UFPR, em 2013, e uma política que segue nessa direção, no ano de 2015 foi realizado o primeiro processo de (re)ingresso específico de refugiados e migrantes humanitários na UFPR (RAGNINI et al., 2019). Com isso, a presença de alunos refugiados e imigrantes nos campi da universidade se torna usual e crescente, porém estes se defrontam com complexas e variadas dificuldades, que comportam a integração e a adaptação — demonstrando que políticas de permanência se faziam necessárias. O Projeto da Psicologia funda então, em 2017, o programa de tutoria/acompanhamento de alunos refugiados e migrantes na UFPR. Nessa ação, confia-se aos extensionistas o acompanhamento dos alunos contemplados pela política, mediante supervisão das coordenadoras do MOVE (RAGNINI et al., 2019).

Duas importantes atividades são realizadas nessa prática: o Encontro dos Alunos (Re)ingressos, onde todos os alunos refugiados e migrantes reúnem-se com os integrantes do projeto para realizar atividades, dinâmicas e roda de conversas sobre percalços, conquistas e histórias da vida universitária; e o Acolhimento Linguístico, organizado pelo Projeto Português Brasileiro para Migração Humanitária (PBMIH), no qual a equipe da psicologia ministra encontros com os estudantes calouros sobre questões usuais à adaptação e à vida acadêmica no Brasil. As atividades propostas são construídas com o intuito de marcar a presença da Psicologia na trajetória acadêmica desses migrantes; de recolher suas queixas, demandas, dificuldades e êxitos para encaminhá-los na instituição; mobilizar as estruturas institucionais para melhor acolher e integrar esses alunos; e promover o encontro do sujeito migrante com o outro do laço social. Entende-se que a viabilização desse encontro e a ruptura do silenciamento sobre essas vidas e esses corpos na cultura e sociedade locais, possam promover outros lugares e condições para o enlace social dessa população.

Como indica Ragnini (2019, p. 141), “ao oferecer um trabalho da psicologia para as migrações, abre-se possibilidade para que os fenômenos do campo subjetivo tenham lugar de endereçamento”. Assim, ao acompanhar migrantes na universidade, observamos que não é incomum que o percurso universitário suscite encontros com a história pessoal e os anseios mais íntimos desses sujeitos, mobilizando afetos e promovendo alguns obstáculos aos objetivos propostos. Esses são momentos vividos com sofrimento, que por vezes culminam na indicação ou no pedido de um atendimento clínico, para curar a dor da alma.

A ação do projeto, denominada Clínica e Migração,³⁷ se estrutura a partir de dois momentos distintos pautados na psicanálise: *a triagem e o trabalho clínico per se*. O primeiro é realizado por alunos extensionistas de Psicologia nos anos finais da graduação e consiste em três encontros individuais no Centro de Psicologia Aplicada (CPA). O objetivo da triagem é que se acolha e elabore a queixa inicial, evidenciando a presença ou não da demanda clínica. Caso confirmada a necessidade de trabalho clínico, o paciente é então inscrito na lista de espera de atendimentos e posteriormente é encaminhado a um psicólogo colaborador ou estagiário do projeto. O paciente passa então a ter encontros semanais no CPA, onde seu trabalho clínico tem curso. Como proposta para essa clínica, visa-se um lugar qualificado para tratar desses pacientes, mas também se aposta que a possibilidade de falar, ainda que não na língua materna, promova o testemunho de uma história, de uma trajetória e a viabilidade de uma vida em terras estrangeiras, proporcionando ao sujeito a oportunidade de elaborar a própria narrativa e sustentar uma posição subjetiva frente a ela.

Cabe destacar que os atendimentos na clínica não se restringem a alunos refugiados e migrantes da UFPR, mas são extensivos à população migrante em geral.

37 Ainda que abordemos aqui o atendimento clínico no campo do refúgio e das migrações, também realizamos atendimentos e acompanhamento de casos que demandam um trabalho articulado com a rede de saúde mental da cidade.



*Quinto Encontro de Estudantes (Re)ingressos (2019).
Fonte: Luana Lubke, 2019.*



*Atendimento Psicossocial na Sala 28 (2019).
Fonte: Gustavo Pedroso da Silva, 2019.*

É muito comum recebermos encaminhamentos ou pedidos de atendimentos de outros atores da rede de migrantes da cidade, ou mesmo de migrantes que são atendidos. É na articulação que fazemos com a rede de apoio que ampliamos as possibilidades de acolhimento. Nas inter(ações) da Psicologia com outros campos do saber, outras instituições e outros parceiros de trabalho, fundamos um lugar para que o corpo migrante, que comporta um psiquismo, seja representado e simbolizado no encontro com o outro da cultura.

Algumas considerações

A construção de um projeto de psicologia no campo do refúgio e das migrações demarca uma posição política e uma atuação ética comprometida com uma população que historicamente está à margem do sistema econômico e político e do laço social. Ofertar um lugar de escuta ao sujeito refugiado e migrante é viabilizar o testemunho de sua história e a elaboração de narrativas autobiográficas, podendo auxiliar esse sujeito a se posicionar na cena social e dar lugar a situações invisíveis (e quase indizíveis!) de populações excluídas das condições de uma vida digna. É um trabalho que acolhe os sujeitos, mas que tem efeitos no campo social e político.

O MOVE realiza diversas e distintas atividades voltadas ao público refugiado e migrante, afinal, “a promulgação da lei do migrante, aliada às políticas públicas e práticas de acolhimento, não garante ao sujeito migrante a condição de existência simbólica no campo do outro” (RAGNINI, 2019). É importante ressaltar que a resistência à integração dos refugiados, seguindo as regras do Unheimlich de Freud (1919/2019), não se dá necessariamente pela via consciente — estes são uma lembrança antropomorfizada de nosso mal-estar como civilização e do desamparo perante a morte, que mesmo incerta em sua forma e tempo, é nossa única certeza. “Atender migrantes é o exercício de uma forma de insistência e de resistência da psicanálise no mundo” (RAGNINI, 2019) somada ao objetivo político de possibilitar a esta população, através da escuta e do acolhimento, a potência de estabelecer-se no laço simbólico e libidinal do país para o qual migram.

Por fim, torna-se necessário recordar Frantz FANON (1956/1980): “A função de uma estrutura social é edificar instituições atravessadas pela preocupação pelo homem. Uma sociedade que encurrala os seus membros em soluções desesperadas é uma sociedade inviável, uma sociedade a substituir.”

É isso que os refugiados e migrantes da contemporaneidade vêm nos sinalizar: que algo vai mal no campo da política da vida. Tendo em vista os efeitos sociais e psíquicos devastadores que

as migrações forçadas podem ocasionar, somos instados, desde o campo profissional da psicologia, a nos debruçarmos sobre esse fenômeno. Precisamos estar advertidos de que a política que expulsa e repulsa humanos de sua terra natal e da terra de acolhida, é uma política que nos coloca coletivamente em situação de extrema precariedade e, no seu limite, inviabiliza a vida.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. M. Plantão psicológico de um resgate histórico a uma abordagem biográfica. In: serviço de aconselhamento psicológico: 40 anos de história. IPUSP, São Paulo, 2009.

AOTO, C. A. et al. **Contando histórias, resgatando memórias: a infância contada por crianças migrantes e refugiadas** — relato de pesquisa. Trabalho apresentado no XX Encontro Nacional ABRAPSO, São Paulo, 2019.

BARROS, A. F. O.; MARTINS-BORGES, L. Reconstrução em Movimento: Impactos do Terremoto de 2010 em Imigrantes Haitianos. **Psicologia: ciência e profissão (online)**, v. 38, p. 157-171, 2018.

FANON, F. Carta ao Ministro Residente (1956). In: FANON, F. **Em defesa da Revolução Africana**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1980. 57-60.

FARIA, J. H. de. **Poder, controle e gestão**. Curitiba: Juruá, 2017.

FREUD, Sigmund. **O Infamiliar / Das Unheimliche**. Belo Horizonte: Autêntica. 2019. (Trabalho originalmente publicado em 1919).

FRIEDRICH, T. S. et al. Política Migratória e Universidade Brasileira: a experiência do atendimento a haitianos e outros migrantes na UFPR. **Périplos: Revista de Estudos sobre Migrações**, v. 1, n. 1, p. 73-91, 26 out. 2017.

FRIEDRICH, T. S. Políticas migratórias e universidade brasileira. In GOMEZ, M. V. (org.). **MigraEducas: vulnerabilidade como potência ou abrir a educação superior com migrantes e refugiados**. 1 ed. São Paulo: Virtus Educação, 2019. 106-111.

ALMEIDA, F. M. Plantão psicológico de um resgate histórico a uma abordagem biográfica. In: serviço de aconselhamento psicológico: 40 anos de história. IPUSP, São Paulo, 2009.

AOTO, C. A. et al. **Contando histórias, resgatando memórias: a infância contada por crianças migrantes e refugiadas** — relato de pesquisa. Trabalho apresentado no XX Encontro Nacional ABRAPSO, São Paulo, 2019.

BARROS, A. F. O.; MARTINS-BORGES, L. Reconstrução em Movimento: Impactos do Terremoto de 2010 em Imigrantes Haitianos. **Psicologia: ciência e profissão (online)**, v. 38, p. 157-171, 2018.

FANON, F. Carta ao Ministro Residente (1956). In: FANON, F. **Em defesa da Revolução Africana**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1980. 57-60.

FARIA, J. H. de. **Poder, controle e gestão**. Curitiba: Juruá, 2017.

FREUD, Sigmund. **O Infamiliar / Das Unheimliche**. Belo Horizonte: Autêntica. 2019. (Trabalho originalmente publicado em 1919).

FRIEDRICH, T. S. et al. Política Migratória e Universidade Brasileira: a experiência do atendimento a haitianos e outros migrantes na UFPR. **Périplos: Revista de Estudos sobre Migrações**, v. 1, n. 1, p. 73-91, 26 out. 2017.

FRIEDRICH, T. S. Políticas migratórias e universidade brasileira. In GOMEZ, M. V. (org.). **MigraEducas: vulnerabilidade como potência ou abrir a educação superior com migrantes e refugiados**. 1 ed. São Paulo: Virtus Educação, 2019. 106-111.

GODOY, G. G. de. Refúgio, Hospitalidade e os Sujeitos do Encontro. In: GEDIEL, J. A. P. & GODOY, G. G. de (org.). **Refúgio e Hospitalidade**. Curitiba: Kairós Edições, 2016. 39-65.

KNOBLOCH, F. Impasses no atendimento e assistência do migrante e refugiados na saúde e saúde mental. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 169-174, ago. 2015.

LACAN, J. **O seminário: livro 17: o avesso da psicanálise** (1969-1970). Trad. Ary Roitman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

MARTINS-BORGES, L. Migrações Involuntárias e Impactos Psíquicos: a mediação da cultura. In: PERES, R. et al. **Sujeito Contemporâneo, Saúde e Trabalho: múltiplos olhares**. São Paulo: EDUFSCAR, 2017. p. 169-186.

RAGNINI, E. C. S. **A clínica com migrantes: a ética analisante no atendimento aos sujeitos deslocados**. Revista da Associação Psicanalítica de Curitiba, Curitiba, n. 35, 137-149, 2019.

RAGNINI, E. C. S. et al. **A recepção e a permanência de migrantes e refugiados na Universidade Federal do Paraná**. Encontro intermediário dos GT's da ABEP 2019: anais; São Paulo, 2019.

ROSA, M. Seleção e ingresso de estudantes refugiados no ensino superior brasileiro: a inserção linguística como condição de hospitalidade. **Trab. linguist. apl.**, Campinas, v. 57, n. 3, p. 1534-1551, Set. 2018.

ROSA, M. D. Migrantes, imigrantes e refugiados: a clínica do traumático. **Revista de Cultura e Extensão**. USP, v. 7, p. 67-76, 1 maio 2012.

ROSA, M. D. **A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento**. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2016.

SEINCMAN, P. M. **Rede transferencial e a clínica migrante: psicanálise em urgência social**. São Paulo: Escuta, 2019.

A Clínica Psicanalítica com Refugiados e Migrantes

Elaine Cristina Schmitt Ragnini ³⁵
Cláudia Georgiára Serathiuk ³⁶
Ana Sofia dos Santos Lima Guerra ³⁷

³⁵ Professora Doutora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Paraná. Coordenadora do Projeto MOVE – Movimentos Migratórios e Psicologia da UFPR. E-mail: elaine@ufpr.br.

³⁶ Psicanalista formada em Psicologia pela UFPR, mestranda em Psicologia Clínica pela mesma instituição e colaboradora do Projeto de Extensão Migração e Processos de Subjetivação do Departamento de Psicologia da UFPR. E-mail: cgserathiuk@gmail.com.

³⁷ Psicanalista. Psicóloga pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Representa o Conselho Regional de Psicologia (CRP-PR) na mesa diretiva do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná (CERMA). E-mail: anasofiasguerra@gmail.com.

Introdução

A migração pode ser definida como o ato de atravessar uma fronteira e encontrar-se fora do lugar de residência habitual, segundo a Agência da Organização das Nações Unidas para Migrações. Esse deslocamento pode ser internacional ou nacional, voluntário ou involuntário. No que diz respeito às migrações involuntárias internacionais, a condição do refugiado se apresenta como uma das mais sensíveis, pois geralmente ele carrega consigo um temor de perseguição e uma história de violências, o que deve ser atestado e reconhecido na terra que os acolhe, perante um oficial de justiça. Ainda, o deslocamento acontece sem planejamento, já que é para fugir da morte que a migração se coloca em curso (MARTINS-BORGES, 2017).

Segundo Godoy (2016, p. 43), “os corpos refugiados são formas de vidas precárias, despossuídas dos elementos mais básicos, despossuídos de sua liberdade, de sua terra, de sua cidadania”. Para que possa haver condição digna de vida, os migrantes devem ser reconhecidos enquanto sujeitos sociais e de direitos, sejam estes de mobilidade ou de

cidadania. Assim como o direito de migrar e se deslocar, deve haver o direito de se estabelecer, de permanecer e de criar raízes, tendo acesso aos bens sociais que são garantidos aos nacionais. É no sentido da hospitalidade e do direito incondicional à vida que muitas instituições internacionais e países desenvolvem ações para acolher e atender refugiados e migrantes involuntários.

Atualmente existem no mundo cerca de 79,5 milhões de pessoas em situação de deslocamento forçado, representando 1% da população mundial (ACNUR, 2020). Esses deslocamentos ocorrem como resultado de conflitos, violações de direitos humanos e perseguições. De acordo com dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), vivemos a maior crise humanitária desde a criação da ONU, em 1945. Estima-se que os migrantes no mundo somem mais de 250 milhões de pessoas (ACNUR, 2020).

Por fazer parte das rotas migratórias mundiais, o Brasil tem sido destino de muitos migrantes internacionais, o que vem aumentando na última década, com prevalência dos fluxos oriundos do Sul Global e das migrações de longo termo (CAVALCANTI, OLIVEIRA, MACÊDO & PEREDA, 2019). A chegada de novos contingentes populacionais ao país representa grandes desafios, uma vez que as políticas de recepção, acolhimento e acompanhamento de migrantes internacionais no país estão em processo de construção.

Frente a esse cenário de migrações internacionais no Brasil e de políticas públicas embrionárias para o acolhimento humanitário, desenvolveu-se no âmbito da Universidade Federal do Paraná (UFPR), e pela atividade de extensão universitária, um programa com ações vinculadas que visa o acolhimento e o atendimento de refugiados e migrantes. Atuando juntamente com o Programa Política Migratória e Universidade Brasileira (PMUB) e a Cátedra Sérgio Vieira de Mello da UFPR, o Projeto Movimentos Migratórios e Psicologia (MOVE) realiza atendimentos que supõem a dimensão subjetiva dos

sujeitos migrantes. A oferta de uma escuta qualificada e de um espaço para que o migrante possa narrar sua história mobiliza afetos e pode dar lugar à demanda de um atendimento clínico. A isso respondemos, como nos ensina Soler (2013), desde a clínica psicanalítica, com a proposta de colocar em curso um processo de trabalho que vise o sujeito e seu desejo (RAGNINI, 2019).

Lugar de trabalho – encontros na clínica

As atividades de extensão do *Projeto MOVE* tiveram início no ano de 2014. No início, a demanda para o trabalho da Psicologia, em articulação com os outros projetos, era difusa e voltada tanto para o atendimento humanitário de refugiados e migrantes quanto para os profissionais que acolhiam migrantes no projeto (professores de português como língua de acolhimento, estudantes e professores de Direito). Em 2016 os primeiros pedidos de atendimento clínico em psicologia para refugiados e migrantes foram demandados ao projeto. A isso, respondemos com a abertura de horários na Clínica de Psicologia Aplicada (CPA) do curso de Psicologia da UFPR para viabilizar o encontro com os migrantes no espaço da clínica.

Assim, dentro do Projeto MOVE, fundamos uma proposta de trabalho denominada Clínica e Migração, que se estrutura a partir de dois momentos distintos, pautados na psicanálise: a *triagem* e o *trabalho clínico*. A triagem é realizada por alunos extensionistas de psicologia que se encontram no final de seu percurso de graduação, e contempla três entrevistas individuais no CPA. O objetivo da triagem é o acolhimento e a elaboração do pedido do paciente, podendo culminar ou não em uma demanda de trabalho para a clínica. Caso haja a demanda para a clínica, o paciente é então inscrito na lista de espera de atendimentos, sendo posteriormente encaminhado a um(a) psicólogo(a) colaborador(a) ou estagiário(a) do projeto.

Como operadores para um trabalho clínico, fazemos uso da escuta, da relação transferencial e da realidade psíquica. Num trabalho clínico com refugiados e migrantes, a direção de tratamento está pautada pelo conteúdo do padecimento do paciente: se “‘ele padece dos acontecimentos da vida com uma intensidade incapacitante’, concluímos que ‘capacitá-lo para enfrentar a vida’ já seria satisfatório. E esta não deixa de ser uma solução prática considerada tanto por Freud quanto por Lacan.” (FIGUEIREDO, 1997, p. 161). Ao construir uma narrativa e dar testemunho a uma história de vida, o sujeito migrante encontra as brechas para articular a possibilidade de existência em terras estrangeiras, sustentando uma posição subjetiva frente a ela.

Os atendimentos clínicos de migrantes e refugiados são oferecidos para a comunidade da UFPR e da cidade. Recebemos encaminhamentos e pedidos de atendimento de diversos atores da rede de migrantes da cidade de Curitiba e região. Na articulação com a rede de apoio, ampliamos o acolhimento e atendimento de migrantes, desenvolvendo uma clínica atenta aos movimentos e subjetividade de seu tempo (LACAN, 1953/2016, p. 322). Assim, realizamos um percurso que funda um lugar para o refugiado e migrante no laço social.

Articulações da psicanálise e da clínica às políticas públicas e à rede de atendimento

A partir de ampla discussão entre governo e sociedade civil, a política brasileira de acolhimento a migrantes teve avanço nos últimos anos com a aprovação da Nova Lei de Migração (Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017), tendo como um de seus principais pontos conquistados a garantia de acesso livre e igualitário a políticas públicas. Com a Nova Lei, a população migrante passa a ter os mesmos

direitos da população nacional a serviços de saúde, seguridade social, educação, justiça, trabalho e moradia (BRASIL, 2017). Tal movimento demanda aos agentes dos serviços prestados um trabalho sobre as formas de recepção, acolhimento e atendimento dos migrantes. No entanto, “ainda que haja mobilização para o acolhimento, os migrantes e refugiados são incompreendidos em muitas de suas demandas e experimentam cotidianamente o (des)encontro com o outro” (RAGNINI, 2019).

As motivações para a migração são diversas e singulares, e atravessadas também por questões sociais, econômicas e políticas. Desde o país de origem, a exclusão no laço social é um ponto comum aos que chegam ao Brasil e se utilizam de políticas públicas. O imaginário acerca das demandas de urgência social tem efeitos sobre o migrante. Tal imaginário relaciona-se a um discurso comum que, além de invisibilizar, culpabiliza o próprio sujeito à condição em que se encontra. Frente ao desamparo social e a imposições de narrativas que traçam um saber sobre o sujeito, este silencia, encontrando-se desamparado social e discursivamente, ocupando um lugar objetificante no campo social. Nos serviços destinados ao público migrante, intervenções tutelares e que podem repetir os discursos sociais de silenciamento são um desafio constante, diante da grande demanda de trabalho, dos impasses nas políticas públicas e da universalização de suas práticas. Além disso, há algo na urgência dos atendimentos ao migrante que vai além da demanda material. Há também uma demanda para a escuta que torna o trabalho para esses profissionais ainda mais desafiador (ROSA, 2016; SEINCMAN, 2019).

Nesse sentido, a aposta na psicanálise permite que a escuta da urgência social passe a ser também a escuta daquilo que é singular ao sujeito, seus vínculos, desejos e sintomas, sendo possível pensar a rede como um “dispositivo de intervenção social” (SEINCMAN, 2019, p. 11). O Projeto MOVE, vinculado ao Programa Política Migratória e Universidade Brasileira da UFPR, foi pensado a partir de demandas para uma escuta qualificada e se tornou um espaço que ultrapassa o campus universitário, sendo também local de

referência, tanto para organizações da sociedade civil como para o próprio serviço público.

No projeto, além de pacientes por demanda espontânea, encaminhamentos são feitos por diversas instituições, como a Cáritas Regional Paraná, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), o Centro de Informação para Migrantes, Refugiados e Apátridas do Paraná (CEIM), o Ministério Público do Trabalho (MPT) e a Vara da Infância e da Juventude. Alguns desses encaminhamentos ocorrem devido ao interesse do usuário, e outros a partir da indicação dos profissionais atuantes nessas instituições, que têm conhecimento do serviço oferecido a partir da articulação com a rede e por meio da divulgação do projeto na comunidade, através da realização e participação de eventos como os ocorridos na UFPR, no MPT e no SESC–Paço da Liberdade, em parceria com o Conselho Regional de Psicologia (CRP-PR), entre outros. Além disso, o projeto é a principal referência de atendimento à saúde mental do migrante no Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná (CERMA).

A demanda que chega a partir desses serviços é muitas vezes centrada na lógica da exclusão, convocando necessariamente a inclusão. Para algumas instituições esse é um movimento fundamental para o migrante. No caso do trabalho do psicanalista nesse contexto, essa articulação pode se direcionar a “uma inesgotável tentativa de incluir (predicar) o que não se inclui (não se predica). Seria nos aprisionarmos na lógica do sistema, tentando torná-lo mais justo por meio da absorção de um resto que (...) nunca deixará de existir” (FRANÇA NETO, 2010, p. 32). O trabalho do psicanalista em meio a essa ordenação universalizante passa, então, pela relação da exclusão a partir de um manejo voltado para a singularidade, permitindo tensionar a diferença e dando abertura para poder pensar um universal não unificado. Isso possibilita que a relação do paciente com as instituições seja menos objetificante na dinâmica do cuidado, e que o migrante possa servir-se desses espaços para colocar-se como sujeito, posicionando-se no laço social (FRANÇA NETO, 2010).

A abertura para a escuta é, nesse sentido, não somente dos sintomas do sujeito, mas também dos sintomas dos discursos sociais e das instituições — uma vez que políticas públicas são vinculadas a esses discursos. Não raro, os analistas do Projeto MOVE vão além do setting, procurando articular com a rede e o próprio paciente formas de recuperar seu lugar social, tendo em vista a relação que o migrante possui com instituições e burocracias, muitas vezes estranhas a eles, e também advertido de que a construção das saídas possíveis frente a impasses são uma invenção própria do sujeito. Se a clínica psicanalítica tradicional tem colocado em questão certas ortodoxias acerca do lugar do analista, que correm o risco de levá-lo a um lugar vazio, busca-se, nesse projeto, elucidar o lugar do analista, e também do migrante e das instituições, a fim de desvelar seus discursos e incidir neles (LAURENT, 1999; GUERRA, 2010; SEICMAN, 2019).

A clínica psicanalítica e a migração

Pode-se pensar nos diversos componentes da complexa rede que compõe o cenário da migração, com suas causas políticas, no sentido restrito do termo, nos desastres naturais, na fome, na guerra, entre outros. Seja pela remoção, expulsão ou pela fuga, inclusive voluntárias, todas caracterizam um rompimento, uma violência. Violência porque ela corta o vínculo de um indivíduo com seu território de vida, com seu espaço social e seu lugar, que lhe permitem uma identidade cultural, a noção de pertencimento, de acolhimento e a inserção social.

O que define finalmente um migrante é essencialmente a mudança de lugar, a mudança de território, esse deslocamento no espaço. A partir desse pressuposto, entende-se que a mudança de território também acarreta uma mudança cultural, de adaptação a novos paradigmas, novas identidades, novos significados.

Essa questão aponta então por onde se pode guiar para ouvir quais as questões subjetivas implicadas em uma clínica psicanalítica com migrantes. As questões que surgem nessa clínica são as de identidade cultural, a noção de pertencimento, da desterritorialização, do desamparo e da inserção social.

É importante remarcar que a situação de migração em si não necessariamente acarreta uma desorganização psíquica, e muitas vezes o migrante tem condições, recursos psíquicos e de acolhimento que o permitem atravessar essa fronteira sem adoecer. Não sem sofrimento, mas eventualmente sem adoecimento psíquico. É no caso-a-caso que se podem identificar os problemas e acolher aqueles que não conseguem inserir-se na nova realidade.

Na perspectiva da clínica psicanalítica, entende-se a cultura como a dimensão simbólica do sujeito. Sem perder de vista as noções de fronteira, deslocamento e território, mas indo para além e sabendo o que elas implicam na construção subjetiva, trabalha-se com conceitos como o trauma, o sintoma e a angústia. Esses mecanismos psíquicos comuns a todos não são questões exclusivas da migração. E as instâncias psíquicas que os mantêm também são comuns a todos. Chega-se então à questão da identidade, dada por esta dimensão cultural.

O trabalho psicanalítico no campo da migração, assim como em todos os outros, é de pensar o sujeito barrado, cindido, às voltas com questões prementes de sua sobrevivência. Na psicanálise, não se trata apenas de acolhimento, mas de escuta. Não se trata apenas de uma escuta empática, mas de uma escuta empática a partir dos significantes do sujeito. Na rede de significantes do próprio sujeito — e aqui se pretende, não uma ontologia, mas finalmente tratar do que resta de um sujeito subjetivamente — na sua relação ética com sua realidade, como considera Cathy Caruth, referindo-se ao enfrentamento das questões subjetivas que se colocam frente à sobrevivência:

Explorando, portanto, implicitamente a consciência tal como ela aparece ao sobrevivente,

cuja vida está intrinsecamente vinculada à morte que ele testemunha, Lacan ressitua a relação da psique com o real, compreendendo-a não apenas como uma questão de ver ou saber a natureza de eventos empíricos, não como aquilo que pode ser conhecido ou não sobre a realidade, mas como a história de uma responsabilidade urgente, ou como aquilo que Lacan define, nessa conjuntura, como uma relação ética com a realidade. (CARUTH, 2000, p. 124).

Entende-se que na migração há uma nova realidade a ser confrontada, porém com uma identidade cultural que nem sempre consegue fazer frente às exigências em seu novo lugar. Pensa-se o novo lugar não apenas como um território espacial, mas como um território simbólico. Trata-se de histórias de perdas, muitas perdas: perdas de laços familiares, profissionais, sociais. Todas essas perdas implicam a realização do trabalho de luto psíquico, que exige uma carga afetiva muito grande do sujeito, que está, ao mesmo tempo, também na exigência de resolver suas necessidades humanas de sobrevivência. O risco que se corre, nesse caso, é o de não realizar o trabalho de luto e cair em uma melancolia. O migrante ficaria assim, preso nesse espaço de uma perda, identificado aos objetos psíquicos perdidos e sem possibilidade de realizar novas identificações.

Na migração, em maior ou menor grau, as referências simbólicas, chamadas na psicanálise de *nome-do-pai*, ficam perdidas. O migrante precisa reconstruir sua identidade em novas bases, em novos ordenamentos simbólicos, como bem apontou Jerusalinsky (2020) recentemente. Para ele, reconstruir a identidade nem sempre é possível, já que se conhecem muitos migrantes que vivem a vida toda como estrangeiros em seu novo país, o que os deixa numa situação de extrema vulnerabilidade.

Outro aspecto importante para essa clínica é trazido por Melman (2018), que aponta para a nova realidade dos migrantes quando, ao deixarem para trás seu lugar de origem, seu país, é este lugar que toma o lugar de Ideal, e não só o Ideal em relação à realidade do seu

local atual. E então, o risco que se corre é justamente de o sujeito desaparecer, cessa de ser o sujeito de um desejo para ser o sujeito de um dever a cumprir. O exílio não é só exterior, mas se torna também interior. E então temos que lidar com a nostalgia e a melancolia.

Há outros aspectos em cena que merecem atenção. Um deles é quando o desamparo social acaba se colando ao sujeito migrante e isso vira um sintoma, de forma que ele se identifica a esse lugar de excluído como única forma de inserção social. Outro é a questão da língua, que se coloca na clínica com todos os seus equívocos polissêmicos e muitas vezes requer auxílio de tradutores digitais, que entram na cena analítica não como um fator de desarranjo, mas como fazendo parte do que vai se construir ao longo do processo analítico.

São essas as questões que se apresentam na clínica com migrantes, para além da clínica cotidiana comum ao humano. É com essas questões que nos defrontamos e das quais somos testemunhas. O trabalho, portanto, ao testemunhar as dores das perdas sofridas, é intervir para que o luto pelas perdas, reais e simbólicas, seja feito. Nesse sentido, o refugiado e migrante pode ampliar seus recursos simbólicos, estendendo os significados de suas experiências anteriores e criando uma trajetória em busca de sua singularidade. Essa condição se torna fundamental para que ele possa transitar entre o mundo anterior e o novo, compreendendo o processo de migração e fundando um lugar para si no novo universo habitado.

Para finalizar, algumas considerações

O trabalho humanitário e no campo dos direitos humanos é fundamental para que um sujeito em deslocamento geográfico possa existir na terra de acolhida. No entanto, as garantias na letra da lei não incluem necessariamente a existência simbólica,

portanto subjetiva, no campo do outro. Uma clínica com migrantes visa à lei do inconsciente, assim como visa dar lugar ao que falha no atravessamento das fronteiras e nas possibilidades de vida em uma terra estrangeira.

No trabalho clínico, compreende-se que o deslocamento do sujeito migrante não é somente geográfico, mas também deslocamento psíquico. Freud o situa como uma das leis do inconsciente, e Lacan localiza o deslocamento pela metonímia. Na clínica, segundo Rosa (2016), é pela relação do deslocamento com a metonímia que podemos ter notícias do desejo. A suposição do desejo e de uma clínica que se guia por ele indica que há um sujeito na cena migratória. A posição desse sujeito frente a sua condição e os destinos que podem ser vislumbrados a partir daí, são elementos que podem ser interrogados, se é verdade que pretendemos uma psicanálise atenta aos movimentos de seu tempo.

Como nos indica Godino Cabas (2002), a psicanálise persiste na pergunta sobre a posição subjetiva do homem contemporâneo. Trata-se, portanto, de uma ética e de uma clínica engajada e política, pois “está atenta ao sujeito, mas também pretende o confronto com as situações de vulnerabilidade extrema, efeitos de uma política excludente no campo social, que, muitas vezes, faz sucumbir a possibilidade da existência” (RAGNINI, 2019, p. 145).

Os fluxos migratórios contemporâneos indicam que as possibilidades de vida em muitos territórios do mundo estão escassas. O sofrimento do sujeito migrante e o desenvolvimento de quadros sintomáticos que impedem o curso da vida são sinais de um mal-estar que historicamente está dado na relação dos sujeitos com a cultura. É no espaço entre o universo social e psíquico que situamos o nosso trabalho. Ao nos localizarmos em lugares institucionais e públicos, especialmente no trabalho com refugiados e migrantes, pretendemos marcar uma presença pela crença no inconsciente e insistir no caráter subversivo que a psicanálise pode ocupar no mundo.

Desse trabalho, depreende-se que uma clínica do um a um é possível e necessária para acolher e dar curso à dimensão psíquica de uma migração. Mas também que o trabalho em rede é essencial para poder localizar no campo social e político as demandas desses sujeitos. Dar lugar e direção às necessidades e urgências concretas dos migrantes é vislumbrar a dimensão humana dos percursos migratórios, mas também abrir as vias para que a dimensão subjetiva tome seu lugar. Nossa aposta é num trabalho clínico, afeito à ética da psicanálise, que tenha efeitos no campo social e político, já que vislumbra a criação de uma rede simbólica que possa inserir o refugiado e migrante num laço ao outro.

REFERÊNCIAS

ACNUR. ALTO COMISIONADO DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LOS REFUGIADOS. (2020). **Tendencias Globales: desplazamiento forzado en 2019**. Recuperado de <https://www.acnur.org/stats/globaltrends/5eeaf5664/tendencias-globales-de-desplazamiento-forzado-en-2019.html>.

BRASIL. **Nova Lei da Migração**. Senado Federal. Lei 13.445, de 24 de maio de 2017. Brasília, 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm#:~:text=1%C2%BA%20Esta%20Lei%20disp%C3%B5e%20sobre,I%20%2D%20\(VETADO\)%3B&text=%C2%A7%202%C2%BA%20\(VETADO\)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm#:~:text=1%C2%BA%20Esta%20Lei%20disp%C3%B5e%20sobre,I%20%2D%20(VETADO)%3B&text=%C2%A7%202%C2%BA%20(VETADO)). Acesso em: 15 set. 2020.

CATHY, C. Modalidades do Despertar Traumático (Freud, Lacan e a ética da memória). In: NESTRÓWSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.) **Catástrofe e Representação: ensaios**. São Paulo: Escuta, 2000.

CAVALCANTI, L., OLIVEIRA, T., MACÊDO, M., & PEREDA, L. Resumo Executivo **Imigração e Refúgio no Brasil: a inserção do imigrante, solicitante de refúgio e refugiado no mercado de trabalho formal**. Observatório das Migrações Internacionais. Ministério da Justiça e Segurança pública / Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília: OBMigra, 2019.

FIGUEIREDO, A. C. **Vastas confusões e atendimentos imperfeitos: a clínica psicanalítica no ambulatório público**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

FRANÇA NETO, O. Trabalhando na Diferença. In: GUERRA, Andrea M. C., MOREIRA, Jacqueline O. **A Psicanálise nas Instituições Públicas**. Curitiba: CRV, 2010.

GODINO CABAS, A. **O futuro da psicanálise**. In: ALONSO, A.; ARAÚJO, R. (orgs). O futuro da psicanálise. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2002, p. 91-105.

GODOY, G. G. de. Refúgio, hospitalidade e os sujeitos do encontro. In: GEDIÉL, J. A. P. e GODOY, G. G. (orgs.). **Refúgio e Hospitalidade**. Curitiba: Kairós, 2016, p. 39-65.

GUERRA, A. M. C. Quando um crime surpreende o sujeito: a psicanálise na política de defesa social. In: GUERRA, Andrea M. C., MOREIRA, Jacqueline O. **A Psicanálise nas Instituições Públicas**. Curitiba: CRV, 2010.

JERUSALINSKY, A. **Structures du Nouveau Monde: libéralisme paranoïaque et langages de contrôle**. Conferência proferida no Canal da Association Lacanienne Internationale, set. 2020. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=xrAyPqBRxVM&t=1536s>. Acesso em 27/08/2020.

LACAN, J. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: **Escritos**. Rio de Janeiro, Zahar, 2016 (1953).

LAUREN, Eric. O Analista Cidadão. **Revista Curinga**. EBP-MG. Belo Horizonte. n. 13, p. 7-13, set. 1999.

MARTINS-BORGES, L. Migrações Involuntárias e Impactos Psíquicos: a mediação da cultura. In: PERES, R. et al. **Sujeito Contemporâneo, Saúde e Trabalho: múltiplos olhares**. São Paulo: EDUFSCAR, 2017. p. 169-186.

MELMAN. C. **Où donc suis-je chez moi ? Le problème subjectif de l'immigré d'un point de vue psychanalytique**, mar. 2018. Disponível em <https://www.freud-lacan.com/archives-des-journees/evenement/170/-?title=ou-donc-suis-je-chez-moi-le-probleme-subjectif-de-l-immigre-d-un-point-de-vue-psychanalytique&uid=dccb5ee5de81c169f1db3baa1bb2ef42&mode=cat>. Acesso em 27/08/2020.

RAGNINI, E. C. S. **A clínica com migrantes: a ética analisante no atendimento aos sujeitos deslocados**. Revista da Associação Psicanalítica de Curitiba, Curitiba, n. 35, 137-149, 2019.

ROSA, M. D. **A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento**. São Paulo: Escuta, 2016.

SEINCMAN, P. M. **A Rede Transferencial e a Clínica Migrante**. Psicanálise em Urgência Social. São Paulo: Escuta. 2019.

SOLER, C. **A oferta, a demanda e... a resposta**. Stylus Revista de Psicanálise. N. 26, p. 15-32. Rio de Janeiro, junho 2013.

Refúgio, Migrações Internacionais e Multiculturalismo: pesquisas sociológicas no Paraná³⁸

Márcio de Oliveira 39

Bruno V. Nascimento de Oliveira 40

Fernando Lajus 41

Pedro F. Marchioro 42

Tamara Zázera Rezende 43

38 Este capítulo foi redigido por membros do Grupo de Pesquisa Migrações Internacionais e Multiculturalismo (CNPq/MCT), coordenado pelo Professor Márcio de Oliveira. O grupo está integrado ao Programa Política Migratória e Universidade Brasileira (PMUB/UFPR)/Cátedra Sérgio Viera de Mello/ACNUR-Brasil.

39 Professor Titular de Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR).
E-mail: marciodeoliveira62@gmail.com.

40 Doutorando em Sociologia UFPR.
E-mail: vinicius.nascoliv@gmail.com.

41 Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR.

42 Doutorando em Sociologia pela UFPR. E-mail: pedromarchioro@live.com.

43 Doutoranda em Sociologia pela UFPR.
E-mail: tamarazera@gmail.com.

44 Em termos institucionais, esse grupo está cadastrado no Diretório de Grupos no CNPq/MCT-Brasil. Integra o Programa de Extensão e Pesquisa Política Migratória e Universidade Brasileira/Cátedra Sérgio Viera de Mello-ANCUR/UFPR.

45 Para maiores detalhes, ver <http://obmigra.mte.gov.br>.

Introdução

No seio das ações desenvolvidas pela Cátedra Sérgio Vieira de Mello — Programa de Extensão e Pesquisa Política Migratória e Universidade Brasileira/UFPR, as pesquisas com e para imigrantes e refugiados realizadas pelo Grupo de Pesquisa Migrações Internacionais e Multiculturalismo⁴⁴ funcionam como referências e formas de conhecer a realidade sobre a qual se atua. De certo modo, as “boas práticas” são as nossas pesquisas. São práticas de investigação e conhecimento que quase sempre contam com a participação dos próprios migrantes e refugiados, tanto como alunos dos cursos de graduação e pós-graduação em que estão matriculados quanto como partícipes do processo de execução das pesquisas.

As pesquisas que apresentamos neste capítulo foram, em sua maioria, realizadas em parceria com o Observatório das Migrações Internacionais, sediado na Universidade de Brasília e coordenado pelo Professor Leonardo Cavalcanti⁴⁵. De maneira geral, elas têm permitido compreender a realidade do migrante e do refugiado e, assim, fundamentar as “boas práticas”. Elas têm ainda, como se verá, outra

finalidade: participam do debate intelectual e político sobre a realidade migrante e disponibilizam teorias, métodos e conhecimento. Como resultado interno ao trabalho da Cátedra SVM, elas possibilitam a divulgação da temática no interior de nossa própria universidade e a formação de nossos alunos, contribuindo ainda mais para a consolidação desse campo de estudos cuja característica básica é a multidisciplinaridade.

O trabalho de investigação, por fim, abre interfaces com o mundo da arte e com o mundo econômico, simplesmente porque fala de indivíduos com interesses e capacidades múltiplas; estamos diante de migrantes e refugiados que trabalham e produzem não apenas valores econômicos, mas também culturais. As fotografias e desenhos ao longo do livro são um pequeno exemplo disso. Além de enriquecerem sobremaneira a realidade social paranaense e brasileira, contribuem para acabar com estigmas e preconceitos que atingem migrantes e refugiados.

Em termos cronológicos, iniciamos nossas pesquisas em 2015, e desde lá não paramos mais. Realizamos mais de dez investigações, algumas grandes e nacionais, outras menores e locais. Nelas foram envolvidos diretamente aproximadamente vinte alunos e alunas (alguns já formados), oriundos de cursos de graduação e pós-graduação, tanto da sociologia (principalmente dela) quanto de áreas próximas, como a Psicologia, a História ou o Direito. Decidimos compartilhar aqui apenas algumas delas, mostrando principalmente sua origem, abrangência empírica e principais contribuições para elaborar e executar as “boas práticas” da Cátedra SVM/ACNUR-UFPR.

Imigrantes haitianos no estado do Paraná. Processos de integração e mobilidade

No início de 2015, em parceria com o Observatório das Migrações Internacionais (UnB/MJ), realizamos nossa primeira pesquisa sobre imigrantes haitianos e o mercado de trabalho no Paraná. Essa pesquisa buscava determinar as razões da forte imigração haitiana para os estados de São Paulo e do sul do Brasil em comparação com sua presença demograficamente menos importante, por exemplo, nos estados do Nordeste. Os objetivos da pesquisa eram variados. Por um lado, investigaram-se tanto os setores econômicos que mais empregavam os imigrantes haitianos quanto as formas de contrato e os tipos de informações que estavam sendo usadas para atraí-los e empregá-los. Por outro, pretendia-se compreender as rotas migratórias utilizadas, as redes sociais e também as principais dificuldades encontradas nos processos de migração e de instalação.

Nessa pesquisa, entrevistamos 33 haitianos (homens e mulheres maiores de idade), e acompanhamos quase cotidianamente o trabalho de acolhimento feito pela Pastoral do Imigrante na Paróquia São José e Santa Felicidade, localizada no bairro de Santa Felicidade, em Curitiba. De maneira geral, a pesquisa permitiu a aproximação do projeto com a realidade migrante e laboral, comprovando uma vez mais que não é possível instalação — e obviamente nenhum tipo de processo integrativo — sem geração de renda. No mesmo registro, descobrimos também a rede que fazia circular a informação, do sul ao norte do país, sobre a existência de postos de trabalho em várias localidades meridionais e não apenas nas capitais dos estados sulistas. Com efeito, naqueles primeiros anos da imigração haitiana — que se tornou efetivamente importante a partir de 2012 — a taxa de desemprego nos estados do Sul estava em torno de 3%, nada comparável aos 13% atuais. Vale observar que, naqueles anos, algumas empresas do agronegócio instaladas em pequenos municípios do interior do estado não conseguiam facilmente mão de obra⁴⁶ e a presença de haitianos lhes foi muito favorável, inclusive, como descobrimos, porque rapidamente reconheceram neles zelo, rapidez de aprendizagem e eficiência no trabalho⁴⁷.

Em paralelo, foi interessante descobrir, por exemplo, o trabalho realizado pelo padre haitiano Agler Chérizier, que, segundo informações, teria acolhido mais de 1.000 imigrantes e encaminhado parte deles para postos de trabalho oferecidos por empresários de diversas partes do estado do Paraná.⁴⁶ Da mesma forma, a atuação de Agler, e da paróquia, na condição de “fiadora”, teria sido fundamental para convencer moradores do bairro a alugar seus imóveis aos imigrantes haitianos. Entre as descobertas de campo, encontramos também a situação da proprietária do tradicional restaurante Madalosso, que, segundo relatos, teria intervindo pessoalmente na contratação de imigrantes haitianos, inclusive na recontração de um deles que teria sido despedido.

Finalmente, fizemos uma descoberta algo surpreendente: parte do contingente de imigrantes haitianos (tanto homens quanto mulheres) apresentava elevado capital escolar. Naquele momento, os haitianos aceitavam o trabalho que lhes era oferecido. Porém, estava claro que rapidamente poderiam conseguir melhores empregos caso conseguissem revalidar seus diplomas no Brasil. Isso os motivava a permanecer no Brasil, porque naquele momento a taxa de câmbio dólar x real girava em torno de 1 para 3, mas também porque efetivamente parte da sociedade haitiana, de longa data, vinha sendo preparada para projetos migratórios, uma vez que consideravam não haver solução para o Haiti. Essas descobertas motivaram as ações de revalidação de diploma e embasaram projetos de criação de vagas na UFPR destinadas aos imigrantes, e de reingresso, algumas das “boas práticas” relatadas neste livro.

Construção de uma política migratória no Paraná, 2010-2016

Durante realização da pesquisa a respeito da inserção laboral dos imigrantes haitianos, acima mencionada, surgiu a necessidade de compreender a dinâmica que se estabelecia no país do ponto de vista dos atores institucionais que lidavam com as demandas migratórias crescentes. Decidiu-se então pela ampliação da investigação, pois se apresentava diante de nós o processo de construção de uma política pública cuja análise ainda estava por ser feita. Uma das pesquisadoras do grupo de pesquisa teve a oportunidade de mapear a rede de atores que lidavam diretamente com a questão migratória, por estar vinculada institucionalmente à secretaria estadual que tinha assento no recém-criado Comitê Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas, dando origem à pesquisa que ora relatamos.

A pesquisa, publicada como dissertação de mestrado, entrevistou 22 atores que representavam órgãos governamentais municipais, estaduais e federais, entidades não governamentais, confessionais e internacionais, além do representante do Ministério Público e da Universidade Federal do Paraná. Resgatar o processo de construção de uma política pública, com o olhar voltado para a execução de ações na localidade, foi relevante não apenas para registrarmos um momento histórico, mas também para auxiliar no desenho de políticas futuras, sobretudo porque os fluxos migratórios internacionais são uma realidade que tende a ganhar em relevância nos próximos anos.

46 Mesmo na capital do estado, a cidade de Curitiba, cujo setor de infraestrutura urbana estava impulsionado devido às obras da Copa do Mundo, necessitavam de mão de obra.

47 A eficiência do trabalhador haitiano teria agido positivamente na expansão da contratação.

48 As ofertas de trabalho eram enviadas diretamente à Pastoral, que se transformava, assim, em pequena agência de emprego.

As descobertas mais importantes da pesquisa foram compreender que, no Paraná, assim como no governo federal, a construção de uma política migratória inicia-se através de sua implementação. Cada situação surgida acaba sendo resolvida de maneira pontual, com soluções jurídicas, por vezes provisórias, que não abrangiam todos os migrantes. Nas entrevistas realizadas em 2017, alguns atores entendiam as demandas relativas à migração como algo excepcional, apesar de algumas entidades já cobrarem respostas do poder público desde 2010. Verificou-se também que as redes de relações pessoais foram essenciais para organizar a atuação institucional. A título de exemplo, foi um professor da UFPR, que à época ocupava um cargo estratégico na Secretaria Estadual da Justiça e Direitos Humanos, e que tinha relações com representantes do ACNUR, quem impulsionou a institucionalização da política migratória no Paraná, cujo resultado final foi a criação do Conselho Estadual para Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná.⁴⁹

Observou-se também que dificuldades de diálogo entre diferentes esferas de governo — especialmente entre municípios e estado — dificultavam a implementação de serviços mais complexos, como o de casas de acolhimento. Verificamos ainda que, apesar de ter sido realizado um amplo esforço para permitir a regularização dos migrantes no país — inclusive com a renovação do aparato legal, que estava totalmente desatualizado — não havia ainda uma coordenação para uma acolhida efetiva, e a oferta de serviços ainda era desorganizada e muito dependente das entidades privadas, em especial as confessionais.

A pesquisa concluiu, no entanto, que a construção da política estava assentada sobre uma visão de acolhimento. Até então a postura do Brasil se mostrava progressista e focada nos direitos humanos. Todos os atores entrevistados apresentavam uma preocupação

grande em receber bem o migrante e o refugiado, indicando sempre a necessidade de mais políticas, de mais avanço e de mais possibilidades de acesso aos serviços públicos, e jamais trabalhou para evitar sua chegada. Acreditou-se, portanto, que a construção da política migratória estava no caminho certo, e embora ainda existisse um caminho a ser percorrido — que dependia fortemente da vontade política dos atores governamentais — havia a expectativa de ver o país estabelecer um modelo de acolhimento, com o estado do Paraná na vanguarda do debate da política e da criação de espaços institucionais coletivos com a participação de governo e sociedade civil.

Estudantes estrangeiros na UFPR

A educação é um daqueles elementos capazes de transformar a trajetória de um imigrante num novo país. A imigração geralmente ocasiona depreciação do status laboral, situação em que o migrante passa a realizar um trabalho aquém de sua capacidade profissional. Por outro lado, porém, a migração pode levar à obtenção de novos tipos de capitais, como capital social ou educacional (Lajus, 2017⁵⁰). Contudo, a obtenção desses novos tipos de capital não é simples, pois depende, entre outros fatores, da forma de organização das instituições de ensino no país de destino. O Programa Política Migratória e Universidade Brasileira da UFPR e a Cátedra Sérgio Vieira de Mello (ACNUR) têm agido nesse sentido, qual seja, a oferta de vagas nos cursos de graduação e pós-graduação na UFPR, e ações de revalidação de diplomas de nível superior para migrantes refugiados residentes no Brasil.

49 O papel da UFPR foi decisivo, inclusive sediando fisicamente, em seu Prédio Histórico, a 1ª Conferência Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas.

50 De fato, a pesquisa comprovou que a busca por experiências educativas em outros países é uma das estratégias de ascensão social

Nessa pesquisa, investigamos alguns projetos realizados pelo Programa e a Cátedra entre 2014 e 2020. Alguns deles atuaram na interface entre a realidade dos migrantes e as possibilidades formativas paranaenses, tendo contribuído para a elaboração de iniciativas institucionais de inovação para a integração de refugiados na universidade brasileira. Cabe destacar aqui três deles.

O primeiro, de revalidação do diploma, possibilita, através de uma prova de titulação e exame de habilidades específicas (prova objetiva e prática) e de uma entrevista, que o refugiado e o portador de visto de permanência por razões humanitárias tenham seu diploma validado no Brasil. Em consequência da revalidação, vimos uma melhor inserção laboral do refugiado e do migrante através da busca e obtenção de empregos em sua área de formação.

O segundo projeto investigado foi a inserção de refugiados e migrantes em cursos da universidade, o chamado programa Reingresso, que oferta vagas remanescentes para a comunidade imigrante. Entre 2014 e 2017, foi destinado a refugiados e portadores de visto humanitário. A partir de 2018, passou a aceitar solicitantes de refúgio, permitindo acesso ao grupo de venezuelanos que começava a chegar ao Paraná. Entre o ano de 2015 (o primeiro de entrada dos refugiados na UFPR) e 2019 foram analisados 257 pedidos de reingresso, dos quais 85 foram aceitos (31,1% de aprovação). Do total de solicitações, os migrantes haitianos correspondiam a mais de metade dos pedidos (65,2%), seguidos por nacionais da Síria (7,0%) e Venezuela (6,2%). A população de homens solicitantes era majoritária (76,6%). Contudo, quando se observam as taxas de aprovação, percebe-se que, proporcionalmente, as mulheres ostentam taxa superior àquela dos homens. Dos 48 pedidos de reingresso femininos, 17 (35,4%) foram aceitos, enquanto que, dos 209 masculinos, apenas 68 (32,5%) foram aceitos. Esse dado indica maior capital educacional entre as mulheres migrantes.

O terceiro projeto de inserção no ensino superior foi o vestibular para refugiados, que teve início em 2019.

Nele, refugiados, solicitantes de refúgio e portadores de visto humanitário concorrem para vagas específicas que lhes são destinadas. A universidade disponibiliza 10 vagas suplementares por ano como parte da sua política de inclusão de refugiados. Diferentemente do reingresso, o candidato realiza um exame de vestibular, com prova objetiva, redação e prova de conhecimentos específicos. Uma vez aceitos, os aprovados deverão fazer um curso de acolhimento linguístico, o chamado ano zero, ofertado pelo projeto Português Brasileiro para Migração Humanitária, cujo objetivo é preparar os novos alunos para a realidade educacional universitária da UFPR. No ano de 2019 foram realizadas 115 inscrições, com 10 candidatos aprovados.

Em resumo, as pesquisas sobre os atuais imigrantes (haitianos em especial) mostram que se trata de grupo qualificado e com grande desejo de continuar sua formação profissional e capacidade de contribuir para a economia local e nacional. O gargalo, como visto, é o reconhecimento da formação trazida. Essa descoberta vem inspirando ações específicas e um maior reconhecimento do perfil e do potencial dos migrantes nos atuais fluxos.

Imigrantes matriculados no curso de Português – PBMIH/UFPR

Em 2016, iniciamos uma pesquisa sobre a importância do aprendizado da língua local para a integração do imigrante na sociedade de destino, tomando como estudo de caso imigrantes haitianos residentes em Curitiba e região e sua relação com o português. Nosso objetivo era verificar o impacto do aprendizado da língua (capital educacional) nas posições sociais alcançadas (ou a serem alcançadas) no processo de integração na sociedade de destino. Em colaboração com o Departamento de Letras da UFPR, analisamos pouco mais de mil questionários aplicados⁵¹ aos alunos imigrantes matriculados entre 2015 e 2018 no

Programa de Português Brasileiro para migrantes e refugiados (PBMIH), responsável pela organização do ensino de português.⁵²

Os dados trabalhados permitiram compreender o perfil sociodemográfico dos imigrantes alunos do PBMIH. A título de exemplo, encontramos mais de 30 nacionalidades, entre as quais predominavam os haitianos (42,9%), os venezuelanos (24,5%) e os sírios (7,1%). Os homens eram mais numerosos que as mulheres (56,2%), e mais da metade deles tinham entre 15 e 35 anos (55,1%). A maior parte dos alunos havia chegado ao Brasil entre seis meses e dois anos.

Em relação à profissão declarada,⁵³ foi interessante observar o percentual elevado de estudantes e professores imigrantes (11,0% e 6,3%, respectivamente) demonstrando que a proximidade com o mundo educacional pode ser um fator que estimula e mostra a importância do aprendizado formal da língua, uma vez que, pouco a pouco e mesmo sem se matricular em um curso específico, a compreensão da língua acaba ocorrendo. Além disso, a compreensão formal do idioma português é exigida para inscrição em provas e exames para acessar determinados espaços sociais, tais como a universidade, o que reforçaria a diferença entre aqueles que desejam simplesmente compreender o português e aqueles que buscam dominá-lo bem, levando-os assim a trocar o descanso e o lazer pelo tempo de trabalho requerido nos estudos.⁵⁴ Não por acaso, são esses também os que

declararam ter passagem por outros países (15,6%), ou seja, que detêm maior experiência migratória (capital mobilidade).

Os dados do PBMIH oferecem informações que foram além de nossas expectativas iniciais. Verificamos que o domínio do idioma é efetivamente elemento central no processo integrativo, porque aumenta a empregabilidade e abre as portas ao conjunto de cursos técnicos e superiores que são oferecidos por diversas universidades e agências. Essa descoberta foi importante, enfim, porque demonstra a importância do curso de português, que é, no processo integrativo dos imigrantes, talvez a mais importante “boa prática” oferecida pela Cátedra SVM da UFPR.

Haitianos no Paraná (Brasil) em 2018: estratégias em momento de crise econômica

Na esteira das pesquisas “Imigrantes haitianos no estado do Paraná. Processos de integração e mobilidade” e “Imigrantes matriculados no curso de Português do PBMIH”, realizamos, durante o ano de 2018 e também em parceria com o OBMigra (Observatório das Migrações Internacionais), uma

51 Os questionários começaram a ser aplicados a partir de 2015, visando um maior controle da população estudante em relação às vagas e à infraestrutura, assim como a compreensão desses novos focos migratórios ao sul do Brasil.

52 O programa teve início em 2013 no interior do departamento de letras da UFPR em parceria com o PBMIH, visando atender à demanda dos próprios imigrantes que acorriam às dependências do PMUB/Cátedra SVM. Para maiores detalhes, ver <https://www.ufpr.br/portalfpr/noticias/projeto-da-ufpr-ajuda-migrantes-refugiados-e-apatridas-a-superarem-desafios-encontrados-no-brasil>. Acesso em 18 de setembro de 2020.

53 As profissões declaradas foram padronizadas de acordo com a Classificação Brasileira das Ocupações (CBO).

54 Alguns relatos confirmam que algumas famílias se organizam, inclusive financeiramente, para enviar um de seus membros ao curso e depois tomarem as aulas com ele.

nova pesquisa sobre imigrantes haitianos, com foco sobre sua situação laboral⁵⁵ (OLIVEIRA et al. 2019).

Nessa nova etapa de investigações, comparamos a representação dos imigrantes residentes em Curitiba e Brasília sobre os mercados de trabalho dessas cidades. A questão que nos moveu foi: como os imigrantes haitianos estavam lidando com a crise econômica e de emprego iniciada em 2014/2015? Quais estratégias estavam adotando? Deixar o Brasil ou as cidades pesquisadas seria uma das opções?

Antes de chegar ao ponto central da pesquisa, porém, procedemos ao mapeamento do grupo e nos interessamos pela forma como eles próprios falavam de suas vidas, evitando assim lançar nossas questões — e nossa compreensão do mercado de trabalho — sem ouvi-los previamente. Chamou a atenção inicialmente a forma como percebiam a crise. O desemprego não era uma abstração, eles o enfrentavam cotidianamente. Alguns haviam perdido o emprego, enquanto outros, sobretudo os recém-chegados, não conseguiam se empregar. Os relatos trazidos em torno da crise vivida no Brasil apresentaram sempre uma visão bem prática, isto é, da experiência concreta no cotidiano, tanto do trabalho quanto em outras dimensões da vida social.

Para compreender o impacto da crise de maneira mais acurada, dividimos os dois grupos entre aqueles que chegaram ao Brasil antes e depois do início da crise, ou seja, antes e depois de 2014. Entre esses dois grupos havia uma diferença de percepção da crise, uma vez que os mais antigos tinham vivências e entendimentos — conceitualmente, tinham mais “capital de mobilidade” (OLIVEIRA e KULAITIS, 2017) — do que os recém-chegados. De maneira geral, porém, havia uma clara percepção do cenário de demissões, em que a ameaça do desemprego era constante, e que se refletia no recrudescimento das relações de

trabalho e na intensificação da competitividade entre colegas, o que, por sua vez, favorecia gestos de preconceito e xenofobia com os imigrantes. Para os mais antigos, essa percepção caminhava em sentido contrário à realidade que haviam vivido antes da crise: se antes de 2014 os empregos eram ofertados em quantidade e qualidade logo que chegavam ao Brasil, em 2018 o mercado de trabalho exigia domínio da língua portuguesa, certificados de qualificações para ocupações inferiores, e ofereciam contratos precários e retornos menos vantajosos.

Por fim, chamou a atenção o fato de que os imigrantes de ambos os grupos percebiam a crise através de lentes que refletiam a realidade econômica e laboral de sua terra natal. Em outros termos, a crise recente no Brasil era compreendida a partir da crise estrutural que historicamente marca a sociedade haitiana. Assim, os relatos traziam indicadores de que deixar o Haiti é efetivamente uma prática corrente e que, portanto, a migração é um projeto construído pelos cidadãos haitianos em meio a uma cultura migratória de longa duração, como demonstrado por HANDERSON (2015). Em consequência, os recursos estratégicos para superar os desafios do cenário de crise eram mobilizados a partir dessa cultura: sua religiosidade (a noção de que “é preciso ter fé”), o compromisso familiar ou mesmo com as dívidas (simbólicas ou materiais) com a rede migratória, ou ainda a percepção temporal de que a crise é provisória em relação à escala temporal de seus projetos migratórios.

Em resumo, os resultados dessa pesquisa confirmaram conclusões já alcançadas. A migração haitiana não era episódica, e o desejo de permanecer fora do Haiti, no Brasil ou em outro país, é um fato inamovível. Assim, todo projeto ou ação da Cátedra SVM que vise integrar os haitianos na sociedade brasileira é bem-vindo e será prontamente abraçado.

55 Nessa rodada de investigação, lançamos mão da metodologia do Grupo Focal, porque ela permitiria observar e analisar uma conversa mais livre entre os próprios imigrantes, ou seja, uma conversa sem a presença dos investigadores. Elaboramos um Grupo Focal em Brasília e outro em Curitiba, com entre 12 e 20 haitianos, homens e mulheres.

Perfil Socioeconômico dos Refugiados no Brasil: subsídios para elaboração de políticas públicas, 2018-2019

A pesquisa “Perfil Socioeconômico dos Refugiados no Brasil: subsídios para elaboração de políticas públicas” (OLIVEIRA, 2020)⁵⁶, foi desenvolvida no ano de 2018 por meio de acordo entre a Cátedra Sérgio Vieira de Mello⁵⁷ e pesquisadores do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra/UnB)⁵⁸. Apoiada pelo ACNUR/Brasil e organizada pelo Programa Política Migratória da UFPR, é mais um exemplo da importância da Cátedra SVM no cenário universitário brasileiro.

A pesquisa contemplou 8 temas, a saber: 1) Características Sociodemográficas, 2) Processos de Deslocamento, 3) Perfil Laboral e Habilidades Profissionais, 4) Moradia e Gastos Domésticos, 5) Vínculos com Países de Origem e Riscos Financeiros, 6) Associativismo e Uso de Serviços Públicos e 7) Integração Sociocultural e 8) Perspectivas Futuras. Foram entrevistados 487 refugiados em 14 municípios brasileiros, distribuídos em oito Unidades da Federação — São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Santa Catarina, Minas Gerais e Amazonas — que concentravam 94%

dos refugiados sob a proteção do governo brasileiro, do universo total de 5.314 refugiados informados à época pelo CONARE/Polícia Federal.⁵⁹ Seu objetivo foi estabelecer o perfil sociodemográfico e a situação socioeconômica dos refugiados residentes no país, a fim de gerar informações para a concepção de políticas públicas.

À época, nacionais oriundos de quatro países — Síria, República Democrática do Congo, Angola e Colômbia — respondiam pela população refugiada no Brasil. O grupo entrevistado era jovem e adulto (88,26%) e havia chegado ao Brasil principalmente após 2010. Solteiros e casados (ou em união consensual) dividiram a amostra em duas metades praticamente idênticas. No que se refere a raça e cor, 59% declararam-se pardos ou negros, enquanto 40% declararam-se brancos.⁶⁰ Finalmente, em termos crença religiosa, 173 declararam-se islâmicos, 123 evangélicos, 80 católicos, 19 protestantes tradicionais e 7 hinduístas, correspondendo a 95% do total de entrevistados.

Ao final da pesquisa, OLIVEIRA (2020: 95-96) afirmava:

O conjunto de entrevistados, independente de haver declarado o gênero, dominam razoavelmente a língua portuguesa, tem alto nível de escolaridade e baixa renda. Vivem em residências alugadas, em bairros com adequada

56 O relatório da pesquisa está disponível em <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/05/Resumo-Executivo-Versão-Online.pdf>. Acesso 20 de setembro de 2020.

57 Participaram dessa pesquisa as Cátedras Sérgio Vieira de Melo (CSVm) da Universidade Federal do Paraná (PR), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (RS), da Universidade Estadual de Campinas (SP), da Casa Rui Barbosa (RJ), da Universidade de Brasília (DF) e da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (MG). A pesquisa contou ainda com a participação da Universidade Federal do Amazonas, da Universidade Federal de Santa Catarina e dos pesquisadores do Laboratório de Estudos sobre Migrações Internacionais (LAEMI-UnB).

58 Para maiores informações sobre o OBMigra, ver o sítio <http://ela.unb.br/pt-br/laboratorios/obmigra>.

59 O número de 500 refugiados foi obtido através de amostragem intencional em um universo de 4.514 refugiados, correspondente a 84,9% do total de 5.314 refugiados residentes no Brasil. Os estados selecionados concentram 94% desses refugiados, conforme base de Refugiados no Brasil disponibilizada ao ACNUR pela Polícia Federal/Ministério da Justiça.

60 Seguiu-se a metodologia de autodeclaração utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

infraestrutura urbana. A maior parte deles trabalha, sendo que uma pequena parcela por conta própria. Em sentido inverso, apresentam alto índice de desemprego e, em consequência, indicaram alto potencial de empreendedorismo. Mantêm estreitos laços com familiares, amigos e entidades localizadas nos países de origem e, ao mesmo tempo, demonstraram grande conhecimento da cultura brasileira. Querem naturalizar-se brasileiros, votar e ser votados e trazer suas famílias. Não obstante, apontaram obstáculos à integração, dentre os quais os atos discriminatórios. Com efeito, os dados indicam que refugiados negros, homens e mulheres, sofrem mais discriminação racial do que os refugiados brancos. Ao final da análise dos dados colhidos, temos uma certeza que vale para o conjunto dos 487 entrevistados, em espelho aos mais de 5 mil refugiados que residem no Brasil. Em uma população com capital escolar relativamente alto, com habilidades profissionais diversas e grande desejo de integrar-se à sociedade brasileira, sua condição atual é, de maneira geral, instável e vulnerável.

A pesquisa possibilitou a compreensão das melhores ações e projetos a serem desenvolvidos para os refugiados porque, como dito, eles pretendem permanecer no Brasil e querem mesmo participar politicamente. Reforçou, por outro lado, descobertas feitas em outras pesquisas, como a importância da revalidação de diplomas e o interesse em ingressar nas universidades brasileiras, um dos programas hoje realizados, o Reingresso. Mostrou ainda a condição vulnerável em que se encontram, fato já demonstrado pelas ações de acompanhamento psicológico na UFPR. Eis assim alguns exemplos de como as pesquisas contribuem para o desenho e realização de “boas práticas”.

Imigrantes e Covid-19 no estado do Paraná: um diagnóstico da situação atual, 2020

A mais recente pesquisa realizada pelo grupo Migrações Internacionais e Multiculturalismo teve como objeto o impacto da atual pandemia na população imigrante residente no Paraná.⁶¹ A pesquisa foi realizada a partir de um questionário disponibilizado para preenchimento online, e recebeu 184 respostas de várias regiões do estado.

O questionário trouxe perguntas que abordaram o status do migrante, ano de chegada ao Brasil, aspectos laborais, acesso a benefícios, rede de apoio, e percepção diante da quarentena e do próprio risco de contágio impostos pela pandemia. Dos 184 respondentes, 113 residem na cidade de Curitiba e na Região Metropolitana. Além desses, tivemos respondentes nas grandes cidades do interior, como Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Foz do Iguaçu, mas também de cidades do interior como Telêmaco Borba, Toledo e Goioerê. Assim, a pesquisa conseguiu captar o fenômeno da interiorização de migrantes venezuelanos. No Paraná, a ONG Aldeias Infantis SOS Brasil,⁶² com apoio do ACNUR/Brasil, instalou imigrantes venezuelanos no pequeno município de Goioerê, que tem menos de 29 mil habitantes, tornando-o um dos locais de residência mais relevantes dentre os participantes da pesquisa. Por outro lado, apesar da diversidade de municípios de residência, dos 184 respondentes, 83,1% eram venezuelanos, refletindo a importância desse grupo nacional na recente migração para o Paraná.

O diagnóstico revela que o grupo respondente, até o momento da pesquisa, não havia sido afetado pela

61 Seguiu-se a metodologia de autodeclaração utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

62 Aldeias Infantis SOS (A Children's Village SOS) é uma ONG “humanitária global de promoção ao desenvolvimento social, defesa, garantia e promoção dos direitos de crianças, adolescentes e jovens”. Segundo informações em seu site web, está instalada no Brasil desde 1949 e realiza hoje mais de 27 projetos no país. Acesso por www.aldeiasinfantis.org.br.

doença. Com efeito, apenas quatro respondentes testaram positivo para Covid-19. Desses, dois procuraram tratamento em posto de saúde. Levantou-se, no entanto, um cenário de fragilidade econômica, agravada pela longa quarentena. A pandemia e a retração econômica já impactaram negativamente o emprego. Assim, 51 imigrantes ficaram sem trabalho após o início da pandemia, e 25 outros temem, ou perder seu posto, ou sofrer redução de salário. A insuficiência da renda para cobrir os gastos cotidianos — que atinge 138 dos 168 respondentes com 18 anos ou mais — se confirma quando verificamos que uma parte significativa de imigrantes precisou reduzir custos durante a pandemia. Renda insuficiente e desemprego explicam a inserção em trabalhos informais, como vendedores ambulantes ou entregadores de alimentos. Em sentido inverso, a atual situação de crise explica a busca por formação profissional ou por revalidação de diplomas, confirmando descobertas de outras pesquisas quando se revelou grande descompasso entre capital escolar e empregos obtidos.

Uma das descobertas mais interessantes foi ver que a fragilidade econômica decorrente da pandemia tem sido contornada de alguma maneira, no país, com o suporte do auxílio emergencial fornecido pelo Governo Federal. Junto com o benefício do Bolsa Família, trata-se de um recurso que blinda algumas famílias da miséria. Os imigrantes declararam, em sua maioria, não ter conhecimento de seus direitos sociais, embora a maioria esteja cadastrada no CadÚnico e possua o cartão do SUS, indicando que já houve uma primeira aproximação com os serviços de proteção social no país. No entanto, enquanto 54 respondentes afirmaram receber o Bolsa Família, apenas 9 estavam recebendo o auxílio emergencial. Notou-se, ainda, que os migrantes tinham como rede de apoio principal amigos e familiares do país de origem, mas também, em número relevante, amigos no Brasil. Os órgãos institucionais, sejam governamentais ou não, não figuraram como importantes canais de busca por apoio, nem antes nem após a pandemia.

Os achados da pesquisa começam a ser utilizados, não apenas para minimizar os efeitos econômicos da atual pandemia, mas permitirão também em breve rever certos protocolos de ação no quadro dos programas e benefícios sociais, contribuindo assim para a eficiência das “boas práticas” da Cátedra, e também servindo de inspiração para a atuação de tantos outros organismos e universidades que lidam diretamente com os migrantes.

REFERÊNCIAS

HANDERSON, Joseph (2015). **Diáspora. As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa.** Tese de Doutorado. Programa de Antropologia Social (Museu Nacional). Universidade Federal do Rio de Janeiro.

LAJUS, Fernando (2017). **O fluxo internacional de estudantes no ensino superior: internacionalização e intercambistas congolezes na UFPR (2011–2017).** Monografia. Universidade Federal do Paraná.

OLIVEIRA, Márcio de. Imigrantes haitianos no Estado do Paraná em 2015. In: GEDIÉL, José A. P. & GODOY, Gabriel G. (orgs.). **Refúgio e Hospitalidade.** Curitiba. Edições Kairós, 2016, p. 249-276.

_____. (2020). **Perfil Sócioeconômico dos Refugiados no Brasil.** Subsídios para a elaboração de Políticas. Brasília: Edição do ACNUR/Brasil. Disponível em <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/07/Pesquisa-Perfil-Socioeconomico-Refugiados-ACNUR.pdf>.

OLIVEIRA, Márcio de; CAVALCANTI, Leonardo da S.; MARCHIORO, Pedro F.; PEREDA, Lorena. (2019). Haitianos no Paraná (Brasil) em 2018: estratégias em momento de crise. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas.** Vol. 13, nº 1, p. 193-218.

OLIVEIRA, Márcio de; KULAITIS, Fernando. (2017). Habitus imigrante e capital de mobilidade: a teoria de Pierre Bourdieu aplicada aos estudos migratórios. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, vol. 22, série 1, p.15-47. <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/29616/pdf>. Acesso em: 20/5/2020.

REZENDE, Tamara Zázera (2017). **Construção de uma política migratória no Paraná, 2010–2016.** Dissertação de Mestrado. Programa de Sociologia. Universidade Federal do Paraná (UFPR).

A experiência do PET Computação em cursos de Capacitação em Informática para Migrantes Humanitários e Refugiados na UFPR

Camilla L. F. da Silva ⁶³

Gabriela Stein ⁶⁴

Luis Allan Künzle ⁶⁵

A oferta de cursos de capacitação em informática para migração humanitária, por integrantes do Programa de Educação Tutorial em Computação (PET Computação) da UFPR, teve início em 2014, a partir de uma demanda feita pelos próprios migrantes e refugiados aos coordenadores do projeto Português Brasileiro para Migração Humanitária, da Cátedra Sérgio Vieira de Mello. Nesse momento estava em curso um grande afluxo de imigrantes haitianos ao Brasil, e a maior parte deles obtinha colocações no mercado de trabalho em funções de pouca exigência de qualificação e de baixa remuneração. Nesse sentido, a solicitação desses imigrantes por cursos de capacitação em informática visava superar algumas dificuldades importantes para sua integração no país. Em primeiro lugar, uma inserção no mercado de trabalho em ocupações de melhor qualificação, o que possibilitaria melhor remuneração e melhores condições de trabalho. Além disso, havia também muitos imigrantes que já detinham conhecimentos em informática, adquiridos em cursos e formações realizados em seu país de origem, mas que não possuíam nenhum documento ou certificação que permitisse comprovar isso. O curso de extensão oferecido pela UFPR daria acesso a essa certificação. Outros, ao contrário, nunca tiveram acesso a um

63 Discente do Bacharelado em Informática Biomédica e bolsista do PET Computação UFPR. E-mail: clfs16@inf.ufpr.br.

64 Discente do Bacharelado em Ciência da Computação, bolsista do PET Computação UFPR. E-mail: gs17@inf.ufpr.br.

65 Professor aposentado do Departamento de Informática da UFPR, doutorado em Informática Industrial e Automática pela Université Paul Sabatier de Toulouse, França. E-mail: kunzle@inf.ufpr.br.

computador em seu país de origem. Em segundo lugar, e não menos importante, os cursos de capacitação permitiriam a muitos imigrantes dominar ferramentas que facilitassem a manutenção do contato com seus familiares e amigos que permaneceram nos seus países de origem.

Estrutura inicial do projeto de extensão

A estrutura operacional do projeto foi estabelecida em função das necessidades de formação, disponibilidade de tempo dos alunos migrantes e da infraestrutura disponível. O local e o horário das aulas visavam permitir a esses alunos apenas um deslocamento ao campus central da UFPR de modo que, num mesmo dia, tivessem aulas de capacitação em informática e, posteriormente, de formação em português brasileiro.

Essa escolha implicou em duas limitações no formato dos cursos: A primeira se refere ao uso de apenas dois laboratórios de informática disponíveis, que contabilizam no máximo 12 máquinas em cada um. A segunda limitação era um intervalo de trabalho de apenas 90 minutos, entre 13h30 e 15h. Por conta disso, algumas restrições foram definidas:

- Somente podem se inscrever os estudantes que estiverem regularmente matriculados nos cursos de língua portuguesa, a partir do nível “Básico 2”;
- Cursos semestrais, com aproximadamente 10 aulas;
- Duas turmas oferecidas a cada semestre, com 12 alunos cada;
- Uma etapa de nivelamento com todos os inscritos, para compor ambas as turmas.

A etapa de nivelamento consiste em apresentar, para cada candidato, um conjunto de atividades, com nível

crescente de dificuldade. A partir dos resultados são estabelecidas as turmas e as listas de espera para os candidatos que não conseguiram uma das 24 vagas.

Metodologia

A organização do conteúdo de cada curso é realizada em função do número de aulas que serão efetivamente ministradas a cada semestre. Esse número é dependente dos feriados e da realização de provas nacionais ou concurso vestibular, situações em que é vedado o acesso aos laboratórios. O curso de nível básico compreende aulas de apresentação das unidades e periféricos que compõem um computador, uso básico da interface do sistema operacional (arquivos, pastas e execução de programas), digitação e acesso básico à internet. O curso de nível intermediário é focado nos aplicativos de escritório, como editor de texto, planilha, e-mail, acesso web e uso de redes sociais.

A estrutura utilizada para cada aula consiste em um “professor”, responsável por apresentar o conteúdo da aula, e dois ou três “monitores” que acompanham os alunos na realização dos exercícios. Essa estrutura sofreu diversas mudanças desde o início do projeto. Mesmo com a etapa de nivelamento, cada turma, seja do básico ou do intermediário, é composta por alunos com grande disparidade no domínio das ferramentas computacionais. A metodologia tradicional, inicialmente adotada, que consistia em repassar um determinado conteúdo, propor exercícios relacionados a esse conteúdo e aguardar sua execução por todos os alunos para continuar com a apresentação de novos conteúdos, mostrou-se inadequada, uma vez que os alunos demandam períodos de tempo muito díspares para resolver os exercícios propostos. A metodologia com melhores resultados, atualmente em uso, consiste em apresentar inicialmente todo o conteúdo da aula e disponibilizar para os alunos um extenso rol de exercícios, de complexidade crescente. Isso permite que aqueles que possuem maior domínio de conteúdo



*Monitoras e Monitores do Programa de Extensão em 2017
Fonte: PBMIH.*

possam avançar de forma autônoma, ocupando todo o tempo de aula disponível, enquanto os monitores acompanham os alunos com maior dificuldade.

Durante o curso são aplicados dois formulários de feedback, o primeiro para averiguar se os alunos estão satisfeitos com os conteúdos abordados e com a postura dos professores, e o segundo para obter um panorama geral do curso e sugestões de melhoria. Além disso, ao final do curso é aplicado um exercício de avaliação, abrangendo todos os conteúdos vistos nas aulas, com o objetivo de verificar o grau de aprendizado dos alunos.

Equipe de trabalho

A proposta de realização dos cursos foi inicialmente apresentada a alunas e alunos integrantes do PET Computação da UFPR, que é composto por alunos dos bacharelados em Ciência da Computação e em Informática Biomédica, mas, desde o início do projeto, em 2014, buscou-se ampliar o número de participantes através de convites a alunos dos cursos de graduação das áreas das ciências exatas e tecnologia da UFPR. No segundo semestre de 2015, o grupo foi procurado por estudantes vinculados aos grupos PET da área de informática da UTFPR (peteco — Engenharia da Computação e PET-CoCE — Computando Culturas

com Equidade) interessados em colaborar com o projeto.

É importante ressaltar que num projeto dessa natureza, em que os alunos atuam como voluntários, é inevitável que haja rotatividade entre os participantes, uma vez que há alunos que iniciam atividades de estágio, de intercâmbio, em outros projetos, ou concluem sua graduação. Desde o início, colaboraram efetivamente com o projeto estudantes dos cursos de Ciência da Computação, Engenharia da Computação, Gestão da Informação, Informática Biomédica e Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

Sistematização do material didático

Como forma de apoiar a experiência do aluno no aprendizado, foi compilada uma apostila que contempla o nível básico e o nível intermediário. A sistematização desse material tomou como base a ementa utilizada durante os cursos, assim como os materiais utilizados pelos professores, de modo que as apostilas mantenham o mesmo conteúdo que as aulas, com o aprofundamento necessário em cada tópico. A divisão da apostila em capítulos tem o objetivo de que o aluno consiga encontrar facilmente o conteúdo. Além disso, prezou-se pela ilustração do conteúdo por meio

*Curso de Acolhimento
Linguístico Acadêmico 2020.
Fonte: Curso de Acolhimento
Linguístico Acadêmico 2020.*



de imagens e desenhos. Devido à falta de recursos, não foi possível realizar a distribuição da apostila impressa para os alunos. Entretanto, é disponibilizado o material por e-mail em formato PDF.

Novas experiências

Em 2019, dois cursos de acolhimento digital foram desenvolvidos em caráter extraordinário: um de informática básica, para alunos do Programa de Reingresso de Migrantes e Refugiados da UFPR, e outro para alunos migrantes do curso de português brasileiro do Núcleo de Línguas Tandem, também da UFPR.

No ano de 2020 as ofertas em colaboração com outros projetos da UFPR, que promovem a integração de migrantes e refugiados, teve continuidade por meio da parceria com o programa Ano Zero. Contudo, tal oferta contou com um desafio proporcionado pela pandemia de Covid-19 e consequente cenário de isolamento social: o desenvolvimento e execução de um curso de informática totalmente remoto para um público que, em sua maioria, não possuía conhecimentos significativos com computador. O acompanhamento do desempenho dos alunos, antes realizado durante as aulas, foi adaptado para cobrança/aplicação de atividades semanais.

Resultados obtidos

Desde o início do projeto, 210 alunos concluíram os cursos de capacitação em informática, considerando os dois níveis de aprendizado. A cada semestre, inscrevem-se em torno de 32 alunos para as 24 vagas disponíveis.

Um resultado significativamente importante diz respeito à formação complementar oferecida aos alunos da universidade. Mais especificamente, no caso deste projeto, os alunos da computação são da área de ciências exatas, que oferece poucas atividades de extensão. Para eles, abre-se a perspectiva de discutir sua formação interagindo com um grupo social com referenciais históricos, políticos e sociais diversos, e para o qual o Brasil não oferece de fato nenhuma política pública de inclusão, e não possui, em sua história recente, nenhuma experiência de acolhimento. Nesse sentido, o projeto buscou, nas reuniões periódicas da equipe, discutir e politizar essas questões.

Pequenos do Mundo: resgatando trajetórias, memórias e histórias

Ana Paula Romani ⁶⁶

Amarilyss Lackner Salomão ⁶⁷

Camila Akemi Aoto ⁶⁸

Graziela Lucchesi Rosa da Silva ⁶⁹

Luana Lubke de Oliveira ⁷⁰

Luisa Martins de Abreu e Lima ⁷¹

Maria Beatriz de Souza Alverne Maia ⁷²

Maria Gabriel ⁷³

Mayssun Omari Osman ⁷⁴

Nathan Gabriel Balaguer ⁷⁵

Nathalia Ribeiro Tsiflidis ⁷⁶

Thiago Martins ⁷⁷

Victória de Biassio Klepa ⁷⁸

66 Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná, integrante do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) – UFPR e extensionista da ação Pequenos do Mundo, vinculada ao Projeto Movimentos Migratórios e Psicologia (MOVE).

Email: paula.ana.romani@gmail.com.

67 Graduada em Psicologia pela UFPR. Extensionista da ação Pequenos do Mundo, vinculada ao Projeto Movimentos Migratórios e Psicologia (MOVE).

Email: amariysslomao@gmail.com.

68 Graduada em Psicologia pela UFPR. Extensionista da ação Pequenos do Mundo, vinculada ao Projeto Movimentos Migratórios e Psicologia (MOVE) e Português Brasileiro para Migração Humanitária (PBMIH-UFPR).

Email: milaaoto@gmail.com.

69 Doutora em Educação pela UFPR. Atua como professora do Departamento de Psicologia da UFPR. Coordenadora do Projeto Pequenos do Mundo e vice-coordenadora do Projeto Movimentos Migratórios e Psicologia (MOVE).

Email: grazielaluc@hotmail.com.

70 Graduada em Psicologia na UFPR. Aluna do curso de Especialização em Gestão Pública da UEPG.

Email: luanalubke@gmail.com.

71 Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná. Extensionista da ação Pequenos do Mundo, vinculada ao Projeto Movimentos Migratórios e Psicologia (MOVE).

Email: luisa.abreuelima@gmail.com.

72 Graduada em Psicologia pela UFPR, gestora de projetos e extensionista da ação Pequenos do Mundo, vinculada ao Projeto Movimentos Migratórios e Psicologia (MOVE).

Email: tizalverne@gmail.com.

73 Doutoranda em Letras pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Atualmente é professora e uma das coordenadoras do projeto de extensão Português Brasileiro para Migração Humanitária – PBMIH da UFPR.

E-mail: mgabrielufpr@gmail.com.

74 Graduada em Psicologia pela UFPR. Extensionista no projeto Pequenos do Mundo do DEPSI-UFPR.

Email: mayssun.osman@gmail.com.

75 Ator, Palhaço, Contador de histórias, Iluminador, graduado em Teatro pela PUCPR e formado em Palhaçaria pela Escola do Ator Cômico.

Email: nathan_balaguer@hotmail.com.

76 Graduada de Letras na UFPR, artista audiovisual e extensionista da ação Pequenos do Mundo, vinculada ao Projeto Movimentos Migratórios e Psicologia (MOVE).

Email: nathaliatsiflidis@tutanota.com.

77 Graduando em Psicologia pela UFPR. Extensionista da ação Pequenos do Mundo, vinculada ao Projeto Movimentos Migratórios e Psicologia (MOVE).

Email: thiagomt0504@gmail.com.

78 Graduada em Psicologia pela UFPR. Extensionista da ação Pequenos do Mundo, vinculada ao Projeto Movimentos Migratórios e Psicologia (MOVE).

Email: vbklepa@gmail.com.

Introdução

Em 2019, segundo dados da OIM (2019), havia cerca de 37,9 milhões de migrantes com menos de 20 anos, número que equivale a 14% do total de migrantes no mundo, o que significa que aproximadamente um em cada oito migrantes é menor de idade. No entanto, ainda hoje há um déficit muito grande nos dados sobre as migrações infantis, pois além das poucas fontes sobre esse tipo de migração, os dados existentes são deficientes por não especificarem recortes importantes, como faixas de idade e de gênero (OIM, 2019).

Frente ao crescente número de pessoas migrantes, refugiadas e apátridas no Brasil, e a falta de políticas públicas para acolher essa população, em outubro de 2013 o projeto Português Brasileiro para Migração Humanitária (PBMIH) da Universidade Federal do Paraná (UFPR) iniciou suas atividades, com o objetivo principal de oferecer aulas de português brasileiro como língua adicional e como língua de acolhimento aos migrantes haitianos residentes em Curitiba e na Região Metropolitana.

Nas aulas de português, era constante a presença de crianças junto aos familiares responsáveis, surgindo então a necessidade de um espaço adequado para elas. No início de 2017, por iniciativa de integrantes do PBMIH, foi criada a “sala das crianças”, que tinha como objetivo acolhê-las. Ao longo dos sábados, novas demandas foram surgindo, o número de crianças aumentando, e o projeto foi se reformulando. Assim, atualmente, sob os fundamentos da Psicologia Histórico-Cultural, o projeto tem como objetivo o acolhimento das crianças e a elaboração de

ações direcionadas — por meio da brincadeira, do ludismo e da arte — voltadas às especificidades da migração, como a diversidade cultural, os aspectos identitários, a pluralidade linguística e as vivências das crianças. Para tanto, desenvolvemos enquanto projeto uma metodologia voltada para a atuação com crianças migrantes que visam a potencialização do desenvolvimento infantil, o papel ativo na elaboração e expressão de suas vivências e a promoção de um espaço de reflexão das crianças quanto ao seu fluxo migratório.⁷⁹

Desenvolvimento de metodologia específica para crianças migrantes: atuação voltada ao acolhimento e às especificidades da infância

Entre 2017 e 2019, participaram do projeto cerca de 93 crianças de famílias vindas de diversos países, como Benin, Bolívia, Colômbia, Egito, Haiti, Iêmen, Irã, Líbano, Líbia, Nigéria, Peru, República Democrática do Congo, Síria e Venezuela, sendo algumas crianças nascidas em território brasileiro. A cada sábado temos, em média, a participação de 25 crianças. Em relação à faixa etária, o grupo é heterogêneo, com prevalência de crianças com até cinco anos, sendo que 31,2% tinham entre um e três anos; 29%, entre quatro e seis anos; 18,3%, entre sete e nove; e 6,5%, mais de nove anos. Desses, 15,1% não tiveram sua idade informada. Em relação ao gênero, a maioria (58%) eram meninas, enquanto os meninos correspondiam a 42%.

79 O presente capítulo se baseia no Relatório de Iniciação Científica elaborado pela estudante Mayssun Omari Osman, cujo objetivo era analisar as possibilidades para a psicologia no trabalho com crianças migrantes e refugiadas com vistas à potencialização do desenvolvimento e valorização da história de vida das crianças, através das experiências teórico-práticas do que foi realizado com as crianças migrantes no Pequenos do Mundo: com complementações textuais das pesquisas de iniciação científica “O papel das memórias afetivas no trabalho com crianças migrantes e refugiadas”, de Luisa Martins de Abreu e Lima e “Processo de escolarização de crianças migrantes: investigação sob os pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural”, de Amarilys Salomão. As referidas pesquisas foram orientadas pela professora Graziela Lucchesi Rosa da Silva.

As atividades com as crianças duram aproximadamente três horas e acontecem seguindo uma rotina que consiste em: *organização da sala* antes da chegada das crianças, de modo a dispor os materiais e os móveis de maneira adequada e segura; *acolhimento* das crianças e dos familiares, recebendo-os, registrando informações necessárias e identificando as crianças; *brincadeiras coletivas*, a fim de aclimar as crianças de todas as idades com o ambiente, com a equipe e entre si; *discussão das regras* criadas coletivamente pelo grupo, sendo essa uma maneira de reforçar os hábitos de convivência e ambientar as crianças que estão lá pela primeira vez; *contação de história*, um dos momentos centrais em que se introduz, por meio da literatura infantil, a temática das atividades a serem desenvolvidas no dia; *desdobramento em duas turmas* (uma de crianças maiores, outra de menores) para a realização das atividades, respeitando as especificidades e características de períodos de desenvolvimento distintos⁸⁰; *lanche*, momento para as crianças conversarem e compartilharem uma refeição; *chamada das crianças pequenas (Chamadinha)*, para (re) conhecimento de si e dos colegas; *realização de atividade*, valendo-se de diferentes recursos artísticos, com o fim de proporcionar reflexões e sínteses e sensibilizar as crianças sobre a temática trabalhada; *despedida*, em que as duas turmas são reagrupadas, possibilitando momentos de brincadeiras e jogos em conjunto enquanto aguardam os familiares saírem das aulas de português.

A equipe que compõe o projeto é interdisciplinar, sendo que atualmente participam docentes, discentes e profissionais das áreas de Psicologia, Artes Cênicas, Letras e Comunicação, totalizando 13 integrantes. Todos os integrantes participam das atividades com as crianças aos sábados e das supervisões; aos sábados, no entanto, a equipe se organiza em uma escala para que estejam presentes nos encontros uma média de

oito pessoas. As supervisões são semanais, e nelas o grupo realiza a sistematização das ações, a organização da rotina de atividades e os estudos teóricos, além de uma reflexão coletiva sobre situações práticas que demandam solução e avaliação de decisões.

Sendo a orientação teórica do projeto a Psicologia Histórico-Cultural, planejamos uma rotina de atividades a partir de seus pressupostos, de forma sistematizada e com intencionalidade a fim de potencializar o desenvolvimento das crianças participantes. Isso porque, sob tal perspectiva, compreendemos que o desenvolvimento humano não é um processo espontâneo, um desabrochar de capacidades inerentes à criança que são apenas estimuladas pelo ambiente externo. Para a Psicologia Histórico-Cultural, sob os pressupostos do materialismo histórico-dialético, o desenvolvimento infantil é um processo dependente das condições sociais de vida, é um processo cultural e socialmente mediado, e por isso a qualidade das mediações que são oferecidas para as crianças é decisiva para seu desenvolvimento. Assim, no Pequenos do Mundo, buscamos nas atividades com as crianças a potencialização do desenvolvimento por meio da linguagem universal da arte em suas múltiplas manifestações.

A arte como recurso para contar trajetórias, memórias e histórias

Tendo em vista ações direcionadas para o desenvolvimento infantil, utilizamos no Pequenos do Mundo a arte em suas diversas expressões como recurso fundamental de mediação. Valemo-nos da arte pois reconhecemos o seu caráter potencializador,

80 É importante destacar que a divisão das crianças baseada na idade não é categórica, já que muitas crianças demonstram o desejo de permanecer com as quais possuem algum vínculo afetivo-emocional, o que não é determinado pela idade.

visto que as expressões artísticas refletem realidades históricas e sociais ricas em sua diversidade, com as quais as crianças podem se identificar e, além disso, experienciar o mundo além da sua realidade concreta, como também criar novas formas de se expressar e de reconhecer sua história de vida. Ademais, em um espaço com crianças de diversas nacionalidades, usar a arte como linguagem universal pode amenizar barreiras linguísticas e potencializar a comunicação entre elas e a equipe, servindo como instrumento de comunicação e expressão.

Alinhados à filosofia marxista, partimos do pressuposto de que o processo artístico e estético são formas de relação do sujeito com a materialidade circundante. Enquanto linguagem e conhecimento, a arte possibilita a ampliação da compreensão de mundo, bem como o desenvolvimento da percepção e da sensibilidade. Configura-se como uma forma de síntese e expressão da realidade, que possibilita uma outra visão do mundo (VÁZQUEZ, 1968). Seu objetivo não se encerra em atender especificamente às demandas prático-utilitárias, mas sim em “[...] ampliar e enriquecer, com suas criações, a realidade já humanizada pelo trabalho humano” (VÁZQUEZ, 1968, p. 47). Essa nova relação com o meio tem a potência de reconfigurar a realidade para os seres humanos, uma vez que a arte, enquanto produção humana e baseada no real, retrata também a história da humanidade, implicando na compreensão de mundo e em novas formas de comportamento (DUARTE, ASSUMPCÃO, DERISSO, FERREIRA E SACCOMANI, 2012).

Consideramos, de acordo com Nascimento e Pasqualini (2016), que por meio da arte e da experiência estética o indivíduo pode experimentar situações que o transportam de sua realidade singular, possibilitando a transcendência da particularidade em direção ao sentido universal da experiência

humana. Concebemos, também, o potencial da arte na humanização dos sentidos das crianças. O contato com a arte deve ser mediado por um adulto que depois de apresentar para a criança os objetos artísticos, deve auxiliar a criança na decodificação das formas e dos significados do que vê (RODRIGUES, BERTIZOLI, PEREZ, ANDRÉ, ROSSETTO, DE SOUZA, 2016). Assim, “[...] mais do que atividades que tenham como foco o fazer, o criar ou o produzir, é importante oferecer espaços para a criança ver, ouvir, sentir, observar, perceber, imaginar, dar sentido, ler e apreciar” (RODRIGUES, et al, 2016, p. 466).

Sob tais pressupostos, desenvolvemos projetos como o *Autorretrato*⁸¹ e o *Contando histórias, resgatando memórias*. O *Autorretrato* foi realizado em 2018 e teve como objetivo apresentar para as crianças diferentes produções artísticas criadas pelo gênero humano que tivessem como objeto o autorretrato, oportunizar a elas expressarem características sobre si potencializando a elaboração e a valorização da autoimagem, e trabalhar diversidades e similaridades existentes dentro do grupo. As atividades utilizaram diferentes artistas que trabalharam com a modalidade do autorretrato, como Frida Kahlo, Van Gogh, Picasso, Rembrandt, Leonardo da Vinci e Basquiat. Também usamos como instrumentos para o trabalho com o autorretrato a escolha de livros infantis temáticos, a caracterização das integrantes do projeto, jogos e diferentes formas de expressão artísticas.

Em 2019, desenvolvemos o projeto *Contando Histórias, Resgatando Memórias*, cujo objetivo principal foi resgatar e compartilhar aspectos da história, cultura e memória das crianças e de seus familiares, com enfoque em questões como alimentação, brincadeiras, cantigas e histórias do país de origem. Nessa proposta, buscamos protagonizar a criança em sua história de vida, nos apoiando na participação ativa dos familiares/responsáveis no

81 O trabalho desenvolvido no projeto do *Autorretrato* foi motivado pelo tema dos percursos migratórios, proposto na sétima edição da revista *Tom Cadernos de Ensaio* (editorial digital da UFPR). O resultado desse trabalho foi publicado na edição “Andanças: travessias da migração e do refúgio” da revista, na seção *Errancinhas* e foi intitulado “Infância, migração e humanização”. Disponível em: https://issuu.com/tom_ufpr/docs/tom7.



Detalhe do osso em uma caixa de memórias.
Fonte: Nathalia Tsiflidis, 2019.

resgate de memórias afetivas. A partir das ações realizadas, as memórias foram objetivadas em produções artísticas, como desenhos, pinturas, colagens, dobraduras, esculturas com argila ou massinha de modelar, construções coletivas, entre outras.

Nesse sentido a arte literária ganha destaque, pois em todos os encontros está instituído na rotina de trabalho o momento da “contação de história”. Concordamos com ABRANTES (2016a) no que diz respeito à seleção das obras de literatura infantil, que devem mediar, através do adulto, as vivências singulares das crianças e explicitar a realidade em suas contradições, destacando o movimento da natureza, do pensamento e da sociedade, como também produzindo o inconformismo com as injustiças sociais. A partir de uma história, as crianças podem criar sentidos partindo de suas próprias existências, potencializando a consciência sobre si.

Para o *Contando Histórias, Resgatando Memórias*, fizemos uma seleção de obras infantis, onde cada história possuía uma relação com o tema a ser abordado. A título de exemplo, uma das atividades era a construção de uma caixa de memórias. Assim, escolhemos a história “A menina que abraça o vento”, escrita por Fernanda Paraguassu e Suryara Bernardi, que fala sobre Marsene, uma refugiada congoleza que foi separada de parte da família e fugiu para o Brasil. Ao fim da contação, uma das crianças disse: “Parece que estão contando minha história”. Também disse que sentia falta de sua casa e de seu quarto na Venezuela: “Minha casa não era tão grande, mas era minha casa”.

Na sequência da rotina do dia, fizemos caixas de memória individuais, onde as crianças puderam construir uma caixa com identidade própria e colocar dentro dela objetos significativos. Nessa atividade, uma das crianças criou com argila um osso e colocou dentro da sua caixa; quando questionamos sobre o significado do osso, ela disse que sentia falta de seu cachorro que ficou na Venezuela.

Na prática da contação, recorremos muitas vezes ao lúdico e ao imaginativo produzindo um espaço propício para a expressão da fantasia, além de desenvolver interesse e atenção nas crianças. Nessa perspectiva, o planejamento prévio das atividades é fundamental para a seleção dos temas que abordaremos. A fim de potencializar o trabalho com as memórias afetivas, alguns dos temas desenvolvidos com as crianças foram coletividade, autoimagem, criatividade, gostos e interesses, família, rotina, identidade, questões culturais, geografia e territorialidade. Buscamos resgatar, acolher e valorizar as memórias afetivas das crianças. A exemplo disso, selecionamos os livros “Guilherme Augusto Araújo Fernandes”, de Mem Fox e Julie Vivas, e “Um outro país para Azzi”, de Sarah Garland. A partir dessas histórias, construímos um mapa mundial com elementos que remetiam aos países de origem de cada criança e os trajetos migratórios delas. Nessa atividade uma das crianças percebeu, muito surpresa, que o Irã é distante do Brasil.

É importante enfatizar que uma das particularidades postas no nosso trabalho é o aspecto linguístico, já que muitas crianças ainda não dominam o português brasileiro, e respeitamos a língua com a qual a

Atividade com mapa
Fonte: Nathalia Tsiflidis, 2019.



criança queira se expressar, seja a língua materna ou a portuguesa. Consideramos a diversidade linguística um potencial a ser trabalhado, e dessa forma tentamos, sempre que possível, incluir a língua das crianças na dinâmica das atividades. Algumas maneiras que encontramos de evidenciar esse plurilinguismo foi pedindo que as próprias crianças contassem uma história em sua língua materna (desde que se sintam confortáveis com tal tarefa); estimulando que as crianças que dominam mais o português brasileiro mediem a conversa com as crianças que ainda não conseguem se expressar na língua; e convidamos a mãe de uma das crianças para contar uma história em árabe. Quando essas situações aconteceram no projeto, notamos que as crianças se sentiram mais motivadas para participar das atividades.

Nesse sentido, no Pequenos do Mundo consideramos essencial valorizar a singularidade de cada criança, sua história e sua cultura. Buscamos compreender a situação social de desenvolvimento de cada criança, de forma a entender suas especificidades. Vigotski (1996) aponta que no início de cada período da idade existe uma relação que se estabelece entre a criança e o seu entorno, única e irrepetível. Essa relação é ponto de partida para mudanças no desenvolvimento da criança, de modo a determinar a realidade que, por sua vez, promove aquisição de novos traços, propriedades, características na criança. Para isso, é essencial o vínculo que temos como equipe com familiares/responsáveis das crianças, fomentado pelo acolhimento, pelas atividades conjuntas entre familiares/responsáveis e crianças e atividades específicas com os adultos.

Além disso, buscamos perceber o desenvolvimento de cada criança ao longo do ano, sua relação com o grupo e com as outras crianças. Por isso, escrevemos ao fim de cada encontro um relato sobre o sábado e um relato individual sobre cada criança, buscando percebê-la em grupo e em sua singularidade. No fim de 2019, esse trabalho de relatos semanais permitiu que entregássemos para cada criança o livro das memórias, um livro personalizado com relatos e fotos das crianças, pensados individualmente, com as especificidades e o desenvolvimento de cada criança do Pequenos do Mundo.

Detalhe do livro das memórias.
Fonte: Nathalia Tsiflidis, 2019.



Considerações finais

A partir da perspectiva teórico-prática apresentada, pontuamos o desafio de desenvolver trabalho com crianças migrantes em tempos em que o apagamento cultural, a invisibilidade e o embrutecimento das potencialidades se tornam cada vez mais comuns e naturais. Em contraposição a práticas desumanizadoras e perversas, como as denunciadas em contexto internacional sobre morte de crianças e adultos na travessia forçada e medidas governamentais que separam as famílias na fronteira e encarceram as crianças (OIM, 2019), nos voltamos à humanização, enquanto compromisso ético e político.

Tal compromisso envolve posicionamentos conscientes quanto às contradições da realidade social vigente, sobre os outros e sobre si, em busca da emancipação humana e de modos de viver mais humanizados (ABRANTES, 2016b; MARTÍN-BARÓ, 1996). No que diz respeito ao que é específico da migração e da infância, o desafio posto é voltar o olhar para as potencialidades da criança, entendê-las como protagonistas de suas próprias histórias e possibilitar processos humanizadores de desenvolvimento que viabilizem a formação do novo e a possibilidade do vir a ser. É para essa direção que as ações no Pequenos do Mundo estão voltadas.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, A. A. Arte Literária. In: PASQUALINI, J. C.; TSUHACO, Y. N. (orgs). **Proposta pedagógica para a Educação Infantil do Sistema Municipal de Ensino de Bauru-SP**. Bauru: Secretaria Municipal de Educação, 2016a.

ABRANTES, A. A. **Formação do psicólogo e compromisso social: uma experiência educativa com a literatura infantil**. In: FACCI, M. G. D; MEIRA, M. E. M. (orgs.). Estágios em Psicologia escolar: proposições teórico práticas. Maringá: Eduem, 2016b.

DUARTE, N.; ASSUMPÇÃO, M. de C.; DERISSO, J. L.; FERREIRA, N. B. de P.; SACCOMANI, M. C. da S. O marxismo e a questão dos conteúdos escolares. In: **Anais Eletrônicos do IX Seminário nacional de Estudos e pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”**. UFPA–João Pessoa, p. 3953-3979, 2012.

MARTIN-BARÓ, I. O papel do Psicólogo. **Estud. psicol.**, Natal, v. 2, n. 1, p. 7-27, junho 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/epsic/v2n1/a02v2n1.pdf>. Acesso em 30 jun 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). **Informe sobre las migraciones en el mundo 2020**. 2019. Disponível em <https://publications.iom.int/books/informe-sobre-las-migraciones-en-el-mundo-2020>. Acesso em 17 jun 2020.

NASCIMENTO, C. P.; PASQUALINI, J. C. Arte. In: PASQUALINI, J. C.; TSUHACO, Y. N. (orgs). **Proposta pedagógica para a Educação Infantil do Sistema Municipal de Ensino de Bauru-SP**. Bauru: Secretaria Municipal de Educação, 2016.

RODRIGUES, S. M. P.; BERTIZOLI, J. V. F.; PEREZ, F. do R. P.; ANDRÉ, L. A.; ROSSETTO, M. A. V.; DE SOUZA; R. A. D. Artes Visuais. In: PASQUALINI, J. C., TSUHACO, Y. N. (orgs.). **Proposta pedagógica para a Educação Infantil do Sistema Municipal de Ensino de Bauru-SP**. Bauru: Secretaria Municipal de Educação, 2016.

VÁZQUEZ, A. S. **As ideias estéticas de Marx**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

VIGOTSKI, L. S. El problema de la edad. In: **Obras Escogidas**. Tomo IV. Visor: Madri, 1996. P. 251-273.

Caminhos do SUS: o direito à saúde e a universalidade do acesso

Deivisson Vianna Dantas dos Santos ⁸²
Sabrina Stefanello ⁸³
Gabriel Monteiro Alves Pereira ⁸⁴
João Pedro Sá Lins ⁸⁵
Nephtalie Moise ⁸⁶
Ana Paula Risson ⁸⁷

Introdução

A Constituição Federal do Brasil, em seu Art. 196, assegura que “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (BRASIL, 1988). A partir dessa garantia, estabeleceu-se, como fruto de grande pressão de movimentos civis e sociais, o Sistema Único de Saúde (SUS), norteado pelos princípios de integralidade, universalidade e equidade (BRASIL, 1990).

Vale ressaltar que nesse capítulo da Constituição cidadã está escrito que “a saúde é direito de todos”, e não um possível ‘a saúde é um direito de todos os brasileiros’.

Isso não é apenas um mero detalhe, mas a afirmação de uma diretriz em que o Sistema Único de Saúde brasileiro não faz distinção de nacionalidade e abraça de forma radical a universalidade do acesso à saúde. Esse mesmo pressuposto não existe nem mesmo em países com sistemas universais de saúde avançados, como no caso do Canadá (SANTOS, 2016).

82 Professor Doutor do curso de Medicina na UFPR e coordenador do Projeto para Migrantes Humanitários e Refugiados da UFPR denominado “Caminhos do SUS”.

83 Professora Doutora do curso de Medicina na UFPR e vice-coordenadora do Projeto para Migrantes Humanitários e Refugiados da UFPR denominado “caminhos do SUS”.

84 Discente do Curso de Medicina na UFPR e participante do Projeto “Caminhos do SUS”.

85 Discente do Curso de Medicina na UFPR e participante do Projeto “Caminhos do SUS”.

86 Discente do Curso de Medicina na UFPR e participante do Projeto “Caminhos do SUS”.

87 Doutoranda em Psicologia na UFSC, professora universitária e participante do Projeto “Caminhos do SUS”.

Ao longo da história do SUS, esse direito passou a ser regularizado com a construção de políticas específicas aos diversos grupos populacionais, a fim de garantir acesso e ações de saúde mais equânimes e adaptados às diversas realidades. A partir dos anos 2000, tivemos a “Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas” (2002), a “Política Nacional de Saúde Integral da População Negra” (2007), a “Política Nacional para a População em Situação de Rua” (2009) e a “Política Nacional de Saúde LGBT” (2013). Todas essas políticas regulamentavam e davam um norte assistencial a estratégias mais adequadas e adaptadas a esses diferentes grupos vulneráveis (SIQUEIRA, 2017).

Você pode estar se perguntando: e a “Política Nacional de Saúde para Migrantes e Refugiados”? Não, ela não existe. Talvez porque não tenhamos suficientes grupos de pressão no país para exigí-la, ou talvez ela existiria se a situação política do país não tivesse dado a guinada à extrema-direita que hoje vivencia. O fato é que apesar de a lei que institui o SUS ser extremamente avançada para o acesso e não distinção de nacionalidades para o cuidado em saúde, a realidade revela diversas barreiras para essa população que carece de estratégias e políticas específicas para salvaguardar o direito à saúde, realmente, universal.

O Sistema Único de Saúde e a migração

Como já foi citado, no Brasil, o direito à saúde de migrantes e refugiados é garantido na Constituição Federal de 1988. Em 2017, em substituição ao defasado Estatuto do Estrangeiro, em que o migrante era uma pessoa com potencial dano à segurança nacional, Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, foi aprovada a nova Lei de Migração, nº 13.445, datada de 24 de maio de 2017. A nova lei apresenta um conjunto significativo de avanços no que se refere à vida de migrantes e refugiados no Brasil, inclusive no que se refere às suas demandas em saúde. Seu artigo 4º garante, em

território brasileiro, em condição de igualdade com autóctones, “acesso a serviços públicos de saúde e de assistência social e à previdência social, nos termos da lei, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória” (BRASIL, 2017).

Apesar dos marcos legais, as diretrizes dificilmente chegam aos profissionais de saúde sem que ocorram investimentos em educação: tanto para equipes atuantes no SUS, como a inclusão da temática de uma clínica transcultural nos currículos do campo da saúde. A sensibilização e formação ajustada de pessoas e serviços que atendam migrantes e refugiados se faz necessária, para que, por exemplo, as políticas migratórias não oscilem “entre as de atração, de seleção e de controle” (ZAMBERLAN, 2018, p. 148).

O aumento expressivo de migrantes e refugiados que chegaram ao Brasil tornou-se objeto de estudos de pesquisas científicas de diferentes áreas do conhecimento. No contexto da saúde pública e coletiva, encontram-se pesquisas com diversos focos e perspectivas de entendimento das repercussões desse fenômeno. Uma parte destas pesquisas dedicam-se em compreender: como as políticas públicas organizaram-se para atender estes “novos usuários” (LUSSI, 2015; GOLDBERG, SILVEIRA, MARTIM, 2018); os impactos do processo migratório ou de refúgio na saúde mental de pessoas na condição de mobilidade (ANTUNES, 2017; MACHADO, BARROS, MARTINS BORGES, 2019); como os aspectos étnicos e culturais atravessam a relação do profissional da saúde no atendimento de migrantes e refugiados (MAIA, AZIZE, 2020; ALVES et al, 2019; RISSON, MATSUE, LIMA, 2018). Estes estudos, dentre outros, chamam a atenção para os desafios enfrentados pelos serviços e profissionais de saúde. E, portanto, faz-se emergente um esforço coletivo para que, no campo da saúde, os princípios do SUS sejam garantidos.

Estes desafios existem inclusive em outros sistemas de saúde universais. Podemos citar como exemplo o caso de disparidades raciais e étnicas nas campanhas de rastreamento de câncer do colo do útero na Finlândia, refletindo em números de menor

participação de imigrantes russas, somalianas e curdas em relação à população finlandesa (IDEHEN, 2018). Os autores concluem que, mesmo havendo direitos ou igual acesso, não há garantias de utilização igualitária ao serviço e isso se daria por questões associadas à migração, como nível educacional baixo, subempregos, baixa proficiência da língua, falta de conhecimento e/ou entendimento sobre rastreamentos médicos, experiências prévias ruins com o serviço de rastreamento, inabilidade de se orientar dentro do sistema de saúde e de obter informações sobre saúde. Em outro exemplo, vemos as barreiras que a comunidade africana subsaariana enfrenta no Reino Unido, tais como a barreira da língua, pouca ajuda por partes dos profissionais de saúde frente a questões emocionais e a irregularidade de voluntários bilíngues ofertados para a população-alvo (BERTHA, 2013).

Seguramente o fato de constar esta garantia na nova Lei de Migração (BRASIL, 2017) é um significativo avanço para o contexto da saúde do migrante no Brasil. Entretanto, o desafio passa a ser a efetividade deste direito nos serviços e nas práticas profissionais. Neste sentido, indaga-se: as políticas públicas de saúde já existentes são suficientes para garantir acesso e atenção em saúde culturalmente adequados para imigrantes e refugiados? Serviços, gestores e profissionais foram preparados para acolher as especificidades das demandas de migrantes e refugiados? Como garantir que gestantes migrantes ou refugiadas tenham suas singularidades culturais preservadas ao acessarem um serviço de saúde? Como superar práticas xenofóbicas que podem vir a perpassar a relação entre profissionais da saúde e migrantes e refugiados? Estes questionamentos podem ser norteadores para a construção de estratégias, políticas e práticas que estejam alinhadas com os princípios da universalidade, integralidade e equidade do SUS. Por outro lado, a desinformação por parte de profissionais em relação aos direitos dos migrantes, incidência dos fluxos do SUS, a não inclusão de programas preventivos, obstáculos linguísticos e a falta de empatia a questões culturais e religiosas, são dificuldades extras que o imigrante enfrenta (SAMPAIO, 2013).

Um aspecto que merece destaque na atenção à saúde de migrantes e refugiados é a singularidade de cada nacionalidade e, dentro de cada nacionalidade, a especificidade de cada grupo ou pessoa. A exemplo disso, encontram-se os venezuelanos que chegam ao Brasil. No contingente desses migrantes, encontram-se os venezuelanos indígenas da etnia *Warao*, que possuem modos de vida específicos e diferentes dos demais venezuelanos não indígenas. Isso garante que as características culturais sejam reconhecidas e que os direitos constitucionais de atenção integral e universal em saúde sejam atendidos.

A apreciação destas narrativas próprias permite uma análise mais focada na singularidade à luz do contexto cultural de cada um e como isso pode afetar o acesso e a experiência do adoecimento. Temos o exemplo, em 2015, da tentativa de triagem dos migrantes haitianos na região do Amazonas para AIDS, cólera e filariose (até então preocupações epidemiológicas quando do aumento significativo do fluxo) e suas dificuldades nesse processo visto a barreira linguística e a conotação que a agulha tinha para os haitianos, já que são usadas pelos mesmos em determinadas práticas religiosas (SANTOS, 2016). A autora corrobora que tais fatos acontecem também devido à desconfiança corrente que os leva a evitar contatos de cunho institucional, pois temem que isso possa repercutir negativamente na obtenção de seus vistos permanentes, evitando também ser fotografados.

Um caminho interessante para pensar em respostas às demandas em saúde de migrantes e refugiados, bem como para responder aos questionamentos acima, é a articulação intersetorial. Para abordar a saúde do imigrante e refugiado, faz-se necessário extrapolar as “instituições de saúde e articular ações junto com outros setores e atores sociais capazes de analisar e intervir nesses elementos que contribuem para a definição da qualidade de vida desses imigrantes” (MURARO et al., 2018, p. 122).

Nas palavras de Zamberlam (2018, p. 139), “a presença de migrantes questiona e provoca a comunidade que os acolhe, dando início à construção de uma nova convivência ou estimulando a xenofobia, o

Fonte: equipe extensionista
“Caminhos do SUS”, 2020.



preconceito, a discriminação e o racismo”. Isso significa que a saúde dessas populações deveria ser pensada pelas políticas públicas, setor legislativo, universidades, organizações não governamentais, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, instituições religiosas, associações ou coletivos de migrantes e refugiados e qualquer outra entidade ou ator que possa contribuir.

Dessa forma, destaca-se que as universidades, principalmente as públicas, têm tido papel decisivo no acolhimento de demandas de migrantes e refugiados. Para além da produção científica, universidades de todo o Brasil tem “aberto as portas” e “ido até a população migrante e refugiada” com projetos de extensão que objetivam suprir as demandas e viabilizar a promoção de saúde, acolhimento, informação e formação. Neste sentido, a experiência de extensão relatada na sequência tenta garantir que informações relacionadas aos processos de saúde-doença e funcionamento do SUS sejam compartilhadas com migrantes e refugiados, assim como facilitar esse acesso aos serviços de saúde públicos.

“O Caminho do SUS”: uma ação de extensão

A extensão universitária permite a aproximação de esferas usualmente distantes: comunidade e universidade. Pensar a ação de extensão implica abranger a comunidade em que estamos inseridos. Partindo desse ponto fomos de encontro ao que nos era palpável, auxiliar a população alvo do projeto a acessar o sistema de saúde, que para muitos pode parecer tarefa fácil, mas possui muitos entraves, principalmente se migrante. Fundamentalmente, os projetos de extensão visam atender demandas que não são sanadas pela estrutura já consolidada do Estado. Há constantes transformações na sociedade que não são acompanhadas pela reestruturação dos serviços e das próprias instituições governamentais. Por essa razão, o incentivo às extensões é primordial, pois permite a graduandos contribuírem de forma direta às pessoas.

O projeto “Caminhos do SUS: Direito e Acesso à Saúde para Imigrantes” é o sétimo projeto de extensão a ser vinculado ao Programa Política Migratória e Universidade Brasileira (PMUB), formado por estudantes e profissionais da área da saúde da Universidade Federal do Paraná (UFPR). O projeto visa acolher as demandas em saúde de imigrantes e refugiados e esclarecer a dinâmica do Sistema Único de Saúde em Curitiba-PR. Assim buscamos estabelecer um eixo de ações, atividades e planos em via de facilitar a adesão dos migrantes ao sistema de saúde brasileiro.

As atividades do projeto se davam durante as tardes de sábado, das 13:30 às 18:00h, quando a equipe se dispunha no mesmo andar do prédio Dom Pedro II, na Reitoria da UFPR, no qual se realizavam as aulas de português. O intuito era ajudar com a identificação da Unidade Básica de Saúde (UBS) mais próxima e com o cadastro no SUS, além de divulgar orientações sobre calendário vacinal. Tal presença é essencial no processo de aproximação com os migrantes, em que os alunos estão sempre abertos para esclarecer dúvidas sobre saúde e acesso ao SUS, de modo que, ao longo do tempo, cria-se uma familiaridade no local em busca de aprofundar as relações entre os estudantes e os migrantes. Além disso, a presença e o diálogo no departamento de letras são complementados por outras atividades como o acompanhamento individual, rodas de conversa, pesquisa, produção de materiais informativos e traduções, como descritos na sequência. Abaixo vemos alguns exemplos de materiais informativos produzidos no campo da saúde.

A equipe do “Caminhos do SUS” decidiu estabelecer rodas de conversa temáticas com os alunos. Os temas foram definidos conforme o calendário das principais campanhas nacionais no âmbito da saúde, ampliando as discussões para o contexto de vida e saúde do migrante. Um exemplo disso foi a campanha do “Novembro Azul”, sobre a saúde do homem, divulgada em sala de aula pelos professores do projeto Português Brasileiro e Migração Humanitária. Um outro braço importante do “Caminhos do SUS” é o desenvolvimento de pesquisas com temática envolvendo migração, percepção do processo saúde-doença e acesso aos serviços de saúde do SUS.

O projeto possui participação de estudantes do campo da saúde, voluntários e bolsistas, brasileiros e migrantes, estes, no momento, haitianos e peruanos. O planejamento, por ser participativo com os estudantes de diversas nacionalidades, torna-se uma experiência de formação e sensibilização dos estudantes brasileiros participantes do projeto. Dessa forma, a estratégia extensionista assume seu caráter de formação não apenas pelas trocas de experiências

e de educação continuada que o estudo de temas afins no grupo proporciona, mas pela própria práxis das atividades de campo.

Entretanto, uma das atividades mais importantes é de acompanhamento de casos, a partir de migrantes que pedem ajuda pelos canais de comunicação do projeto. Ao conversar com os migrantes, os estudantes se dispõem para acompanhá-los em eventuais consultas nas UBSs ou demais serviços oferecidos pelo SUS. Nessas ocasiões, o estudante se coloca não como uma pessoa que irá resolver a questão de saúde trazida pelo migrante, mas como um apoio, um acompanhante que atuará como um “tradutor de direitos”, a fim de assegurar o acesso à saúde e facilitar a interlocução com profissionais de saúde. São alguns desses acompanhamentos que narramos aqui. Por salvaguarda ética, trocaram-se nomes, lugares e quaisquer informações que poderiam comprometer o anonimato.

O apoio como garantia de direitos

Alguns casos nos chamaram a atenção devido à dificuldade de acesso ao Sistema de Saúde e à não resolução de diversas queixas de saúde. Queixas clínicas das mais variadas chegam a nós, de dor no ouvido a dificuldade de locomoção. Problemas de saúde mais agudos e/ou potencialmente urgentes são direcionados às Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) de referência para cada migrante, conforme seu endereço de residência. No caso de migrantes com problemas crônicos e/ou questões de saúde que usualmente são de competência da atenção primária à saúde são direcionados para a Unidade Básica de Saúde (UBS) que garante a cobertura de seu local de moradia. Desse modo, acolhemos a queixa e explicamos a melhor forma de buscar o atendimento no sistema de saúde público, uma vez que existem dúvidas sobre a dinâmica do SUS, somadas à dificuldade de comunicação entre o imigrante e a equipe do serviço

de saúde. Além disso, foram identificados vários casos de migrantes vivenciando dificuldade financeira significativa e arcando mensalmente com a compra de medicamentos que são fornecidos gratuitamente pelo SUS. Nesses casos, era indicado “o caminho” para que pudessem obtê-los gratuitamente.

Em um dos primeiros acompanhamentos realizados, antes da pandemia, não apenas o migrante nos procurou, mas também seus pais. Os pais eram um casal de idosos que já haviam tentado acessar a UBS mais próxima por conta de alguns agravantes de saúde, mas o obstáculo linguístico havia dificultado o entendimento sobre o funcionamento da UBS e do modelo de atenção básica brasileiros. Visitamos a UBS e o extensionista conversou com a enfermeira da unidade, informando que se tratava de um casal de migrantes recém-chegados que moravam nos arredores e queriam entender como se acessa o sistema. Esta ação sensibilizou a enfermeira da unidade, que ensinou como se marcam as consultas. Essa ação, para além de traduzir as orientações do “mediquês brasileiro” para a língua nativa desta família, foi importante para apresentá-los ao serviço, contextualizando de maneira mais enfática a sua condição de vulnerabilidade. Algumas semanas depois, quando os extensionistas ligaram novamente para acompanhar a situação, eles já tinham iniciado o monitoramento da pressão arterial na unidade.

Durante a pandemia do Covid-19, principalmente no início do isolamento social, alguns migrantes recorreram ao projeto, tanto para perguntar sobre o funcionamento do SUS como para relatar problemas de saúde. Aisha entrou em contato conosco por meio de rede social no início da pandemia e, primeiramente, perguntou se as unidades de saúde estavam funcionando normalmente para marcar uma consulta. O município, entretanto, teve que reorganizar boa parte de sua rede básica em função da pandemia. Como as informações geralmente são disponibilizadas apenas em português, orientamos para qual unidade ela deveria se dirigir para obter o atendimento. Ela relatou conviver há anos com uma dor abdominal que piorava ao ingerir determinados

alimentos, mas principalmente laticínios. Foi explicado que várias causas poderiam estar ocasionando aquela dor abdominal, e que uma delas é a intolerância à lactose (proteína do leite), portanto essa informação que ela estava transmitindo era relevante e deveria ser comunicada no seu atendimento médico. Entramos em contato telefônico uma semana depois, pois ela não havia feito nenhum outro contato conosco. Nesta nova conversa ela nos contou que foi atendida na Unidade Básica de Saúde e estava investigando possível causa para sua dor. Mais do que realizar orientações pontuais, vimos ser importante realizar o seguimento daqueles que nos procuram a fim de prestar apoio continuado e avaliarmos a eficácia de nossas ações. Apesar da inviabilidade do atendimento presencial que a pandemia do coronavírus trouxe ao projeto, ela não impediu o acolhimento remoto dos migrantes, nem a continuidade desse apoio. A parte que ficou um pouco mais comprometida foi o acompanhamento direto, junto ao migrante, no serviço de saúde.

No mesmo período do ano, Riad nos questionou sobre a possibilidade de realizar uma consulta com ortopedista pelo Sistema Único de Saúde. Sua queixa era de “dor nas costas”, que estava intensa e se iniciou depois que começou a trabalhar aqui no Brasil. Ao se estabelecer no país, empregou-se como padeiro, e após alguns meses de jornada integral começou a sentir a dor. Ele parecia estar bastante ansioso, porque queria ser consultado pelo especialista. A nossa acolhida ocorreu no sentido de explicar-lhe que no Brasil, tais problemas de saúde podem ser avaliados pelo médico generalista ou médico de família, assim como poderia existir alguma relação da dor com sua atividade no trabalho. No mês seguinte ele enviou à equipe uma foto do encaminhamento para o ortopedista e a solicitação de exames para investigação do problema realizado pelos profissionais da UBS e agradeceu pelo acolhimento prestado.

O ato de acolher promovido pelos estudantes do projeto tem uma dimensão mais de escutar, apoiar e indicar caminhos, do que resolver os problemas que são trazidos. Distâncias étnicas,

linguísticas, socioeconômicas e culturais criam uma série de dificuldades que envolvem a frustração, principalmente por se sentir só e não compreender como a realidade e cultura em sua volta se organiza. O processo de adoecimento não é apenas a expressão de uma doença fisiopatológica, mas perpassa também nossas percepções e como vivemos este processo. A dimensão do processo de adoecimento articula também a autopercepção de mudanças na sensação corporal de forma mais ampla. As histórias de vida, significados e ações dos sujeitos em busca da cura e da normalização das condições de existência perturbadas pela doença constituem-se aspectos integrantes da própria experiência do adoecer (LEAL e SERPA, 2013).

Portanto a escuta ativa e compreensiva que contextualiza o sofrimento é parte do caminho para reduzi-lo. Esta postura de abertura possibilita que o contato com os migrantes e refugiados se transforme em vínculo. Livre dos preconceitos que são tão prejudiciais no atendimento dessa população.

Considerações finais

Ao longo do processo de apoio e acompanhamento do migrante, os alunos e alunas extensionistas entenderam a importância do reconhecimento das diferenças étnicas, linguísticas, socioeconômicas e culturais. Tomaram ciência que as tradições e a cultura de um povo são entendidas como determinantes do processo de adoecimento e devem ser levadas em consideração pelos futuros profissionais da saúde (GOUVEIA, 2019). A partir do reconhecimento dessas questões, busca-se dar o devido acolhimento, firmado no diálogo com a pessoa, de modo a reduzir as mais variadas barreiras no acesso ao direito à saúde.

Em vista do explicado, o projeto descrito tem garantido espaço para a comunicação de informações que promovem saúde, orienta sobre o funcionamento do SUS, indica os “caminhos” para ter acesso ao que

se tem disponível no sistema público de saúde, garante uma colhida individual, avaliando caso a caso, apoia continuamente, e em determinadas situações vai junto com o migrante ou refugiado, intermediando a comunicação, apoiando e ultrapassando barreiras.

O processo de cuidado, acolhimento e saúde de migrantes e refugiados elucida o dever de uma saúde integrada e longitudinal, de maneira a incluir competência cultural e direitos humanos. O contato entre culturas no espaço de saúde e adoecimento traz à tona narrativas coletivas e individuais. Diferentes nações, mundos e olhares sobre a experiência da dialética entre o normal e o patológico circundam o atendimento de indivíduos, e é preciso estar ciente para promover um estado de saúde mais amplo e inclusivo.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J. F. S. et al. Utilização de serviços de saúde por imigrantes haitianos na grande Cuiabá, Mato Grosso, Brasil. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 12, p. 4677-4686, 2019.
- ANTUNES, J. A. P. J. Refugiados e saúde mental: acolher, compreender e tratar. **Psic., Saúde & Doenças**, Lisboa, v. 18, n. 1, p. 115-130, 2017.
- BERTHA M. N. Ochieng, Black African migrants: the barriers with accessing and utilizing health promotion services in the UK, **European Journal of Public Health**. V. 23, n. 2, p. 265-269, abril 2013.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Lei Nº 8.080**. Dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 1990.
- BRASIL. **Lei de Migração, Nº 13.445**, de 24 de maio de 2017. Brasília: Senado Federal, 2017.
- GOLDBERG, Alejandro; SILVEIRA, Cássio; MARTIN, Denise. **Migração, refúgio e saúde**. Santos: Leopoldianum, 2018. (p. 113-132).
- GOUVEIA, E. A. H.; SILVA, R. O.; PESSOA, B. H. S. Competência Cultural: Uma Resposta Necessária Para Superar as Barreiras de Acesso à Saúde Para Populações Minorizadas. **Revista Brasileira de Educação Médica**. 43.1 suppl 1 (2019: 82-90. Revista Brasileira de Educação Médica. Web).
- IDEHEN, E. E., et al. Disparities in cervical screening participation: a comparison of Russian, Somali and Kurdish immigrants with the general Finnish population. In: **International Journal for Equity in Health** v. 17, n. 56, 2018.
- LEAL, E. M; SERPA, O. D. Acesso à experiência em primeira pessoa na pesquisa em Saúde Mental. **Ciênc. saúde coletiva**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 10, p. 2939-2948, out. 2013.
- LUSSI, C. Políticas públicas e desigualdades na migração e refúgio. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 136-144, ago. 2015.
- MACHADO, G. S.; BARROS, A.F.O.; MARTINS BORGES, L. A escuta psicológica como ferramenta de integração: práticas clínicas e sociais em um Centro de Referência de Atendimento a Imigrantes em Santa Catarina. **REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.**, Brasília, v. 27, n. 55, p. 79-96, Apr. 2019.
- MAIA, A. C; AZIZE, R. L. Saúde nas margens: dilemas da territorialidade da Atenção Primária em Saúde no cuidado aos refugiados no município do Rio de Janeiro, Brasil. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 5, p. 1789-1798, 2020.
- MURARO, A. P. et al. A inserção social dos imigrantes haitianos em Mato Grosso: a experiência da saúde coletiva no processo de acolhida e constituição da rede de apoio. In: GOLDBERG, Alejandro; SILVEIRA, Cássio; MARTIN, Denise. **Migração, refúgio e saúde**. Santos: Leopoldianum, 2018. (p. 113-132).
- RISSON, A. P.; MATSUE; R. Y; LIMA, A.C.C. Atenção em Saúde aos Imigrantes Haitianos em Chapecó e suas Dimensões Étnico-Raciais. **O Social em Questão**, v. 21, n. 41, p. 111-130, 2018.
- SAMPAIO, C. Migração e Saúde: um testemunho. **Rev. Inter. Mob. Hum.**, Brasília, Ano XXI, n. 40, p. 245-250, jan./jun. 2013.

SANTOS, F. V. A inclusão dos migrantes internacionais nas políticas do sistema de saúde brasileiro: o caso dos haitianos na Amazônia. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**. V. 23, N. 2, abr-jun 2016, p. 477-494.

SIQUEIRA, S. A. V; HOLLANDA, E.; MOTTA, J. I. J. Políticas de Promoção de Equidade em Saúde para grupos vulneráveis: o papel do Ministério da Saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 5, p. 1397, Mai 2017.

ZAMBERLAN, J. Migrações: um processo dinâmico da humanidade. In: COSTA, Ana Carolina da Costa e Fonseca; LEIVAS, Paulo Gilberto Cogo. **Direitos humanos e saúde**. Porto Alegre: Ed. da UFCSPA, 2018.

Curso de História do Brasil: descobrimo-se reciprocamente o país de destino e o país de origem

Cassiana Sare Maciel ⁸⁸

Eduardo Gern Scoz ⁸⁹

Rafaela Zimkovicz ⁹⁰

88 Graduanda em História pela Universidade Federal do Paraná e bolsista no PET História UFPR.
E-mail: cassiana.maciell@gmail.com.

89 Graduando em História pela Universidade Federal do Paraná e bolsista no PET História UFPR. Faz pesquisa individual orientado pela Professora Doutora Ana Paula Vosne Martins.
E-mail: eduardogscoz@gmail.com.

90 Graduanda em História pela Universidade Federal do Paraná e bolsista no PET História UFPR. Faz pesquisa de Iniciação Científica sob orientação da Professora Priscila Piazzentini Vieira.
E-mail: rzimk@hotmail.com.

91 Antes mesmo daquele ano já havia outras aproximações entre os dois programas. Sobre a “Oficina de História do Brasil para Estrangeiros”, organizada pelo PET História desde 2012, e especialmente a “Oficina de História para Haitianos”, realizada com o PBMIH, sob a coordenação da Professora-tutora Renata Garraffoni, do ano 2014 a 2016, ver GARRAFFONI, Renata Senna et al. Política Migratória e Universidade Brasileira: a experiência do atendimento a haitianos e outros migrantes na UFPR. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra_periplos/article/view/5891/5337. Acesso em 02 out. 2020. Atualmente o tutor do PET História é o professor Marcos Gonçalves.

Introdução

O Curso de História do Brasil é um projeto idealizado no ano de 2017 pelo Programa de Educação Tutorial da Universidade Federal do Paraná em parceria com o Projeto Português Brasileiro para Migração Humanitária (PBMIH), que integra o PMUB — Programa Política Migratória e Universidade Brasileira, que é a Cátedra Sérgio Vieira de Mello na UFPR.⁹¹ Ele visa integrar o público migrante que ingressa nas aulas de português do PBMIH com a sociedade curitibana, introduzindo temáticas e debates relacionados à História do Brasil, pois acreditamos que essa integração só é possível quando há meios de esses sujeitos interagirem e conhecerem aspectos sociais, culturais e históricos do ambiente em que se encontram.

Dividimos o curso em oito encontros, sendo cada um deles independente entre si, pois muitos dos alunos do curso não têm disponibilidade de frequentar todas as aulas. O curso é composto pelas aulas: “Introdução”; “Conceitos”; “História Social, Econômica e Política do Brasil Império”; “História Social, Econômica e Política do Brasil República”; “Cultura e Diversidade”;

“Sociedade Paranaense e Urbanização”; “Ditadura e Redemocratização”; e “Atualidades”.

O Curso de História do Brasil

Os conteúdos ministrados pelo PET História no Curso de História do Brasil são diversos, pois entendemos a ciência histórica como uma disciplina abrangente, importante para o entendimento do presente e essencial para a ação dos indivíduos em seu tempo. Ou seja, o curso foi formulado com a intenção de instrumentalizar os alunos com os conteúdos básicos para se inserirem na sociedade brasileira, especificamente paranaense, de forma atuante e participativa, não como meros expectadores de uma história na qual foram inseridos ao migrarem. Ademais, privilegiamos conteúdos e abordagens que estimulem os alunos a contarem suas experiências e conhecimentos de suas terras natais, a fim de que o estudo da História do Brasil não seja hermético, mas interaja com histórias e vivências de cada um dos estudantes.

A divisão das aulas, como mostrada na Introdução, foi feita a partir de uma metodologia que parte de assuntos mais gerais para chegar aos mais específicos, além de seguir um ordenamento cronológico, a fim de inserir esses conhecimentos em um espaço-tempo definido. As duas primeiras aulas são introdutórias. Nelas, abordamos materiais imagéticos e fílmicos, além de inserir conceitos importantes para o estudo da história, desde os mais teóricos, como a memória e a fonte, aos mais contextuais, como a escravidão e a democracia. A terceira e quarta aulas visam ao entendimento mais geral de aspectos sociais, econômicos e políticos da História do Brasil, sendo uma seção mais tradicional no conjunto de conteúdos apresentados. Elas se iniciam com a transferência da capital do Império Português para o Rio de Janeiro,

em 1808, até a Ditadura Militar de 1964, passando por questões como a Independência, a economia cafeeira, a escravidão, a Proclamação da República, dentre outras.

A quinta aula aborda aspectos culturais da sociedade brasileira, falando de música, teatro, arte, culinária etc, enfatizando a diversidade cultural brasileira e os regionalismos. A sexta aula é pensada para a realidade dos alunos e sua vivência com a cidade de Curitiba, pois ela parte da urbanização da cidade para abordar temáticas como a gentrificação, a memória, a construção de identidades coletivas e demais aspectos importantes. Ela é acompanhada de uma visita guiada pelo centro de Curitiba, na qual os estudantes visualizam essas questões a partir de monumentos, prédios, praças e ruas do centro curitibano. Um artigo foi publicado por quatro integrantes do PET História em 2020, na Revista Ressonâncias, editada pelo PBMH e Cátedra, com apoio do ACNUR (MACIEL, C.; BARBOSA, B.; SCOZ, E.; ZIMKOVICZ, R., 2020)⁹² no qual são abordadas com minúcia a metodologia, a aplicação e a abrangência dessa aula para contextos diversos no Brasil. A penúltima aula é dedicada ao período da Ditadura Militar brasileira, enfocando os debates que essa memória proporciona ainda nos dias atuais. A última aula é sobre atualidades e acontece sempre antes do ENEM, como uma forma de preparar os alunos que quiserem adentrar a Universidade com os principais debates de atualidades do presente.

A Coleção Didática do PET: História do Brasil para Estrangeiros

Para corroborar com os esforços de divulgação do conhecimento histórico priorizados pelo PET História UFPR foi idealizada a Coleção Didática. Desenvolvida a partir da experiência do grupo com as aulas de História do Brasil para estrangeiros, o

92 Disponível em: https://issuu.com/ressonancias/docs/primeira_edicao. Acesso em: 01 de out. 2020.



Coleção Didática do PET: História do Brasil para Estrangeiros.
Fonte: PET História UFPR, 2018.

volume sintetiza os conteúdos, discussões e resultados alcançados ao longo de seis aulas, além de expor as metodologias utilizadas — trabalhando a História do Brasil com pesquisa e fontes. Com linguagem acessível e pensado de modo a priorizar a exposição didática, o livro tem ao todo 78 páginas e está disponível online gratuitamente.⁹³ Além disso, o grupo investiu na impressão desses volumes para distribuí-los em sala, no momento das aulas e, posteriormente, para outros públicos externos à universidade.

O público de refugiados e migrantes humanitários do PBMH, projeto da Cátedra Sérgio Vieira de Mello na UFPR

Tendo implementado tal projeto de aulas de História do Brasil ao longo dos anos de 2017, 2018 e 2019, esse grupo pôde delimitar um perfil dos públicos

atendidos, relativamente variáveis no decorrer dos três anos. Inicialmente, o curso foi frequentado por grupos formados predominantemente por imigrantes de origem haitiana, o que influenciou nas formulações de conteúdos e de explicações para as aulas. Nesse momento, identificamos a necessidade de, antes de apresentar os principais processos históricos brasileiros, conceituar expressões que integram o passado nacional, a exemplo dos termos “revolução” e “independência”. Buscamos levar em consideração a perspectiva de que esses vocábulos assumiam significados diferentes para os haitianos, um povo cuja história foi marcada pela Revolução de Saint Domingue (1791–1804), a qual rompeu com a dominação francesa e alterou radicalmente a ordem colonial, algo não observado na independência brasileira. Delimitando essas particularidades e comparando-as com as narrativas sobre o passado histórico dos estudantes, foi possível estabelecer momentos de troca de saberes e de valorização dos repertórios culturais trazidos pelos imigrantes.

Nos demais anos percebemos uma atenuação da presença haitiana nas aulas, frente a um aumento do comparecimento de migrantes africanos (em especial, senegaleses e camaroneses) e sul-americanos, com destaque para aqueles vindos da Venezuela. A diversificação de público trouxe como desafio a necessidade ainda maior de tentar usar vocabulário acessível e cotidiano nas explicações realizadas, evitando atrelar os conteúdos a expressões técnicas muito próprias da Historiografia, que provavelmente seriam desconhecidas pelos discentes. A interação com um público de um país mais próximo, caso da Venezuela, propiciou diálogos interessantes em relação aos paralelos existentes ou não entre países de colonização ibérica. A conjuntura sociopolítica, aspecto pulsante em tempos recentes, tanto no contexto venezuelano quanto no brasileiro, constituiu um ponto importante das temáticas trabalhadas em sala, o que contribuiu para o cumprimento de nossos objetivos de aprendizagem voltados a fazer da História

⁹³ Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1pJ-lhcbiOgIDMfqzKbLVvvd45E04jqsx/view?fbclid=IwAR1KGF9aMs0uhmHcsOI130-1vwGnRDyN7t2BDJKwVNVs7EFRqMNI7bIF2U>. Acesso em: 01 de out. 2020.

um mecanismo de questionamento e de integração com as realidades do presente.

Para além da questão das nacionalidades, observamos um perfil etário prevalente nos estudantes. A maioria deles eram jovens do gênero masculino, residentes no país há algum tempo, durante o qual participaram dos cursos de português ofertados pelo PBMIH. Assim, ao se inscreverem para nossas aulas de História, buscavam, em geral, uma preparação mais específica para eventuais provas acadêmicas que realizariam ou para uma maior ambientação local, dada a finalidade de desenvolvimento profissional que buscavam alcançar após passar pelos primeiros estágios de aprendizado da língua portuguesa. Algumas dificuldades enfrentadas por eles no processo de instalação fixa em Curitiba foram notadas pelo transcorrer das aulas, sobressaindo-se o difícil acesso a deslocamentos e à participação em atividades adicionais ofertadas pela Universidade, em decorrência da falta de auxílios financeiros pelas instâncias de governo municipal ou federal. Constatou-se que, muitas vezes, um aluno não conseguia participar da totalidade das aulas, comparecendo esporadicamente pelo desafio de se deslocar até o centro da cidade nos fins de semana. Diante disso, adaptamos nosso programa didático de modo a organizar unidades explicativas independentes entre si e a romper com uma sequência de continuidades cronológicas que impediria a compreensão de aulas pontuais pelos discentes impossibilitados de frequentar o curso a cada semana.

Considerações finais

A experiência docente vivenciada pelos integrantes do PET História UFPR na promoção da atual versão do Curso de História do Brasil para refugiados e migrantes humanitários mostrou-se bastante frutífera e dotada de ramificações, tanto para o grupo quanto para o público envolvido. Conforme mencionado anteriormente, a articulação entre a produção e



*Aula de História do Brasil em parceria com a Cátedra Sérgio Vieira de Mello na UFPR.
Fonte: PET História UFPR, 2019.*

lecionamento das aulas com a publicação da coleção didática possibilitou a concatenação dos três eixos centrais às práticas do Programa de Educação Tutorial em História, o ensino, a pesquisa e a extensão. O primeiro desenrolou-se de forma aberta e dialogal, inaugurando um horizonte de trocas culturais e de escuta das memórias individuais de pessoas cujas trajetórias foram marcadas por vivências diversas em variados países do globo. A segunda foi concretizada na experiência prévia às aulas, isto é, no preparo das análises de fonte e estudo da bibliografia. Já a última se deu pela superação do contato usual restrito às parcelas sociais inseridas na esfera acadêmica, possibilitando disseminação mais ampla e plural dos conhecimentos históricos. Em conjunto — e empreendidos em um momento de ápice dos índices de deslocamentos forçados pelo mundo — revelam a elementaridade de projetos voltados à inclusão social gestados nas universidades públicas. O fato de que a transformação dos perfis de imigrantes atendidos pelo Curso ocorreu em âmbito qualitativo, mas não quantitativo, revela a

permanência de disrupções sociais motivadoras dos fluxos migratórios. Até 2017, eram expressivas as taxas de entrada de haitianos no Brasil, contemplados por uma política de concessão de vistos humanitários e deslocados à Região Sul pela possibilidade de obtenção de empregos nos centros urbanos de tal espaço geoeconômico (BAENINGER; PERES, 2017). A partir de 2016, com intensificações nos dois últimos anos, o fluxo venezuelano aos estados do Sul ganha fôlego, movido por tensionamentos sociais no país de origem e pela perspectiva de interiorização da imigração em núcleos do Centro-Sul brasileiro.

Em ambos os casos, os diálogos travados com discentes e o trabalho realizado junto ao PBMIH possibilitaram a constatação da fundamentalidade de ofertar oficinas voltadas não só a conhecimentos técnicos, mas também culturais e históricos — possibilitadores de uma socialização mais integral a pessoas estrangeiras deslocadas a um novo país. Esperamos, enfim, que nossas ações tenham fortalecido tal objetivo de atenuação das sensações de exterioridade e não pertencimento que permeiam os deslocamentos das migrações de crise.

REFERÊNCIAS

BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta. Migração de crise: a migração haitiana para o Brasil. **R. bras. Est. Pop.**, Belo Horizonte, v. 34, n. 1, p. 119-143, jan./abr. 2017.

MACIEL, C.; BARBOSA, B.; SCOZ, E.; ZIMKOVICZ, R.. Formação da Sociedade Brasileira e Paranaense. **Revista Ressonâncias**, v. 1, p. 175-185, 2020. Disponível em: https://issuu.com/ressonancias/docs/primeira_edicao. Acesso em: 01 de out. 2020.

SCOZ, E. G.; FONSECA, B.; OLIVEIRA, D.; PERRONI, T. C.; BARBOSA, B. T.; GIBSON FILHO, W. F.; ZÜGE, J. G.; SACHT, L. E.; VIDAL, L. A. P.; MORATELLI, L. P.; GRALAK, M. M.; MINATOGAWA, M.; VALENTE, S. A. **Coleção Didática PET: História do Brasil para Estrangeiros**. 2018. 78 p. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1pJ-lhcbiOglDMfqzKbLVvvd45E04jqsx/view?fbclid=IwAR1_KGF9aMs0uhmHcsOI13O-1vwGnRDyN7t2BDJkWVNvs7EFRqMNI7blF2U>. Acesso em: 01 de out. 2020.

Aliança de Mulheres Migrantes, Apátridas e Refugiadas (AMMAR): Acolhimento de Mulheres em Situação de Violência

Tatyana Scheila Friedrich ⁹⁴
Elaine Cristina Schmitt Ragnini ⁹⁵
Priscila Ferreira Fortini ⁹⁶
Manuela Busato ⁹⁷

Introdução

O *Atlas da Violência* publicado em 2020 indica que 4.519 mulheres foram assassinadas no ano de 2018 no Brasil, representando 4,3 homicídios para cada 100 mil mulheres. O estudo, elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), revela que 38,9% dos assassinatos contra mulheres acontece dentro da residência, percentual 2,7 vezes maior do que a porcentagem de homicídio de homens dentro de casa. Enquanto os dados demonstram uma diminuição de 11,7% na taxa de homicídios de mulheres não negras entre os anos de 2007 e 2018, houve um aumento de 12,4% de mulheres negras assassinadas, sendo que do total de mulheres assassinadas no mesmo ano, 68% eram negras (IPEA, 2020).

Tais dados colocam em relevo os atravessamentos das relações de gênero e de raça no fenômeno das violências no Brasil e demonstram que a violência contra a mulher continua ocorrendo com frequência, mesmo com a implementação de políticas e estratégias de prevenção e de combate a essas violências. As situações de violência podem assumir contornos ainda

94 Doutora. Professora de Direito Internacional da UFPR.
E-mail: tatyanafriedrich@yahoo.com.

95 Doutora. Professora do Departamento de Psicologia da UFPR.
E-mail: elaineschmitt@hotmail.com.

96 Psicóloga Clínica. Mestranda em Psicologia (UFPR).
E-mail: priscilafortini@gmail.com.

97 Graduanda em Psicologia (UFPR).
E-mail: manucobusato@gmail.com.

mais dramáticos quando analisados em contextos de vulnerabilidades específicas, tal como nos casos que envolvem mulheres migrantes humanitárias e refugiadas.⁹⁸

A ausência de uma arquitetura institucional de acolhimento a migrantes e refugiados no Brasil (DANTAS, 2017) dificulta o acesso das mulheres aos canais de proteção e denúncia e ao sistema de justiça. Ademais, fatores como cultura, idioma e aspectos financeiros podem obstar o acesso de mulheres refugiadas aos meios de proteção disponíveis. No âmbito das políticas públicas voltadas à prevenção e ao combate das violências contra mulheres, identifica-se a escassez de dados e de indicadores da violência contra mulheres migrantes e refugiadas no Brasil.

Atualmente as mulheres representam um pouco menos da metade dos deslocamentos humanos no mundo (IOM's GMDAC, 2019), e ainda que quase se iguale ao número de homens migrantes, elas enfrentam uma série de dificuldades para organizar a vida no país de acolhida, o que supõe uma cidadania condicionada. (FRIEDRICH e RAGNINI, 2020, no prelo). A partir das ações de extensão vinculadas ao Programa Política Migratória e Universidade Brasileira (PMUB), que executa as ações da Cátedra Sérgio Vieira de Mello, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), têm-se identificado casos de violência contra as mulheres migrantes humanitárias e refugiadas que impõem a necessidade de uma atuação profissional e especializada para a proteção e o combate à violência contra essas mulheres (FRIEDRICH et al, 2020). O atendimento de alguns casos inspirou a construção do projeto Aliança de Mulheres Migrantes, Refugiadas

e Apátridas (AMMAR), que promove a interação entre a universidade e a sociedade, viabilizando a proteção e o acesso aos direitos a essas mulheres e a transformação da realidade vivida por elas. E a partir da atuação prática da AMMAR, tem-se constatado a ausência de políticas públicas e de ações da sociedade civil voltadas a esse público.

Fundamentos teóricos

Com relação aos marcos teóricos, parte-se de uma análise social, política e crítica do fenômeno das violências contra mulheres refugiadas e imigrantes para encontrar no caso singular as expressões subjetivas dessa experiência, que indicam muitas vezes o sofrimento e o desamparo dessas mulheres. A vida da mulher refugiada e migrante no Brasil, de modo geral, é atravessada por diversas expressões da violência de gênero. Devem-se considerar, nesses casos, as violências que as levaram a sair de seu país de origem e também aquelas que viveram ao atravessar fronteiras geográficas e adentrar uma nova nação: a incompreensão de sua língua materna e cultura; a violência doméstica e conjugal; o assédio moral e sexual; a falta de emprego ou condições dignas de trabalho; a incipiência de políticas públicas destinadas aos migrantes e refugiados; entre tantas outras. No que diz respeito à violência doméstica, por vezes ela é cometida por parceiro íntimo, mas a denúncia é inviabilizada por dificuldade linguística, dependência financeira, ameaça aos filhos, situação

98 Conforme a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, refugiada é toda pessoa deslocada de maneira forçada, que possui um fundado temor de perseguição em seu país de origem, decorrente de atores estatais ou não, com base nas cinco categorias elencadas na Convenção: raça, religião, nacionalidade, filiação a grupo social ou opinião política. Na América Latina, por força da Declaração de Cartagena de 1984, também é compreendido como fator de perseguição a situação de grave violação de direitos humanos. Ademais, a Organização Internacional para as Migrações define como migrante qualquer pessoa que, independentemente da causa, cruza uma fronteira internacional ou de um Estado. Assim, apesar das especificações de cada situação, especialmente aquelas relacionadas ao status de refugiada, é possível compreender que a migração em sentido amplo também contempla a situação de pessoas refugiadas. Sobre as distinções, vide: FRIEDRICH e BENEDETTI (2016); OIM (2009).

migratória irregular, desconfiança do sistema criminal ou medo de prejudicar o status migratório do parceiro (DUARTE e OLIVEIRA, 2012).

Como fenômeno polissêmico, a violência de gênero é um conceito amplo, que abrange vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos (DEBERT e GREGORI, 2008). Portanto, gênero se cruza com outras categorias que possuem variadas posições de poder, como a geração e faixa etária, raça, etnia e classe social. Considerando as posições de gênero, existem padrões socialmente legitimados que definem identidades e atitudes, sendo que esses lugares são construídos de modo complexo e pouco linear.

Para compreender a violência contra mulheres refugiadas e migrantes, localizamo-nos na direção da escuta destas mulheres como sujeitos, visando seu inconsciente, assim como compreendido pela psicanálise, e entendendo a violência como um campo complexo, político e relacional, que não se limita ao crime. A violência de gênero está engendrada em um palco de disputas, formado por diferentes posições e objetos de poder. É de este lugar que propomos uma reflexão sobre como a violência de gênero atravessa a vida destas mulheres diante do contexto de feminização da migração.

No projeto AMMAR, no que diz respeito às atuações da psicologia, orientamo-nos teoricamente pela psicanálise, em uma interlocução com as teorias de gênero. O referencial psicanalítico nos possibilita, como destacam CERRUTI e ROSA (2008), compreender as distintas posições e identificações subjetivas que essas mulheres refugiadas assumem nas cenas de violência que descrevem. Busca-se situar esta mulher para além das dicotomias agressor/vítima, que muitas vezes marginalizam as subjetividades e singularidades do caso a caso.

Tomando o conceito de clínica migrante delineado por Seincman (2017), na escuta da população de migrantes e refugiados, é a profissional de psicanálise ou psicologia que se desloca, destituída de um setting tradicional, bem como de sua língua materna e de

sua cultura. É nesta relação de estrangeiridade que se estabelece a possibilidade do encontro com o sujeito em deslocamento, e o manejo da transferência que se estabelece é tido como condição para a (re)construção da narrativa endereçada ao outro (SEINCMAN, 2017). Todavia, para tal construção de narrativa é preciso o amparo de uma rede transferencial, constituída em todo o campo de relações estabelecidas pela pessoa migrante, uma vez que a “posição migrante não é um processo individual, ela articula em uma mesma situação posições subjetivas e o campo discursivo, incidindo nas relações profissionais, familiares e sociais e conformando um complexo campo transferencial” (SEINCMAN, 2017, p. 94).

Trata-se de uma prática clínica que enlaça sujeito, política e democracia, visando escutar esses sujeitos muitas vezes marginalizados, invisibilizados e silenciados. ROSA (2016) denomina essa prática clínico-política de psicanálise implicada, por se constituir a partir da fala dos sujeitos em situações precarizadas, permitindo ao analista uma produção teórica sobre o modo como estes são capturados pela maquinaria de poder dominante. No caso das migrações, pensadas pela autora como experiências desenraizantes, a psicanálise possibilita o rompimento com silenciamentos mortificantes da subjetividade, que assujeitam o desejo e a emergência de um sujeito implicado com a sua própria história.

Essa modalidade de clínica direciona-se ao avesso dos mecanismos, práticas e discursos institucionais hegemônicos que individualizam e patologizam modos de gozo e de relação com o Outro, que desta forma tendem a alienar o sujeito do seu saber — o inconsciente. Não se trata de uma prática que vise o diagnóstico ou a circunscrição do sujeito a um significante, como por exemplo “vítima” ou “migrante”, mas sim de trazer à cena o que está para além do que a violência torna opaco: a posição do sujeito frente ao real que o atravessa.

Doravante, cabe ressaltar que no trabalho do AMMAR com mulheres refugiadas e migrantes, a violência contra a mulher e em específico, das

violências perpetradas por parceiro íntimo, tendem a ter contornos ainda mais implacáveis, se comparado às experiências de mulheres brasileiras. As mulheres migrantes, quando violentadas pelo parceiro, terão que percorrer um tortuoso caminho até o acesso aos seus direitos. Além das barreiras impostas pela língua, muitas dessas mulheres se originam de países que não possuem leis de proteção à mulher, desconhecem as leis brasileiras e seus mecanismos de acesso, estão imersas em culturas que posicionam a mulher como objeto a serviço do homem; não possuem redes de apoio familiar, de vizinhos e até mesmo são desconhecidas pelos equipamentos públicos de maior capilaridade, tais como escolas, atenção básica em saúde e assistência social. Todavia, as experiências da mulher migrante quando conseguem acessar aos serviços de atenção à violência doméstica, tendem a ser padronizadas por um denominador comum: o lugar da vítima.

Nossa experiência na atenção a essas mulheres corrobora com a percepção de CERRUTI e ROSA (2008, p. 1053) quando afirmam que

“o quanto a resignação a uma condição vitimizada, acompanhada de uma proteção dos dispositivos judiciais que reforça uma posição maniqueísta, pode acarretar justamente uma situação da qual as mulheres procuram sair: a de serem tratadas como objeto. É verdade que é o corpo da mulher que padece, mas a sua vitimização, de forma paradoxal, é o que a aprisiona a uma queixa infinita.

Propõe-se, assim, uma escuta que não seja orientada pela reafirmação do lugar de vítima, que por vezes pode encobrir os traços singulares daquele sujeito. Não se trata, portanto, de negar ou duvidar da factualidade do relato, mas de ressaltar o equívoco que se apresenta na tentativa de minimizar a dor subjetiva do sujeito, restringindo-a à condição de vitimizada. Essa generalização da posição de vítima, no sentido de todas as mulheres (sofrem, amam, apanham, vivem...) tende a produzir a perpetuação da alienação do sujeito ao seu próprio sintoma (produção defensiva) e ao

afastamento de qualquer implicação subjetiva na sua narrativa. Ou seja, quando o lugar de uma mulher fica circunscrito a um discurso produzido na cultura, não dando espaço à emergência da palavra do sujeito, pode-se cair no engodo de uma posição de saber (sobre o outro) oposta à ética da psicanálise.

E ainda, CERRUTI e ROSA (2008, p. 1071) alertam:

É justamente essa armadilha a que pode ser advertida pela psicanálise, pois para ela trata-se da busca de uma resposta impossível. A via da palavra, para a psicanálise é o único caminho possível para se sair do campo das identificações imaginárias e produzir uma resposta singular.

Apesar do uso de um termo como “mulher migrante” neste trabalho, a psicanálise nos ensina que se trata mais de recurso textual possível do que de um lugar ou posição. Se Lacan (1972/2008) sentencia que a mulher não existe, podemos afirmar também que a mulher migrante não existe. Isto é, não há significante que possa abarcar a experiência da mulher, sendo necessário ao psicanalista estar atento aos contornos e reverberações do feminino e suas modalidades de gozo, uma a uma. Sabemos, por exemplo, que a história sobre as migrações foi escrita por homens e que apesar do atual processo de feminização das migrações, a mulher no contexto de migrações ainda é um dos temas dos quais temos poucos estudos. A psicanálise pode nos oferecer operadores para pensar esses atravessamentos — do feminino da mulher com a migração e o refúgio.

O encontro com a mulher refugiada e migrante: ações e práticas do AMMAR

A partir da contextualização do fenômeno da feminização da migração em interface com as questões de raça e de gênero, e compreendendo que



AMMAR

Somos um projeto de extensão da UFPR que constrói o apoio e a união no combate e prevenção a violências de gênero e de raça a mulheres migrantes, apátridas e refugiadas. Especialmente durante a pandemia estamos realizando apoio jurídico e psicológico de forma remota.

INFORMAÇÕES DE CONTATO



(41) 99919-6214



AMMAR.UFPR@GMAIL.COM



AMMAR: Aliança de Mulheres Migrantes, Apátridas e Refugiadas



@ammarufpr

*Material de divulgação da AMMAR.
Fonte: Manuela Busato, 2020.*

a condição de deslocamento forçado implica riscos de maior vulnerabilização da mulher, observa-se a urgência por um trabalho especializado voltado a este público. Foi nesse contexto que em 2019 iniciamos a organização de ações de acolhimento, atendimento e enfrentamento à condição de violência contra a mulher migrante e refugiada, constituindo o projeto Aliança Mulheres Migrantes, Apátridas e Refugiadas (AMMAR). Desenvolvida na UFPR a partir do programa de extensão universitária Política Migratória e Universidade Brasileira (PMUB), dentro das atribuições da Cátedra Sérgio Vieira de Mello na UFPR, essa ação trabalha com o tema da violência em intersecção com as questões de gênero, raça, etnia e classe e é articulada com outras instâncias do serviço público, como a Delegacia da Mulher e o Ministério Público do Trabalho.

Ao tratar da análise da violência, não se pode olhar o fenômeno de forma isolada (SAFFIOTI, 2003, citado por CAMPOS; JORGE; BARCELOS, 2010). No que se refere à prevenção e ao combate às violências contra mulheres, CAMPOS, JORGE e BARCELOS (2010) ressaltam que tais ações devem acontecer no âmbito das políticas públicas, acentuando o papel do Estado enquanto responsável pela viabilização de tais políticas. Assim, os Centros de Referências, as

Casas Abrigo, as Defensorias Públicas e os Juizados Especiais constituem-se dispositivos essenciais na efetivação da Lei Maria da Penha (CAMPOS; JORGE; BARCELOS, 2010). Dessa forma, o trabalho da AMMAR se organiza interinstitucionalmente, sendo que contamos com uma frente voltada à apresentação do projeto e o contato com as demais instâncias da rede de proteção e atenção à mulher. Assim, o trabalho se dá em rede, a partir do acolhimento e do encaminhamento de demandas jurídicas, psicossociais, linguísticas ou culturais de mulheres migrantes e refugiadas. A atuação do projeto se dá em três frentes: a assistência psicológica e psicossocial, jurídica e de intérpretes.

Compreendemos que há dois momentos a serem trabalhados no que concerne às violências de gênero. Um momento de (a) prevenção, em que a mulher não necessariamente tenha passado por uma situação de violência, e no qual se desenvolve um trabalho de informação, de trocas e de convivência entre profissionais e mulheres migrantes, visando à autonomia da mulher refugiada e migrante. E um momento de (b) intervenção, no qual a mulher já passou ou está passando por uma situação de violência, no qual o trabalho é o de acolhimento e acompanhamento individual e em rede, visando

acompanhar os efeitos da violência nesta mulher, bem como as possibilidades de denúncia e de saída da situação de violência. Ademais, trabalhamos com o tema das violências que ocorrem no espaço doméstico e são executadas por parceiro íntimo da vítima (física, moral, psicológica, patrimonial e sexual) e violências relacionadas à estrutura social e de Estado (racismo, classe social, xenofobia, emprego e trabalho).

No que concerne ao trabalho de prevenção às violências contra mulheres migrantes, desenvolvemos materiais informativos, cartilhas e postagens em redes sociais traduzidos para diferentes idiomas a fim de alcançar o maior número de mulheres migrantes e refugiadas. Os materiais abordam as especificidades da Lei Maria da Penha, os diferentes tipos de violências abarcados pela lei, bem como exemplos de violências sofridas por mulheres migrantes, mas que ainda não estão caracterizadas na lei. Também desenvolvemos um serviço de apoio jurídico e de orientação às mulheres migrantes, apátridas e refugiadas que sofrem ou já sofreram algum tipo de violência no relacionamento, na família ou no trabalho. A partir dos contatos do projeto AMMAR, a mulher migrante pode se informar a respeito de seus direitos no Brasil, de como funciona o processo de denúncia contra um agressor e quais instâncias públicas e da rede de apoio buscar. Nos casos em que a mulher não fala o português, contamos com intérpretes para realizar o atendimento em creole haitiano, espanhol e em inglês.

Outra frente de atuação do AMMAR se dá no momento em que a mulher já sofreu a violência. A equipe do projeto é acionada quando um caso de violência contra mulher refugiada e migrante chega à Delegacia da Mulher ou a outras instituições que as acolhem para realizar o acompanhamento do caso. Além disso, a equipe também se dispõe a acompanhar as mulheres que desejam realizar a denúncia e o Boletim de Ocorrência na Casa da Mulher Brasileira, prestando: assistência jurídica, no que se refere às informações sobre o processo e sobre seus direitos assistência psicológica e psicossocial, trabalhando os impactos emocionais e também conteúdos decorrentes da violência e da realização da denúncia;

intérpretes de creole, espanhol ou inglês para a realização de tradução durante o atendimento. Além disso, prosseguimos com o acompanhamento em rede da mulher migrante, mesmo depois da denúncia, de forma remota e/ou presencial.

Nesses termos, o objetivo do projeto AMMAR é, sobretudo, a prestação de assistência psicológica e jurídica, assim como o auxílio de intérpretes, às mulheres migrantes, apátridas ou refugiadas que estão em vias de sofrer, sofrem ou sofreram algum tipo de violência na família, no relacionamento, no trabalho ou na cidade. O projeto também possui uma frente informativa e preventiva, por meio, principalmente, das redes sociais, visando ao empoderamento da mulher migrante e ao combate da violência contra ela. A produção de trabalhos acadêmicos é outra forma de divulgar o projeto e informações sobre o tema. Além disso, buscamos a aproximação com as demais instituições que compõem a rede de auxílio à mulher ou aos migrantes, de modo que a atuação em conjunto possa proporcionar condições para um atendimento mais eficaz, que consiga alcançar as áreas a serem trabalhadas para que a mulher possa sair da situação de violência com o apoio necessário e sem maiores prejuízos.

A equipe do AMMAR tem mapeado quais são essas instituições, assim como grupos e comunidades de migrantes, principalmente de mulheres, de modo a aprimorar a comunicação tanto entre a própria rede de apoio, quanto com o público-alvo. Dessa forma, as informações relacionadas ao tema tornam-se mais acessíveis e organizadas, inclusive no que tange ao fluxo de atendimento dos casos.

Ainda, a principal ação do projeto tem sido feita em colaboração com o Ministério Público do Trabalho, que viabiliza auxílio através de bolsas destinadas às alunas, brasileiras e refugiadas, que atuam diária e diretamente nas diversas atribuições, e a Delegacia da Mulher de Curitiba, que aciona a equipe para acompanhar o atendimento quando a mulher migrante chega na Casa da Mulher Brasileira para realizar a denúncia de violência ou fazer o Boletim

de Ocorrência. Ademais, também há a possibilidade de a vítima procurar o projeto para ser acompanhada até o local. A partir, então, do conhecimento do caso, há a análise do que pode ser feito para o auxílio da migrante, que envolve, como mencionado anteriormente, a assistência psicológica, jurídica e a assistência da intérprete.

No que tange à assistência psicológica, o projeto proporciona um espaço para que as mulheres migrantes, apátridas ou refugiadas sejam ouvidas e tenham apoio e acompanhamento psicológico, de forma remota e/ou presencial. Quando há demanda para o atendimento clínico, o projeto conta com psicólogas colaboradoras para realizá-los. Também trabalhamos com encaminhamentos para outros serviços da rede de saúde mental.

Considerações finais

O ser mulher não expressa uma categoria biológica pura, mas, sim, uma construção social patriarcal, que se funde com outras formas de opressão. Assim, o feminismo busca, através de lutas constantes, o combate à construção e administração de gênero feita por quem tem o poder, em suas diversas dimensões. Nessa linha, a “Declaración del Encuentro Feminista Autónomo”, celebrado na Cidade de México, em março de 2009, enuncia:

En nuestros cuerpos habitan múltiples identidades: trabajadoras, indígenas, afrodescendientes, mestizas, lesbianas, pobres, pobladoras, inmigrantes... Todas nos contienen, todas nos oprimen. Lo que nos aglutina no es una identidad, sino un cuerpo político, una memoria de agravios. La subordinación común ha sido marcada en nuestros cuerpos, esa marca imborrable nos constriñe a un lugar específico de la vida social. É contra isso que o feminismo se levanta, buscando a descolonização. (DECLARACIÓN, 2009, p. 413)

A AMMAR busca ser um instrumento para auxiliar as mulheres em seus processos de emancipação, a fim de que se encontrem nos processos de subjetivação do ponto de vista psicológico e do ponto de vista jurídico, de modo a tornarem-se sujeitas de sua história, livre de opressões e de toda forma de violência.

A atuação da AMMAR tem por objetivo atender a mulher migrante, individualmente, mas sem perder de vista a questão social, porque ela está inserida numa sociedade que também tem responsabilidades, e o aspecto público, conscientes de que a criação e efetivação de políticas públicas específicas são fundamentais para o processo de combate a violência contra a mulher, qualquer que seja sua identidade.

E toda iniciativa nesse sentido deve considerar que a condição de ser mulher refugiada, migrante ou apátrida carrega em si algumas especificidades. O encontro com o direito brasileiro, as novas formas de vida, as diferenças culturais e linguísticas e a precária rede de apoio muitas vezes expõem essas mulheres a vulnerabilidades que agravam a condição das violências sofridas, especialmente as íntimas.

Toda proposta visando seu atendimento e acolhimento deve operar com base na interdisciplinaridade e em rede, considerando as peculiaridades e diversidades das suas demandas — pois somente assim poder-se-á realizar a verdadeira acolhida humanitária, que garanta um lugar no laço social, com a garantia de seus direitos. E essa é justamente a missão da AMMAR.

REFERÊNCIAS

- CAMPOS, Elza Maria; JORGE, Mirian; BARCELOS, Raquel. A importância do trabalho em rede e a atuação da academia no enfrentamento à violência contra a mulher. In: SIMPÓSIO SOBRE ESTUDOS DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 1, 2010, Londrina. **Anais** [...]. Londrina: UEL, [2010 ou 2011]. p. 24-37. ISSN 2177-8248.
- CERRUTI, Marta Quaglia; ROSA, Miriam Debieux. Em busca de novas abordagens para a violência de gênero: a desconstrução da vítima. **Rev. Mal-Estar Subj.**, Fortaleza, v. 8, n. 4, p. 1047-1076, dez. 2008.
- DANTAS, Sylvia. Saúde mental, interculturalidade e imigração. **Revista USP**, [S.L], n. 114, p. 55-70, 16 set. 2017.
- DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. **Rev. bras. Ci. Soc. São Paulo**, v. 23, n. 66, p. 165-185, Fev. 2008.
- DUARTE, Madalena; OLIVEIRA, Ana. Mulheres nas margens: a violência doméstica e as mulheres imigrantes. **Sociologia**, Porto, v. 23, p. 223-237, jun. 2012.
- FRIEDRICH, Tatyana Scheila; BENEDETTI, Andrea Regina de Moraes. A visibilidade dos invisíveis e os princípios de proteção aos refugiados: notas sobre acontecimentos recentes. In: GEDIEL, José Antonio Peres; GODOY, Gabriel Gualano de. **Refúgio e Hospitalidade**. Curitiba: Kairós. 2016, p. 67-85.
- FRIEDRICH, T. S; RAGNINI, E. C. S.; FORTINI, P. F.; BUSATO, Manuela.; THEODORICE, I.; NAARA, J.; BORGES, N. V.; SAVARIEGO, T.; CRUZ, T. V.; KLEPA, V. B.. A pandemia invisível: um olhar sobre a violência de gênero contra mulheres migrantes e refugiadas em tempos de COVID-19 a partir da experiência de um projeto de extensão universitária. In: Rodrigues, C. E.; Melo, E.; Poletine, M. J. (orgs.). **Pandemia e Mulheres**. Volume 2, p. 63-77. Salvador: Studio Sala de Aula, 2020.
- FRIEDRICH, Tatyana Scheila; RAGNINI, Elaine Cristina Schmitt. “Mulheres Regulamentadas, Cidadania Condicionada”: o olhar sobre a situação das mulheres migrantes durante a pandemia da Covid 19 a partir da atuação do projeto AMMAR-UFPR (Aliança Mulheres Migrantes, Apátridas e Refugiadas), 2020. [No prelo.]
- IOM’S GLOBAL MIGRATION DATA CENTRE (IOM’s GMDAC). **Gender and Migration**. Berlim: International Organization for Migration, 2019.
- IPEA. **Atlas da Violência 2020**. Principais Resultados. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/27/atlas-da-violencia-2020-principais-resultados>. Acesso em 25 set. de 2020.
- LACAN, J. (1972–73). **Seminário, Livro 20**: mais, ainda. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES. Direito Internacional das Migrações. **Glossário sobre migração**. n. 22. Genebra: Organização Internacional para as Migrações, 2009. p. 42.
- ROSA, Miriam Debieux. **A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento**. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2016.

SEINCMAN, Pedro Magalhães. **Rede transferencial e a clínica migrante: psicanálise em urgência social**. São Paulo: Escuta, 2019.

Declaración del Encuentro Feminista Autónomo, celebrado en la Ciudad de México en Marzo de 2009: Una declaración feminista autónoma, el desafío de hacer comunidade en la casa de las diferencias. In: Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala; Organizadoras: Yuderkys Espinosa Miñoso, Diana Gómez Correal, Karina Ochoa Muñoz – Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014, p. 411-416. Disponível em: [http://www2.congreso.gob.pe/sicr/cendocbib/con4_uibd.nsf/498EDAE050587536052580040076985F/\\$FILE/Tejiendo.pdf](http://www2.congreso.gob.pe/sicr/cendocbib/con4_uibd.nsf/498EDAE050587536052580040076985F/$FILE/Tejiendo.pdf).

Construções teóricas interdisciplinares, práticas de acolhimento e políticas públicas educacionais para refugiados e migrantes: a fundação do grupo de pesquisa “Educação e deslocamentos humanos forçados: trânsitos interdisciplinares”

Bruna Pupatto Ruano ⁹⁹

Carla Alessandra Cursino ¹⁰⁰

Dina V. Ramírez Taboada ¹⁰¹

Taís Vella Cruz ¹⁰²

Sílvia Melo-Pfeifer ¹⁰³

99 Doutora em Estudos Linguísticos (UFPR). Atualmente é professora substituta do curso de Letras da Universidade Federal do Paraná e responsável pelo acolhimento linguístico e acadêmico de migrantes e refugiados desta instituição.

E-mail: bruna.ruano@gmail.com.

100 Doutoranda em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná.

E-mail: cursino.carla@gmail.com.

101 Acadêmica peruana do 3.o período do curso de Farmácia da Universidade Federal do Paraná.

E-mail: ramirezdinavictoria@gmail.com.

102 Mestre em Direitos Humanos e Democracia pela Universidade Federal do Paraná e assessora jurídica na Promotoria de Proteção ao Meio Ambiente do Ministério Público do Estado do Paraná.

E-mail: taisvellacruz@gmail.com.

103 Professora Associada da Faculdade de Ciências de Educação da Universidade de Hamburgo, na área de Didática das Línguas Românicas.

E-mail: silvia.melo-pfeifer@uni-hamburg.de.

1. Introdução

O objeto de reflexão nesta contribuição é a constituição de um grupo de pesquisa interdisciplinar em torno de práticas de acolhimento e políticas públicas educacionais para refugiados e migrantes, fundado em torno do grupo de investigação já constituído, “NUPESUL — Núcleo de Pesquisa em Direito do Mercosul — e Sul Global”,¹⁰⁴ coordenado por T. S. Friedrich. Para tal, recorrendo ao uso da memória, tão ao gosto das pesquisas autoetnográficas (CHANG, 2008), as autoras reconstruirão os passos que levaram à criação do grupo “Educação e deslocamentos humanos forçados: trânsitos interdisciplinares”, que integra, atualmente, membros de universidades brasileiras e alemãs, das áreas de Direito, Psicologia, Letras, Ciências da Educação, com especial ênfase na Didática de Línguas.

Assim, num primeiro momento, relataremos os momentos do encontro que se constituiu como “big bang” científico e humano do grupo de pesquisa. Posteriormente, apresentaremos as quatro linhas de pesquisa desta iniciativa, ilustrando com investigação em curso ou concluída pelos seus membros. Em

seguida, discutiremos sua abordagem interdisciplinar, na tentativa de melhor compreender as potencialidades (mas também os riscos) que grupos de pesquisa interdisciplinares podem enfrentar. O texto encerra com uma síntese da constituição da equipe e de suas ações e apresenta perspectivas de trabalho para o futuro.

2. No início era... ou de como toda a narrativa tem um começo!

O grupo de trabalho interdisciplinar que apresentamos neste capítulo nasceu em diferentes latitudes e fusos horários. Não que tivesse nascido do nada: o trabalho prévio feito nas duas instituições, Universidade Federal do Paraná e Universidade de Hamburgo, fruto do influxo de migrantes e refugiados ao Brasil e à Alemanha, e de interrogações políticas educativas nos dois contextos nacionais, tinha já conduzido os investigadores a aproximarem-se do tema da integração de crianças e jovens nas instituições escolares e nas próprias universidades. Este acabaria por ser o ponto de encontro dos investigadores, como a seguir daremos conta.

Desde o ano de 2013 a Universidade Federal do Paraná contava com o estabelecimento da Cátedra Sérgio Vieira de Mello, apoiada pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e coordenada localmente por T. S. Friedrich, possibilitando o enquadramento legal de várias ações de acolhimento e apoio jurídico, psicológico, linguístico e informático a migrantes e refugiados. Por exemplo, B. Ruano já havia desenvolvido trabalho

na área da integração linguística dos estudantes refugiados na Universidade Federal do Paraná (RUANO, 2019) e T. V. Cruz realizava pesquisa acerca da situação de refugiados menores não acompanhados no Brasil (2020).

No quadro dessas ações, mas ainda sem uma relação direta com o grupo que se constituía para dar respostas às várias demandas locais, S. Melo-Pfeifer, docente de Didática de Línguas Estrangeiras, é convidada como professora visitante do curso “Tópicos Avançados em Linguística Aplicada. Ensinar e aprender línguas numa perspectiva plurilingue: abordagens, práticas e recursos”, da pós-graduação em Letras da UFPR, através do Programa Print, da CAPES, entre 1 e 13 de março de 2020. A iniciativa do convite tinha partido de B. Ruano e de F. Calvo del Olmo, com dois interesses distintos mas complementares: B. Ruano, responsável pelo acolhimento linguístico e acadêmico de migrantes e refugiados matriculados em cursos de graduação da UFPR, havia iniciado no ano de 2016 diálogos com S. Melo-Pfeifer, a respeito da temática da migração e do refúgio, em especial no campo do ensino-aprendizagem de línguas a essas comunidades. Vale lembrar que, nessa época, houve um aumento significativo do número de indivíduos em situação de refúgio na Alemanha, sendo que, só no ano de 2015, o país recebera cerca de 3,2 milhões de refugiados em busca de asilo. Nesse contexto, novas políticas foram colocadas em prática para tentar dar conta dessa demanda (nomeadamente, os designados “cursos de integração”) e diversos investigadores começaram a tentar analisar essas ofertas, que emergiam novamente no cenário alemão, e Melo-Pfeifer era uma delas.

Assim, quando finalmente houve a chance de convidar uma docente visitante para um trabalho conjunto com a UFPR, B. Ruano, como uma das integrantes da

104 Este trabalho foi desenvolvido no âmbito das atividades do grupo de pesquisa “Educação e deslocamentos humanos forçados: trânsitos interdisciplinares”, vinculado ao “Núcleo de Pesquisa em Direito do Mercosul – e Sul Global” (NUPESUL), coordenado por Tatyana Friedrich, da Universidade Federal do Paraná. O grupo de pesquisa, composto pelas autoras do presente trabalho, visa tratar a temática da educação de crianças migrantes a partir de uma abordagem multidisciplinar. Para maiores informações, ver: Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil – Núcleo de Pesquisa em Direito do Mercosul – e Sul Global (NUPESUL). Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/30647> e www.grupoeducacaoedeslocamentos.com.br.



Fotografia 1. Palestra “O acolhimento de crianças refugiadas nas escolas de Hamburgo, Alemanha”.

Fonte: Bruna Ruano, 2020.

Cátedra Sérgio Vieira de Mello e do Programa Política Migratória e Universidade Brasileira (PMUB), sugeriu o nome da docente da Universidade de Hamburgo com o intuito de estreitar parcerias. Por fim, a sua vinda, no âmbito do Programa Capes-Print, contribuiu muito positivamente às ações interdisciplinares levadas a cabo dentro do Programa PMUB, ao desenvolvimento de pesquisas em andamento dentro da temática da migração e do refúgio, e ao estreitamento dos laços acadêmicos, de cunho científico e internacional, ampliando assim os espaços de diálogo e de ação entre as duas instituições.

Por acumulação e tendo em conta os seus trabalhos de investigação exploratórios em torno do uso de metodologias visuais com públicos migratórios, S. Melo-Pfeifer havia aceitado participar numa banca de mestrado, da dissertação de Taís V. Cruz,¹⁰⁵ na área do Direito. Adicionalmente, baseada nesses trabalhos exploratórios realizados em Hamburgo, proferiu ainda a palestra “O acolhimento de crianças refugiadas nas escolas de Hamburgo, Alemanha”, no dia 5 de março daquele ano (Fotografia 1).

Nesse mesmo dia, realizou-se uma reunião de trabalho com os coordenadores do Programa “Política Migratória e Universidade Brasileira”

(PMUB–UFPR), vinculado à Cátedra Sérgio Vieira de Mello do ACNUR, e conversa com os responsáveis acerca das atividades interdisciplinares e o alcance da cátedra. A visita à “Sala 28” (Fotografia 2), de que o presente livro também dá conta, foi eventualmente a faísca que fez deflagrar a pesquisa colaborativa, pela vivência direta do atendimento a famílias e jovens migrantes e refugiados.

Foi dessa primeira manta de retalhos que nasceram duas convicções: primeiro, que havia muita potencialidade de diálogo, na confluência e afastamentos das políticas de acolhimento de migrantes e de refugiados no Brasil e na Alemanha; segundo, que a necessidade de articular experiências nos dois contextos era premente e necessária.

Curiosamente, dessas duas primeiras semanas presenciais, ficou o desejo imediato de colaboração em termos de realização conjunta de publicações, mesmo que coescritas à distância, pelo fato de essas possibilitarem uma aproximação das autoras em termos de afiliação teórica e metodológica. Assim nasceu o título da edição temática da Revista X (<https://revistas.ufpr.br/revistax>), *Métodos visuais na investigação com públicos plurilingues*, organizada por T. S. Friedrich, B. Ruano, F. Calvo del Olmo e

105 CRUZ, Taís Vella (2020). Longe de casa: Aspectos do devido processo legal de refúgio no Brasil e o sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente no contexto das solicitantes desacompanhadas ou separadas. Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-graduação em Direito, Curitiba, Brasil. 6 de março de 2020. Orientação: Professora Doutora Tatyana Scheila Friedrich.

Fotografia 2. Visita à Sala 28.
Da esquerda para a direita: Bruna Ruano, Elaine Schmitt, Sílvia Melo-Pfeifer, Tatyana Friedrich, José Antônio Peres Gediel e Vera Karam de Chueiri.
Fonte: Bruna Ruano, 2020.



S. Melo-Pfeifer. A obra nasceu da apresentação de uma metodologia na disciplina de pós-graduação, intitulada “biografia linguística multimodal” (instrução de trabalho: “Desenha a tua biografia linguística”), que foi posteriormente adaptada e realizada por diferentes participantes da disciplina, designadamente: professores de Espanhol, Francês, Inglês, Polonês, Português, da Psicologia e do Direito. Ora, o recurso a métodos visuais para pesquisa com públicos plurilíngues, designadamente migrantes e refugiados, não é específica da Didática de Línguas, e tem sido usada há muito tempo na área da Psicologia, sobretudo em investigação com crianças e, ainda mais particularmente, em situações de trauma e separação. Ainda que pouco usada na área do Direito, abria-se um filão metodológico alternativo também a esta disciplina. A própria natureza interdisciplinar dessa publicação, patente na origem disciplinar dos seus coordenadores, fazia já anunciar a continuidade da pesquisa que se seguiria. E depois... o Covid-19 colocou esses desígnios à prova!

3. O desenvolvimento desta história e os caminhos do grupo Educação e deslocamentos humanos forçados: trânsitos interdisciplinares

3.1 Linhas de pesquisa atuais

Antes de avançar, convém assinalar que o grupo de pesquisa “Educação e deslocamentos humanos forçados: trânsitos interdisciplinares”¹⁰⁶ começou por chamar-se “Estudantes em deslocamento forçado matriculados no ensino básico de Curitiba e região metropolitana: políticas e ações de acolhimento”. Na verdade, inicialmente, o grupo pensava centrar as suas preocupações de investigação em torno da escolarização de crianças e jovens apenas de Curitiba e região, não orientando as suas pesquisas para o ensino superior. A questão mais premente que se colocava era a de como estariam sendo acompanhadas as crianças migrantes e refugiadas nas escolas, designadamente do ponto de vista linguístico, e que estruturas estavam

106 Fazem atualmente parte do grupo de investigação: Bruna Ruano (Letras-UFPR), Carla A. Cursino (Letras-UFPR), Graziela Lucchesi (Psicologia-UFPR), José Antônio Peres Gediel (Direito-UFPR), Juliane Pereira da Costa Wätzold (Educação Universidade de Hamburgo, Alemanha), Luana Lubke (Psicologia-UFPR), Luisa de Abreu e Lima (Psicologia-UFPR), Sílvia Melo-Pfeifer (Educação Universidade de Hamburgo, Alemanha), Taís Vella Cruz, Jaqueline Bertoldo (Direito-UFPR) e Tatyana Scheila Friedrich (Direito-UFPR).



Educação e deslocamentos humanos forçados: trânsitos interdisciplinares

Imagem 1. Logotipo do grupo de pesquisa.

Fonte: Alexandra Ribeiro, 2020.

a ser criadas ou mobilizadas nesse acolhimento. O desenvolvimento de novas questões de investigação, alargando esse escopo inicial, deu-se pela fusão de necessidades contextuais (locais, regionais e nacionais), alimentadas pela ininterrupta chegada de migrantes e refugiados ao Brasil, e da emergência da pandemia Covid-19 a nível internacional. A Imagem 1 apresenta o logotipo do grupo.

Assim, mantendo a linha de pesquisa inicial, o grupo conceptualizou quatro linhas de pesquisa adicionais, abarcando questões de ordem local, regional, nacional e internacional. As quatro linhas de pesquisa não se encontram todas na mesma fase de desenvolvimento, tendo o grupo de pesquisa optado por avançar, numa fase inicial e de forma mais contundente, com a primeira, por ser o seu contexto de trabalho, aquele em que o grupo se sente geograficamente mais à vontade para se estabelecer e por ter sido, até ao presente, pouco explorado em termos de estudos académicos.

1. Nível local: Estudantes em deslocamento forçado matriculados no ensino básico de Curitiba e região metropolitana: políticas e ações de acolhimento (em andamento).

2. Nível regional: Estudantes em deslocamento forçado matriculados no ensino público do estado do Paraná (em fase de elaboração em parceria com a Ministério Público do Estado do Paraná).

3. Nível nacional: Políticas Públicas no Ensino Superior para migrantes e refugiados.

4. Nível internacional: Políticas Públicas e Sistemas de Ensino: perspectivas comparativas e internacionais.

Como ações de nível local podemos apresentar dois estudos em curso que ilustram as questões de investigação do grupo. Em sua pesquisa de doutorado, C. Cursino se propõe a desenvolver metodologias de ensino-aprendizagem e materiais didáticos para o ensino de português voltado a crianças e jovens migrantes matriculados na rede pública de ensino de Curitiba e região metropolitana a partir da didática do plurilinguismo, valorizando e ativando, portanto, a bagagem linguística e cultural desses sujeitos no ambiente escolar. De maneira mais específica, a pesquisadora em doutoramento está interessada em compreender como as abordagens plurais, sobretudo a intercompreensão, podem promover uma educação que estimule o uso das línguas e culturas desses estudantes ao longo de seus processos de aquisição do português e da aprendizagem dos conteúdos escolares.

Uma segunda ação, atualmente em curso a nível local, diz respeito ao levantamento das condições de vida e de prosseguimento da escolarização de crianças e adolescentes migrantes e refugiadas durante o confinamento provocado pelo Covid-19. No âmbito desta ação, foi elaborado um questionário pela equipe

interdisciplinar no projeto, destinado a diagnosticar e compreender o impacto da pandemia na vida emocional, escolar, linguística e familiar daquele público-alvo. Este instrumento de geração de dados, criado em português, foi posteriormente traduzido para o árabe, castelhano, francês, inglês e crioulo haitiano por um grupo de estudantes migrantes e refugiados da Universidade Federal do Paraná, tendo sido enviado, por diferentes vias, a instituições e indivíduos dos diferentes grupos migratórios. Esse estudo servirá para, depois de estendido à segunda linha de investigação do grupo (nível regional), desenhar e propor políticas públicas educativas destinadas ao acolhimento de crianças e jovens em idade escolar.

Vale destacar a importante participação de alunas e alunos migrantes na realização desta fase da pesquisa. Além de buscar alternativas e políticas voltadas à educação de crianças migrantes e estudantes de modo geral, a intenção do grupo constituído é também possibilitar a participação ativa de estudantes migrantes do ensino superior da UFPR, com o propósito de que, enquanto alunos universitários, possam ter experiências voltadas à pesquisa e com isso vivenciem integralmente as bases do ensino superior da universidade pública brasileira (ensino, pesquisa e extensão). Nesse sentido é a exposição de Dina:

A minha participação, como auxiliar de tradução, na pesquisa, reafirmou a minha convicção no papel da ciência, essencial para entender o mundo em que vivemos e transformá-lo. Além disso, como estudante de graduação, considero que é uma das mais ricas experiências que um estudante pode ter, pois dá ao aluno a oportunidade de ter o primeiro contato com a prática da pesquisa; como auxiliar compreendi questões básicas como a sistematização de ideias, identificação do problema e a elaboração do questionário (D. V. Ramírez Taboada).

Além disso, pretende-se, sobretudo, propiciar o exercício do lugar de fala ao pensar em práticas para o aprimoramento do direito à educação de migrantes,

vez que as políticas públicas não devem ser elaboradas sem considerar a visão e perspectivas daqueles que serão os maiores interessados na sua efetiva realização. De acordo com Dina:

Ter contato com a pesquisa, para mim, significou a minha inserção no interior do grupo observado, colocando-me numa posição estrategicamente privilegiada, pois por minha condição de imigrante posso transitar e comparar os distintos contextos socioculturais com maior facilidade, destacando os conflitos e as tensões existentes (D. V. Ramírez Taboada).

Em nível nacional e em termos de políticas públicas para o ensino superior para migrantes e refugiados, na sequência de trabalho já realizado na UFPR (ex. Ruano, 2019), B. Ruano e S. Melo-Pfeifer têm conduzido um intenso trabalho de diagnóstico da vivência do ensino superior pelos migrantes e refugiados inscritos naquela universidade, designadamente da forma como: i) viveram o isolamento provocado pelo Covid-19 e a influência dessa circunstância nas suas competências e vivências linguísticas em português (RUANO & MELO-PFEIFER, submetido 1); e ii) percebem a literacia e a cultura acadêmica numa universidade brasileira, por comparação com as universidades dos seus países de origem (RUANO & MELO-PFEIFER, submetido 2).

Em nível internacional, estão planejadas ações de investigação centradas na conceitualização, desenvolvimento e implementação de políticas escolares de acolhimento e de inserção de migrantes e de refugiados em diferentes contextos nacionais, com destaque para os contextos alemão e brasileiro. De forma mais específica, e como sinal de “*work in progress*”, o grupo tem desenvolvido algumas reflexões em torno das seguintes questões: i) Como poderá o direito à educação linguística ser equacionado no contexto da hiperdiversidade linguística atual e dos cenários migratórios mundiais, considerando o direito à educação na(s) língua(s) de herança e na(s) língua(s) de acolhimento?; e ii) Que medidas têm sido levadas a cabo no Brasil e na Alemanha para declinar

aquele direito em práticas educativas reais? Com que dificuldades se debatem esses dois contextos? Quais as suas potencialidades?

3.2 A abordagem interdisciplinar do grupo de pesquisa

Por abordagem interdisciplinar entendemos o trabalho articulado de investigadores de diferentes áreas disciplinares para dar resposta a questões sociais e educativas complexas que necessitam de uma abordagem multifacetada e complementar. Através de métodos de investigação diferenciados e de análises com diferentes ancoragens teóricas dos temas do deslocamento forçado e do acolhimento, o grupo entrelaça múltiplas perspectivas na sua leitura e interpretação de dados.

Essa abordagem tem sido operacionalizada pelo grupo de pesquisa em três frentes:

- Organização e realização de reuniões virtuais, regulares e periódicas, de forma a acompanhar, monitorizar e planificar as suas ações;
- Concepção colaborativa de instrumentos de geração de dados (ver Questionário supracitado), permitindo uma compreensão interseccional das questões associadas ao refúgio e ao deslocamento forçado;
- Escrita colaborativa de publicações académicas, ilustrando o olhar das diferentes disciplinas sobre problemáticas comuns (RUANO et al., no prelo), possibilitando, dessa forma, uma visão mais holística e menos atomizada sobre as questões da integração e da escolarização das crianças e jovens migrantes e refugiados e das circunstâncias de vida das suas famílias.

A intenção do grupo é desenvolver pesquisa e interpretação da realidade social em torno do deslocamento forçado e do acolhimento sem

segmentar a realidade entre várias disciplinas. Desse modo, o grupo abre-se também a uma pluralidade de métodos de recolha e de geração de dados, levando a confluência e a hibridização de perspectivas não só à discussão de conceitos, mas também ao design metodológico.

Além disso, no decorrer desta empreitada pretende-se a aproximação e envolvimento de migrantes a fim de que participem do estabelecimento de metas, objetivos e direcionamentos da pesquisa, vez que somente com a sua participação é que se entende possível o desenvolvimento de práticas institucionais coerentes e eficazes. Como exemplo disso, tem-se a participação de Dina na implementação da pesquisa de questionário mencionada anteriormente e na elaboração do presente trabalho. Através da exposição de suas impressões sobre as políticas atualmente existentes, principalmente na fase do ensino fundamental, é possível perceber que precisamos pensar em formas e políticas pedagógicas voltadas ao acolhimento, participação e valorização das vivências apresentadas pelo aluno migrante na escola:

Na minha condição de imigrante e mãe de família, considero que o país e as escolas brasileiras necessitam urgentemente estabelecer um conjunto de ações que promovam o respeito à diversidade e a integração de seus alunos estrangeiros, não só pelo cumprimento da lei, e sim pela necessidade de estabelecer valores que contribuam para a transformação da sociedade no sentido de torná-la cada vez mais democrática e menos desigual, como diria o grande pensador Paulo Freire “A educação modela as almas e recria os corações. Ela é a alavanca das mudanças sociais”. Considero por isso que as escolas devem estabelecer uma relação íntima entre os saberes curriculares e os saberes dos alunos, neste particular, nos saberes dos alunos imigrantes e refugiados. Portanto, é indispensável a adequação do conteúdo lecionado à realidade dos educandos. As escolas públicas devem ser concebidas como a instituição que promove a inclusão e uma

“educação problematizadora” que tem como objetivo a formação de uma consciência crítica dos oprimidos, para transformá-los em sujeitos históricos capazes de lutar pela sua verdadeira emancipação e contra toda forma de exclusão, preconceito e privilégio (D. V. Ramírez Taboada).

4. Síntese e perspectivas futuras: tecendo um enredo para o futuro

As dinâmicas criadas em torno da Cátedra Sérgio Vieira de Mello, na UFPR, permitiram não só dar um enquadramento jurídico e institucional às práticas de acolhimento que já estavam em curso no terreno, como possibilitou ainda, quase por efeito bola de neve, criar e estabelecer um grupo de pesquisa interdisciplinar. A criação de uma equipe dessa natureza é importante não apenas do ponto de vista acadêmico, pois também permite, através do engajamento dos seus membros e das discussões em que tomam parte, agir ativamente em prol de famílias migrantes e refugiadas.

Concomitantemente, a criação do grupo de pesquisa permitiu que os investigadores refletissem sobre as suas práticas de intervenção e de investigação, tornando as suas ações objeto de investigação, contribuindo desse modo para a sua autorreflexividade e perspectiva crítica. Seria, no entanto, falsear a narrativa, se disséssemos que a constituição do grupo de pesquisa “Educação e deslocamentos humanos forçados: trânsitos interdisciplinares” nasceu apenas da confluência de necessidades planejadas e estruturadas, sem deixar transparecer o papel do acaso, das coincidências e das emoções na sua criação. Na verdade, conforme demos conta na primeira seção do presente capítulo, o grupo reuniu-se não só porque as preocupações acadêmicas e humanas eram comuns, mas também porque as diferentes incertezas e acasos permitiram que os seus membros se encontrassem. Assim, em vez de trazermos para esta narrativa a história parcial de um grupo de pesquisa acabado e planejado desde

a sua conceção, quisemos trazer um enredo ainda em constituição, uma ação em aberto e, até, uma história *in media res*, porque, na verdade, não é fácil reconstruir a narrativa do grupo, nem dizer com certeza qual o seu marco fundador.

Assim, como boas narrativas que se projetam no tempo, procurando o desenvolvimento de seus enredos e personagens e buscando por seus finais — ainda que nem sempre felizes, tendo em vista a impertinência da realidade que nos lembra a todo tempo as agruras das trajetórias de deslocamento forçado e a constante necessidade de novas e efetivas ações por parte dos poderes públicos e da sociedade — pretende-se, ao menos e por ora, uma conclusão esperançosa para esta história que começamos a desenvolver. E esta conclusão pode ser representada pelas perspectivas futuras de investigação e trabalhos do grupo. Nesse contexto, há que se falar na recente parceria firmada com o Ministério Público do Estado do Paraná, para divulgação e obtenção de dados sobre crianças e adolescentes migrantes e refugiadas no estado, que contribuirá para maior divulgação do questionário que aqui mencionamos e desenvolvimento de outras ações a nível estadual voltadas à educação de crianças e adolescentes migrantes.

Além disso, o grupo de pesquisa também planeja o desenvolvimento de oficinas de formação, workshops e webinários para profissionais da rede de educação municipal de Curitiba e estadual do Paraná, a fim de apresentar questões-chave na temática da migração e refúgio, além da questão linguística, para auxiliar e propor ações voltadas à educação de migrantes e refugiados no estado. Há também a perspectiva de organização de eventos multidisciplinares e participação em congressos para apresentação e publicação de trabalhos científicos, sem desconsiderar a existência de novas parcerias.

REFERÊNCIAS

CHANG, H. *Autoethnography as Method*. London: Routledge, 2008.

CRUZ, T. V. **Longe de casa: Aspectos do devido processo legal de refúgio no Brasil e o sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente no contexto das solicitantes desacompanhadas ou separadas**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Direito, Curitiba, 2020.

RUANO, B. **Programa Reingresso UFPR: Aproveitamento de vagas remanescentes para a reinserção acadêmica de migrantes e refugiados: ações de acolhimento**. Tese de Doutorado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2019.

RUANO, B.; CURSINO, C.; LUBKE, L.; ABREU E LIMA, L.; MELO-PFEIFER, S.; CRUZ, T. V. & FRIEDRICH, T. “Será que a pandemia levou embora? O Direito à Educação de crianças migrantes e refugiadas: Uma análise multidisciplinar sobre os desafios da sua realização. In Friedrich, T.; Moreira, Th.; Ramos, A. (orgs.). **Direitos Humanos dos Migrantes e Pandemia** [no prelo]. Curitiba: Instituto Memória, 2021.

RUANO, B. & MELO-PFEIFER, S. Being a refugee “calouro” in time of Covid-19 in Brazil: What changes in Portuguese learning in higher education?. In L. Barbosa (Ed.), **Contemporary Foreign Language—Culture, Teaching and Learning: What Has Changed?**. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing. Submetido 1.

RUANO, B. & MELO-PFEIFER, S. “In Haiti, I had never learned this way”: Refugee students’ perceptions of academic culture and academic literacy in a public Brazilian higher education institution. In: F. Anastassiou (ed.). **Literacies, biliteracy and multiliteracies: Building paths to the future**. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing. Submetido 2.

C

O ENCONTRO COM O OUTRO
PELA ARTE

Versos, Vozes e Percursos: Narrativas do Literatura de Refúgio

Alessandra de Freitas ¹
Carla Alessandra Cursino ²
Carlile Max Dominique Cerilia ³
Gloire Mwangi Nkialulendo ⁴

1 Introdução

*Ma trace*⁵

1 Licenciada e mestre em Letras pela Universidade Federal do Paraná.
E-mail: freitas.alessandra@gmail.com.

2 Doutoranda em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná.
E-mail: cursino.carla@gmail.com.

3 Haitiano, escritor e poeta. Vive atualmente na capital paulista, onde cursa Psicologia na Universidade de São Paulo.
E-mail: carlilemaxdominiquedc@gmail.com.

4 Natural de Kinshasa (República Democrática do Congo), presidenta da Associação dos Migrantes, Refugiados, Profissionais e Estudantes Africanos em Curitiba. Possui graduação em Direito pela Faculté des Sciences Juridiques, Economique et Sociales (FSJES) HASSAN I em Settat, Marrocos (2015). Mestranda em Direito Internacional, Direitos Humanos como área de concentração, pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) pelo programa de pós-graduação em Direito (PPGD).
E-mail: glory.kials@gmail.com.

5 O poema "Ma trace" é de Carlile Max Dominique Cerilia.

*On change de capitale,
Comme on change de chemises
Paris, Londres, New York,
Ottawa, Brasilia, Pékin...
Partout sur cette planète
On déniche notre trace indélébile
Nos talons piétinent
Les rues de toutes les grandes villes
Du monde
Si on est chez vous
C'est qu'on a été exilés de chez nous
C'est qu'on traversé les côtes de Guinée,
Enchaînées comme des sauvages
C'est qu'on a connu le fond des cales,
Des champs qui ont failli nous plier en deux
Des feuilles de canne à sucre
Qui nous ont écorché la chair
Mais, on a résisté,
On a traversé des siècles,
Genoux écorchés,*

*Mais têtes au quatre vents
Aujourd'hui
Nous voilà !
Me voici !*

O encontro de alguns membros do Política Migratória e Universidade Brasileira (PMUB) com Carlile Max Dominique Cerilia, escritor haitiano que atualmente vive em São Paulo, e um dos autores do presente capítulo, se deu por meio do *Literatura de Refúgio*, projeto do curso de Letras da Universidade Federal do Paraná (UFPR) que tem como objetivo promover a reflexão e o debate acerca de questões intrínsecas ao migrar, por meio de saraus literários. É sobre essa iniciativa, que nasceu no e do coração do PMUB, que teceremos algumas palavras nas próximas páginas.

Escrever sobre o antes, o durante e o depois do atravessar fronteiras, como faz Cerilia, não é uma novidade no campo das artes. O exílio, seja ele forçado ou voluntário, acompanha a história da humanidade (SPÂNU, 2005). Ao longo dos séculos, os movimentos migratórios, a formação ou o deslocamento de grupos sociais, bem como as transformações causadas pela condição de exilado, provocaram — e continuam provocando — diversos conflitos pelo mundo. A arte, particularmente a literatura, tem sido a contrapartida diante do silêncio imposto a todas as sociedades exiladas. A obra literária é atingida pela expatriação, pela censura e pela perseguição. Ou seja, os autores fazem do exílio uma arma e uma maneira de despertar o “pesadelo da história” (BENSOUSSAN, 2013).

Em outras palavras, podemos afirmar que o homem e a mulher — escritores e escritoras — buscam registrar na literatura os impactos causados pelo deslocamento forçado a ele mesmo e a diversos grupos sociais. De Homero até a contemporânea poeta síria Maram Al'Masri e a Carlile Max Dominique Cerilia: são inúmeros aqueles e aquelas que dedicaram suas páginas ao mergulho em reflexões sobre migração, refúgio, exílio e diáspora.

Nesta contribuição, pedimos licença ao caráter acadêmico da presente obra, pois desejamos que

leitoras e leitores, de algum modo, conheçam ou revivam o Literatura de Refúgio por meio da estética da escrita literária. Mesclaremos línguas, vozes e estilos para, em um primeiro momento, rememorarmos a trajetória do projeto. Em seguida, falaremos sobre a insistência no diálogo entre universidade e sociedade por meio da mobilização cultural como uma maneira de abrir novos caminhos e construir um novo nós. Por fim, Gloire M. Nkiadulendo e Carlile M. D. Cerilia se apropriam do espaço e da palavra. Ela, por meio de uma literatura observada, ele, por meio de uma literatura viva, ambos refletindo sobre si próprios, sobre ser andante no mundo, ser no mundo, sobre ver a si a outros na criação literária.

2 Um pequeno parêntese sobre como dialogam as muitas vozes do Literatura de Refúgio

Antes de retomarmos o início do Literatura de Refúgio, gostaríamos de descrever em linhas gerais como se dá a dinâmica do projeto. Conforme explicam Ruano e Cursino (2019), no Literatura de Refúgio, sujeitos migrantes e refugiados, alunos do projeto de extensão do curso de Letras da UFPR, PBMIH (interno e externo), sugerem e selecionam poemas de autores de seus países, ou de outros, ou ainda poemas autorais, que serão apresentados posteriormente. Esses textos literários, geralmente em outras línguas e quase sempre sem uma versão em português brasileiro, são então traduzidos por esses mesmos alunos, com o auxílio dos professores do projeto. A partir disso é organizado um sarau literário aberto ao público, no qual eles recitam os poemas nas línguas originais, enquanto brasileiros também declamam os poemas em português. Os alunos migrantes podem ou não comentar os poemas que selecionaram, traduziram e apresentaram, assim como também o público tem a possibilidade de fazer perguntas ao fim de toda a apresentação.

É neste ouvir a poesia em uma língua que muitas vezes é *estrangeira*, a língua do *outro*, e na compreensão e sensação do que foi dito quando a poesia é performada em português, que reside a experiência estética que o Literatura de Refúgio busca proporcionar à sociedade. Ao mesmo tempo é um espaço em que as experiências dos sujeitos migrantes estão no centro da escuta e no qual eles falam; também a partir de sua(s) própria(s) língua(s).

Sendo assim, resgatamos nas próximas linhas as memórias do Literatura de Refúgio.

2.1 Das primeiras linhas aos versos atuais: muito a ser dito e a ser ouvido

Em 2016, os ânimos estavam agitados no Brasil. Em diversas cidades brasileiras, assistia-se a inúmeras manifestações contra uma série de medidas do então presidente em exercício Michel Temer. Nas salas e corredores da UFPR, o clima de tensão, insatisfação e revolta com o momento político também era perceptível. Entre tantos acontecimentos políticos daquele tempo, um ecoou profundamente entre estudantes e professores das Letras, e, sobretudo, entre profissionais das artes de todo o país: a extinção do Ministério da Cultura (MinC). Em nossa cidade, Curitiba, entre maio e junho daquele ano, um grupo de mais de 100 artistas decidiu protestar contra tal resolução, ocupando a sede curitibana do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Ocupar e resistir era o lema da época. Havia, ainda, um temor muito grande entre aqueles e aquelas envolvidos com a temática da migração e refúgio de que o governo dificultasse a entrada e permanência de sujeitos sob esse status. Logo a equipe de Letras — que convivia constantemente com centenas de

migrantes e refugiados nos cursos de português do projeto PBMIH — entendeu que o momento não pedia silêncio. Era a hora de usar a palavra e a voz. Às arbitrariedades do governo contra nossa cultura e contra a coexistência de outros povos com suas respectivas culturas respondemos com literatura. Com poesia.

O que estava ao nosso alcance? Nós já discutíamos dentro da UFPR o atravessar fronteiras. Vimos, então, que era preciso ir além. Era primordial ultrapassar os muros da universidade e levar o debate para cada cidadão e cidadã de Curitiba. Em meio ao turbilhão de emoções que agitava a cidade, apelamos para a literatura para ampliar o debate social sobre o que significa migrar e suas implicações no indivíduo que migra, em grupos migrantes e em sociedades que acolhem aqueles que se deslocam forçosamente. Assim, em 21 de junho de 2016, aconteceu a primeira edição do evento literário ao qual batizamos de Literatura de Refúgio.⁶

A iniciativa foi organizada por Carla A. Cursino, na época mestrandia em Estudos Linguísticos pela UFPR e professora no PBMIH, e por João Arthur Pugsley Grahl, professor e pesquisador do curso de Letras da UFPR e um dos coordenadores do PBMIH. A ideia era apresentar, em uma espécie de sarau literário, autores e autoras de diversos países e de diferentes épocas e que têm em comum a vivência da migração, do refúgio, do exílio ou da diáspora. Buscamos em nossos repertórios literários escritores e obras, de diferentes nacionalidades, épocas e estilos, que versam sobre tais temáticas. Selecionamos poemas e trechos de peças teatrais dos autores Dany Laferrière, Maram Al'Masri, Bertolt Brecht, Zbigniew Herbert — apenas para citar alguns nomes. Esta primeira edição do Literatura de Refúgio ocorreu no Sesc Paço da Liberdade, que abriu suas portas para diversas sessões do projeto.

A iniciativa foi muito bem recebida pelo público em geral e logo percebemos, de um lado, o quão potente

6 Um histórico mais detalhado das primeiras edições do Literatura de Refúgio pode ser consultado em Cursino (2017).

era reunir pessoas para ler e ouvir poesia e, de outro, o potencial do projeto de funcionar também como um canal de divulgação de textos e autores pouco ou nada conhecidos no Brasil.⁷ Decidimos então continuar com a empreitada e organizar edições de maneira mais recorrente. Assim, uma segunda edição foi preparada e decidimos experimentar um sarau literário com uma temática mais específica. Desse modo, organizamos um evento em torno da produção literária do Haiti. Fizemos essa escolha, pois na época a maioria dos participantes do PBMIH era haitiana⁸ e também havia um desejo de nossa parte de conhecer um pouco mais da literatura concebida nessa ilha. O *Literatura de Refúgio: Expressões Haitianas* aconteceu no dia 15 de setembro de 2016, também no Sesc Paço da Liberdade e contou com a participação do poeta haitiano Rey Seely.

Ainda nesse mesmo espaço, a terceira edição, *Literatura de Refúgio: Poesia Árabe*,⁹ ocorreu no dia 2 de dezembro de 2016. Elegemos essa temática como forma de nos aproximarmos do segundo maior público do PBMIH na época, a saber, a população síria. Porque pouco conhecíamos da literatura produzida no Oriente Médio, o jornalista sírio Amr Houdaifa, refugiado e integrante do PBMIH, hoje doutorando em Direito Internacional da UFPR, selecionou quase todos os textos que seriam apresentados, bem como auxiliou também no processo tradutório e fez as leituras em árabe. Nesse dia também a música árabe pôde ser ouvida com a apresentação do grupo “Alma Síria”, banda composta por sírios que vivem em Curitiba, que utilizam instrumentos típicos do seu país e cantam canções tradicionais e contemporâneas em árabe.

A quarta edição se deu por ocasião do Mês das Mulheres, como forma de integrar toda a agenda de debates feministas dentro e fora da universidade. O *Literatura de Refúgio: Mulheres na Prosa e na Poesia* ocorreu no Sesc Paço da Liberdade no dia 17 de março de 2017. Nessa edição, a organização, seleção, tradução e apresentação dos poemas foi feita somente por mulheres, migrantes, refugiadas e brasileiras.

Como forma de resgatar percursos migratórios ao Brasil anteriores, a quinta edição dedicou-se à literatura oriental. O *Literatura de Refúgio: Literaturas do Japão, China e Coreia do Sul* aconteceu no dia 27 de maio de 2017 na Itiban Comic Shop, livraria que existe há mais de trinta anos e a primeira em Curitiba especializada em histórias em quadrinhos. Nessa edição, participaram os então alunos do curso de Português como Língua Estrangeira do Centro de Línguas e Interculturalidade da UFPR (CELIN). Eles selecionaram, traduziram e apresentaram os textos literários, comentando aspectos tradutórios e também suas experiências como estrangeiros em Curitiba.

Na sexta edição do projeto, decidimos revisitar as edições passadas e selecionar alguns dentre os textos já apresentados, para compor um novo evento em comemoração ao dia do refugiado. Dessa vez, tanto a seleção dos poemas como a condução do evento ficou por conta dos próprios estudantes migrantes e refugiados. O *Literatura de Refúgio: 6ª Edição* aconteceu no dia 23 de junho de 2017 na Livraria Joaquim. Em setembro desse mesmo ano, a organização da 36ª Semana Literária Sesc & Feira do Livro UFPR — cujo tema era “Literatura e(m) Movimento: Travessias do Tempo e do Espaço” — fez um convite aos participantes do *Literatura de*

7 Algumas traduções realizadas no âmbito do projeto *Literatura de Refúgio* foram inclusive publicadas entre 2016 e 2017 no periódico mensal *RelevO* e podem ser acessadas pelo link: <https://issuu.com/jornalrelevo>. Acesso em: 30.09.2020.

8 Uma descrição mais detalhada do evento pode ser lida em “Relato do projeto ‘Literatura de Refúgio’: Expressões Haitianas” (GRAHL et al., 2017).

9 Sobre essa edição, o jornalista José Carlos Fernandes escreveu em sua coluna em um jornal local. Seu texto pode ser acessado pelo seguinte link: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/colunistas/jose-carlos-fernandes/a-revolucao-cultural-da-siria-aj6mk1y061r50q3vpt1kmiXo0>. Acesso em: 28/09/2020.



Literatura de Refúgio no Litercultura
Fonte: Gilson Camargo, 2019.

Refúgio para que o projeto pudesse se integrar à programação do evento. Assim, também a partir da seleção de poemas apresentados na Livraria Joaquim, preparamos duas apresentações especiais que, dessa vez, contaram com a produção artística da Geisa Müller, que trouxe ao evento uma dimensão cênica: ao final, cada poema lido — impresso em papéis coloridos — era colocado no chão do local pelo leitor, de modo que eles juntos formassem um caminho; um símbolo do percurso migratório. Ao público foram distribuídos papéis em branco para que as pessoas pudessem também coconstruir essa trajetória.

Em 2018, o projeto experimentou um novo formato, e o Podcast Literatura de Refúgio foi gravado.¹⁰ Essa versão integra as Errâncias Poéticas, seção da sétima edição do Tom Caderno de Ensaios da UFPR (FREITAS; CURSINO; GRAHL; PEREIRA, 2018) — revista cultural da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFPR — com curadoria de integrantes do PBMIH. Nela, as leituras dos poemas (original e tradução) foram intercaladas com a discussão sobre o projeto em si e também sobre questões que atravessam a

temática do Literatura de Refúgio. Carla A. Cursino é quem apresenta o programa e a discussão é realizada por João Arthur Pugsley Grahl e Hugo Simões, doutorando em estudos literários na UFPR e poeta.

Em agosto de 2019, o Literatura de Refúgio compôs a programação do Litercultura, um dos principais festivais literários de Curitiba. O tema da edição daquele ano era “Fronteiras” e seus organizadores César Tridapalli e Manoela Leão convidaram o projeto como uma maneira de incorporar a voz de quem vivencia no momento presente os múltiplos sentidos e significados de cruzar e desbravar novos territórios porque já lhes é impossível permanecer no seu local de origem. Foi nessa ocasião que Gloire M. Nkialulendo declamou ao público, pela primeira vez, o poema “*Les Africaines: Qui a Dit?*”¹¹, experiência sobre a qual ela escreve nas próximas páginas da presente contribuição. Essa edição especial do projeto também marca nosso encontro com Carlile M. D. Cerilia, que naquela noite apresentou alguns de seus poemas, hipnotizando a todos com a força de suas palavras.

¹⁰ O podcast na íntegra pode ser acessado e ouvido por este link: https://www.youtube.com/watch?v=9XfcBXORFys&t=289s&ab_channel=TOMUFPR. Acesso em: 28/09/2020.

¹¹ O poema “*Les Africaines: qui a dit?*”, de Monique Bessomo, pode ser lido, em francês, neste link: <https://afrit.arts.uwa.edu.au/IneditBessomo22.html>. Acesso em: 28/09/2020. A tradução apresentada no referido evento é da estudante de Letras Gláucia dos Santos, e foi declamada por Mariana Paiva, graduada em Letras e professora no projeto PBMIH.

2.2 O projeto no coração da extensão universitária

Nossa trajetória de construção do Literatura de Refúgio foi baseada na visão da literatura como um espaço de registro e de expressão da história dos deslocamentos e dos sujeitos. Em consonância com Santos (2002), entendemos que gente junta cria uma cultura territorializada, um discurso territorializado e uma política territorializada. Essa cultura busca, por meio do discurso literário, retratar vivências e acaba por revelar o movimento da sociedade. Nesse encontro e entrecruzamento de experiências, que são individuais, mas também sociais, coletivas, o Literatura de Refúgio aproxima outros, e traz uma perspectiva interessante e importante para abordar um tema que, embora acompanhe a humanidade em toda a sua história, ainda esbarra em muitas limitações impostas por um sistema que exclui.

De um lado, sujeitos deslocados narrando, recitando, cantando suas histórias ou aquelas parecidas com as suas, em seus próprios idiomas; do outro, sujeitos ambientados que se deslocam a esse espaço para ver e ouvir aqueles que, a partir da sua ótica, são outros. Aquilo que num primeiro momento pode soar apenas como um barulho e provocar estranhamento, e, conseqüentemente, pode distanciar, na verdade acaba aproximando, pois é “compartilhado, entendido e sentido” por meio da tradução (GRAHL et al, 2017). A aparente oposição entre *eu* e o *outro* é borrada. Alteridade é o papel que a leitura do original assume dentro do evento, isto é, provocar nos brasileiros o estranhamento que é ouvir uma língua que não é sua e a qual não se conhece, e que na maioria das vezes é o mesmo que migrantes e refugiados sentem quando chegam ao país. Com a tradução esse estranhamento se torna inteligível, e é ela que aproxima e traz a compreensão daquilo que foi proferido. E a partir dessa experiência, que é motivada pela arte, suscita-se uma reflexão sobre si e sobre o outro.

É nesse sentido que o Literatura de Refúgio manifesta seu propósito: mais do que promover uma experiência estética, o anseio é que da estética brote a reflexão. Nossa função enquanto pesquisadores é fomentar o debate sobre migração, refúgio, exílio e diáspora e o acolhimento desses sujeitos em nossa cidade e ampliá-lo, de modo que essa discussão não esteja restrita aos muros da universidade, senão tome corpo junto à sociedade civil e que as iniciativas decorrentes desse debate se deem na coletividade, não só na ação individual.

Tal empreendimento só é possível porque o projeto está no seio de um dos pilares da Universidade Pública brasileira: a extensão. Esse é o eixo da universidade que se volta para a comunidade externa e que busca aproximar a sociedade, estabelecendo diálogos e troca de saberes com ela. É no diálogo com a sociedade que o Literatura de Refúgio se propõe a atuar. Durante o resgate do percurso histórico do projeto, percebemos que a iniciativa foi conquistando espaço, principalmente em manifestações culturais já preexistentes na cidade de Curitiba, o que de certo modo já nos informa que o tema da migração adquiriu importância fora do ambiente acadêmico e que a interlocução com a sociedade é não só possível como tem acontecido. Acreditamos no pilar Extensão como palco de mobilizações, como estratégia de uma universidade acessar de maneira mais concreta o tecido social e de construir coletivamente práticas discursivas e políticas emancipadoras.

É desse trocar de papéis, de despertar empatia, do compartilhamento de narrativas e vivências, de diálogos, debates e poesia que o Literatura de Refúgio se nutre. De um lado, é um espaço que pode gerar reflexão e sensibilidade à questão migratória, por parte daqueles que não sabem o que é, de fato, atravessar fronteiras; do outro, é uma forma de amplificar as vozes de migrantes e refugiados em Curitiba, em um ambiente em que eles possam falar por eles mesmos e, principalmente, no qual eles sejam ouvidos.

Diante disso, a leitora e o leitor ficam, na sequência, com as palavras de Gloire M. Nkialulendo (seção 2.3)

e de Carlile Max Dominique Cerilia (seção 2.4). Ela tece na língua que é sua casa, o francês, uma ação de observar a literatura, a si mesma e a tantas mulheres pelo mundo a partir da leitura do poema “*Les Africaines: Qui a Dit?*”, da poeta camaronesa Monique Bessomo. Carlile M. D. Cerilia, por sua vez, também se apoia no francês — idioma que não é, como ele enfatiza, sua língua-mãe, mas sim aquela aprendida para ser e poder mais — para fazer literatura. O que a leitora e o leitor encontrarão na seção 2.4 é um conto literário que nasce da reflexão do autor sobre o fazer literatura no trânsito de uma frase a outra, de um território a outro. Para aquelas e aqueles que não têm o francês como primeira língua, fica o desafio de cruzar a fronteira do idioma para ver o Outro a partir do ponto de vista dele, numa perspectiva intercultural crítica (WALSH, 2009).

2.3. Sur “Les Africaines: qui a dit?” ou “Quem disse que as africanas?”

La lecture du poème “Les Africaines: qui a dit?” soulève un thème récurrent et important à mon humble avis. Ce poème a pour but d’apporter un réveil aux femmes africaines. Réveiller une conscience, afin qu’elles saches qu’elles sont toutes autant intelligentes et qu’elles ont droit aux bon traitement. L’idée c’est ramener à la révolte, la conscience des africaines, leur montrer qu’elles ne sont pas qu’une paire des fesses, mais bien plus que ça! Elles doivent exiger ce qu’elles valent, parce qu’elles ont apprises tout autant que les femmes blanches. Leurs savoirs ne doivent pas se limiter à faire les ménages, mais à bien plus que ça. Parce qu’elles sont toutes autant intelligentes que quiconque.

D’abord quand on dit les femmes Africaines, est-ce que c’est le fait d’être née en Afrique ou bien c’est le fait d’avoir une peau noire? Etre Africaine est une fierté. Et c’est une conception erronée, dire que la femme

Africaine égale à boniche etc. Juste voir des femmes comme Michelle Obama, américaine, Sandrine Ngalula Mubenga, la congolaise inventrice, Fatou Diome, écrivaine Africaine noire, elles devraient changer l’idée de tout le monde. Elles sont éloquentes et capables de diriger l’univers. La conception erronée ou le préjugé est pour ceux qui veulent garder cette image de la femme africaine comme si elle ne vaut rien, puisque ceux qui regardent au de-là de la couleur et de l’ethnie veront certainement les valeurs de la femme Africaine.

Depuis la nuit des temps, la femme Africaine était considérée comme l’indique nos ancêtres, une femme de ménage, productrice d’enfants n’ayant point droit à la parole et surtout aux rassemblements d’hommes. Cependant actuellement au siècle présent, cette femme devient de plus en plus éveillée, cultivée et intelligente au point d’assumer n’importe quel poste. Arrivée à l’étranger elle n’occupe que des places de ménagère à cause de sa couleur de peau et non de ses valeurs intellectuelles.

Pour clore, je dirais que la femme d’elle même doit se donner des certaines valeurs et respects dans tout genre et domaine pour ne pas être mal nécessaire. Refusons et abolissons tout ce qui peut se présenter devant nous pour nous réduire à de petites choses. Femme africaine visons grand et adoptons une attitude positive d’être toujours meilleur.

Le poème est révoltant; celui-ci m’a encore réveillée en tant qu’africaine, femme moderne de n’est pas se laisser mépriser dans la société surtout hors de son territoire, ou dans n’importe quel endroit, c’est mon combat actuel, et comme présidente d’une association des africains à Curitiba, comme femme intellectuelle, représentante des africaines, je me dois de conscientiser certaines de mes soeurs africaines qui dorment encore, qui sont encore dans l’ignorance. Cherchons à aller plus loins possible avec les études, cherchons plus à entreprendre pour nous relevés, investissons dans les capitales humains, débarrassons-nous du système d’impérialisme, retrouvons nos racines, pour comprendre qui nous sommes.

2.4. Écrire dans une nouvelle ville

La question m'a tombé dessus comme une énorme surprise. "Comment c'est, pour toi, être un écrivain, au Brésil?" Une amie, Carla, me l'a faite. Comment répondre, tête froide, à pareille question? Surtout quand on ne voit rien venir. Il faut d'ailleurs que je précise une chose pour le lecteur, qui ignorait tout de moi y'a encore quelques minutes. Dès qu'on vous pose pareille question, c'est qu'on vous soupçonne d'être un petit malin qui essaie de manipuler les 26 lettres de l'alphabet. Il existe, bien sûr, une myriade de réponses adaptées à pareille question. Toutefois, en ce qui me concerne, je pense avoir trouvé un point commun à toutes mes réponses, jusqu'ici. C'est le temps. Il n'y a pas plus tenace que lui. Ce petit mot remonte à la surface dès qu'on m'invite à plonger dans cette mer d'émotions dont l'alphabet est l'instrument de prédilection. Cette fois, j'avais l'impression que les choses étaient différentes. Ce n'était plus cette simple question qu'un mon ami Pedro me lançait en pleine figure, avec un sourire au coin, en prenant un verre dans ce petit bar branché juste à côté du campus de l'UFPR, après mes cours de portugais. On dirait un jeune journaliste, fraîchement diplômé, qui n'arrivait pas à trouver un sujet mieux que moi à se mettre sous les dents. Cette fois-ci, va falloir que j'entre dans la question avec plus de prudence, en évitant de faire le moins de bruits que possible. C'est comme quand on entre pour la première fois dans une pièce interdite. Il suffit que je vous embarque avec moi pour une visite silencieuse. Si j'en crois mon expérience, ça se passe ainsi: je joue à l'écrivain, et vous, vous jouez aux lecteurs.

L'arrivée

C'est un moment important. Le moment où on arrive dans une nouvelle ville. Il représente ce moment

unique où finalement on réalise qu'on vient de passer d'un endroit à un autre. On sent tout de suite si notre séjour va être pourri ou pas. Tout dépend de cette odeur anonyme qui nous attrape dès qu'on passe la frontière.

J'ai pris deux billets au terminal de Foz do Iguaçu. Destination, Curitiba. On voyage par une nuit froide. Ma petite soeur Albertyna jette un coup d'oeil soucieux dans ma direction toutes les trente secondes. J'ai cru qu'elle s'inquiétait pour moi. Je tremblais comme une feuille. J'ai pas pris de couverture en partant. Ça prend beaucoup de place dans une valise et il fallait que j'embarque le plus de livres avec moi pour ce voyage. Personne ne part de chez-lui sans une raison précise. La mienne était de pouvoir écrire dans un endroit plus calme. Le climat de mon pays était devenu un endroit un peu trop bruyant pour moi. J'avais besoin de respirer un coup. J'aime la stabilité sur laquelle je peux m'asseoir tranquillement pour écrire. Bien sûr, j'avais tout ça à Petit-Goâve. J'avais besoin de ce truc qu'il fallait chercher ailleurs un jour ou l'autre. De l'air frais. Un écrivain est un bouffeur d'images. Il arrive toujours ce moment où il se lance dans le vide sans penser à la chute. C'est ce que fait d'ailleurs tous les écrivains à chaque nouveau livre. C'est comme l'angoisse d'une ado qui se demande, le soir du bal de fin d'année, si sa robe va plaire à son cavalier. Elle se demande, anxieuse, si la soirée va se terminer comme prévu ignorant tout ce qui peut se passer avant la danse et le baiser de minuit. Dans le bus qui s'enfonce silencieusement dans la nuit, j'ai eu comme l'impression qu'un fantôme tentait de traverser le temps avec moi dans son ventre. Et que j'avais rien tenté pour l'empêcher de m'emmener. Le type à côté de moi m'a passé la moitié de sa couverture. J'ai accepté sans rien dire. Je crois que j'ai été surpris par son geste. J'ai dormi. Quand le type m'a réveillé, le bus était déjà entré en stationnement. Je lui ai remercié. Il m'a parlé mais j'ai rien compris de ce qu'il essayait de me dire. Pendant qu'on récupérait nos valises mon frère Russel a appelé. Il nous attendait de l'autre côté de la rue, près du stationnement des taxis. Dans la voiture, silence radio. J'ai profité de ce moment pour me glisser dans le paysage. Ici, tout a l'air d'avoir toujours été si tranquille.

Pas de tremblement de terre, pas cyclones ni même de coups d'État improvisés. J'étais en territoire inconnu.

Étrange amitié

On s'est arrêté au 199, rue Ipiranga. Une vie toute fraîche, dans laquelle je m'apprêtais à m'installer. Mon petit neveu Ruswel passait son temps à m'éviter dans toute la maison. Je représentais, apparemment, une sorte de fraîcheur qui le faisait fuir de toutes jambes dès qu'il m'apercevait. Ma soeur, elle, changeait déjà sa couche. L'attraction d'une femme est capable de donpter, dès le tout premier regard, même un enfant de moins de deux ans. J'ai fait de mon mieux pour ne pas me laisser intimider par leur histoire. Je me retrouvais, presque tous les matins, sur le petit balcon qui donne sur la rue Ipiranga, en train de lire, avec une tasse de chocolat à porté de main. Je lisais debout. Un oiseau vient toujours faire sa toilette, sur ce fil électrique, juste sous mes yeux. Il s'amuse à couper brutalement ma lecture avec, à chaque fois, un de ces cris si aigu. Comme s'il exigeait aussi mon attention. J'ai fini par m'habituer à sa présence peu sympathique. On dirait qu'on cherchait la même chose, lui et moi. Moi en jouant à l'écrivain, et lui, à un personnage dans un roman. Je pouvais bien le glisser dans un de mes livres que je projette d'écrire sur mon passage ici. (Je compte faire de ma vie un roman-réalité, où les scènes se déroulent en plein air.) Il est probable que j'ouvre une petite fenêtre pour laisser entrer un petit oiseau en quête d'affection. Aussi étrange que ça puisse paraître, y'a toujours de la place, dans le roman d'une vie, pour un petit oiseau. En fait, le lecteur peut même trouver ça original.

Un éditeur gratuit

Il suffit d'un premier livre pour que la machine se mette en marche. Ça ne va s'arrêter que quand on arrête d'écrire. Le mien m'a servi qu'à me faire appeler "Mal et mot". C'est le titre de mon premier livre. Une poésie. Je l'ai publié à mon compte, peu avant mon voyage pour le Brésil. On se rend compte que les gens sont en train de vous lire, quand une jeune fille vous croise dans la rue et qu'elle vous appelle, non pas par votre prénom, mais par le titre de votre premier livre. Elle vient enfin de mettre un visage sur les jolis mots qu'elle a pu lire ou pu croire aimer. Pareil moment me paralyse. J'ai été tellement surpris sur le coup que je n'ai pas pu répondre à sa salutation. (Je ne suis même pas sûr si s'en était une) Quelques semaines qui ont suivi ma publication, une jeune fille est venue chez-moi éclaircir une doute qu'elle avait sur un des mes vers. Une amie lui a passé le bouquin. Ça y est, le livre suit sa course. Si on suggère ton bouquin à un autre, c'est signe que la cuisine (ta combinaison du 26 lettres de l'alphabet) a été appréciée et que le client, (qui est un lecteur affamé) a aimé passer à table. Dans mon cas, je dois dire, que je n'ai pas touché le gros lot. Un livre en circulation et je vivais encore sur le toit de mes parents. Je ferais peut-être mieux d'attendre encore un peu de terminer ce premier petit roman où je raconte comment une ville se met debout après un terrible tremblement de terre qui a fait tellement de victimes qu'on croyait tous à la fin du monde avant l'heure. C'est que, c'est ce que font les gosses riches qui se trouvent en zone verte. (Bien à l'abri sous la fortune de leur parents.) Moi, je circulais encore dans la zone rouge. Je ne pouvais plus m'appuyer sur les épaules de mes parents, avec une plume au bout des doigts, pour finir tranquillement un roman. Ils étaient épuisés par cette vieille fatigue chronique qui contaminait tout le pays. Je ne voulais pas rester sans rien dire alors que j'étais le fils d'un pays qui regorge d'artistes. Il suffit de faire un tour dans la rue pour tomber sur une scène intéressante. J'ai cru qu'ici, les choses seraient différentes. Qu'il me suffisait de trouver la zone verte pour laisser courir ma plume à sa guise. Mon frère Russel raconte, partout où on passe, que je suis un écrivain. Les gens répondaient, l'air tout étonné, que c'était génial, la plupart, sans faire de commentaires.

Généralement, on est tout excités de croiser quelqu'un qui passe son temps, la tête coincée dans un bouquin, soit en train de lire, soit en train d'écrire, pour lui mitrailler de questions sur tous ses faits et gestes même s'il bouge peu. On veut tout savoir. Comment il a réussi à créer toutes ces images rien qu'avec 26 lettres par exemple. Sauf que moi, je capte tout ce qui bouge autour de moi pour ensuite tout glisser dans dans une page blanche. Les gens. Les arbres. Et les animaux. Rien n'échappe à mon oeil espion. Pour un écrivain francophone qui venait de débarquer dans une ancienne colonie du Portugal, il fallait que je sois aussi bon d'oreille. Heureusement que j'avais un frère qui pouvait se mettre entre moi et des gens qui n'ont jamais pu lire un seul mot sorti de ma plume. Mon éditeur gratuit.

Le froid

Durant les mois qui ont suivi, j'ai passé davantage de temps à lire depuis le petit balcon. Chaque passant (plutôt rare) qui entrecoupait mes lectures, était comme un nouveau personnage qui franchissait mon intimité. Loiseau, lui, souvent, me faussait compagnie. Il a dû se dire que j'étais qu'un simple décor vu que je n'ai répondu à aucune de ses avances. J'ai aussi laissé tomber la tasse de chocolat. Ça faisait trop personnage de roma. Je vivais dans la réalité et il fallait que j'y sois le plus longtemps que possible. Dès le petit matin, la maison était vide. Tout le monde était sorti travailler. Je restais seul à la maison. Complètement hors de la réalité. Pour écrire la réalité, faut savoir y prendre sa distance. C'est comme ça qu'on peut en faire un paysage qu'on glisse ensuite dans un bouquin bien pimenté avec de petits détails qui n'ont d'importance et de saveur que dans un livre. Ce brouillard dans lequel tout le monde se fondait tous les matins, pour se rendre à leurs activités, cachait une chose qui allait nous tomber dessus subitement. Le froid. Là d'où je viens, sur l'île, il fait toujours chaud. Inutile de vous

faire passer par tous les détails, mais j'ai dû arrêter d'écrire pendant le froid. Comme on arrête de fumer après un malaise pour recommencer de plus belle quand on pense que le danger était loin de nous.

La langue

Mon frère nous avait emmenés, moi et ma petite soeur, à la réouverture du programme. PBMH, à l'UFPR. À son avis, ce devrait être le premier souci d'un immigrant ici. La langue. Peu importe qui vous étiez dans votre pays, ici, si vous ne parlez pas, vous n'êtes qu'un idiot avec des muscles et des yeux pour servir le système jusqu'à qu'il ne veut plus de vous, m'a dit mon frère. J'ai croisé, à l'entrée du campus, cette femme, vive, sourire facile qui bougeait rapidement derrière des lunettes plutôt charments.

- Bonsoir!
 - Bonsoir!
 - Tu es haïtien?
- Ils demandent toujours ça.
- Oui.
- Je réponds toujours ça.
- Tu parles français?
 - Oui.
 - Alors, tu viens pour le cours de Portugais?
 - Oui.
 - C'est la première fois que tu viennes?
 - Oui c'est ma première fois.
 - Tu fais quoi dans la vie?
 - J'écris.

Dans ma position, je ne voulais pas préciser que j'étais un écrivain.

- Génial! Tu écris quoi?
- Un peu de tout, poésies, nouvelles, en ce moment j'écris un roman.
- Waw! Ça parle de quoi?
- De mon voyage.
- Ça me semble être un excellent sujet...

Pour tout dire, je n'ai pas eu l'impression que ma vie soit si intéressante que ça. Ça doit être pour ça que c'est un excellent sujet d'écriture en fin de compte. Un homme du sud a toujours une histoire intense dans son sac.

L'ascenseur est arrivé. On monte. Silence. Au dixième, tout était déjà en place. Elle m'a indiqué où je devrais m'inscrire.

- Bon, je te laisse. Bonne chance!
- Merci!

On se sent tout de suite confortable quand on croise, si loin de chez-soi, quelqu'un qui parle sa langue. Dans mon cas, pas le créole, bien sûr. Le français. Mes ancêtres, pour chasser leurs oppresseurs de cette île qu'ils ont payé de leur chair et de leur sang, ont dû apprendre à parler comme eux. Plus de deux siècles plus tard, me voilà en train de faire exactement le contraire de ce qu'ils avaient fait. Ça prouve que ces deux cents dernières années n'ont uniquement servi qu'à me conduire à une nouvelle langue.

La vraie vie

Je vivais comme Alice au pays des merveilles. Sur le compte de mon frère. Tous les matins, je passais de l'autre côté de l'armoire, j'y passais mes journées, à lire et à écrire, ignorant tout ce qui se passait autour de moi. Je me rendais presque tous les soirs, avec mes frères Russel et Carl, chez-Vago, rencontrer des haïtiens pour boire un coup, écouter de la musique haïtienne à tout volume, et discuter des problèmes d'un pays qu'on a choisi de fuir à la première occasion qui se présentait à nous. Il suffit de se retrouver à l'autre bout du monde pour se rendre compte de tout ce qu'on aurait pu ou dû faire quand on était au pays. Ici, c'est un vrai pays, avec un vrai gouvernement et un vrai système. (Un peu de stabilité, d'alcool et du sexe pour qu'on se sente, n'importe où dans le monde, chez-soi) La seule chose qui semble poser problème dans ce pays est le racisme. On se sert du

travail et d'un salaire pour en camoufler son odeur suffocante. Celui qui montre de la réticence pour aller travailler passe pour une mauviette. On me trouve flipette à trimbaler un livre partout avec moi. Dans une société où le capitalisme est aussi imposant, où la vraie vie se déroule sur le champ du travail, on se demande forcément si lire ou écrire sert à autre chose qu'à perdre son temps. (On ignore si Karl Marx a pu laisser une fortune à sa famille rien qu'en s'amusant à critiquer le capitalisme.) On s'intéresse rarement aux gars qui passent leur temps à écrire dans leur chambre, on préfère le mec mûr qui surgit de son trou, avec dans la main, un roman prêt à lui rapporter du fric. Dans la vraie vie, en fait, la vraie vie, les gens ne mangent pas du papier ils se contentent du pain quotidien.

Comment écrire dans une nouvelle chambre?

À chaque nouvelle chambre, je passe un temps fou à m'approprier de chaque centimètre carré qui constitue sa surface, de chaque centimètre cube d'air qui circule entre les quatre murs. M'assurer que l'espace et le temps est bien en harmonie avec mon rythme et mon humeur. Ce n'est qu'après ce travail terminé, que je puisse me lancer. Si je rate cette étape cruciale, je passerai les cinq prochains mois, ou plus, à me convaincre que la pièce est déjà occupée par quelqu'un ou quelque chose d'autre. Je venais de quitter ma grande chambre, à Petit-Goâve, où je maîtrisais tout. Le coin idéal où il fallait mettre le bureau (entre les deux fenêtres), où il fallait ranger mes livres, quel moment était idéal pour y lire (quand les maringouins sont ailleurs), pour y écrire (quand la température est supportable). Je passe toujours, beaucoup de temps, dans une nouvelle chambre, m'allongeant sur le lit le regard plongé dans le plafond, à repérer chaque instant dans une journée et chaque humeur qui traverse chacun de ces instants. C'est ainsi que j'attrape les moments idéaux où il faut que je file dans ma chambre pour me mettre au travail. Ici, le moment crucial pour moi d'écrire, c'est quand le

froid ne s'amuse pas à geler toutes mes émotions et mes inspirations. Je suis un animal tropical pour qui la chaleur est vitale pour respirer. Je bouge sans cesse dans cette petite chambre qui semble me faire encore des secrets. En même temps, je dois écrire toutes ces choses qui se bousculent dans ma tête. Le besoin fou de m'installer dans ma nouvelle chambre.

Un bon ami

J'ai un ami avec qui je mange, de temps à autre, un sandwich. Je passe le prendre chez-lui et on va faire un tour en voiture. Sur la route on met du jazz, à fond. J'essaie toujours d'imiter ces trompettistes en sueurs qui excitent le public au moment du spectacle. Tout le trajet on rit de nos rigolades. Suivant le rythme du jazz bien entendu. Des gestes à l'improvisiste et spontanés. Une fois à la maison je le sors de la voiture et le met au lit. (Mon ami traîne en chaise roulante) Ensuite on mange nos sandwichs devant la télé regardant n'importe quoi. Tout à coup surgit la question: "Ton livre avance?". Il me la pose toujours, celle-là. D'ailleurs, c'est le seul ici qui aborde ce sujet avec moi. Je réponds à chaque fois que non. Ensuite on passe en peigne fin mes difficultés. Le temps. L'intimité. La concentration. L'inspiration. Le froid. Le travail. Celui-là me bouffe tout mon temps et empêche mon cerveau de respirer. Depuis un bon bout de temps, je laisse ma maison tôt tous les matins. Je passe mes journées avec des robots qui me menacent, pour la plupart, de me couper les doigts. Au surplus, j'ai sur le dos, une patronne qui ignore tout sur moi mais pense qu'elle peut m'offrir un avenir dans la métallurgie, si je suis assez sage et prêt à tout lui obéir. J'ai compris pourquoi Dany a dû tout arrêter et passé l'été 1985 à tapoter uniquement sur sa vieille Remington 22 pour lui extirper, phrase après phrase, son premier roman qui lui a sorti du trou définitivement. Écrire est un sport d'élite, sauf que, la vie de ces derniers est si souvent trop stable et tellement froide qu'ils n'ont pas d'histoires à raconter. "Et si tu te trouvais une muse."

me lance mon ami. À un certain moment, l'idée m'a légèrement traversé l'esprit. Une muse, ça influe sur l'inspiration mais, en même temps, ça exige autant d'énergie que l'écriture. Combiner les deux est une tâche difficile à réussir. Il faudrait alors tomber sur une femme qui a la même patience que la femme de Garcia Marques, qui s'est occupé de tout pendant que lui s'enfermait pour écrire "Cent ans de solitude". Je pars à chaque fois de chez-lui avec les mêmes soucis. Il y a qu'un bon ami pour passer son après-midi de libre à creuser, dans le tunnel noir, avec vous, pour trouver une solution qu'on ne voit jamais. Je ne souhaite ma vie à personne s'il n'a pas un estomac solide et une bonne dose de patience. Quand je sors pour prendre le bus, juste dans la maison d'en face, le vieux et son petit chien, comme d'habitude, observaient la rue vers le soleil couchant. Si proche de la fin, il s'est déniché une distraction si simple et si immobile mais tellement agitée. Il va emporter toutes ces images, de gens, de voitures passant à folle vitesse, pour ne pas s'ennuyer dans son sommeil éternel. J'aimerais me retrouver à sa place, faisant si peu de mouvement et voir tellement de choses.

La poésie

Vu du sud, on a un regard superficiel du nord. Je parle à mon père qui me demande si mon livre avance. (Mon père c'est l'autre personne qui m'interroge sur mon livre.) De son point de vue, la période d'écriture devrait être déjà terminée. J'évite de lui parler de mes difficultés. Je lui ai simplement dit que ça avançait. Il connaît les impasses du métier. Lui aussi écrit. Sauf qu'il n'a jamais écrit ailleurs que chez-lui. Il y a forcément une différence dans le fait d'écrire chez-soi, ou ailleurs. D'abord le temps. Aussi, les souvenirs. Ceux du pays laissé en piteux état. Je passe par le tunnel de la poésie à chaque fois que l'envie me prend de revoir mon père. Il circule autant d'émotion dans un vers que dans une conversation sérieuse qu'on ait pu avoir avec son père à l'autre bout du fil. J'écris des

poésies que je lis dans des soirées gorgées d'émotions où on m'invite à partager une mince part de mon histoire. J'ai su, à partir de là, malgré ma posture déprimante, que je devais jouer mon rôle. Le truc c'est qu'il me faut tellement d'énergies et de concentrations pour pondre un roman jusqu'au bout. J'arrive à finir une poésie dans l'heure. Dépendamment de la dose d'émotion qui m'anime. Le professeur João, qui a lu, en portugais (moi en français), ma poésie à cet événement, Litercultura, m'a conseillé de faire de mon travail, que j'aime pas selon lui, le sujet de mes écrits. Quand j'écris, j'ai l'impression que ma vie entière se défile devant moi. Il existe tellement de pièces dans mon histoire que je n'ai pas encore visité. Ce qu'il semble ignorer c'est qu'il me faut surtout une chaise, du temps libre et un peu de silence, pour pouvoir, ensuite, me mettre au travail.

On m'approche après mes lectures, soit pour me féliciter (Les éloges me gênent toujours), soit pour apprendre un peu plus sur moi ou sur Haïti. On me pose des questions liées au tremblement de terre du 12 Janvier, aux problèmes politiques, à la misère de la population, sur le nombre d'haïtiens vivant au Brésil. On me demande si j'aimais le Brésil (Cette question m'embarrasse toujours.). L'impression d'être un ambassadeur alors que j'ignore tout de la diplomatie. La poésie répond tellement mieux aux questions qu'on me pose. Faut tout simplement que je la laisse parler.

3. Considerações finais ou dos próximos versos a serem escritos

Esperamos que a experiência que o leitor e a leitora acabaram de ter, ao ler o que Gloire M. Nkialulendo e Carlile Max Dominique Cerilia expressaram nas linhas anteriores, tenha sido mobilizadora de reflexões sobre si e sobre aquele ou aquela que está à sua frente. Diferente da dinâmica do evento Literatura de Refúgio, aqui a tradução de seus textos não aparece, não só pelos limites de extensão deste capítulo, mas

também para que Nkialulendo e Cerilia sejam lidos por suas próprias palavras, na língua que elegeram falar.

Diante do exposto, ao lançarmos um olhar para o histórico do projeto Literatura de Refúgio, percebemos que o percurso feito até então nasce do desejo de professores e pesquisadores da área de Letras, envolvidos com o acolhimento linguístico de deslocados forçados na cidade de Curitiba e Região Metropolitana, de utilizar a literatura e sua potência artística como uma forma de propor um debate sobre todo o contexto em que se encontram migrantes e refugiados e de despertar na comunidade empatia e solidariedade para com eles. A continuidade do projeto alimentou-se desse desejo, mas não somente. Ao longo das edições, observamos que a centralidade desta iniciativa está nas vivências e experiências dos próprios migrantes e também no desejo deles de compartilhá-las, sejam suas próprias, sejam as de escritores conterrâneos ou ainda de outros autores. O repertório de poemas é selecionado por eles, bem como as traduções para o português e também a condução dos eventos. A função que os brasileiros atuantes no projeto foram assumindo é a de organizar a realização do evento, em termos de espaço, data e divulgação, e a de ler as traduções em português.

Assim sendo, o que é dito e como é dito é uma escolha que vem daqueles que vivenciam e mesmo muitas vezes escrevem sobre a(s) experiência(s) de atravessar fronteiras. São essas narrativas — e as que ainda virão — que conectam o público que assiste e participa de cada edição do Literatura de Refúgio.

REFERÊNCIAS

BENSOUSSAN, A. **Littératures d'exil**. Encyclopedie Universalis, 2013. Disponível em <https://www.universalis.fr/encyclopedie/litteratures-de-l-exil>.

CURSINO, C. A. **Projeto “Literatura de Refúgio”: Vozes da migração, exílio e diáspora**. Trabalho apresentado como Projeto de Conclusão de Curso. Curitiba: UFPR, 2017.

FREITAS, A.; CURSINO, C.; GRAHL, J. A. P.; PEREIRA, V. A. A. C. Errâncias Poéticas: Literatura de Refúgio. In: FREITAS, A.; GABRIEL, M. S. G.; PEREIRA, V. A. A. C.; ALBUQUERQUE, J.; FELICE, D. **Tom Caderno de Ensaio UFPR — Andanças: Travessias da Migração e do Refúgio**. Curitiba: Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFPR, v. 4, n. 7, p. 98-99. Disponível em https://issuu.com/tom_ufpr/docs/tom7. Acesso em: 30/09/2020.

GRAHL, J. A. P.; MENDES, L. R.; SEELY, R.; PERETI, E.; CURSINO, C.; SANTANA, R. T.; ABREU, G. S. Relato do projeto “Literatura de Refúgio: Expressões Haitianas”. In: **Translatio**. Porto Alegre, n. 13, junho 2017, p. 317-335.

RUANO, B. P.; CURSINO, C. A. Multiletramentos e o second space no ensino-aprendizagem de PLAc: da teoria à prática. In: FERREIRA, Luciane C. et al (orgs.). **Língua de Acolhimento: experiências no Brasil e no mundo**. Belo Horizonte, Editora Mosaico, 2019, p. 41-62.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SPÂNU, P. Exil et littérature. In: **Acta Iassyensia Comparationis**, vol. 3. Bucaresti: Universitatea Cuza Iasi, 2005.

WALSH, C. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, V. M. et al (org.). **Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009, p. 12-42.

Encontros inesperados: Vozes e Culturas

Bruna Pupatto Ruano ¹²
Alexandre Zampier ¹³
Natasha de Lima ¹⁴
Nicolas Henrique Batista ¹⁵
Sérgio Ricardo Santos Lopes ¹⁶

12 Doutora em Estudos Linguísticos (UFPR). Atualmente é Professora Substituta do curso de Letras (UFPR) e responsável pelo acolhimento linguístico acadêmico de migrantes e refugiados dessa instituição.
E-mail: bruna.ruano@gmail.com.

13 Arte-educador e Professor de Teatro na escola Pé no Palco Atividades Artísticas, e membro fundador da Súbita Companhia de Teatro.
E-mail: condebaltazar@gmail.com.

14 Mestrando em Linguística Aplicada pelo programa de pós-graduação em Letras da UFPR e do acordo bilateral com a Universidade Grenoble-Alpes (UGA).
E-mail: nicolas.hbatista@gmail.com.

15 Graduanda venezuelana do quinto período do curso de Medicina Veterinária (UFPR).
E-mail: natashajosedi@gmail.com.

16 Mestre em Estudos Literários (UFPR). Atualmente é professor substituto no Instituto Federal do Paraná.
E-mail: sergioricardos.lopes@gmail.com.

“As professoras pediram materiais para fazer as aulas práticas no mês de abril. Esta semana os estudantes começaram a comprar e eu ainda não sei como vou comprar esses materiais.”

“Eu tenho muitas dificuldades para entender química desde o começo. Pedi ajuda para vários colegas, eles marcaram encontro comigo e quando chega a hora procuro eles na faculdade inteira e eles sumiram.”

“A convivência entre os alunos é muito ruim, não sei ou não vou dizer se é preconceito ou não, mas quando tem um trabalho para fazer em grupo sempre sobra eu e a outra haitiana.”

Excertos dos diários acadêmicos
dos alunos de 2018.

O espetáculo *Vozes e Culturas* foi concebido coletivamente, para o evento comemorativo da Semana do Migrante e Dia do Refugiado¹⁷ — *Encontros inesperados: culturas, povos e exílio*.¹⁸ A ideia para a construção dessa atividade cultural veio das observações realizadas durante o estágio de doutorado de B. Ruano na Universidade Grenoble Alpes (UGA), França. Nessa IES, os ateliês de teatro



Fotos do espetáculo *Vozes e Culturas*.
Fonte: Brunno Covello, 2018.

fazem parte do programa de acolhimento linguístico a migrantes e refugiados.

No contexto da Universidade Federal do Paraná (UFPR), a apresentação teatral foi estruturada durante a disciplina *Reflexões Linguísticas e Ressonâncias no Ensino*, que teve por objetivo trabalhar o português acadêmico com alunos migrantes e refugiados na UFPR durante o primeiro semestre de 2018. Essa disciplina foi ministrada pelos Professores Bruna Ruano, Nicolas Henrique Batista e Sérgio Ricardo Lopes, contando ainda com algumas intervenções da Professora Maria Gabriel. No período citado, o curso recebeu 13 alunos, em sua grande maioria haitianos. Faziam parte também do grupo discentes da Guiné-Bissau, do Benin e da Venezuela.

A dramaturgia do espetáculo perpassa aspectos relativos às culturas dos estudantes e, ao mesmo tempo, expõe fatos relacionados ao início de suas trajetórias acadêmicas na UFPR. A concepção artística da peça foi elaborada pelos professores e alunos do curso de português acadêmico e teve o apoio do professor de teatro Alexandre Zampier:

Os encontros que realizei com o grupo para organizar a apresentação foram no auditório do curso de Letras da UFPR, uma sala de aula

expandida, que tinha o benefício de se parecer arquitetonicamente com o teatro que iríamos apresentar. A presença dos professores de português foi essencial na mediação do processo; pensando que seria impossível conhecer cada um e criar um vínculo de confiança mútua em tão pouco tempo, a orientação se deu em um curto processo de 4 (milagrosos) encontros. [...] aceitei o convite pensando na possibilidade rica de trabalhar com não atores, e principalmente, com um público de histórias e experiências de vidas tão intensas. A. Z.

Para gerar conteúdo, partiu-se das produções dos aprendizes realizadas ao longo da disciplina, como, por exemplo, seus textos autobiográficos. Alguns alunos optaram por encenar parte dos textos da dramatização em suas línguas maternas, outros cantaram e declamaram músicas e poesias autorais. Além disso, inspirados pela aula sobre a obra *Quarto de Despejo*, de Carolina de Jesus, os alunos realizaram a gravação de passagens dos seus próprios diários acadêmicos e as apresentaram em forma de esquetes durante o evento.

A princípio hesitantes em compartilhar questões pessoais em uma tarefa, aos poucos a maioria da turma foi entendendo a importância da atividade,

17 Comemorado no dia 20 de junho por uma iniciativa do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), o Dia Mundial do Refugiado é uma oportunidade para celebrar a força, a coragem e a perseverança das pessoas que foram forçadas a deixar suas casas e seus países por causa de guerras, perseguições e violações de direitos humanos.

18 Evento realizado no dia 20 de junho de 2018, no miniauditório do Teatro Guaíra, em Curitiba.



Espectáculo Vozes e Culturas
Fonte: Brunno Covello.

participando mais, chegando ao ponto de se sentirem confortáveis para expor alguns desses momentos em uma apresentação pública, ainda que citando as situações sem identificar qual deles a vivenciou.

Durante os encontros, sempre comentei a necessidade da 'postura de palco': queixo levantado, o olhar buscando os olhos da plateia, a importância de uma atitude atenta e presente. Estar no palco, parado e em silêncio, já é capaz de revelar e construir algo muito significativo na presença do público. A. Z.

Sobre a estrutura do espetáculo Vozes e Culturas, o diretor artístico Alexandre Zampier destaca:

[...] na primeira cena da apresentação, os alunos entram pelas laterais do teatro, contando, em suas línguas maternas, suas histórias de chegada ao Brasil. Esse é um momento em que o espectador tem a experiência, por um pequeno instante, de vivenciar o outro lado, de quem muitas vezes não entende com facilidade o que

está sendo dito. Interessava-nos enquanto grupo despertar na audiência um certo sentimento de estranheza, de desconforto misturado com curiosidade. Após a entrada, de frente para a plateia, os alunos manifestam, através dos corpos, suas histórias e culturas. Na sequência, junto ao público, os atores assistem a um vídeo com alguns de seus próprios depoimentos. Ao final da projeção, escutamos os áudios com as passagens dos diários acadêmicos dos alunos, os quais retratam os desafios e as potências de suas vidas na universidade. Logo após, o público é brindado com um bloco de apresentações individuais, com poemas, composições autorais e canto. Acredito que este tenha sido o momento mais sensível da apresentação, em que a bagagem cultural de cada um foi compartilhada. Para finalizar, cantamos em coro "Alegria Alegria", de Caetano Veloso. A.Z.

Ficou evidente que essa prática artística foi bastante significativa para os estudantes envolvidos. A ação de estarem no palco como protagonistas, sendo ouvidos, despertou no grupo um sentimento forte de orgulho e autoconfiança. Em relação a essa constatação, AUGER e PIERRA (2007) argumentam que, para o público migrante, o trabalho artístico — nesse caso, o teatro — contribui para o aprendizado da língua-alvo de forma muito positiva. Na perspectiva das autoras, “participar em uma prática artística e cultural representa assumir um risco, o de se expor ao olhar do outro, ao mesmo tempo que aumenta a autoconfiança. A prática artística está em tensão entre o lado técnico e o criativo da linguagem, o mimético e o subjetivo, e é precisamente ali que pode haver uma ancoragem da pessoa”. (AUGER; PIERRA, 2007, p. 262).¹⁹

Para essas autoras, as línguas têm um forte vínculo com o corpo, tão presente nas práticas artísticas e tão ausente na aprendizagem. O corpo é uma ferramenta essencial para os aprendizes, especialmente no início

19 Tradução nossa. No original: “Entrer dans une pratique artistique et culturelle représente une prise de risque, celle de s'exposer au regard de l'autre, en même temps qu'elle augmente la confiance en soi. La pratique artistique est en tension entre le technique et le créatif de la langue, le mimétique et le subjectif, et c'est justement là qu'il peut y avoir un ancrage de la personne”.



Fotos do espetáculo *Vozes e Culturas*.
Fonte: Brunno Covello, 2018.

do processo de aprendizagem. AUGER e PIERRA (2007) finalizam sua argumentação nos provocando com uma questão: “Seiscentos músculos em ação quando falamos e nenhum corpo na língua?”²⁰ (2007, p. 263).

Nessa mesma direção argumentativa, CLERC et al. (2007, p. 317), a partir de alguns depoimentos coletados entre os anos 2000 e 2002, afirmam que a introdução de atividades culturais no currículo “permite trazer a esses estudantes transplantados, em sua maioria em dificuldade social ou psicológica, recursos diversos: uma gama de linguagens, experiências intelectuais e corporais, facilitando sua integração escolar”.²¹

O fazer artístico constrói um trabalho coletivo, no qual os atores se apoiam mutuamente a partir desse “assumir o risco” frente ao olhar do outro. Após alguns ensaios, percebemos a estruturação de uma rede de apoio, à medida que os alunos expunham suas fraquezas e potências simultaneamente.

Como um desdobramento do espetáculo, realizamos uma campanha institucional intitulada *Vozes e culturas na UFPR: por uma universidade aberta, plural e democrática*.²² A motivação para esse projeto adveio

justamente do conteúdo das produções realizadas pelos alunos ao longo do semestre. Decidimos em conjunto selecionar parte dos depoimentos desses estudantes para a produção de vídeos com testemunhos. No material gravado, os alunos discorrem sobre o que é ser migrante e sobre aspectos relacionados ao seu país de origem, sua chegada ao Brasil e sobre o momento atual de sua vida como estudantes da UFPR. Fizemos uma pequena edição desse material para mostrar ao público durante o espetáculo, com o intuito de divulgar essa pluralidade de vozes e culturas existentes em nossa IES.

Em setembro de 2018, a Universidade Federal do Paraná sediou o IX Seminário Nacional da Cátedra Sérgio Vieira de Mello — ACNUR e a III Conferência Latino-Americana sobre Refúgio, Migração e Apátrida. Nessa ocasião, os alunos foram convidados para apresentar novamente o espetáculo *Vozes e Culturas*, que entrou na programação oficial do evento.²³

Foi uma experiência nova estar frente a um público num palco. Tive que me sentir com coragem e perder o medo cênico, mas percebi

20 Tradução nossa. No original: “Six cents muscles en action quand nous parlons et pas de corps dans la langue?”.

21 Tradução nossa. No original: “l’introduction d’activités ou d’ateliers culturels et artistiques permet d’apporter à ces élèves transplantés, pour la plupart en difficulté sociale et psychologique, des ressources diversifiées: une palette de langages, d’expériences intellectuelles et corporelles, facilitant leur intégration scolaire”.

22 Os vídeos da campanha podem ser conferidos em: <https://www.youtube.com/watch?v=-ECfqW-tHew>.

23 Dessa vez o espetáculo *Vozes e Culturas* foi encenado na Capela Santa Maria de Curitiba, no dia 13/09/2018.



Fotos do espetáculo *Vozes e Cultura*.
Fonte: Brunno Covello, 2018.

que o público se sensibilizou ao escutar nossos depoimentos do diário, com nossos desafios muito pessoais, e também, quando falamos em nossos idiomas, podíamos ver no rosto deles a confissão de que não compreendiam bem o que falávamos. E nesse momento eu senti que essas pessoas do público podiam entender um pouco como nós nos sentíamos sendo migrantes na universidade, e como era ter essa dificuldade com o idioma, além desse intercâmbio cultural que achei muito enriquecedor. N. L.

nos acolheu, temos saudade de nossos países. Sobre o poema: eu traduzi a letra de uma canção venezuelana chamada “Esperanza”, de Vitto di Frisco, e troquei muitas palavras para que pudesse demonstrar meus sentimentos e também para se escutar como um poema. N. L.

Esperança (Natasha de Lima)

Para concluir, notamos que, em relação ao nosso contexto, o jogo teatral apresentado pelos estudantes oportunizou, antes de mais nada, um espaço de fala, de manifestação e protagonismo. Para esse público, possibilitar um ambiente seguro, no qual possa se expressar livremente, promove no corpo um estado de confiança para lidar com novos desafios, como a aprendizagem de um novo idioma ou a adaptação a uma nova terra, fortalecendo-os como sujeitos.

Porque eu nasci num país, onde reinava a bondade, cheio de coisas boas para apresentar. Mas numa época triste tudo isso começou a mudar, e aquelas grandes riquezas começaram a minguar, não existia para seus filhos, a mesma oportunidade, e uma grande crise política, parecia não terminar.

A partir dessa experiência pontual, pudemos constatar que, através da prática artística (seja ela teatral, musical, literária), os alunos vivenciaram um sentimento de autoconfiança. Foi como se, ao encenarem, adquirissem ferramentas para se colocar com uma voz ativa que podia — e merecia, carecia — ser ouvida.

Aos poucos me roubaram o grande desejo de lutar, e acabando-se os meios, a solução foi emigrar. Tinha diferentes opções, no México, Panamá, República Dominicana e até pensei no Canadá, Brasil, Uruguai e Chile e algumas opções mais. Mas aonde quer que eu fosse, bem longe do meu lar. A partir desse momento meu mundo começou a mudar, já com a passagem na mão, senti a data chegar, minha mente estava tomando conta, de tudo que ia faltar. Aquelas grandes festas e o abraço no Natal. O calor da

[...] eu decidi declamar um poema no qual pudesse transmitir como é o sentimento de emigrar e, mesmo estando bem neste país que

minha mãe, o sabor de uma empanada, as piadas dos meus amigos, a sopa e a carne assada, mas assim a data chegou: Passageiros a embarcar, vendo quem me amava com as mãos levantadas, enquanto eu me escondia para que não me vissem chorar. E assim aquele avião decolou com minhas lembranças para trás. Fiquei na janela como para contemplar, minha visão estava na praia e ia se adentrando no mar e assim nasceu essa esperança de um dia poder voltar.

Vários meses se passaram, tudo permanece igual e é uma alegria tão triste que nunca poderei explicar, embora economicamente acredite que não me dei tão mal assim, que assim que pisei nesta terra eu comecei a trabalhar, mas tem coisas do meu povo que nunca poderei comprar, coisas que mantêm viva minha esperança de voltar; um jogo de beisebol, sentir as arquibancadas vibrarem, discutir com os meus amigos sem saber quem vai ganhar, se o Vinho Tinto jogar hoje, que pena, não vou estar.

Mérida, La gran sabana, como vou esquecer-los, as mulheres e as praias, sentindo a brisa batendo, são as lembranças da minha alma pelas quais vou lutar, meu grande amigo o travesseiro conhece bem o meu pesar, para ele conto minhas dores, ele me viu chorar, ele enxuga minhas lágrimas no dia em que me sinto mal, e me diz com ternura que daqui a pouco eu irei voltar. Como o tempo não passa rápido só posso esperar, e assim, em meio a tanta saudade, minha mente começa a voar, e até pintou um sorriso só de imaginar que aquele avião aterrissa novamente em terra natal e ouço aquela voz clara que me traz felicidade, “bem-vinda à Venezuela, pode desembarcar”, pode desabotoar os cintos, acabamos de chegar..., e assim adormeço, sabendo que não é verdade, e embora seja apenas um sonho, sei que logo acontecerá, por isso, meu Deus bendito, eu sei que você vai me escutar, me realiza esse sonho bonito, ou me dá outra noite, que eu quero voltar a sonhar.

REFERÊNCIAS

AUGER, N.; PIERRA, G. Arts du langage et publics migrants. *Ela. Études de Linguistique Appliquée*, n. 147, juil./sept. 2007.

CLERC, S.; CORTIER, C.; LONGEAC, A. Place et intérêt des pratiques artistiques, interculturelles et interlinguistiques dans les dispositifs d'accueil et d'enseignement/apprentissage pour les élèves allophones. *Ela. Études de Linguistique Appliquée*, v. 147, n. 3, p. 317-328, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Estudantes protagonizaram evento em celebração ao Dia Mundial do Refugiado e à Semana do Migrante**. Curitiba, 2018. Sucom/UFPR. Disponível em: <https://www.ufpr.br/portalfufr/noticias/estudantes-protagonizaram-evento-em-celebracao-ao-dia-mundial-do-refugiado-e-a-semana-do-migrante>. Acesso em: 30 de set. 2020.

A arte como refúgio

Luana Lubke de Oliveira ²⁴
Marcio de Oliveira ²⁵
Maria Beatriz Alverne de Souza Maia ²⁶
Ninoska Pottella ²⁷

24 Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Estudante do curso de Especialização em Gestão Pública pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2020-2022).
E-mail: luanalubke@gmail.com.

25 Professor Titular de Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Coordenador do Grupo de Pesquisa Migrações Internacionais e Multiculturalismo (CNPq/MCT).
E-mail: marciodeoliveira62@gmail.com.

26 Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), gestora de projetos e extensionista do programa Política Migratória e Universidade Brasileira.
E-mail: tizalverne@gmail.com.

27 É artista profissional, cantora, musicista e pintora. Atua principalmente com shows de stand up comedy musical.

Introdução

A arte é um instrumento importante para o trabalho com pessoas migrantes, pois propicia um sobrevoo sobre si mesmo e sobre o outro, possibilitando o desenvolvimento de empatia e respeito mútuo. Esta concepção é o ponto de partida para o trabalho desenvolvido pela *Arte como Refúgio*, uma organização da sociedade civil que foi fundada em 2019 a partir da prática de Maria Beatriz Maia e Luana Lubke como estudantes extensionistas do Programa de Extensão e Pesquisa Política Migratória e Universidade Brasileira (PMUB), na UFPR. Com base nessa experiência, foi percebida a necessidade de expandir o trabalho no campo da arte e da cultura com pessoas migrantes com o objetivo de trabalhar a integração dessas pessoas em seu novo contexto social.

O ACNUR (2019) define *integração* como o processo no qual a pessoa migrante “constrói e mantém laços sociais de interdependência, e participa ativamente do tecido social. Isso permite dizer que não apenas os indivíduos estão integrados à sociedade, mas que a própria sociedade os integra” (p. 45). Isto é, a efetiva integração de migrantes na sociedade de acolhida não

significa a mudança de hábitos dessas pessoas e de sua cultura. Pelo contrário, implica em mudanças nesta sociedade. Consideramos ainda que a integração de migrantes deve ser vista por um processo no qual ocorra o reconhecimento das necessidades, autonomia e potencialidade de migrantes, em um movimento que envolve respeito e estima social (HONNETH, 1996).

A atuação com essa população, por outro lado, evidencia as barreiras enfrentadas nesses processos. Em termos mais específicos, parte do público de estudantes migrantes humanitários e refugiados da UFPR²⁸ expressam encontrar obstáculos nas relações interpessoais com colegas da universidade e professores; sendo frequentes o sentimento de não estarem de fato incluídos na turma e a dificuldade de fazer amizades (RAGNINI; SILVA; OLIVEIRA; BUSATO, 2019).

Diante disso, a Arte como Refúgio desenvolve ações que têm como objetivo transformar os espaços compartilhados por migrantes e a comunidade local de modo a valorizar a interculturalidade. São realizadas atividades que buscam contribuir para a atuação profissional de artistas migrantes no Brasil e promover oportunidades para que pessoas migrantes possam compartilhar seus conhecimentos e experiências sendo protagonistas em diversas esferas sociais e artísticas. Neste capítulo, discutiremos brevemente sobre a concepção de arte que baseia nosso trabalho e, em seguida, descreveremos duas ações da Arte como Refúgio que foram planejadas e executadas com o apoio do PMUB, *Bordas Urbanas e Migrarte*.

A arte como instrumento de integração

A arte é uma atividade humana, uma forma específica de relação com a realidade. Como todas as atividades humanas, teve sua gênese no trabalho, isto é, na produção social dos meios de satisfação das necessidades humanas que marca o salto qualitativo das determinações naturais para o ser social (DUARTE, 2012). Portanto, as condições para o desenvolvimento da atividade artística foram sendo criadas historicamente por meio dos processos de trabalho.

Ao longo do processo histórico, o aperfeiçoamento dos instrumentos e o consequente desenvolvimento das forças produtivas permitiram a produção de excedentes e o surgimento de diferentes níveis de objetivação humana: novas necessidades e novos objetos capazes de satisfazer tais necessidades (PASQUALINI, 2016). Progressivamente, foi se desenvolvendo a necessidade estética, que se caracteriza por ir além da relação prático-utilitária com a realidade.

Esta nova necessidade provocou uma mudança na relação do ser humano com os objetos, pois esse passou a reconhecê-los como suas produções (PASQUALINI, 2016). Há registros de ações que transcendiam a esfera utilitária desde a Pré-História, como adornos e enfeites em instrumentos. Deste modo, a arte amplia e enriquece a realidade já humanizada pelo trabalho humano (VAZQUEZ, 1968, apud PASQUALINI, 2016).

Assim como a ciência e a filosofia, a arte é uma maneira pela qual o psiquismo humano reflete a realidade concreta, mas, apesar desta característica em comum, cada uma dessas atividades representa o mundo de maneira distinta, a partir de elementos específicos. A atividade artística tem como elementos principais as relações e a sensibilidade humanas, que são resultados do processo de apropriação pelo indivíduo das formas socialmente produzidas de sentir e relacionar-se com o mundo (VIGOTSKI, 1999, apud, DUARTE et al, 2012).

28 Estudantes ingressantes pelos editais específicos para este público desenvolvidos na UFPR.

Deste modo, as obras de arte representam a realidade a partir da perspectiva humana, retratando contextos sociais particulares e revelando suas contradições e sua dramaticidade. Por conta disso, a arte tem a capacidade de provocar nos sujeitos que entram em contato com ela a experiência de reviver fatos, eventos e sentimentos cristalizados nas obras. Essa experiência é denominada por Lukács (1966 apud DUARTE et al., 2012) como *catarse*, o processo no qual o sujeito se depara com as significações sociais representadas nas obras de arte e a partir disso questiona sua visão sobre si mesmo e sobre o mundo — mesmo que esse questionamento sobre a realidade social não aconteça de maneira direta e imediata.

É nesse sentido que a arte representa um importante instrumento para a atuação no campo das migrações, já que por meio dela é possível retratar situações e vivências que marcam a experiência migratória, contribuindo para a sensibilização das sociedades a essa temática. Por outro lado, especificamente com o público de pessoas migrantes, atividades mediadas por expressões artísticas podem proporcionar situações de construção de vínculos e compartilhamento de vivências relacionadas ao deslocamento e o contato com novos espaços e novas culturas. Além desses fatores já mencionados, as atividades artísticas e culturais também contribuem para a integração de pessoas migrantes nas comunidades das quais participam, sendo possível a promoção de renda e proporcionando reconhecimento dessa população nos espaços que frequenta.

Relato de experiência sobre representação de migrantes no espaço universitário: o projeto Bordas Urbanas

As atividades do projeto *Bordas Urbanas* foram realizadas com a participação de estudantes migrantes

dos cursos de graduação e pós-graduação da UFPR e membros da comunidade externa à instituição, entre junho e julho de 2019, em homenagem ao Dia Mundial do Refugiado (20/06). A motivação principal para a criação do projeto foi construir um espaço universitário representativo e acolhedor, no qual fosse possível transmitir narrativas inspiradoras de migrantes. Assim, a proposta inicial de trabalho se constituiu a partir da articulação de iniciativas, com objetivo de vincular estratégias de produção cultural à inclusão social de pessoas migrantes.

Através dessa perspectiva, o projeto procurou legitimar o valor cultural do grafite nos espaços públicos, bem como ampliar os espaços de representação e identificação de migrantes com a universidade, estabelecendo uma reflexão sobre a criação de estereótipos e inviabilização de migrantes nas estruturas de representação universitária, contestando visões já existentes e reelaborando interpretações. Dessa maneira, buscamos promover um espaço de diversidade cultural e expressão da arte urbana dentro da universidade, dando visibilidade a estudantes e artistas locais.

O trabalho foi realizado em parceria com o artista curitibano Seth Dazrua,²⁹ projetado pela designer Marcela Mity³⁰ e idealizado e coordenado por Maria Beatriz Maia,³¹ em homenagem a pessoas refugiadas. O resultado dessa parceria são painéis que retratam, através de narrativas visuais, densas tramas de toda a memória ancorada no corpo de quatro pessoas refugiadas, da Síria, Haiti, Benin e Venezuela.

Toda a exposição foi projetada para ser móvel, com o intuito de ser uma intervenção urbana em trânsito, de forma itinerante. A ideia era que os painéis passassem por todos os campos da UFPR e por centros culturais em Curitiba, a fim de homenagear e representar a presença de pessoas refugiadas no maior número de espaços. Além disso, pretendia-se criar um movimento de intervenção urbana, na qual pessoas pudessem se comprometer em transformar o espaço nas suas cidades através da arte feita sobre a temática do refúgio.

Quanto à curadoria da exposição, foi necessário desenvolver um conceito que vinculasse a obra com a história dos migrantes homenageados. MARTINEZ (2017) argumenta que toda curadoria surge de uma pesquisa, e que é necessário resgatá-la, revelar seu valor, para que se perceba que o processo de criação de uma exposição é complexo e reflete um pensamento elaborado. Além disso, o processo de curadoria possibilita lançar um olhar crítico sobre os processos que são socialmente construídos.

A curadoria da exposição se configurou a partir da ideia de Bordas Urbanas. Na cidade fragmentada, as bordas urbanas são presentes e incisivas, elas delimitam a extremidade de um espaço e dividem as dimensões invisíveis. Mas também é na borda que está o encontro, a transição e a troca. As bordas contornam a dimensão de uma superfície através de formas enunciativas da solidez resiliente e invisível. Em grandes centros urbanos, as bordas são espaços marcados pela simultaneidade, são fechamentos não lineares e se configuram, muitas vezes, como lacunas entre o transitório e o definitivo. As Bordas Urbanas são, assim, simulacros espontâneos. Representando fronteiras invisíveis entre os corpos, constituem-se como um espaço intermediário. São barreiras ou suturas entre realidades repartidas. Espaços transitórios que molduram a fragmentação interna, o rompimento, a falta, pois se perde o sentido de pertencimento para se configurar entre duas coisas. Nelas, paisagens materiais, políticas, econômicas e étnicas se articulam ao mesmo tempo que se excluem. Todavia, é também na borda que existe a reconstrução de domínios internos. É nela que ocorre o encontro

com o real, o percurso interno de busca de si mesmo, a intensa transformação que dá acesso ao novo imaterial em territorialidades difusas. Assim, por meio da exposição se argumenta pela necessidade de (re)significação das relações estabelecidas nas bordas, diluindo a percepção dessas como elo segregatório entre os corpos, para construir a percepção das bordas como aquilo que une realidades distintas.

Ainda sobre o conceito da exposição, é constituído a partir daquilo que traça a viagem e as moradas de quatro pessoas refugiadas. Baseia-se no olhar na contramão, no acolhimento, na constante transitoriedade, na falta, na segregação morfológica dos ambientes urbanos, no obscurecimento, na via aberta e exposta, nos trajetos internos que se entrecruzam, no deslocamento. Por meio dela, vidas são retratadas e marcadas pela coexistência. Assim, a exposição é, sobretudo, uma homenagem através das bordas do contato e da ternura, a todas as pessoas em condição de refúgio, e busca, através dessas bordas, mostrar o real sentido do seu valor.

Para inaugurar a exposição, promovemos um evento que foi aberto à comunidade no campus Rebouças da UFPR, no Dia Mundial do Refugiado. O evento buscou expressar talentos e fortalecer manifestações culturais diversas, e contou com a participação ativa de pessoas migrantes e refugiadas durante todo o seu processo de planejamento e execução. Ao longo do dia, foram realizadas oficinas com temas específicos — como turbantes e penteados afro; e danças típicas da República Democrática do Congo e da Venezuela — e apresentações artísticas.

29 Seth Dazrua é grafiteiro, desenhista, tatuador e estudioso das diferentes técnicas de desenho. Tem uma obra variada, que mistura o realismo e o lúdico. Em suas obras, ele busca retratar povos indígenas, afrodescendentes, grandes figuras da música e do cinema, paisagens, entre outros.

30 Marcela Mity é formada em Design de Produto pela Universidade Federal do Paraná em 2017. Tem interesse em projetos artísticos e colaborativos, principalmente quando atrelados a um tema social.

31 Maria Beatriz Maia gosta de trabalhar em problemas globais, desenvolvendo pessoas e comunidades através de uma perspectiva mais humana, artística e sustentável. Nos últimos anos Maria Beatriz participou de vários projetos relacionados aos direitos humanos no Brasil, Austrália, Hungria, Espanha e Timor Leste. Dedicou-se à temática da migração e do refúgio desde 2017.



*Painéis de grafite do Bordas Urbanas.
Fonte: Arthur Oliveira, 2019.*



*Colagem dos lambes da Migrarte.
Fonte: Ubiratan Bittencourt, 2019.*

Paralelamente a essas atividades, o evento contou com a exposição de poemas e com uma feira de produtos e comidas típicas produzidos por pessoas da comunidade de migrantes atendida pelos projetos do PMUB, o que possibilitou a geração de renda e a divulgação desses trabalhos. O encerramento das atividades foi marcado por uma roda de conversa com os refugiados retratados nos painéis de grafite e, em seguida, uma apresentação de música e dança folclóricas da Venezuela.

Essa exposição e esse evento existiram pela necessidade de humanização das grandes cidades através das margens de encontros significativos, e utilizaram a arte urbana como estratégia poética de reconhecimento, potente e equiparável. Buscamos mostrar o terreno de vidas que se entrelaçam na situação de ser pessoa em situação de refúgio, de sentir a hostilidade das bordas materiais e invisíveis constantemente. Ultrapassando a experiência de apenas retratar, os painéis criados e as experiências culturais compartilhadas transformam-se em imagens que impõem a união e expressam olhares que transbordam memórias carregadas de afetividade, as quais, inevitavelmente, passam a ser nossas.

Relato de experiência sobre representação de migrantes no território da cidade, o Projeto Migrarte

Partindo da necessidade de criação de lugares sociais de reconhecimento para pessoas migrantes e de acesso a atividades culturais e de lazer, desenvolvemos o Projeto Migrarte em novembro de 2019. Esse projeto teve como objetivos principais tornar acessível o uso de ferramentas e das técnicas artísticas da colagem, e promover oportunidade para compartilhamento das experiências migratórias e reivindicação de direitos. O projeto teve duas fases: a oficina de colagem e a produção de lambes a partir das produções da oficina.

O planejamento e a execução desse projeto contaram com a cooperação de dois artistas brasileiros: o designer Daniel Mariot³² e a ilustradora, e também psicóloga, Amanda Guerrero³³. Além disso, também contamos com o apoio do PMUB na divulgação para os migrantes atendidos e no acesso a espaços da UFPR para a realização das atividades.

32 Daniel Mariot. Designer e colagista. Seu perfil profissional pode ser acessado no link: <https://www.instagram.com/dm.artcreative>.

33 Amanda Guerrero. Psicóloga e ilustradora. Seu perfil profissional pode ser acessado no link: https://www.instagram.com/sa_lamandra_.

A oficina foi dividida em quatro momentos principais. O primeiro foi a intervenção da Amanda, que utilizou técnicas do psicodrama para estimular o relaxamento e a concentração dos participantes, bem como a integração entre o grupo. O segundo foi conduzido por Daniel, que apresentou a técnica artística da colagem e as possibilidades de composições e materiais. Foi seguido pelo terceiro momento, o de exploração dos materiais disponíveis para a oficina e a elaboração das colagens. Após essa etapa de criação, no quarto e último momento os participantes compartilharam entre si as suas colagens e as reflexões que tiveram durante o processo de produção. Importante ressaltar que esse momento final acabou tendo duração superior ao planejado, pois todos os migrantes participantes se engajaram no compartilhamento e pontuaram a importância de momentos de troca de experiências e reflexões.

Após a oficina, aqueles que aceitaram participar da etapa seguinte do projeto tiveram suas colagens transformadas em lambes. Essa iniciativa permitiu dar visibilidade à questão migratória e a reivindicação para a garantia de direitos dessa população. Com base na disponibilidade dos participantes, foi agendada uma data para fazer a colagem em um muro da região central da cidade de Curitiba, frequentemente usado para intervenções desse tipo. Além disso, esse momento da colagem dos lambes³⁴ fortaleceu a integração entre as pessoas envolvidas no projeto.

Por óbvio, os lambes da Migrarte não permaneceram visíveis no muro no qual foram colados. Alguns foram cobertos por cartazes, outros acabaram deteriorando por conta do tempo, revelando que as cidades são vivas e dinâmicas, e a arte urbana acompanha esse movimento.

Considerações finais



*Ninoska tocando seu cuatro no evento de inauguração da exposição Bordas Urbanas.
Fonte: Samira Chami Neves, 2019.*

A realização dos projetos Bordas Urbanas e Migrarte favoreceram a participação social e cidadã dos participantes, e esperamos que o relato dessas atividades possam inspirar ações semelhantes em outros lugares do Brasil e do mundo. Em contraposição às brutalidades e aos sistemas de exclusão e preconceito, é necessário dar voz às pessoas em contextos migratórios, marcar sua presença nas cidades. Por isso, este texto é finalizado com um relato de Ninoska Portela, uma artista venezuelana que participou de atividades promovidas pela Arte como Refúgio na UFPR:

“Na minha última viagem da Venezuela para o Brasil, decidi cruzar a fronteira apenas pelo custo alto da passagem de avião. Decidi não trazer de Caracas meu ‘*cuatro*’, um instrumento folclórico da Venezuela, para comprá-lo na cidade fronteira. Ao chegar à fronteira, comecei a procurar o *cuatro* pelas lojas, sem sucesso. Fui para todo lado. Então um homem me recomendou ir à casa da cultura para falar com o diretor, porque certamente eles tinham *cuatro*. Ao chegar ao local, o

³⁴ Pôster lambe-lambe (Wheat-paste, em inglês) é um pôster artístico de tamanho variado que é colado em espaços públicos.

diretor tinha um aspecto indígena, algo normal na localidade, então perguntei se era possível conseguir um *cuatro* naquela respeitável casa cultural. Ele me olhou e com arrogância me respondeu que não tinham instrumentos folclóricos, muito menos um *cuatro*, e depois abriu um grande portão e me mostrou várias crianças que pareciam indígenas da região ensaiando com instrumentos orquestrais; sem dúvida era o sistema orquestral. Eu não soube se ria ou chorava. Então continuei meu caminho, cruzei a fronteira com o Brasil e em poucos dias fui para onde estou hoje, a cidade de Curitiba. Depois de alguns dias comecei a buscar uma maneira de conseguir um *cuatro*, até que consegui que me trouxessem um da Venezuela. Mas minha maior surpresa foi quando li que a fabricação do *cuatro* era made in China... E novamente eu não soube se ria ou chorava. Com meu *cuatro* folclórico, patrimônio cultural venezuelano *made in China*, começa minha história de “stand up comedy musical” no Brasil. A Venezuela vive uma crise profunda há anos, que a cada dia piora, e a vida do cidadão comum está em jogo. Então a decisão de sair de lá para outro país é uma coisa comum atualmente. Já tenho meus filhos aqui e uma neta curitibana, brasileira. Agradeço muito ao povo brasileiro por abrir suas portas e por me dar tantos aplausos. Deus abençoe o povo brasileiro.”

REFERÊNCIAS

Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). **Perfil socioeconômico dos refugiados no Brasil**. 2019. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/07/Pesquisa-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-Refugiados-ACNUR.pdf>. Acesso em 23 set. 2020.

HONNETH, A. **The struggle for recognition: the moral grammar of social conflicts**. Cambridge, MIT Press, 1996.

RAGNINI, E. C. S.; SILVA, G. L. R.; OLIVEIRA, L. L., BUSATO, M. A recepção e a permanência de migrantes e refugiados na Universidade Federal do Paraná. In: **Encontro intermediário dos GT's da ABEP**, 2019, São Paulo. Anais. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/3460/3318>. Acesso em 23 set. 2020.

DUARTE, N.; ASSUMPÇÃO, M. de C.; DERISSO, J. L.; FERREIRA, N. B. de P.; SACCOMANI, M. C. da S. O marxismo e a questão dos conteúdos escolares. In: **Anais Eletrônicos do IX Seminário nacional de Estudos e pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”**. Anais. UFPA–João Pessoa, 2012. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acerhistedbr/seminario/seminario9/PDFs/6.17.pdf>. Acesso em 23 set. 2020.

MARTINEZ, S. E. Entre curadoria e exposições: conceitos em trânsito. **Jornal arte e cultura**. Ed. 43, 2017. Disponível em: <http://abca.art.br/httpdocs/entre-curadoria-e-exposicoes-conceitos-em-transito>. Acesso em 01 out. 2020.

PASQUALINI, J. C.; NASCIMENTO, C. P. Arte. In: PASQUALINI, J. C.; TSUHAKO, Y. N. **Proposta pedagógica para a Educação Infantil do Sistema Municipal de Ensino de Bauru/SP** [recurso eletrônico]. Bauru: Secretaria Municipal de Educação, 2016a.

Praça da Amizade: acolhida de venezuelanos interiorizados e amparo social através da educação e teatro

Tânia Savariego ³⁵

Introdução

O projeto de extensão Refúgio, Migração e Hospitalidade, com apoio da Casa Dom Oscar Romero, realizou dois eventos de integração local para os venezuelanos que chegaram a Curitiba vindos de Roraima, pelo projeto governamental de interiorização, a *Operação Democratizando Informação: acesso universitário para todos*, ocorrida no dia 16 de fevereiro de 2019, e a *Operação Hospitalidade: Somos Um Só*, em parceria com a Cia. de Teatro GiKlaus, no dia 13 de abril de 2019.

O objetivo das ações era aplicar duas abordagens que considerávamos importantes para aqueles que estavam abrigados na casa: 1) Incentivá-los a retornar com seus estudos e afastar qualquer dúvida jurídica sobre as documentações e permanência no Brasil, como carteira de trabalho, CPF, acesso bancário. Além disso, procuramos informar sobre o acesso à educação infantil e à educação superior, bem como direcioná-los ao curso de português do Projeto PBMIH, que também é vinculado à Cátedra Sérgio Vieira de Mello, visto que a maioria era recém-chegada e a língua portuguesa era uma barreira de sociabilização

³⁵ Graduada em Direito pela UniSantaCruz. Graduanda em Administração Pública pela UFPR. Especialização em Ministério Público – Estado Democrático. Extensionista na CSVN UFPR/ACNUR.
E-mail: tfsavariego@gmail.com.

PMUB-CSVM-ACNUR-UFPR.

Fonte: Priscila Costa.



e independência local. Visávamos auxiliá-los com o acesso imediato ao idioma para evitar conflitos nas futuras expectativas de alcançarem trabalho e ter acesso aos serviços públicos municipais; e 2) Envolver a diversão com a Cia. de Teatro GiKlaus. O objetivo estava concentrado no acolhimento através da arte e cultura local, como exercício de cidadania, que foi protagonizado pela proposta do espetáculo: “Praça da Amizade”, enquanto enredo que atrai olhares sobre a infância e a formação do indivíduo. A mensagem era de levar ao público migrante reflexões de cunho moral e sentimentos de compaixão, esperança e amor.

O psicólogo da Casa Dom Oscar Romero, Douglas Marques, explicou o funcionamento da casa enquanto parceria entre a Ação Social do Paraná, governo brasileiro e OIM, sendo parte do programa de interiorização dos venezuelanos. Anteriormente já havia sido o espaço de outra etapa da interiorização, sob a responsabilidade da Cáritas. A ideia do projeto era servir como um lar temporário para que os abrigados pudessem dar início a uma nova vida, ou seja, até que encontrassem um emprego e uma propriedade digna. A primeira leva de venezuelanos foi no início de fevereiro e continha cerca de 90 pessoas, a grande maioria homens adultos sozinhos, mas também casais e famílias com filhos.

Por mais que fosse difícil encontrar vaga em creche e escola, a casa buscava vagas para todas as crianças e adolescentes, inclusive em parceria com uma escola particular, que ofereceu bolsa de estudos. Todos os

venezuelanos foram encaminhados de imediato para criarem cartão-transporte para transitar pela cidade, realizar cadastros para benefícios a que tinham direito, exames e tratamentos de saúde, pois havia algumas pessoas com questões de saúde delicadas, e muitos debilitados devido à migração. Felizmente, foi possível o encaminhamento para todas as questões mais urgentes.

Além disso, a casa contava com doações da universidade e da comunidade próximas, pois ao longo do tempo chegavam outros moradores, conforme ocorria a disponibilidade de vagas. No total foram mais de 100 pessoas atendidas. A casa tinha como propósito ser um abrigo com espaço de formação e adaptação à nova vida. Com isso, realizaram encaminhamentos para cursos profissionalizantes para os venezuelanos interessados, instituíram parcerias com centrais de emprego e sindicatos em busca de vagas de trabalho, fizeram oficinas sobre mobilidade urbana, serviços e diversos encontros para falar sobre diferenças culturais.

1. A comunicação sobre o acesso à educação superior e as abordagens de atendimento sobre novos procedimentos de acolhida

A *Operação Democratizando Informação: acesso universitário para todos* foi uma ação voltada a facilitar a integração de migrantes com professores e alunos e o seu contato com o meio acadêmico e suas formas de ingresso, anualmente disponibilizadas pela Universidade Federal do Paraná por resoluções destinadas aos migrantes com visto humanitário, solicitantes de refúgio e refugiados: de Reingresso (Resolução nº 13/14–CEPE, de 2014), de Revalidação (Resolução nº 02/16–CEPE, de 2016) e de Vestibular Especial (Resolução 63/18–CEPE, de 2018). A reunião aconteceu com os moradores da casa que estavam interessados em retomar seus estudos no Brasil, providos da esperança de uma colocação no mercado de trabalho.

Os principais questionamentos feitos para a equipe presente eram sobre a inviabilidade de terem todos os documentos para comprovação educacional. Devido aos conflitos políticos da Venezuela, algumas universidades do país, com o intuito de impedir a emigração, negavam a retirada dos documentos acadêmicos. Quando solicitado, cobravam preços exorbitantes, inviabilizando o seu acesso, o que causava indignação e revolta e era visto por eles como uma manobra desrespeitosa que forçava a permanência na Venezuela. Quando presenciado tal posicionamento, os migrantes não tinham outra opção senão realizar a travessia sem os documentos legítimos para comprovarem sua estabilidade educacional.

Os refugiados, nessas condições de recém-chegados à capital, encontram diversas dúvidas de localização geográfica e acesso a serviços educacionais e outros de competência pública. Então valorizam informações sobre os documentos que possuem, se estão de acordo com as exigências brasileiras, se os cursos de ensino superior que realizaram são compatíveis com os aqui disponibilizados, se existe a possibilidade de continuarem suas vidas exercendo a profissão escolhida no país de origem. As mulheres presentes durante a reunião, mesmo que ainda em menor quantidade, questionavam a educação de seus filhos, e, preocupadas alegavam sobre: a socialização escolar com crianças brasileiras pela diferença de língua; a

comparação com a faixa etária e o período escolar, pela situação de muitas crianças que, devido ao deslocamento, passaram meses sem acesso escolar, dificultando o ingresso no período correto; e ainda se sentiam preocupadas sobre suas condições de vida, se seriam capazes de trabalhar, estudar e cuidar das atividades familiares, que tanto exigem. Relatavam-nos sobre o imenso esforço e dedicação em relação a suas famílias, e que sentiam necessidade de compreender as reais condições de sobrevivência sendo mães; por isso buscavam informações sobre os auxílios que são direcionados à família, principalmente com a possibilidade de terem acesso ao Bolsa Família disponibilizado pelo Governo Federal.

Criando um espaço acolhedor e desafiador, buscamos a atender cada um individualmente, proporcionando um espaço de motivação, fortalecimento e trocas de experiências. São essas construções que nos fortalecem e nos fazem entender o lado delicado e sutil do atendimento ao migrante. Direcioná-lo à educação passa a ser um apoio para todo o caminho que pretende percorrer, seja em qual estado escolha permanecer.

Pelos relatos de experiências que são vivenciadas diariamente nos atendimentos do projeto, já tínhamos experiência quanto às operações de inserções de migrantes e refugiados nas cidades, sendo um momento de insegurança e instabilidade com a rede que pretende formar. No abrigo, a experiência foi ampliada, pois lá há diversas famílias, cada uma com seus costumes e hábitos, e o caminho é composto por anseios, expectativas e incertezas devido à precariedade de propriedade, emprego e educação, e à escassez de alimentos, especialmente para aqueles que estão acompanhados por seus familiares, incluindo crianças, adolescentes e idosos. Percebeu-se que eram as crianças que mais se sentiam sozinhas, pois o espaço não possuía área de lazer apropriada ao desenvolvimento infantil, mas somente uma sala compartilhada por todos.

Nesse espaço foi possível perceber as carências de informações básicas no que tange aos direitos

como migrantes residentes no Brasil, bem como o desinteresse pela construção de políticas públicas que tratem da migração. O diálogo foi ainda mais longe: relatavam a discriminação ou a indiferença com que eram tratados pelas autoridades públicas e por alguns brasileiros, sobretudo quando questionavam a veracidade de seus documentos pessoais e sua nacionalidade.

Sabe-se que a nova Lei de Migração, no Art. 3, inciso II, preconiza o repúdio a qualquer ato de xenofobia, racismo ou discriminação, e que a Constituição Federal exige, em seu Art. 37, que a Administração Pública obedeça aos Princípios Constitucionais, mais especificamente aos Princípios da Publicidade e da Eficiência. No tocante ao Princípio da Publicidade, em virtude de que uma população deve estar consciente de seus deveres e direitos, uma ampla divulgação deve ocorrer para evitar e punir a xenofobia, em todo o território nacional. Já o Princípio da Eficiência induz o dever do Estado de olhar os migrantes e refugiados como parte da sociedade brasileira, e com isso instituir órgãos e instrumentos de orientação. Com a burocratização e o engessamento dos órgãos públicos, os servidores precisam de apoio técnico-educacional para que o serviço prestado atenda à população migrante com mais eficiência, começando pela desmistificação sobre os documentos migratórios e os direitos iguais sem distinção de qualquer natureza frente aos brasileiros.

Alguns moradores da casa que foram acolhidos eram LGBTs e relataram o mesmo descaso e distanciamento devido à sua opção sexual e de gênero, alertando sobre a sua preocupação com o preconceito e discriminação, por parte da sociedade brasileira em geral. Falamos também da necessidade de melhorar as suas condições, sendo que a convivência na própria casa era difícil.

Por meio da atuação do projeto de extensão Refúgio, Migração e Hospitalidade, percebeu-se que, na prática, existem inúmeros desafios a serem solucionados, sendo que apenas as rodas de conversas e assistência temporária no sistema não seriam capazes de resolver

todas as necessidades informadas. Como possível solução, caberia ter mais centros de atendimentos que fossem específicos, principalmente para atender à saúde dos migrantes que chegam debilitados. As questões psicológicas que afetam diretamente o emocional da população migrante foi muito debatida, os LGBTs são ainda um dos mais prejudicados e muitas vezes esquecidos devido a sua opção.

Com essa passagem curta, com tantos questionamentos, após sanar as dúvidas decorrentes e comuns uns aos outros, surgiu a ideia de promover um dia de integração e diversão, pois mesmo com tantos problemas, ainda se demonstrava na roda de conversa uma empatia muito grande pelo Brasil. Como o espaço era amplo, havia muitas crianças e logo chegaria a Páscoa, surgiu a ideia de fazermos o encontro com todos, em prol da hospitalidade. Ou seja, a universidade, em seus diversos braços de apoio, sairia da posição técnica educacional e passaria para o lado humano, buscando o encontro com o outro.

2. A Praça da Amizade: teatro, refugiados e instituições de acolhimento

Tendo em vista as inúmeras dificuldades relatadas no tópico anterior, percebemos a necessidade de criar um momento que transmitisse acolhimento e que de alguma forma amenizasse aquele momento coletivo rodeado de tantas incertezas e necessidades. A equipe, formada por alunos extensionistas, voluntários e professores, idealizou a “Operação Hospitalidade: somos um só”, que teria como missão trazer a criatividade e o amparo para as crianças do abrigo. Na última visita realizada pelo projeto, foi possível perceber que o espaço era ideal para uma atividade externa diferente das realizadas na Sala 28, já que o jardim no fundo da casa era amplo, arborizado, florido, ideal para um encontro fraternal. Como o



PMUB-CSVM-ACNUR-UFPR.

Fonte: Priscila Costa.

mês da Páscoa se aproximava e a casa apresentava um alto número de crianças e adolescentes, promovemos pelas redes sociais da Cátedra Sérgio Vieira de Mello na UFPR a participação de toda a comunidade acadêmica e da sociedade simpatizante da causa migratória que estivesse disposta a nos ajudar de forma voluntária com doação de roupas e alimentos, chocolates e guloseimas, livros e materiais de pintura, massinhas de modelar e lápis de cor. A ideia era construir, no mesmo dia da entrega dos chocolates (ovos de Páscoa), atividades educativas e integradoras, além de auxiliar a casa em suas necessidades mais urgentes.

Com vistas a buscar soluções para esse acolhimento especial, o papel dos voluntários e dos alunos extensionistas que fazem parte do projeto foram fundamentais para a realização das atividades: oficinas de pintura; oficinas de desenho com máscaras de coelho; oficinas de leitura e brincadeiras socioeducativas com os brinquedos arrecadados; além de prepararem as cestas repletas de chocolates, com identificação do nome de cada criança e uma mensagem positiva.

Como se fosse uma fase preliminar, as oficinas ficaram concentradas em suas atividades até o grande momento esperado por semanas por todos que moravam na casa: a apresentação da companhia de teatro. A trama era baseada na trajetória solitária de dois irmãos que de cidade em cidade realizavam shows

de acrobacias em busca de seus sonhos. Eles tinham como intuito reunir uma multidão de espectadores, e a cada movimento de suas acrobacias eles contavam as suas lembranças passadas. Os personagens eram Neco e Nica, ex-artistas de circo, e o enredo era formado pelas emoções e pelos doces momentos da infância, da lembrança de seus pais e da precipitada saída de casa em busca de seus sonhos.

A arte nessa história emocionava os venezuelanos, pois as histórias vivenciadas pelos personagens remetiam à saudade de seus familiares e da convivência antes da migração, já que as escolhas da migração — o “sair de casa” — decorrem de diversos momentos a que todos os seres humanos estão sujeitos. Um desses momentos que merece destaque, e que causou lágrimas nos espectadores, foi uma cena em que a personagem Nica leva ao encontro do público uma pelúcia em formato de coração, e Nico diz: “Que saudade do coração da mamãe, um dia eu vou voltar para o coração de mamãe, nunca se esqueçam do coração de mamãe”, e então o coração era passado de mão em mão, e cada venezuelano abraçava-o como se sentisse saudade de alguém. Brasileiros também se emocionavam. A mensagem era direcionada para uma reflexão sobre os valores familiares, sobre a importância de construir lembranças com as pessoas de que gostamos, de cuidar uns dos outros, e da esperança de um dia voltar para casa, pois quem “sonha tem asas para voar”, dizia Nico durante a apresentação.

PMUB-CSVM-ACNUR-UFPR.

Fonte: Priscila Costa.



Klaus Faryj (DRT nº 26076/PR) é o ator principal do espetáculo, junto com a atriz Gisele Xavier (DRT nº 24404/PR), e relatou que a responsabilidade como artista aumenta, e muito, quando o público é formado por crianças, jovens e adultos de outras nações, não só pelas características culturais presentes em cada povo, mas também pelas carências materiais, psicológicas e, principalmente, pelos sonhos que cada indivíduo carrega consigo. E um desses sonhos talvez seja o de ser bem acolhido. Sobre sua experiência, alega que muitas apresentações, datas e locais, tornam-se especiais para a Companhia GiKlaus de Teatro, mas que o dia 13 de abril de 2019, no Abrigo Dom Oscar Romero/Curitiba-PR, foi marcado por sentimentos, sorrisos e olhares que ficarão com a equipe para sempre. Sobre o espetáculo, diz: “Apresentar ‘Praça da Amizade’ para nossos irmãos venezuelanos foi uma experiência riquíssima de trocas e aprendizados; esses “vencedores da vida” nos mostraram que não há limites para a utilidade da arte. Na apresentação daquele sábado ensolarado, procuramos acolher e fomos ainda mais acolhidos, procuramos levar alegria e ficamos ainda mais alegres. Procuramos levar reflexão, e as reflexões que nossos irmãos venezuelanos proporcionaram nos acompanham até hoje. Somos gratíssimos pela oportunidade de vivenciar a mais verdadeira fraternidade.”

Após as apresentações, em um ato de genuína gratidão, todos os presentes, emocionados pela mensagem oferecida pela apresentação, saudaram com palmas,

e num único abraço coletivo fecharam uma tarde de sábado de amor e respeito ao próximo. Nesse caso, a arte brasileira na casa demonstrou que recomeços são possíveis, e mesmo com tantas adversidades, os brasileiros demonstram interesse em servir o próximo com o melhor que possuem: sua alegria.

Foi um momento lúdico, mas em conformidade com a previsão do artigo 3, incisos VII e XIV, da Lei 13.445, de 2017, a nova Lei de Migração, que estabelece a necessidade do desenvolvimento cultural e o fortalecimento da integração social e cultural dos povos da América Latina. O encontro nesse dia promoveu a interculturalidade e a aproximação local entre brasileiros e venezuelanos. Deu-se ainda em consonância com o Art. 5 da Constituição Federal de 1988, que preconiza a igualdade de direitos entre brasileiros e migrantes, e o Art. 4, inciso I da nova lei migratória, que reafirma essa condição de inviolabilidade da igualdade plena com os nacionais, e ainda assegura os direitos e as liberdades culturais.

3 Considerações finais

Nos dois eventos ocorridos por meio da atuação do projeto de extensão Refúgio, Migração e Hospitalidade, da Universidade Federal do Paraná, percebeu-se que,

na interação entre pessoas refugiadas e brasileiros, o verbo “acolher” é um conceito primordial para estreitar laços e fomentar a união entre os povos. A Praça da Amizade, com toda a sua grandeza de espetáculo, trouxe muitas alegrias, bom humor e uma forte emoção, convidando os venezuelanos e todos os presentes a valorizar a vida, refletindo sobre o papel da família, do trabalho e, principalmente, da fraternidade, sempre de maneira bem-humorada.

A simplicidade das palavras durante a apresentação conseguiu atrair o olhar das crianças e adolescentes presentes, auxiliando na aproximação com o cenário e as acrobacias apresentadas. Esse é o papel da arte, trazer emoção mesmo com as atribulações, o riso e as lembranças, contribuindo com o desenvolvimento de cada ser. O teatro realizado na Casa Dom Oscar Romero cumpre sua missão de cidadania e de contribuir com o repertório cultural das pessoas, especialmente aos refugiados que ali moravam. Essa proposta avança sobre novas formas de integração e acolhimento, pensando no teatro como arte que contribui para a formação dos indivíduos, que também é medida por suas relações artísticas e culturais.

A mensagem de disponibilizar acesso acadêmico com informações claras e precisas, de acordo com a necessidade de cada um, visitando centros de acolhimento, de modo a aproximar e interagir com a cultura local, tende a se expandir à medida que novos desafios surgem, com a chegada de novos migrantes. São as informações técnicas interagindo com o lúdico. As adversidades na travessia de fronteira, e depois com a permanência no país de acolhida e o distanciamento dos entes queridos devido à migração, são barreiras a serem superadas com resiliência, sem se esquecer de que os laços que os unem sempre irão acompanhá-los, pois não haverá muros que os separem.

E, de acordo com Nico, no final da apresentação “Praça da Amizade”:

“Quem nasce feliz consiste no amor que nunca reclama, separação não existe no coração de quem ama.”



D

PROJETOS ESPECIAIS

Projeto Reconheço: Encurtando tempos e espaços
(Projeto para realização de entrevistas de solicitantes
de refúgio pelo Conare, na UFPR)

Experiência de mutirões remotos e presenciais de entrevistas de elegibilidade no âmbito do processo de determinação do status de refugiado(a): a perspectiva da Universidade

Angelica Furquim ¹
Fernanda Casaril ²
Tatyana Scheila Friedrich ³

1 Reflexões iniciais

¹ Mestra pelo programa de pós-graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR) – Direitos Humanos e Democracia. Graduada em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Advogada. Assistente Sênior de Proteção Legal na Cáritas Paraná, em convênio com o ACNUR. Extensionista bolsista do Projeto de Extensão Refúgio, Migrações e Hospitalidade (Cátedra Sérgio Vieira de Mello – UFPR) de maio de 2016 a dezembro de 2016. Integrante do Projeto de Extensão Refúgio, Migrações e Hospitalidade de 2014 a 2018 (Cátedra Sérgio Vieira de Mello – UFPR).
E-mail: angelica.furq@gmail.com.

² Mestra pelo programa de pós-graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR) – Direitos Humanos e Democracia. Especialista em Direito Público pela Escola de Magistratura Federal. Graduada pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Assessora jurídica no TJ-PR. Integrante do Projeto de Extensão Refúgio, Migrações e Hospitalidade de 2017 a 2019 (Cátedra Sérgio Vieira de Mello – UFPR).
E-mail: fernanda_casaril@hotmail.com.

³ Professora de Direito Internacional Privado da UFPR, com pós-doutorado em Migração e Trabalho na Fordham University. Coordenadora do Projeto Refúgio, Migrações e Hospitalidade; do Programa Política Migratória e Universidade Brasileira; e da Cátedra Sérgio Vieira de Mello, todos na UFPR. Líder do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos em Direito do Sul Global (Nupeul/CNPQ).
E-mail: tatyanafriedrich@yahoo.com.

Aporias e paradoxos da hospitalidade — condicionada, como nos faz refletir Derrida — instigam a universidade a abrir verdadeiramente suas portas, *incondicionalmente*, à baila de um constante processo crítico de desconstruções, aberturas, rupturas e encontros. Nessa direção, a atenção da universidade à temática particular do refúgio não escapa à ótica do contínuo esforço pela hospitalidade incondicionada. Essa preocupação se refletiu na experiência da universidade com um dos elementos mais centrais da condição jurídica de pessoas em situação de refúgio no Brasil, particularmente em Curitiba-PR, onde o Programa Política Migratória e Universidade Brasileira (PMUB), no âmbito da Cátedra Sérgio Vieira de Mello da UFPR, está baseado.

Uma pessoa não se torna refugiada porque é reconhecida como tal, mas é reconhecida como tal por ser refugiada (ACNUR). Está refugiada. O reconhecimento, portanto, de seu status é ontologicamente posterior à sua própria experiência enquanto refugiada, porém não menos fundamental. Para o reconhecimento do status de refugiado(a), a

Lei de Refúgio brasileira estabelece um procedimento específico, que é levado a cabo pelo Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), órgão de deliberação coletiva, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública. O procedimento, composto por etapas distintas, via de regra não possui um prazo específico para conclusão, haja vista as análises variarem de acordo com diferentes particularidades, narrativas, complexidades de cada caso e informações disponíveis sobre contextos dos países de origem de cada solicitante. Parte central do procedimento para tanto é a realização individualizada de entrevistas de elegibilidade: oportunidade em que o(a) solicitante de refúgio apresenta sua narrativa em pessoa — presencial ou virtualmente — ao oficial de elegibilidade.

Nesse cenário, em mais uma aproximação da universidade com outros atores da temática migratória, com vistas a garantir uma maior segurança, garantia de cidadania e integração local a pessoas em situação de refúgio, o Projeto Refúgio, Migrações e Hospitalidade, integrante do PMUB, junto ao Conare, realizou mutirões virtuais e presenciais com o intuito de viabilizar as oportunidades de realização de entrevistas de elegibilidade.

2 Entrevistas e mutirões: expressões da hospitalidade

A entrevista é etapa essencial para a instrução do processo relativo à solicitação de refúgio, de modo que o eventual não comparecimento pode ensejar o seu arquivamento pela Coordenação-Geral do Conare, sem análise de mérito. É nesse momento que é dado ao(à) solicitante do reconhecimento da condição de refugiado(a) o direito de conversar diretamente com um oficial de elegibilidade do Conare para relatar as circunstâncias e fatos que fundamentam seu pedido de refúgio, ou seja, as razões que motivaram a saída de seu país de origem, as perseguições sofridas, as consequências em caso de retorno. Também é

no momento da entrevista que é apresentado ao oficial alguns documentos, se disponíveis, tidos como essenciais para a instrução do processo, tais como: passaporte, protocolo de solicitação de reconhecimento da condição de refugiado(a), CPF, carteira de trabalho, cédula de identidade do país de origem.

Em regra, ressalvado nas cidades de Brasília-DF, Rio de Janeiro-RJ e São Paulo-SP, as entrevistas são realizadas por videoconferência. Desde 2018 foi estabelecida parceria entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública, via Coordenação-Geral do Comitê Nacional para Refugiados (Conare) e a Universidade Federal do Paraná (UFPR), por intermédio da Cátedra, a fim de viabilizar a realização dessa etapa. A partir de 2019, essa parceria se estendeu, de forma que a Cátedra, além de auxiliar nas entrevistas a distância (inicialmente uma vez, passando para duas e depois três vezes por semana), viabilizou os mutirões de entrevistas presenciais, que ocorrem com a presença de servidor da Coordenação-Geral do Conare, em tempo integral na Universidade, durante alguns dias, geralmente uma semana. A UFPR proporciona um espaço fechado para que as entrevistas possam acontecer sem interrupções e com sigilo, além de, sempre que necessário, intérpretes, escolhidos dentre seus alunos refugiados da graduação ou pós-graduação, que assinam termo de confidencialidade.

Nesse sentido, o agendamento das entrevistas dos(as) solicitantes de refúgio é feito por meio de trabalho em conjunto realizado pelo Conare e pelos(as) participantes do Projeto Migrações, Refúgio e Hospitalidade, que integra o PMUB e a Cátedra, sendo utilizado o critério cronológico, salvo eventuais casos de necessidade de proteção específica.

A primeira etapa para a entrevista é o atendimento do(a) solicitante pelo Projeto, ocasião em que é consultada, junto ao Conare, a situação do seu processo de refúgio, isto é, o andamento da solicitação de refúgio. Caso esteja aguardando o agendamento da entrevista, é dada continuidade ao procedimento. Na segunda etapa, é verificado se a documentação requerida

pelo Conare está completa. Se eventualmente faltar algum documento, o Projeto auxilia o(a) solicitante na complementação da documentação, se disponível. Finda essa fase, o(a) requisitante é incluído(a) em uma lista enviada pelo Projeto ao Conare, que, por sua vez, revisa a documentação e providencia a notificação do(a) solicitante para a entrevista.

Nos casos de entrevistas por videoconferência, o espaço físico disponibilizado é o da Sala 28, um local já conhecido pelos refugiados da região, que fica situado no andar térreo do Prédio Histórico da UFPR, no centro da cidade de Curitiba, com fácil acesso, onde são realizados os atendimentos do Projeto Refúgio, Migrações e Hospitalidade e do Projeto de Psicologia, além de ser a sala administrativa da Cátedra. Ali já está previamente organizado o equipamento necessário para viabilizar as entrevistas (computador com internet a cabo, acesso ao link enviado pelo Conare e microfone). Durante o procedimento, apenas quem está sendo entrevistado pelo Conare permanece na sala, com exceção do(a) intérprete, caso haja necessidade. A entrevista, então, é acompanhada apenas indiretamente pelos(as) participantes do Projeto, sendo assegurado, de forma absoluta, o direito ao sigilo e à confidencialidade. Nas entrevistas realizadas nos mutirões presenciais, os trâmites seguem de forma idêntica àquelas realizadas por videoconferência. Nesses casos, em nossa experiência, o oficial de elegibilidade se desloca a Curitiba-PR, à Sala 28, por um período de cinco dias úteis, para a realização presencial das entrevistas pré-agendadas.

3 Lições e impressões

Parece-nos nítido que as sinergias da universidade e do Conare trazem uma maior celeridade aos processos de determinação do status de refugiado(a), que normalmente demoram vários anos para ser

concluídos. Além disso, com a participação da UFPR, que realiza diversas outras atividades e atendimentos com esses solicitantes de refúgio, mesmo antes dos mutirões serem agendados, tem-se acesso a contatos mais atualizados deles (endereço, telefone, email, redes sociais), uma vez que a universidade já faz parte do seu cotidiano, e vice-versa. E disso decorre outro fator importante: praticamente não há absenteísmo. O mero atraso de um solicitante à entrevista já faz com que os discentes envolvidos no projeto o contatem e vão atrás dele procurando saber o que aconteceu, e até reagendando com o oficial de elegibilidade, se necessário.

Nesse mesmo sentido, o compartilhamento de atribuições para a designação das entrevistas certamente tem-se provado artifício importante para a maximização de resultados qualitativamente sensíveis, em menor tempo. A primeira das lições resultantes da experiência é igualmente aplicável a todas as esferas do trabalho humanitário: das empreitadas em conjunto — em rede — com apoio de atores parceiros, colhem-se melhores frutos. Trabalhamos em conjunto, e assim se projeta nosso horizonte: com atuação em parceria, colaborativa, sensível e humana.

Nessa senda, as experiências com entrevistas de elegibilidade a partir de mutirões, remotos ou presenciais — e certamente estes muito mais que aqueles, por óbvio — trazem uma abordagem ainda mais humanizada ao processo de determinação do status de refugiado(a) à medida que viabilizam entrevistas de elegibilidade ao(à) solicitante de refúgio em ambiente seguro e devidamente equipado, de forma que o(a) solicitante se sente ainda mais confortável para externalizar sua narrativa de modo mais completo e coerente. A modalidade presencial, *tête-à-tête*, sobretudo, aproxima o(a) solicitante de seu próprio processo — às vezes reputado como tão distante e desconhecido — reforçando, ainda que indiretamente, a confiança do(a) entrevistado(a), e elimina dificuldades relacionadas ao acesso em si à entrevista. A segunda lição nos parece ser, portanto, o necessário exercício de alteridade.

A terceira lição nos faz refletir sobre igualdade e equidade. O atual momento social vivenciado é marcado pela predominância da cultura digital na sociedade. Boa parte da produção cultural, bem como das principais atividades econômicas e governamentais, “vão migrando para a rede, sendo praticadas e divulgadas por meio da comunicação informacional”, o que significa que “estar fora da rede é ficar fora dos principais fluxos da informação”, é ter o exercício da cidadania mitigado (SILVEIRA, 2001). E essa mitigação é ainda mais acentuada quando se trata de questões envolvendo o processo de solicitação da condição de refugiado, daí a importância da inclusão digital. Embora não se desconheça que o conceito de inclusão social ultrapassa o acesso aos recursos digitais e a fluência tecnológica (BONILLA; PRETO, 2011), quando o contexto envolve processo de refúgio, esse instituto passa a significar, principalmente, a democratização do acesso às tecnologias da informação, isto é, o acesso ao direito do solicitante de ter reconhecida a sua condição de refugiado.

Derrida fala da hospitalidade sem limitações, a partir da qual o ser humano que chega, ainda que diferente do outro que o recebe, e estranho, mas ainda assim, humano, encontra apenas a hospitalidade condicionada, embora espere a incondicional (DERRIDA, 2003). Apoiando-se na hospitalidade plena é que a inclusão digital se mostra essencial para que se reduza a exclusão social do solicitante de refúgio. Como visto, em regra, as entrevistas de elegibilidade de reconhecimento da condição de refugiado são realizadas por videoconferência, razão pela qual são necessários alguns equipamentos para viabilizá-la, o que pode vir a dificultar o trâmite regular do processo, eis que muitos solicitantes não têm acesso fácil a computadores, internet, etc. É nesse momento que a ponte com a universidade busca a hospitalidade, oferecendo ferramentas necessárias à realização de entrevistas de elegibilidade virtuais e oportunizando ambiente para entrevistas presenciais, de modo a eliminar, ainda que provisória e circunstancialmente, eventuais barreiras relativas à inclusão digital por parte de solicitantes de refúgio.



Gracieti Lopes, de Guiné-Bissau, foi uma das entrevistadas para concessão de refúgio. Foto: Marcos Solivan, 2019.

Ficam, portanto, em nossos registros algumas expressões da hospitalidade e lições fundamentais aos(as) alunos(as) e docentes integrantes do Projeto e a todos(as) que manejam, de algum modo, o tema: a importância do trabalho em conjunto, o indispensável exercício da alteridade e a necessária preocupação, em constante direção à igualdade e equidade, com o acesso a direitos e cidadania.

REFERÊNCIAS

BONILLA, Maria Helena; PRETO, Nelson (orgs.).
Inclusão digital: polêmica contemporânea.
Salvador: EDUFBA, 2011.

SILVEIRA, S. A. **Exclusão digital: a miséria na era da informação.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

UFPR. **UFPR viabiliza mutirão de entrevistas com Conare para solicitantes de refúgio.** Disponível em: <https://www.ufpr.br/portafulpr/noticias/ufpr-viabiliza-mutirao-de-entrevistas-com-conare-para-solicitantes-de-refugio>. Acesso em: 01/10/2020.

Projeto Reconheço: Encurtando tempos e espaços
(Projeto para realização de entrevistas de solicitantes
de refúgio pelo Conare, na UFPR)

“Nada se constrói sozinho” – o sucesso das ações da Coordenação-Geral do Comitê Nacional para os Refugiados – CG-Conare em parcerias implementadas

Bernardo Laferté ⁴

Aprendi cedo na vida que não se faz nada sozinho — além de um grande desgaste em termos de energia, o sucesso sempre é maior quando a ação vem em conjunto com outros atores interessados na consecução do objetivo em comum: menos energia gasta por cada ator e mais possibilidades de exploração e ganhos com os potenciais de cada agente, o que também mitiga — e até afasta — certos pontos de fragilidade.

Tem sido assim a execução das ações da Coordenação-Geral do Comitê Nacional para os Refugiados — CG-Conare, a qual tenho a honra de representar desde novembro de 2017, especialmente pelo histórico de movimento de minha família e também pelo delicado momento pela qual passam os deslocamentos no planeta, inclusive na nossa região, representada principalmente pela Diáspora Venezuelana e pelas migrações do Norte da América Central.

Pois bem, a ideia de estabelecer parcerias teve como pressupostos a falta de capilaridade da Coordenação-Geral do Conare bem como o interesse mútuo da contraparte em prestar auxílio direto aos refugiados e aos solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado, público-alvo da prestação de serviço desta CG-Conare.

⁴ Coordenador-Geral do Comitê Nacional para os Refugiados – Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Em Curitiba vivenciamos uma das experiências mais exitosas, em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), representada pela Sr^a Tatyana Friedrich, professora doutora e coordenadora do curso de Direito, por intermédio de um programa de extensão desenvolvido de forma pioneira pela UFPR, chamado Política Migratória e Universidade Brasileira, no âmbito da Cátedra Sérgio Vieira de Mello, do ACNUR, que tem como principal objetivo o acolhimento de migrantes e refugiados em Curitiba e região. Esse projeto oferece a migrantes e refugiados de diferentes nacionalidades, atividades como aulas de português, de História do Brasil, informática, assessoria e orientação jurídica, atendimento psicológico, além de outras atividades variadas.

Nossa principal parceria visava à resolução de casos cujos requerentes fossem residentes em Curitiba, na região metropolitana, ou mesmo no estado do Paraná, que porventura tivesse facilidade de deslocamento até o campus de Direito, onde são prestados os atendimentos pelo Projeto de Extensão Refúgio, Migração e Hospitalidade, que compõe o referido Programa e a Cátedra. Em duas frentes, sendo a primeira delas o apoio com a conexão para entrevista remota, por videoconferência, conectando o requerente em Curitiba com o servidor público responsável pela elegibilidade e pela entrevista de refúgio, em Brasília. Essa estratégia diminuiu as perdas de qualidade e de conexão, aumentando a compreensão dos relatos e otimizando o tempo da equipe da CG-Conare, além de ter permitido melhor gestão do fluxo e diminuição das ausências dos requerentes às entrevistas, seja por falta de conexão, seja por falta de notificação ou mesmo de compreensão do conteúdo das notificações (que constam em quatro idiomas).

Essa estratégia ocorreu em parceria com a UFPR, de forma que coube à universidade um saneamento prévio dos processos, inclusive com confirmação do interesse processual dos requerentes na resolução dos processos e uma escala de possíveis horários de disponibilidade, de maneira a utilizar-se dos horários disponíveis para entrevistas. A parceria com o Projeto

de Extensão da UFPR logrou diminuir as ausências e dar resposta mais ágil aos requerentes. Ademais, foram organizadas, também em parceria com o projeto de extensão, entrevistas por nacionalidade, com o objetivo de simplificar compreensão e instrução dos processos.

Essa não foi, contudo, a única parceria realizada. Outra frente de ação foi o estabelecimento de forças-tarefas de atendimento presencial, situação em que um servidor da CG-Conare de Brasília deslocou-se até Curitiba, justamente às instalações físicas do projeto de extensão, de forma a realizar entrevista pessoal para atendimento direto. Tal estratégia foi replicada mais de uma vez, com potencial de atendimento de cerca de 40 requerentes por semana — número que sempre é fluido, a depender da nacionalidade e da complexidade de cada entrevista. Ao organizar processos de nacionais venezuelanos ou sírios, por exemplo, em que o fundamento do reconhecimento da condição de refugiado é objetivo, é possível fazer atendimento de mais de 20 querentes por dia, aproveitando um fundamento jurídico objetivo e um procedimento simplificado de instrução processual.

O resultado dessa parceria foi a possibilidade de praticamente eliminar o passivo processual existente na cidade de Curitiba, oferecendo resposta qualificada e ágil aos solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado.

A parceria indica que o caminho da atuação conjunta é a receita do sucesso, para qualquer das partes envolvidas, sendo especial para o público-alvo, que tem suas demandas atendidas. É, também, a materialização do inciso IX do art. 1º do Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017 (Decreto de Desburocratização), que indica como diretriz do poder público a “articulação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os outros Poderes para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação de serviços públicos”.

A parceria demonstra também que a receita deve ser replicada em outras regiões da Federação, sem prejuízo da opção por uma instituição de personalidade



Professora da UFPR, Tatyana Friedrich, e Lázaro Romualdo da Silva, oficial de elegibilidade do Conare.

Fonte: Marcos Solivan

jurídica de direito público, podendo também ser replicada com pessoas jurídicas de direito público estaduais ou municipais, bem como com entidades da sociedade civil que prestem atendimento direto a migrantes e a refugiados.

Ademais de todo esse sucesso, a parceria com a UFPR rendeu outros frutos na área do refúgio, como a pesquisa que tratou do *Perfil Socioeconômico dos Refugiados no Brasil*. Referida pesquisa foi fruto de uma iniciativa do ACNUR–Brasil com a Cátedra Sérgio Vieira de Mello, cuja coordenação coube à UFPR e, pela primeira vez, utilizou-se de dados da população refugiada com registro ativo no Brasil, fornecido pela Coordenação-Geral do Conare. A pesquisa se presta à compreensão da população refugiada no Brasil, e oferece aos agentes públicos e atores da área de política de refúgio condições de refletir e propor políticas públicas que melhor garantam a efetiva integração à população brasileira.

Por fim, não me furtaria a tratar de temas em que, atualmente, não haja cooperação estabelecida — mas que têm potencial para desencadear resultados profícuos. Falo de parcerias que atuam na área de política para refugiados, mormente àquelas que objetivam alcançar a plena e efetiva integração dos refugiados em nossa sociedade. Penso que parcerias estabelecidas em áreas como revalidação de diplomas, formação profissional e mercado de trabalho, cursos de português, educação financeira, bancarização, ingresso em curso superior e conhecimento sobre cultura brasileira lograriam melhor êxito em promover melhores processos de integração dos refugiados à nossa sociedade brasileira.

O convite e a proposta que aqui se deixa é, com a experiência de sucesso estabelecida a partir da parceria com a UFPR, estender a parceria exitosa a outras universidades federais que tenham projetos de extensão na área migratória e de refúgio, bem como ampliar os eixos das parcerias já existentes, a fim de trabalhar de forma a objetivar a autossuficiência, a (re)construção da autonomia e a plena integração à sociedade brasileira, de forma a contribuir com ela não só com sua bagagem de origem, mas também fazendo girar economia e renda em nível local. Seria, certamente, uma evolução da parceria, com capacidade de gerar resultados ainda mais promissores, com importantes reflexos em nossa sociedade.

Nesses quase quatro anos na “família” CG-Conare, participei de vários projetos e ações alavancadas pela Coordenação-Geral do Conare em vários locais do Brasil, mas fazer parte do projeto CG-Conare/UFPR foi surpreendente. Trata-se de uma parceria que deixa efeitos positivos e corolários para muitas pessoas; acompanhar os resultados deste valioso projeto pelas redes sociais é salutar; os migrantes e refugiados que foram alcançados pelo projeto mudaram os rumos de suas vidas em razão desse desígnio de parceria, realmente algo memorável, um aprendizado que jamais será esquecido. Obrigado, CG-Conare e Universidade Federal do Paraná, pela oportunidade, um grande presente.

Lázaro Romualdo
Oficial de Elegibilidade do Conare–MJ

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Justiça. “Parceria entre Ministério e Universidade realiza mutirões para entrevistar solicitantes de refúgio”. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1559854015.09>. Acesso em: 01/10/2020.

A importância da atuação desterritorializada: atendimento na Ocupação 29 de Março

Isabella Louise Traub Soares de Souza ⁵
Vitor Jasper ⁶

*“Tudo foi queimado... as fotos, as histórias... É um
recomeço de tudo. Casa se reconstrói, mas e a história
de vida de cada pessoa que mora aqui?”*

— Moradora da Ocupação 29 de Março.

Introdução

No dia 7 de dezembro de 2018, sexta-feira, nos deparamos com a triste notícia de que a Ocupação 29 de Março, localizada na Cidade Industrial de Curitiba (CIC), estava em chamas. Mais de 200 famílias haviam perdido suas casas e pertences por conta de um incêndio criminoso.

A ocupação em questão faz parte de um conjunto formado por essa e mais três ocupações contíguas: Dona Cida, Tiradentes e Nova Primavera. Elas são lar para mais de 1000 famílias que encontraram ali uma forma de garantia de acesso à casa própria e de evitar despesas com aluguel. A mais antiga delas, a Nova Primavera, foi ocupada em 2012; em 2015 surgiram a 29 de Março e a Tiradentes; por último, em 2016, teve início a ocupação Dona Cida (MIGUEL, 2018).

⁵ Mestre em Direitos Humanos e Democracia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Graduada em Direito pelo Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA). Integrante do Programa Política Migratória e Universidade Brasileira – Projeto Refúgio, Migração e Hospitalidade da UFPR. E-mail: traubisabella@gmail.com.

⁶ Doutorando em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Integrante do Programa Política Migratória e Universidade Brasileira – Projeto Refúgio, Migração e Hospitalidade da UFPR. E-mail: vitorjasper@gmail.com.

Um dia antes do incêndio que atingiu a ocupação, um policial militar havia sido assassinado na região. Os relatos que passaram a circular, inclusive na imprensa, apontam que o incêndio teria sido ação da polícia, uma retaliação pelo ocorrido no dia anterior. Os moradores relatam ainda que pessoas da comunidade haviam sido agredidas, que vários tiros foram disparados e que casas foram invadidas e reviradas pelos policiais (VASCONCELOS, 2018).

Um dia depois, no dia 8 de dezembro, a informação de que famílias de imigrantes haitianos também residiam na ocupação e haviam sido afetadas pelo incêndio começou a circular, durante a 1ª Conferência Temática Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná (COTERMA). A conferência, organizada pela Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos do Estado do Paraná, reunia em Curitiba entidades da sociedade civil, membros do poder público e migrantes.

Considerando as informações e o contexto em que essas pessoas se encontravam, os integrantes do Programa Política Migratória e Universidade Brasileira (PMUB) iniciaram arrecadação de roupas, alimentos e utensílios domésticos para doação às famílias atingidas. Em virtude do ocorrido, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Corbélia organizou junto aos imigrantes haitianos uma reunião para verificar quais foram as perdas que essas famílias tiveram, principalmente com relação à documentação.

Relato

Assim, no dia 12 de dezembro de 2018, pela manhã, nos dirigimos à Ocupação 29 de Março, levando doações aos moradores atingidos e participando da reunião que ocorreu na Igreja do Divino Espírito Santo, na CIC, para prestar atendimento jurídico e dar orientações quanto à solicitação de segunda via de documentos. Para tanto, havíamos preparado uma cartilha que informava como solicitar a segunda

via dos principais documentos, como o Registro Nacional Migratório (RNM), o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), a Carteira de Trabalho e Passaporte, que porventura tivessem sido perdidos ou queimados.

Ao chegarmos ao local, nos dirigimos primeiramente à igreja, onde fomos recepcionados por uma das assistentes sociais que atuam no CRAS Corbélia. Ela nos mostrou o salão em que ocorreria a reunião, que estava prevista para começar dentro de uma hora. Decidimos aproveitar esse intervalo de tempo para levar as doações recolhidas até o CRAS e depois nos dirigimos à ocupação, que ficava a aproximadamente um quilômetro da igreja.

Perto da entrada da rua da ocupação, nos deparamos com uma grande tenda azul. O espaço, que anteriormente hospedava eventos e reuniões, agora parecia servir também como um centro de recebimento e distribuição de doações — em sua maioria, roupas. Em seguida, adentrando a ocupação, pudemos ter uma noção mais tangível da dimensão do ocorrido. Ainda que as pessoas e máquinas já estivessem trabalhando no terreno há alguns dias, os rastros da destruição do fogo estavam longe de ser apagados. Víamos várias casas cujas paredes ainda estavam de pé, mas marcadas pelas chamas do fogo, enquanto no chão restavam os destroços: das casas, do mobiliário e dos demais objetos pessoais que haviam sido consumidos no incêndio (v. Fotografia 1).

Conforme nos deslocávamos e conversávamos com os moradores, ficou evidente que, como apontou Carneiro (2019), desde antes do incêndio a região já era afetada por uma estrutura deficitária: muitas ruas de terra, sem asfalto; muitas habitações precárias; redes elétricas improvisadas; iluminação pública insuficiente; inexistência de saneamento básico; entre outros.

Ao voltarmos à igreja para a reunião, nos deparamos com um espaço acolhedor e pensado para os imigrantes. As mesas estavam decoradas com motivos natalinos; algumas comidas haviam sido preparadas; e havia um projetor exibindo fotos de um evento anterior realizado⁷. Participaram também do evento



*Ocupação 29 de Março.
Fonte: Isabella Louise Traub
Soares de Souza, 2018.*

um membro do Núcleo de Direitos Humanos da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) e duas representantes da Casa Latino-Americana (CASLA).

Os imigrantes, no entanto, demoraram a chegar. Conforme chegavam, contavam sobre o receio de seus conhecidos em comparecer à reunião, pois havia o rumor de que a polícia voltaria para prender aqueles que estivessem em situação irregular no país ou como forma de represália à comunidade. Ainda, houve relatos de imigrantes que estariam na casa de parentes e amigos nas comunidades próximas, sendo que alguns estariam escondidos por medo do retorno da polícia. Todos, em certa medida, se encontravam receosos e assustados com tudo o que havia acontecido algumas noites antes.

Ao longo do evento, foram apontadas diversas barreiras enfrentadas pelos imigrantes que residem na ocupação, como: a ausência de políticas de acolhimento, de abrigo e de moradia; a efetivação de direitos; e as dificuldades de circulação pela cidade⁸ e de comunicação — visto que a língua

ainda é um obstáculo que limita o acesso dos imigrantes a serviços e oportunidades profissionais.

Diante desse cenário, a atuação do CRAS Corbélia, do PMUB, da CASLA e do Núcleo de Direitos Humanos da PUC-PR se mostrou fundamental para auxiliar, prestar assistência e dar apoio à população imigrante local. No dia da reunião foram realizados vinte e dois atendimentos, sendo que desses, três se referiam a questões jurídicas, estando as demandas relacionadas à solicitação de segunda via de passaporte, segunda via de certidão de nascimento e protocolo de agendamento para atendimento na Polícia Federal.

Em última instância, as cenas de terror vivenciadas e o contínuo temor pela violência do aparato estatal se agregavam a uma série de violências e exclusões que revelam a situação de um grupo social que vive à margem da sociedade. Esse caso reforça a necessidade de compreendermos as práticas estatais nessas margens, entendendo-as não como derivadas da ausência do Estado, mas sim como um produto de suas práticas (DAS; POOLE, 2004).

7 Como foi relatado pela assistente social, o CRAS estava buscando organizar alguns encontros com a comunidade haitiana para fomentar a integração social dos imigrantes, visando criar um vínculo com eles.

8 A ocupação está localizada a aproximadamente 12 quilômetros do centro da cidade de Curitiba e é atendida por uma linha de ônibus que leva ao terminal do Caiuá.

Considerações finais

Diversas realidades e contextos de vida apontam a dificuldade quanto à habitação e a ausência de políticas públicas de acolhimento e abrigamento para imigrantes. Para além da moradia, questões relacionadas ao idioma e à documentação se mostraram como barreiras para a efetivação de direitos por parte dos imigrantes que moravam na Ocupação 29 de Março e nas comunidades próximas.

As demandas que encontramos ao chegarmos à comunidade foram além do que inicialmente esperávamos atender, pois, para além da questão documental, verificamos a complexidade e dificuldade para acesso a direitos, principalmente à moradia. Apesar da realidade complexa e distante dos polos de atendimento das organizações e instituições presentes, tal questão não se mostrou como um óbice e limitação para atendimento dos imigrantes. A importância da atuação desterritorializada do PMUB, indo até os locais em que os imigrantes moram e demandam atendimento, se mostra fundamental para garantir o diálogo, conhecimento e efetivação de direitos.

Diante desse cenário, verificamos a urgência e importância de políticas públicas voltadas ao acolhimento e abrigamento para imigrantes, pessoas que se encontram à margem da sociedade e acabam desassistidas, por ação ou omissão estatal. Apesar da realidade complexa e das limitações existentes, a atuação das organizações e instituições presentes possibilitou o conhecimento, atendimento, articulação e diálogo para ações em prol da população imigrante.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Pedro Braga. **Representações Sociais sobre o direito à cidade e à habitação: um olhar da periferia**. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento e Governança Pública), Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, p. 142. 2019.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. **Anthropology in the margins of the State**. Santa Fe, School of American Research Press. 2004.

MIGUEL, Hélio. **Vila destruída pelo fogo evidencia drama habitacional em Curitiba**. Gazeta do Povo, Curitiba, 23 dez. 2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/parana/vila-destruida-pelo-fogo-evidencia-drama-habitacional-em-curitiba-asvjgxygyma27xbcjg1tfy7bi>. Acesso em: 16 set. 2020.

VASCONCELOS, Frédi. **Ocupação 29 de março: cenas de guerra e indignação**. Brasil de Fato, Curitiba, 8 dez. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefatopr.com.br/2018/12/08/ocupacao-29-de-marco-cenas-de-guerra-e-indignacao>. Acesso em: 16 set. 2020.

A luta pelo direito à moradia: a atuação dos próprios migrantes e refugiados. Um relato sobre a situação geral e a horta comunitária criada pelos haitianos na Vila Nova Esperança, em Campo Magro, Paraná

Wilzort Cenatus ⁹

Introdução

No município de Campo Magro, Paraná, encontra-se a Fazenda de Solidariedade. O local, que estava abandonado desde 2009, atualmente é conhecido pela população como “Vila Nova Esperança”. Antes de 2009, uma parte do espaço de 42 alqueires abrigava dependentes químicos e moradores da rua e estava sob a coordenação da Fundação de Assistência Social (FAS) do município de Curitiba. Desenvolviam-se no local produção de lavoura, marcenaria, suinocultura, panificação, fitoterapia, musicoterapia, entre outras. Posteriormente a área foi abandonada pela prefeitura de Curitiba com a justificativa de que o custo de manutenção da fazenda era alto, e pelo fato de o local ficar em outro município.

Há alguns anos discutiu-se a possibilidade de transformar o local em um espaço de lazer para o município de Campo Magro, tendo ocorrido inclusive várias reuniões entre as duas prefeituras, mas nada foi decidido. No final, o espaço foi concedido ao governo do estado pela prefeitura de Curitiba em 2012. Do mesmo modo que as prefeituras, o estado não tinha uma planificação para essa área, que continuou

⁹ Aluno do curso de graduação em Agronomia da UFPR, com Iniciação Científica em Economia Solidária e Extensão Rural, fundador da “União da Comunidade, dos Estudantes e Profissionais Haitianos (UCEPH)”. Membro do Programa Política Migratória e Universidade Brasileira, que realiza as ações da Cátedra Sérgio Vieira de Mello na UFPR.

abandonada. Em maio de 2020, famílias ocuparam o local para morar, e foi constatado que havia migrantes entre elas.

Situação atual e futura dos migrantes e refugiados nas ocupações

Como grupo de migrantes organizados, nossa primeira preocupação quando chegamos ao espaço era verificar as dificuldades, e quantos imigrantes precisavam de ajuda. Em seguida descobrimos que algumas pessoas estavam há mais de três meses tentando garantir um pedaço de terreno, dormindo em um abrigo à espera de que uma família com terreno desistisse, o que não é algo comum, pois todas as pessoas estão lutando para garantir seu espaço.

A maioria dos imigrantes no Brasil não recebe um salário mínimo para arcar com seus gastos e pagar aluguel, o que é algo complicado. Para quem deixa sua família no país de origem é um total desespero no coração. A primeira demanda dos imigrantes aqui sempre foi requisitar ajuda para regularizar a documentação na Polícia Federal, o que era visto como uma barreira para permanecer e conquistar uma vida melhor no Brasil, mas, além disso, havia muito mais por que lutar.

Fundada no ano de 2018 pelos estudantes imigrantes e refugiados na Universidade Federal do Paraná, com apoio da Cátedra Sérgio Vieira de Mello e Programa PMUB, a *União da Comunidade, dos Estudantes e Profissionais Haitianos* (UCEPH) foi criada com o objetivo de garantir e participar nas ações e política da Coordenação do PMUB e Cátedra voltadas aos migrantes, e também para atuar como uma ponte entre os futuros profissionais haitianos e os demais imigrantes das comunidades, de modo a auxiliá-los na integração à sociedade.

Nossas primeiras ações na ocupação foram a criação de um grupo no qual fizemos um levantamento de todas as famílias que precisavam de assistência social, com roupas, alimentos, produtos de limpeza e higiênicos. Em seguida reunimos todas as pessoas sem documentos e encaminhamos à Polícia Federal para que fosse feita a regularização documental.

Nosso grande desafio é ver que nós podemos nos unir como imigrantes para criar, para nos organizar, para vivermos melhor, usando as teorias e juntando as experiências de todos para mudarmos a nossa situação. Isso sem nos esquecermos de consultar a Cátedra na UFPR, que é composta por uma equipe de professores, especialmente da área do Direito e da Psicologia, nos seus projetos interculturais e de extensão. Além de trazer assistência jurídica aos imigrantes, abrindo verdadeira trilha de desenvolvimento, de inserção social, de doação de acesso ao ensino superior aos migrantes que sempre encontram a porta aberta para atendimento na sala do PMUB/Cátedra (a “Sala 28”) na UFPR.

As políticas de “Moradia digna ou o direito a uma Moradia adequada para todos” – será que COHAB e COHAPAR resolvem?

Numa sociedade em que ninguém quer se responsabilizar, saindo do mais alto até o mais baixo, dos privilegiados para os que vivem com maior escassez, ninguém quer assumir a responsabilidade pela situação atual, pela desigualdade socioeconômica que existe no mundo, e especialmente no Brasil. No que diz respeito a políticas de moradia, em Curitiba existe a COHAB — Companhia de Habitação Popular de Curitiba, cuja função é construir e financiar imóveis para famílias. Em nível estadual, há a COHAPAR, Companhia de Habitação do Paraná, fundada em 1965, cujo objetivo é coordenar e executar

programas habitacionais do governo do estado, que se caracteriza como uma empresa de economia mista, e, portanto, nunca deixará a direção do lucro. Mesmo os programas de Morar Bem Paraná Urbano, Morar Bem Paraná Rural, Morar Legal Paraná e o programa nacional Minha Casa Minha Vida (MCMV) não reduziram o enorme número de moradores das ruas nos principais bairros de Curitiba e no centro, além dos que vivem em moradias precárias.

O direito à moradia digna foi reconhecido e implantado, bem como o princípio da dignidade da pessoa humana, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, desde 1948, e com os demais tratados que a sucederam; em 1988, ele foi recepcionado e propagado na Constituição Federal da República do Brasil em seu artigo 6º, que, sendo escrita, vale para todos na busca por fazer cumpri-lo de forma adequada, nos seguintes termos: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” (BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL).

Estas formas de recuperação de terras e espaços nas sociedades cumprem as esferas jurídicas do direito à moradia e não deixam de responder à primeira necessidade de um ser humano. A ocupação da região metropolitana de Campo Magro é como uma salvação por muitos tempos, especialmente neste período da pandemia. Não é, definitivamente, um problema para a sociedade. O local conta com mais de 1000 famílias que procuram um novo lar, conquistando seus próprios terrenos para morar de forma digna. Supondo que todas as famílias contem com cinco pessoas, como é a realidade média, contabilizaria aproximadamente 5000 pessoas no espaço. Os debates de descentralização e sua importância nos países continentais como o Brasil, Canadá, China, Estados Unidos e a Rússia têm papel de grande relevância no desenvolvimento territorial desses países. Podemos dizer que essa descentralização é mais que uma descentralização territorial, é também uma

descentralização de serviços e de colaboração para o desenvolvimento da região em geral, permitindo gerir e alocar melhor os diversos recursos. Isso é bastante positivo para que se possa administrar, já que a descentralização serve para que as demandas locais sejam atendidas mais rapidamente, com facilidade e de forma adequada. Ademais, a Ocupação, além de poder ser considerada como uma forma de integração sociocultural e econômica, serve como uma fase de execução para fazer cumprir a exigência da Constituição do Brasil, no artigo 5º, inciso XXIII:

“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

XXIII – a propriedade atenderá a sua função social.” (BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL).

Outra vantagem, especialmente para o município de Campo Magro, está baseada na proposição da lei que tem a ver com o fim ou a extinção das cidades com menos de 5000 habitantes. Em comparação com outras cidades, Campo Magro é de grande superfície, mas seu número de cerca de 25000 habitantes faz com que esta acabe sendo considerada uma pequena cidade. Afinal, numa cidade de 27500 hectares, ou seja, 275 km², é normal que haja espaço para sua população se desenvolver. Então, sendo justo uma família ou um grupo de famílias buscar um abrigo definitivo em qualquer espaço da Federação, cabe ao município, ao estado ou ao governo receber e apoiar.

Números de imigrantes nas ocupações e sua situação econômica

Um estudo de levantamento e de mapeamento de forma aleatória e quantitativa, feito pelo diretor-executivo da União da Comunidade, dos Estudantes e Profissionais Haitianos (UCEPH) e os demais que coordenam a horta (objeto de análise na sequência), identificou que a cada dez lotes de terreno, quatro são de imigrantes e refugiados de diferentes nacionalidades, como cubanos, venezuelanos, de vários países africanos e, principalmente, haitianos. Com isso podemos dizer que quase metade do espaço pertence a imigrantes.

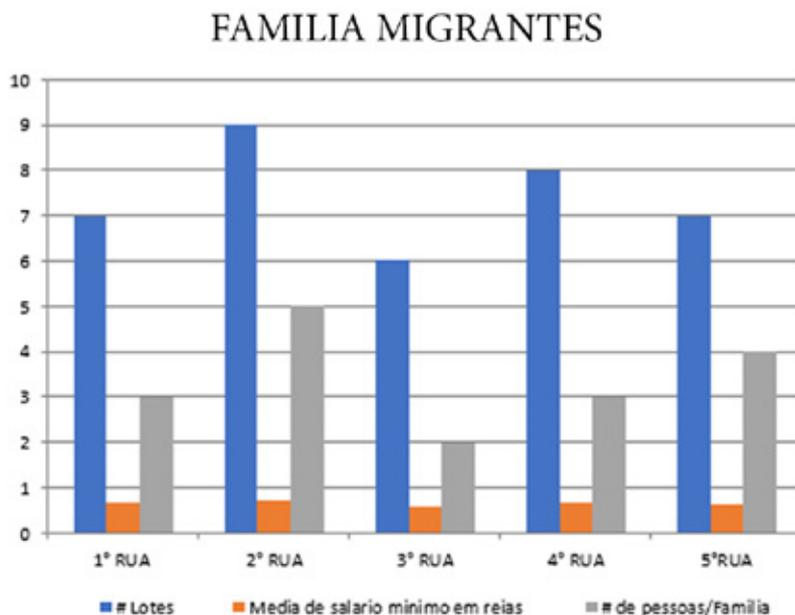
Outro dado do levantamento é que, a cada dez imigrantes entrevistados, sete são pessoas recém-chegadas ao Brasil, com ensino superior completo ou incompleto, mas que não falam português, não trabalham, não têm nenhuma fonte de renda e,

ainda mais complicado, estão sem documentos, pois entraram pela fronteira de Roraima no ano de 2019, e por isso não conseguiram o auxílio emergencial oferecido pelo governo federal. Enfim, são grupos com alto índice de vulnerabilidade socioeconômica, especialmente enquanto buscam se encaixar e integrar à sociedade brasileira.

Os gráficos a seguir indicam a situação desses migrantes e refugiados, em comparação com os brasileiros.

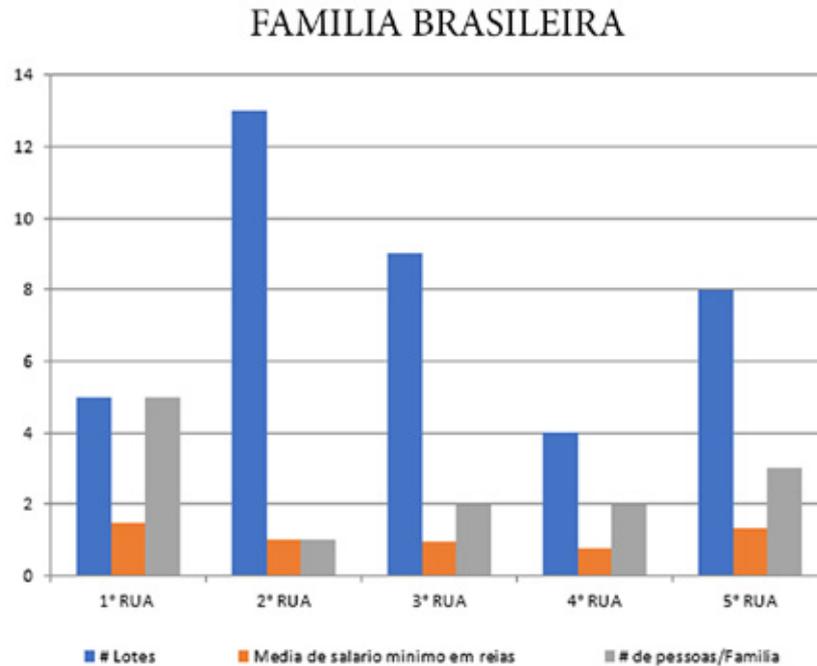
O Gráfico 1 mostra a quantidade de imigrantes que moram na ocupação, apontando que sua renda chega em média a meio salário mínimo, o que faz com que seja impossível sobreviver com o número de pessoas por família.

Gráfico 1. Pessoas, lotes e renda dos migrantes presentes na Vila Nova Esperança.



Nova Esperança.
Fonte: o autor, 2020.

Gráfico 2. Pessoas, lotes e renda dos brasileiros presentes na Vila Nova Esperança:



Já no Gráfico 2 a renda média melhora um pouco, mas mesmo assim não dá para sustentar as famílias brasileiras, além de que conseguir pagar aluguel com cerca de um salário mínimo é praticamente impossível.

Efetuação para o desenvolvimento sustentável das unidades e os familiares

Uma ocupação, uma nova vida. Nesse espaço se cruzam diferentes tipos de povos vindos de vários países, sendo, como dito, alguns chegados de países

africanos, muitos da Venezuela, e a maioria da Republica do Haiti. São pessoas totalmente sem abrigo, que buscam dia e noite um caminho para sua sobrevivência e que precisam abrigar sua família na sociedade.

Na entrada da ocupação os imigrantes haitianos estão desenvolvendo um projeto de produção de horta comunitária que servirá de cartão-postal à ocupação e um espaço de produção para oferecer alimentos saudáveis produzidos pela própria comunidade. O grupo coordenador da horta é formado por estudantes do curso de Agronomia que ingressaram na Universidade Federal do Paraná com apoio do PMUB/CSVN, que estão acompanhando todas as famílias na vila para trazer formação adequada de forma continuada e ensinar-lhes como se desenvolver de forma sustentável.



*Membros da UCEPH e início da organização da horta comunitária.
Fonte: Wilzort Cenatus, 2020.*

Como se trata de um projeto-piloto, estamos criando junto outros grupos para trabalhar com a economia solidária, que se caracteriza como uma das políticas de desenvolvimento sustentável do século atual. Também temos um projeto para implementar uma boa gestão na reutilização do lixo dentro da ocupação. Uma parte do lixo será aplicada na produção de adubos orgânicos, transformando toda matéria orgânica que houver no espaço em matéria rica em nutrientes e minerais, que virará fertilizante para a comunidade. Além disso, o lixo que não é degradável será destinado para o grupo que a coordenação da ocupação orientar, para construção de peças artesanais e instrumentos de percussão para as crianças.

Início da atividade do projeto agrícola

O projeto da produção e de desenvolvimento da HORTA-MANDALA se refere a uma tecnologia social que alia produção agroecológica de alimentos e criação de peixes e aves. Com ela, a plantação é preferencialmente em círculo, ou em outras formas, e consorciadas entre si. Ao centro, fica um tanque de água para os animais. Vários canteiros estão sendo cultivados com espécies diferentes para o manejo e a biodiversidade. O projeto se caracteriza como

produção agroecológica integrada e sustentável. “Possível de se desenvolver num mínimo espaço, ele se adapta em pequenas propriedades”, oferecendo nas terras diversificação produtiva e alimentação saudável, tornando o solo cada vez mais fértil. Os alimentos orgânicos têm tomado cada vez mais espaço no mercado, e a agricultura biodinâmica já não é mais como uma prática antiga. O tempo deu voltas, e as fito- e biotecnologias estão tornando-se cada vez mais aceitáveis. A disposição em mandala propicia a pluralidade cultural dentro de uma plantação, onde cada cultivo exercerá uma função em prol de todas as outras, além do contexto agrônomo.

A existência de uma horta bem feita, planejada e executada coletivamente, traz inúmeros benefícios para uma ocupação e as famílias que ali se encontram. Dentre as principais vantagens que essa horta trará para a Vila Nova Esperança, podemos ressaltar:

- 1 - Atração turística
- 2 - Acesso a alimentos saudáveis
- 3 - Geração de emprego e renda
- 4 - Formação continuada para a comunidade
- 5 - Inserção sociocultural
- 6 - Gestão ecológica



*Horta em Mandala e as famílias envolvidas.
Fonte: Wilzort Cenatus, 2020.*

7 - Cumprimento dos Indicadores de Desenvolvimento do ECOSOL (Comitê Econômico e Social, da ONU)

8 - Cumprimento dos ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, da ONU)

Diante desse rol apresentado, fica claro que todo o processo de criação e execução de uma horta comunitária, sobretudo no contexto que envolve a Vila Nova Esperança, apresenta inúmeros aspectos positivos, seja para os moradores do local, para os poderes públicos e para a sociedade em geral, inclusive para além das fronteiras nacionais. Além disso, estimula o exercício da solidariedade, que vai se espalhando entre todos.

Em conclusão, as múltiplas atividades exercidas pela associação liderada pelos estudantes haitianos, junto com outras instituições, especialmente a Cátedra, são um conjunto de ações que, por meio da educação, do encorajamento e favorecimento do desenvolvimento local, da luta pela gestão e crescimento coletivo do grupo, visam colocar os públicos migrantes no caminho para sair da extrema vulnerabilidade em que

se encontram, oferecendo-lhes instrumentos para sua autonomia pessoal e inclusão social. Nosso trabalho para a educação e a inserção de novos migrantes tem sido cada vez mais amplo. Buscaremos sem cessar o crescimento socioeducacional, econômico e familiar, além da conquista e da implantação da interculturalidade, com reflorescimento das culturas humanas.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Eustáquio Diniz. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE**. 2004. ISBN 85-240-3709-1. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv3124.pdf>. Acesso em 12 set. 2020.

ROBERTA, Castilho Andrade Lopes: **A construção do direito à moradia no Brasil**. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16137/tde-08072014-095442/publico/TESE_ROBERTA_CASTILHO_REVISADA.pdf. Acesso em 10 set. 2020.

SOUZA, Sérgio Iglesias Nunes de. **Direito à Moradia e de Habitação**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1. ed., 2013.

Projeto Liberto (Projeto com migrantes encarcerados e assessoria jurídica popular)

Migrantes e presos: entre criminalização, privação de liberdade e a autorização de permanência

Priscila Costa Pedroso ¹⁰

¹⁰ Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Positivo, especialista em Literatura Brasileira e História Nacional pela UTFPR, mestra e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR e bolsista CAPES. E-mail: priscilacostapedroso@gmail.com.

¹¹ A participação do Núcleo de Prática Jurídica da UFPR (NPJ), no período em questão, estava sob a responsabilidade do Professor Dr. Luiz Marlo de Barros Silva, advogado que atuou na ação descrita. Além das ações no âmbito penal, o NPJ também continua atuando, até os dias atuais, em casos cíveis, principalmente direito de família.

¹² Trajetórias criminais: quem são os imigrantes encarcerados em Curitiba e região (PEDROSO, 2018). Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/58527>. Acessado em: 02/10/2020.

O Projeto Refúgio, Migrações e Hospitalidade, vinculado à Cátedra Sergio Viera de Melo por meio do Programa Política Migratória e Universidade Brasileira da UFPR, dentre suas muitas atividades de atendimento, possibilitou, em parceria com o Núcleo de Prática Jurídica da Universidade Federal do Paraná (NPJ-UFPR)¹¹, o acompanhamento de alguns processos criminais de migrantes presos na região de Curitiba durante o segundo semestre de 2018. A ação foi resultado de uma pesquisa de mestrado¹² iniciada em 2016 que levantou uma lista de migrantes presos em Curitiba e região, listados no Levantamento Penitenciário Estadual referente ao mês de novembro do referido ano. Antes de entendermos como o projeto funcionou, abordaremos de forma breve alguns dos resultados obtidos pela pesquisa que o precedeu para assim tratarmos de seu desdobramento último, que resultou na parceria com o NAJ-UFPR e o Projeto Hospitalidade.

Atentando a uma ordem cronológica, a primeira questão levantada pela pesquisa foi a narrativa presente corriqueiramente em meios de comunicação e num discurso corrente que vincula a presença de migrantes ao aumento da criminalidade (PEDROSO, 2018). Esse tipo de afirmação não encontra amparo em dados concretos, por isso a tentativa primeira

foi adentrar nesse universo para compreender quem de fato são os migrantes acusados e condenados por crimes no Brasil. Diante da expectativa de acessar essa configuração, uma primeira barreira foi encontrada: a ausência de dados específicos acerca dos migrantes internacionais presos. O único dado disponível estava no Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, na categoria “Estrangeiros Presos”. Entendemos que essas informações abarcavam tanto migrantes internacionais presos quanto aqueles que em passagem pelo país foram acusados ou condenados por diferentes crimes.

A impossibilidade de obter dados macroanalíticos reorientou a pesquisa para uma abordagem de trajetórias criminais, em que, num primeiro momento, uma lista dos “estrangeiros” presos em Curitiba e região no mês de novembro de 2016 foi levantada. Foram identificadas 26 pessoas, seus processos criminais foram acessados,¹³ e a partir disso uma nova categorização foi feita: 5 visitantes, pessoas de passagem pelo país; 6 brasileiros nascidos no exterior¹⁴; 2 pessoas cujas trajetórias não foi possível determinar devido ao fato de os processos estarem sob sigilo de justiça; e 13 migrantes, entendidos dessa forma por estarem estabelecidos no país, documentados ou não. Sobre as 13 trajetórias pesquisadas, duas divisões foram estabelecidas: quanto aos crimes dos quais foram acusados ou condenados (envolvimento com a Lei Antidrogas, crimes contra o patrimônio e crimes contra a vida) e quanto ao perfil — membros de organizações criminosas ou criminosos de ocasião.

Como membros de organizações criminosas entendemos aqueles migrantes que atuavam dentro

de um grupo estruturado, com negócios que movimentavam grandes somas de dinheiro, onde a transitoriedade, ou seja, seu capital de mobilidade,¹⁵ era usado como facilitadora para as ações ilegais às quais estiveram vinculados. O segundo grupo, formado por criminosos de ocasião, envolve pessoas acusadas de crimes sem um planejamento ou estrutura externa de respaldo, no geral, pessoas em condições de vulnerabilidade social que não tinham no crime uma profissão, mas em algum momento o cometeu. É sobre os processos de alguns desses sujeitos que compunham este segundo grupo que atuamos no NPJ-UFPR, pessoas desprovidas de recursos para custear sua defesa e que foram atendidos por defensores públicos ou advogados dativos. Se os condenados, de acordo com a constituição brasileira, tinham garantida sua defesa na atuação dos profissionais designados para esse fim, por que realizar uma revisão desses processos, e por que atuar, mesmo que indiretamente, na defesa desses condenados?

Ao longo da pesquisa, um conjunto de demandas diferenciadas daquelas relacionadas aos demais presos foi identificada. Algumas dessas demandas já são apontadas pelo Infopen¹⁶ quando se referem aos presos “estrangeiros”. São barreiras advindas da falta de domínio do idioma local, impossibilitando a comunicação com o defensor ou com qualquer outro agente público; a dificuldade de obtenção do livramento condicional ou da progressão da pena; a dificuldade em manter contato com a família e receber declarações abonatórias de conduta, assim como a ausência de visitas e o desconhecimento de regras disciplinares e leis. Excluindo a barreira com o idioma, pudemos identificar todas as demais dificuldades

13 Alguns processos encontravam-se digitalizados, outros foram acessados nas respectivas varas criminais onde tramitavam, em diferentes comarcas do estado do Paraná.

14 Pessoas com a devida documentação de brasileiros natos, tendo um deles inclusive servido ao Exército Brasileiro, mas que, em função do local de nascimento, constavam na listagem de “estrangeiros”.

15 Sobre o tema, consultar *Habitus imigrante e capital de mobilidade: a teoria de Pierre Bourdieu aplicada aos estudos migratórios*. (OLIVEIRA e KULAITIS, 2017). Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/29616>. Acessado em: 02/10/2020.

16 Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias de 2014. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/news/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>. Acessado em: 02/10/2020.

quando tratamos especificamente de migrantes, e podemos acrescentar outras mais que foram sendo evidenciadas ao longo do processo. Coisas simples, como a impossibilidade de acessar recursos básicos não disponibilizados pelas instituições prisionais (como alguns objetos de higiene, por exemplo) ou remessas de cartas que não foram feitas aos familiares no país de origem, até questões fundamentais, como o respeito ao direito de comunicar ao seu consulado de origem sobre sua condição de prisioneiro, e a própria ausência de informação sobre este e outros direitos. Isso tudo inserido num contexto em que a dificuldade de comprovar a identidade de um migrante indocumentado ainda é grande.

Diante das incertezas acerca da vida pregressa dos acusados, foi possível perceber que o sistema penal, por intermédio de distintos agentes, encontra terreno fértil para a discriminação da transitoriedade inerente ao migrante, com presença de discursos xenofóbicos que trouxeram implicações práticas para a vida de vários dos acusados. Num grupo onde apenas 13 trajetórias criminais foram levantadas, foram identificadas passagens em que a nacionalidade do acusado estabeleceu-se como um dos argumentos para caracterizar um crime de tráfico de drogas como crime internacional, afirmando-se que “a participação do colombiano A. reforça os traços de ligação da droga com países andinos”¹⁷. Ou para justificar a manutenção de uma prisão preventiva: “sendo um paraguaio, só se for um imbecil — e, parece que não o é —, permanecerá no Brasil, à espera de um julgamento que pode condená-lo, em tese, no mínimo, a 12 anos de prisão [...]”¹⁸. Já sobre a ausência de informações

abonatórias acerca de uma conduta anterior ao delito, destacamos um trecho da sentença que condenou um chileno a 5 anos e 4 meses de reclusão em regime semiaberto pelo roubo de uma bicicleta¹⁹:

Não há como reconhecer, tecnicamente, maus ANTECEDENTES CRIMINAIS (no Brasil ou, pelo menos, registrados perante o TJPR), não havendo informações oficiais a respeito do seu país de origem, sendo tecnicamente primário [...]. A CONDUTA SOCIAL, porém, é negativa, visto que se trata de pessoa estrangeira, que veio ao Brasil sem sequer seus documento pessoais (apenas uma fotocópia de identidade), não sendo esclarecida a forma como adentrou no país, e que confessadamente ostentava desagregação familiar e social no país de origem (vide interrogatório judicial) e, no Brasil, encontra-se irregularmente sobrevivendo da criminalidade (segundo alega, praticaria apenas crimes patrimoniais sem violência), de onde se denota que o réu não procurou meios lícitos para se integrar à sociedade, optando conscientemente por viver à sua margem. (grifos originais, 2015)

As citações em questão ilustram como, ao menos no discurso, a garantia de igualdade de direitos entre nacionais e não nacionais, tratando-se de garantia constitucional, não encontra representação em parte da argumentação jurídica e não estando presente, inclusive, na própria regulamentação de entrada e permanência de pessoas de origens outras que

17 Trecho retirado da sentença condenatória de um colombiano julgado pela Justiça Federal por tráfico de drogas com flagrante ocorrido na cidade de Paranaguá, litoral do estado do Paraná.

18 Trecho da argumentação do juiz responsável acerca da manutenção da prisão preventiva de um jovem paraguaio acusado de homicídio. Para mais informações sobre este e os demais casos citados é possível acessar a dissertação já citada.

19 O condenado roubou uma bicicleta com uso de uma chave de fenda, mas, em seguida ao ato, foi detido por pessoas que presenciaram a ação. Ele não apresentou resistência e aguardou pela chegada da polícia, que o prendeu em flagrante. O mesmo sujeito foi acusado por outras duas tentativas de furto (ação sem emprego de violência ou uso de qualquer tipo de arma) e também não ofereceu resistência ao ser flagrado.

ingressavam no país — período em que o Estatuto do Estrangeiro²⁰ ainda era a norma vigente. O estigma vinculado ao migrante,²¹ a criminalização prévia advinda do simples ato de migrar, está presente, e, para além do discurso, traz consequências de ordem prática. Podemos citar o caso do colombiano preso em Paranaguá, que já teve um trecho de sua sentença exposto, que, junto com dois brasileiros, foi condenado pelo crime de tráfico internacional. Depois de sentenciados e sendo todos réus primários, sem desabono no cumprimento de parte da pena, aos brasileiros foi concedida a execução do restante de suas penas em liberdade assistida, com uso de tornozeleira eletrônica, mas ao colombiano o direito foi negado, com a justificativa de que não possuía comprovação de residência fixa (alegava residir no estado de São Paulo).

Embora essas não sejam as únicas passagens que orientaram a conclusão com relação à presença da criminalização do migrante, nos resumiremos a elas para justificar a afirmação. Tendo em conta essa e as demais especificidades do preso migrante, que o diferenciam dos grupos de presos comuns, num universo composto por mais de 700.000 encarcerados (DEPEN, 2019), destacamos a importância da ação durante o trabalho desenvolvido no projeto de extensão da universidade. O compromisso assumido foi o de revisão dos processos criminais públicos envolvendo um pequeno grupo de migrantes que não custeavam suas defesas e ainda encontravam-se privados de liberdade no segundo semestre de 2018. Não havia uma delegação de representação legal para nossa atuação, visto que os envolvidos provavelmente não tinham conhecimento acerca das ações em andamento, a não ser pela possibilidade de terem verificado as solicitações de acesso aos processos criminais que foram anexados à documentação durante o levantamento da pesquisa. A área de

atuação do advogado responsável pelo NPJ também não era a criminal, ainda assim, esforços foram unidos no sentido de lançarmos um novo olhar sobre as condições particulares de cada caso, possibilitando identificar novos aspectos ainda não vislumbrados na pesquisa anterior, e mais que isso: talvez um resultado concreto que auxiliasse na trajetória de vida dos envolvidos.

Destacaremos uma das atuações que caminhou nesse sentido. No caso que tratava sobre condenação por furto, em que a pena estabelecida era em regime semiaberto, o condenado encontrava-se, depois de não ter retornado de uma das suas saídas autorizadas, preso numa cadeia de Itajaí, município do estado de Santa Catarina. Ali ele encontrava-se havia quase seis meses, e durante esse período diversos comunicados da instituição responsável do referido estado tinham sido feitos, solicitando a transferência do preso em função da superlotação nas cadeias locais. O retorno afirmava que estavam aguardando vaga para a possibilidade de efetivação da transferência, algo que nunca ocorria. É importante destacar que no decorrer dessa parte do processo não existiu atuação de nenhum defensor registrada nos documentos digitalizados e na movimentação desse conjunto de autos processuais. Dessa forma, como representante do Projeto Refúgio, Migrações e Hospitalidade e do NPJ da UFPR, Luiz Marlo de Barros Silva fez uma petição questionando por que a transferência não ocorrera e levantando os direitos pertinentes ao preso. Dessa forma, o juiz substituto entendeu que, faltando poucos meses para o cumprimento total da pena e na impossibilidade da transferência, a liberdade deveria ser concedida ao envolvido.

O exemplo do resultado objetivo é parte do que de palpável pode ser apresentado pela ação de extensão desenvolvida durante o semestre, mas, para além

20 Criado ainda durante a ditadura militar (1980), a norma carrega no título a palavra “estrangeiro”, que atribui estranheza ao não nativo, uma representação de um outro a ser controlado e, por vezes, combatido ao invés de acolhido.

21 Sua origem os coloca em desvantagem nas relações de poder social, onde a inferioridade de poder passa a ser tomada como inferioridade humana, tanto por aqueles que julgam quando por aqueles que são julgados no âmbito das relações sociais (ELIAS, 2000).



Atendimentos no NPJ/UFPR.

Fonte: UFPR TV, 2020

desse fato concreto, pudemos discutir e conscientizar agentes formadores de políticas públicas sobre as especificidades vinculadas ao preso migrante, sobre como o que está em jogo ultrapassa a privação de liberdade e coloca em xeque a possibilidade de permanência ou não no país — sabendo que, quando condenado por um crime em território brasileiro, o migrante é submetido a um processo administrativo para fins de expulsão que será ou não efetivado de acordo com a seção IV da Lei de Migração, entre artigos 54 e 60. Nesse contexto, apontamos para o despreparo de defensores nomeados e agentes públicos para com as demandas dos migrantes presos, sendo essa uma população distinta, com particularidades advindas da sua condição de não nativo.

O trabalho de extensão desenvolvido como uma das ações do Projeto Refúgio, Migrações e Hospitalidade foi um primeiro passo na intenção de chamar a atenção para esses grupos e possibilitar a estruturação de ações permanentes envolvendo migrantes no sistema prisional brasileiro. Essas ações precisam ser direcionadas para a obtenção de dados macroanalíticos, possibilitando um mapeamento dessa realidade e a criação de políticas públicas e práticas institucionais orientadas ao atendimento dessas pessoas, que devem passar a ocupar uma categoria

própria nos levantamentos penitenciários, de forma a não comporem estatísticas como a de “estrangeiros presos”, que não contemplam o verdadeiro contexto no qual estão inseridos. Como continuidade, é preciso estimular ações permanentes de acompanhamento desses grupos, apurando a presença da criminalização da condição de migrante e possibilitando a criação de um espaço de apoio para essas pessoas que se encontram num cenário de vulnerabilidade social combinada com a privação de liberdade e a incerteza da possibilidade de permanência no país. Pensando num conjunto de ações diretas e indiretas, influímos não só para o mapeamento dessa realidade, mas para o desenvolvimento de ações com impacto direto na trajetória de vida dos migrantes presos.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Gustavo Barreto. **Dois séculos de imigração no Brasil: a construção da imagem e o papel social dos estrangeiros pela imprensa entre 1808 e 2015**. Rio de Janeiro: Tese de doutorado UFRJ, 2015.

ELIAS, N. e SCOTSON, J. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

GUIA, Maria J. **Imigração e criminalidade: caleidoscópio de Imigrantes Reclusos**. Coimbra: Edições Almedina, 2008.

IPEA. **Reincidência criminal no Brasil**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/150611_relatorio_reincidencia_criminal.pdf.

LESSER, Jeffrey. **A negociação da Identidade Nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2001.

LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. **Direito de imigração: o Estatuto do Estrangeiro em uma perspectiva de direitos humanos**. Porto Alegre: Núria Fabris, 2009.

MAUCH, Cláudia. **O processo crime para além dos crimes in XI Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2013.

MONSMA, Karl. **Histórias de violência: inquéritos policiais e processos criminais como fontes para o estudo de relações interétnicas**. In: DEMARTINI, Mário Serra. Estudos migratórios: perspectivas metodológicas. São Carlos: EdUFSCar, 2005. p. 159-221. Zeila de Brito Fabri; TRUZZI, Oswaldo.

OLIVEIRA, Márcio e KULAITIS, Fernando. **Habitus Imigrante e Capital de Mobilidade: a Teoria de Pierre Bourdieu Aplicada aos Estudos Migratórios**. In: Dossiê Migrações Internacionais Contemporâneas. Revista Mediações, vol. 22, 2017.

PEDROSO, Priscila Costa. **Trajetórias criminais: quem são os imigrantes encarcerados em Curitiba e região**. Curitiba: dissertação de mestrado, UFPR, 2018.

SEYFERTH, Giralda. **Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incômoda no campo político**. Trabalho apresentado na Mesa Redonda Imigrantes e Emigrantes: as transformações das relações do Estado Brasileiro com a Migração. 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 1 e 4 de junho de 2008, Porto Seguro, Brasil.

Lutando por legislações emancipadoras na área do Refúgio, Migração e Apatridia – análise da atuação da CSVM na UFPR no processo de elaboração da Lei do CERMA, Lei de Migrações e Portaria MJ sobre Celpe-Bras

Pedro Abrantes Martins²²

Introdução

O artigo visa explorar brevemente o *advocacy* da Cátedra Sérgio Vieira de Mello no âmbito da Universidade Federal do Paraná (UFPR), sua atuação e seus resultados. Para tanto, faz-se uma análise através de revisão de literatura acerca da própria definição de *advocacy*, seu escopo e seu significado. Estabelecido este conceito, voltar-se-á à análise da atividade promovida pela UFPR em prol da comunidade migrante. Nesse sentido, expõem-se três das principais conquistas coletivas que contaram com essa atuação da UFPR, dentre outros vários atores: (i) a instituição da lei que institui o Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná (CERMA), bem como a primeira política migratória do estado do Paraná; (ii) a construção da Lei 13.445/2017; e (iii) a publicação da Portaria Interministerial nº 15, de 3 de outubro de 2018, que revoga a Portaria Interministerial nº 5, de 27 de fevereiro de 2018, e a Portaria Interministerial nº 11, de 3 de maio de 2018, com isso ampliando as possibilidades de comprovação da capacidade de comunicar-se em língua portuguesa para fins de naturalização. Dessa forma, resta observado que a

²² Graduando de Direito na Universidade Federal do Paraná (Curitiba-PR). Pesquisador PIBIC-CNPq na modalidade bolsista (2019/2020) e voluntário (2020/2021). Membro do Projeto de Extensão Refúgio, Migrações e Hospitalidade UFPR. E-mail: ppedroabrantes@gmail.com

CVSM na UFPR exerce um papel fundamental no que tange à elaboração de políticas públicas favoráveis a uma comunidade ainda muito marginalizada no Brasil: os migrantes, refugiados e apátridas.

Migração e Advocacy: diálogos e resultados da Cátedra Sérgio Vieira de Mello na UFPR

O conceito de *advocacy* é amplo e volátil, de maneira que abarca uma gama de definições e atividades que variam com o tempo. O termo tem sua origem na palavra *advocare*, do latim, que significa ajudar alguém que está em necessidade. Essa terminologia é amplamente empregada para definir a ação de defesa e argumentação em favor de uma causa, demanda ou posição (LIBARDONI, p. 2).

O *advocacy* remonta a iniciativas de incidência ou pressão política, promoção e defesa de uma causa ou interesse. Ainda, compreende articulações mobilizadas por organizações da sociedade civil com a finalidade de garantir maior visibilidade a determinadas temáticas no debate público, bem como influenciar políticas visando à transformação da sociedade. É, como define CRAIG (apud VÉLEZ, in: LIBARDONI, p. 3), qualquer intento de influenciar uma elite institucional em favor de um interesse coletivo.

Na UFPR, a Cátedra atua através do Programa Política Migratória e Universidade Brasileira e seus inúmeros projetos, promovendo uma série de atividades internas e externas. Dentre essas últimas, destaca-se o *advocacy*. Ou seja, a CVSM promove ações com a finalidade de influenciar um espectro institucional (com foco no Poder Público) em favor dos interesses de migrantes e refugiados. Essa atividade tem-se demonstrado frutífera, resultando em políticas benéficas à comunidade migrante, não apenas no Paraná, mas em todo o Brasil.

O primeiro fruto desse diálogo entre a Cátedra e o Poder Público a ser analisado é a construção da Lei 18.465, de 24 de abril de 2015, que institui o Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná, bem como a primeira política migratória do estado do Paraná. O CERMA surge vinculado à estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SEJU) e concentra em si a capacidade de atuar como corpo consultivo e deliberativo, sendo integrado, paritariamente, por representantes de entidades da sociedade civil organizada (como a CSVM) e de órgãos públicos.

Sua finalidade, como define o art. 2º da lei que o institui, é:

Viabilizar e auxiliar na implementação e fiscalização das políticas públicas voltadas aos direitos dos refugiados e migrantes, em todas as esferas da Administração Pública do Estado do Paraná, visando à garantia da promoção e proteção dos direitos dos refugiados, migrantes e apátridas. (PARANÁ, 2015).

A Cátedra, através do PMUB e seus membros, tem exercido papel relevante na concretização desses objetivos. As propostas levantadas no âmbito do CERMA pela UFPR enquanto membro desse Conselho demonstram que a parceria entre o Estado e a sociedade civil resulta na salvaguarda de direitos e garantias de um público que tem sua humanidade violada corriqueiramente: os migrantes, refugiados e apátridas.

Na verdade, já em 2012 verifica-se a atuação da CVSM na UFPR nesse sentido, quando o então coordenador, Professor José Antonio Peres Gediél, promoveu a criação do Comitê Estadual Para os Refugiados e Migrantes no Estado do Paraná (CERM), instituído pelo Decreto nº 4289, de 5 de abril de 2012 (CARVALHO, p. 46).

Desde então, a estreita relação entre a Cátedra e o governo paranaense ganha cada vez mais força. Esse relacionamento se evidencia mesmo nas reuniões

do Conselho. Em 2020, por exemplo, dos sete encontros que ocorreram até o mês de agosto desse ano, representantes da UFPR se fizeram presentes em todos, chegando a fazer uso da palavra para propor parcerias, apresentar materiais, montar novos grupos de atuação, bem como executar diversas outras ferramentas de atuação em prol da comunidade migrante.

Ampliando o escopo territorial da atuação da CSVM na UFPR, analisa-se seu impacto em nível nacional. A fim de ilustrar esse ponto, observa-se a construção do Projeto de Lei nº 288 de 2013, de autoria do senador Aloysio Nunes Ferreira, que resulta na Lei 13.445/2017, a Lei de Migração, como fica conhecida, que substitui a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 (o Estatuto do Estrangeiro). A CSVM na UFPR realizou diversas ações em Curitiba e em Brasília, durante o trâmite legislativo.

Como é notório, essa mudança na legislação se justificou por uma série de fatores. O Estatuto substituído foi criado no período militar, com a pretensão de resguardar a soberania nacional e os interesses brasileiros face a uma possível ameaça estrangeira. Nesse sentido, o imigrante era tido como uma ameaça em potencial. Essa perspectiva, portanto, acabou permeando todos os dispositivos da referida lei. No entanto, apenas oito anos após a criação dessa normativa, foi promulgada a Constituição Federal de 1988, que inaugurava diversos direitos e garantias aos indivíduos. Diante disso e das novas dinâmicas migratórias, fortaleceram-se as críticas àquela lei já obsoleta, e a UFPR não silenciou nesse processo.

Entre os anseios e chamados da sociedade civil organizada e possíveis retrocessos defendidos pelas alas mais conservadoras do Legislativo e do Executivo, a Lei de Migração foi aprovada em 24 de maio de 2017 sob o nº 13.445 (CLARO, p. 2). Dentre esses apelos, menciona-se que o coordenador Gediel pautava o tópico já em 2012, quando “mencionou a intenção de criar um observatório de imigração, vinculado à UFPR que teria por objetivo elaborar um anteprojeto de lei que abordasse a questão dos estrangeiros

e substituisse a Lei nº. 6.815/80, a exemplo da lei migratória da Argentina” (CARVALHO, p. 48).

De fato, como já mencionado, um outro anteprojeto chegou a ser apresentado. Em 31 de julho de 2014, uma comissão de especialistas criada no âmbito do Ministério da Justiça apresentou a lei que substituiria o Estatuto do Estrangeiro. Inclusive, o relatório final dessa comissão teve como um dos responsáveis pela sua redação o professor Clèmerson Merlin Cléve, do Setor de Ciências Jurídicas da UFPR.

De maneira geral, a Lei 13.445/2017 cumpre um importante papel enquanto norma que é fruto de lutas para a construção de condições materiais e imateriais, voltada para o alcance de objetivos dos quais se revestem os direitos humanos. Como lecionam FRIEDERICH et al (p. 12): “Ao substituir o antigo Estatuto do Estrangeiro [a Lei de Migração] transforma a estrutura normativa sobre os direitos dos migrantes no Brasil, representando o encontro da luta jurídica e social voltada à garantia e realização dos direitos humanos de migrantes na realidade social”.

Partindo para o terceiro e último resultado do advocacy da Cátedra Sérgio Vieira de Mello na UFPR que se pretende analisar neste artigo, menciona-se a Portaria Interministerial nº 15, de 3 de outubro de 2018. A referida norma altera a Portaria Interministerial nº 5, de 27 de fevereiro de 2018, e a Portaria Interministerial nº 11, de 3 de maio de 2018, em relação à flexibilização das regras sobre comunicação em português para fins de naturalização.

Essa modificação trouxe significativo impacto para os estrangeiros residentes no Brasil. A Portaria substituída determinava que, para fins de naturalização, deveria o migrante possuir capacidade de se comunicar em língua portuguesa, devendo comprová-la exclusivamente por meio do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa (Celpe-Bras), emitido pelo Ministério da Educação (art. 15, IV, da Portaria Interministerial nº 5, de 27 de fevereiro de 2018).

Audiência Pública sobre Lei de Migração na Assembleia Legislativa do Paraná, 2017.
Fonte: Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, 2017.



Com a mudança, a comprovação de capacidade de se comunicar em língua portuguesa passa a ser aceita por meio de certificados, comprovantes e outras ferramentas. Dentre aqueles, citam-se: (i) Celpe-Bras; (ii) conclusão em curso de ensino superior ou pós-graduação, realizado em Instituição de Ensino Superior brasileira devidamente registrada no Ministério da Educação; (iii) aprovação no exame da Ordem dos Advogados do Brasil; (iv) conclusão de curso de idioma português direcionado a imigrantes realizado em IES reconhecida pelo Ministério da Educação; ou (v) a aprovação em avaliação da capacidade de comunicação em língua portuguesa aplicado por IES reconhecida pelo Ministério da Educação.

No que tange aos comprovantes aceitos, são eles: (i) de conclusão do Ensino Fundamental ou Médio pelo Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos — ENCCEJA, ou (ii) de matrícula em instituição de ensino superior por aprovação em vestibular ou aproveitamento de nota obtida no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Ainda, admite-se a comprovação de capacidade de se comunicar em língua portuguesa através das seguintes ferramentas: nomeação para cargo de professor,

técnico ou cientista por aprovação em concurso promovido por universidade pública; histórico ou documento equivalente que comprove conclusão em curso de ensino fundamental, médio ou supletivo cursado em instituição brasileira; ou, por fim, através de diploma de curso de Medicina revalidado por IES Pública após aprovação no Exame Nacional de Diplomas Médicos Expedidos por Instituições de Educação Superior Estrangeira — REVALIDA.

Resta claro que a alteração expande significativamente o rol de formas de comprovação de proficiência no idioma português. Dessa forma, é fato que a medida representa uma vitória aos estrangeiros que visam naturalizar-se brasileiros.

O Celpe-Bras, que, como observado, costumava ser o único meio de comprovação de fluência, já foi alvo de duras críticas. Esse exame exigia um alto nível de compreensão do idioma, com foco especificamente na atividade acadêmica. Logo, quando a Portaria passa a reconhecer a capacidade de se comunicar em língua portuguesa através desses novos dispositivos, ela parece se alinhar mais com os deveres e garantias que a Constituição e todo o ordenamento jurídico interno estabelecem.

Essa mudança significativa em relação à comprovação dos conhecimentos em língua portuguesa ocorreu de uma atuação contundente das cátedras do ACNUR, com grande atuação da CSVN da Universidade de Brasília e sua Coordenadora, Prof. Lucia Barbosa. A insatisfação com a Portaria original era sentida em todos os lugares, mas o planejamento para a realização de atos a fim de pressionar por sua alteração começou e se consolidou no Seminário da Cátedra Sérgio Vieira de Mello realizado na UFPR em 2018, quando professores especialistas foram chamados e deram início aos debates.

essa relação proporciona uma melhora na qualidade de vida de inúmeros indivíduos que buscam no Brasil a oportunidade de viver uma vida plena e usufruir de direitos que lhes são devidos.

Considerações finais

As ações de *advocacy* compreendem uma gama de atividades que podem ser empregadas através de ferramentas diversas, visando atingir qualquer figura da elite institucional para um fim determinado. Nesse sentido, fica claro que a Cátedra Sergio Vieira de Mello na Universidade Federal do Paraná promove o *advocacy*, estabelecendo diálogos com instituições do Poder Público em nível municipal, estadual e federal.

Ainda que a Cátedra tenha auxiliado na criação e execução de uma série de políticas públicas em favor da comunidade migrante no Brasil, este artigo se ateve a três ações que ilustram bem a atuação e os resultados da CSVN. Em todos os casos, as implicações foram relevantes e capazes de promover melhorias significativas para imigrantes, refugiados e apátridas que residem no Brasil.

Resta evidente, portanto, que o *advocacy* é uma ferramenta importante — quiçá vital — ao desenvolvimento de políticas públicas inovadoras e benéficas no Brasil. Através dessa relação entre o Estado e a sociedade civil organizada — seja pela atuação direta em projetos, seja pela defesa e argumentação em favor de uma causa — é possível observar um maior comprometimento com a aplicação de garantias constitucionalmente previstas. Ainda,

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Hellen Oliveira. **Emaranhados Institucionais Constituídos a Partir da Coexistência entre Políticas Públicas e Ações Desempenhadas por Grupos Ligados à Igreja Católica Frente ao Fenômeno da Migração**. 2015. 83f. Trabalho de Conclusão de Curso — Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

CLARO, Carolina de Abreu Batista. **DO ESTATUTO DO ESTRANGEIRO À LEI DE MIGRAÇÃO: AVANÇOS E EXPECTATIVAS**. Boletim de Economia e Política Internacional – BEPI, n. 26. Set. 2019/Abr. 2020.

FRIEDRICH, Tatyana Scheila; SOUZA, Isabella Louise Traub Soares de; CRUZ, Taís Vella (orgs.). **Comentários à Lei 13.445/2017: a Lei de Migração**. Porto Alegre: Fi, 2020.

LIBARDONI, Marlene. **Fundamentos Teóricos e Visão Estratégica da Advocacy**. Revista Estudos Feministas, v. 8, n. 2 (2000).

PARANÁ. **Lei 18.465, de 24 de abril de 2015**. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=139784&indice=1&totalRegistros=1>. Acesso em: 06/10/2020.

Cátedra Sérgio Vieira de Mello na UFPR (CSVM) and Programa Política Migratória e Universidade Brasileira na UFPR (PMUB): an experience report

Tatyana Scheila Friedrich ²³
Kyle Hall ²⁴

CSVM at UFPR is composed of many projects, which are as follows:

- Brazilian Portuguese Extension Project for Humanitarian Migration (PBMIH), developed within the scope of the Letters-Language course, offers free Brazilian Portuguese courses to migrants and refugees regardless their level of knowledge at enrollment. In addition to language practice, PBMIH also promotes cultural activities.
- Refugee, Migration and Hospitality Extension Project, housed within the Law course, provides legal and administrative advice to migrants and refugees, conducts research on the subject of migration, and has a Legal Clinic.
- Extension Project MOVE — Migration and Subjectification Processes: Psychoanalysis and Politics in the Service Network for Migrants and Refugees, developed in the Department of Psychology, offers psychological assistance and supports the selection processes of migrants and refugees for various purposes.
- Extension Project of Development of Computer Training Courses for Immigrants and Refugees, of

²³ Professor at Law. Coordinator of Cátedra Sérgio Vieira de Mello na UFPR and Programa Política Migratória e Universidade Brasileira. UFPR.

²⁴ M.A. in Education and Human Development. The George Washington University's International Education Program.

the Computer Science course, offers free computer classes.

- Brazilian History Workshop for Foreigners Project offers history classes about Brazil and foreign countries.
- Extension Project from Medicine School, called Caminhos do SUS, gives advice about the Brazilian Public Health System and other subjects related to health, tropical diseases, vaccines, etc.

In addition to the projects listed above, the Research Group on International Migration and Multiculturalism, which is registered in Brazilian research institutions such as CNPQ, PIBIC, and is in charge of UFPR's Department of Sociology, has an important role in the CSVM program. For example, it coordinated the first field research on the socioeconomic and labor profile of refugees in Brazil in 2019. There is also a partnership between UFPR and a large Communication and Journalism School Extension Program.

All the initiatives are formally part of the CSVM at UFPR which was founded by an Agreement between UNHCR-Brazil and UFPR, put into action by the "Program for Migration Policy and the Brazilian University (PMUB)", and includes the participation of professors and students from various courses, the vast majority of whom are volunteers.

In Brazilian Portuguese classes, the majority of students are Haitians, Venezuelans, Syrians, and several African nationalities. Initially, the PLE-Portuguese as a Foreign Language methodology was adopted. However, with the development of activities, the "PLAC-Português como Língua de Acolhimento: Portuguese as a Host-Welcoming Language" method was adopted. Through this method, language is the element of interaction with an affectionate character that aims to receive each person with warmth and kindness, generally an adult who needs the language to survive in a new context.

Also in Brazilian Portuguese classes, we use the "Porta-Giratória: Revolving Door" methodology, adapted to the main theme of education in transit, in which the student is not necessarily permanent because he appears in one or two classes, then stops attending, later returns, or not, etc. Thus, each meeting (of 3 hours, once a week, usually Saturday afternoon) has a beginning, middle, and end that usually addresses a practical theme, such as the "Search for Employment in Brazil". Refugees are introduced to the theme's vocabulary, practice mock interviews, are taught office etiquette, are provided an analysis of paychecks, etc. If the student does not attend the next class, or the next, and returns three weeks later, this will not present them with any problems caused by missed content because each class will be about a new theme, with a new beginning, middle, and end. There is no continuation of the previous class. Meanwhile, in computer classes (which are scheduled the hour prior to the Brazilian Portuguese Classes), students learn how to make a curriculum vitae (CV), how to access databases to find employment opportunities, and how to complete a job application. Periodically, workshops about Brazilian history are held. These classes are given at the Dom Pedro I Building.

Classes are free and leveling is based on a text that the students write on paper when they attend the first class. The results come out immediately where they are able to attend the first class on the same day – all done in a simple, fast, and unbureaucratic fashion. The teachers are volunteers, usually students of Language who are starting teaching.

Female enrollment in classes are consistently increasing and many students have to bring their children. In the earlier years of the Brazilian Portuguese classes, the children stayed in the classrooms with no specific activities and made it difficult for their mothers to pay close attention to class and effectively learn. In 2017, a specific space was created for the children educational and recreational activities have been carried out, under the responsibility of Psychology students, with the creation of the "Pequenos do Mundo" Project.

Within the scope of the Brazilian Portuguese Program for Humanitarian Migration (PBMIH), there are additional activities aside from traditional themes, such as preparing a newspaper with current events that are of interest to students of a certain nationality or are headlines from their countries of origin. These are then displayed on the wall of the course corridor so that all migrant students, as well as the entire academic community that passes by, can read and learn about what is happening in the world outside of Brazil. Additionally, the students write testimonies about their lives as a migrant or refugee in Brazil which end up being a great opportunity for self-reflection, therapeutic healing, and also a great source for scientific analysis of their experiences. There are also cultural activities, such as going to museums and theatres, having traditional parties that depict the students' home countries, and official graduation ceremonies at the end of the year. There is an exhibition of photos of the Program taken by a professional photographer, as well as everyday photos taken by the migrants and refugees themselves. An annual party is held in June called *Festa Junina*, which is very traditional in Brazil where we simulate a funny countryside wedding. For PBMIH, however, we simulate a multicultural wedding! All of these activities are included in reports with descriptions and photographs.

Another prominent cultural initiative is the project *Literatura de Refúgio* (Literature of Refuge). These are cultural meetings where foreign literary excerpts are first read in the original language, usually by students from the author's country of origin, and then followed by the student reading the Portuguese translation. The translation is done by students as one of the tasks of the Portuguese course. Generally, the meetings are thematic so that poetry and prose from several countries come together in special locations across the city, such as the historic building of the old City Hall or a cozy bookstore. Both the original and the translation are displayed on screens so that the public can follow.

In the very beginning of the Brazilian Portuguese class, legal assistance was given and students who presented specific concerns were referred by their teachers to relevant professors and students from the UFPR Law course where they could receive guidance. UFPR soon realized the importance of these services, and as demand increased for legal assistance, a room was designated specifically to provide these services on the ground floor of the Historic Building where the Law course works. There, all the guidelines related to the demands of migrants and refugees are offered, which focus on rectifying information in documents, processing asylum applications, filing a family reunion request, validating high school and postgraduation diplomas for admission into the university, and attending to other issues related to education. This project is responsible for the agreement with *Conare* — *Comitê Nacional de Refugiados*, the Brazilian government authority for asylum and refuge adjudication, from which, for a whole year (2018), interviews with asylum seekers with the Eligibility Officer have been carried out by Skype, as well as 3 face-to-face joint efforts per week. Psychological assistance is also provided in this same room, carried out by students of the Psychology course under the supervision of a professor. This same professor also coordinates the interviews on the socioeconomic vulnerability of refugees who intend to participate in the edicts for admission, re-entry and revalidation of diplomas at UFPR. The Psychology course is also responsible for tutoring refugee undergraduate students at UFPR. The activities in this collective room became known among refugees as "Room 28" (i.e., "Go to Room 28. They can help you!") and this inspired the collection of narratives from the volunteers who published the blog: sala28.org.

Since the beginning of the Program, around 2,500 migrants and refugees have already taken classes. In 2019, there were 15 classes with around 400 students. There is a waiting list for several levels. As for legal services, the average is 500 cases per year. For psychology assistance, the average is 500 sessions per year.

Even with the success of numerous programs, the CSVN did not want to be limited to activities that only provided extension services to migrants and refugees. Soon, it began to take initiatives to incorporate the CSVN services into the very structure of the University, essentially creating a university policy. After many actions, meetings, debates, and some tensions, four (4) Resolutions were issued by the Higher Council for Teaching, Research and Extension at UFPR (CEPE: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão):

- CEPE Resolution 2/16 (ex-58/14) deals with the revalidation of a diploma for migrants and refugees. It is available on the UFPR website at: http://www.soc.ufpr.br/wp-content/uploads/2016/07/resolucao_cepe_25052016-1144.pdf. The validation of diplomas is an expensive, slow, and bureaucratic process in Brazil. The key difference of this UFPR Resolution is that it is aimed at refugees, asylum seekers, and migrants with a humanitarian visa, who are Venezuelans and Haitians. UFPR offers them examinations to compensate the absence of necessary documentation for validation, which includes a wide range of documents such as legalized-apostilled school transcripts, detailed list of course subjects, among others which they usually do not have access to, at least completely.

Issued in 2014, the Resolution was put into practice the following year. The Pro-Rector of Graduation and Professional Education (PROGRAD) of UFPR opened a Call of Candidates, launched by the UFPR *Núcleo de Concurso* (Competition-Contest Center, the same that leads the entire entrance examinations process (Vestibular) to enroll at UFPR and that already has years of expertise in this type of call). In general, this process requires certain mandatory documents from candidates, such as a copy of the diploma to be validated, a record of professional experiences abroad, and identity documentation. Aiming to reduce bureaucracy and to promote academic recognition and professional practice in Brazil, the public notices make it possible to justify the unavailability of documents or the impossibility of obtaining consular

services in their country of origin, including financial restrictions. As for the enrollment fee, UFPR allows the granting of exemption for an underprivileged candidate, and the process for granting the benefit is in charge of PMUB-CSVM.

The candidate for validation goes to Room 28 where they register and upload documents with the assistance of law students. Subsequently, interviews are carried out by the Psychology professor and her students who already have a standard procedure adapted to the reality of migrants and refugees. The applicant's economic and social situation is taken into account for the purpose of deciding whether or not to exempt the RS \$550.00 fee.

Registrations are analyzed by a commission of professors from UFPR who are specially appointed. Once candidates have their applications accepted, *Núcleo de Concurso* asks the Program Coordinators of the respective courses to prepare tests. Three eliminatory steps are then carried out, in Portuguese including an objective test, practical test, and an interview.

Regarding the profile of the candidates, over the past three years, the validation of diplomas were mostly sought out by women, mainly from Venezuela, Haiti, Syria, and Angola. The process has been successful, but there still exist problems with language barriers which make it difficult for candidates to take the tests. Another challenge is the great difficulty of the tests given that many courses administer extremely rigorous assessments that incorporate knowledge and themes that even Brazilian students are not versed in. These two factors make the number of approved candidates in the validation process very low, although it is increasing every year. It is worth mentioning, however, that ordinary processes for validating diplomas in Brazil, which are not specific to migrants and refugees, have high levels of rejection. In the earlier years of CSVN, there were generally around 23 candidates for validation tests per year. In 2019, the process had 82, among which 19 passed the exams. According to this Resolution, 29 diplomas

were validated between 2015-2019, the highest of acceptances of migrants and refugees in Brazil.

- Resolution CEPE/UFPR 13/14 regulates the entry of migrants with humanitarian visas and refugees in undergraduate courses at UFPR, using spare enrollment places. http://www.soc.ufpr.br/wp-content/uploads/2016/07/resolucao_cepe_09072014-902.pdf. The occupation of these vacancies is open to migrants with a humanitarian visa and refugees who have started post-graduation in their country of origin, in the same courses or in very similar courses, but could not complete. The criteria for this selection include curricular integration, time spent in Brazil, knowledge of the Portuguese language, and psychological interviews. There are no fees and the agencies involved are Prograd, University International Agency, the Office of the Rector and the Migration Policy Program, and the Brazilian University. There are currently 115 students at UFPR who are a part of this process.

As the spare enrollment places are remaining vacancies, the supply is always less than the demand. The biggest challenge for the university is to keep the migrant and refugee students in courses. Many have some form of support, be it free or very cheap meals at the University Restaurant (3 meals a day), permanent assistance (*Auxílio Permanência*), or scholarships. These scholarships are available from UFPR itself, or from an agreement established between UFPR and the Public Ministry of Labor of Paraná under the coordination of the CSVN and the Migration Policy Program and the Brazilian University (Bolsa MPT).

- Resolution CEPE 63/2018 creates 10 additional vacancies for humanitarian migrants and refugees, eligible to all UFPR graduation courses, one enrollee per course. CSVN was essential for the approval of this regulation and has been acting since then in the organization of the special entrance exam. We had two (2) calls for these vacancies (2018 and 2019), resulting in a total of 20 students currently enrolled. <http://www.soc.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2018/11/cepe-63-18-vagas-suplementares-migrantes.pdf>.

- Resolution CEPE 56/2019 creates a special first year for humanitarian visa and refugee students that accessed UFPR through resolution 13-14 and 63-18. It is important for them to attend a few basic courses in their Programs, a lot of Portuguese courses, as well as a Psychology and a Law course. This Resolution has been established so these students do not fail. <http://www.soc.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2020/02/cepe5619.pdf>.

In order to improve the admission, permanence, and integration of these students at UFPR, the CSVN Program has been offering selected students (for 5 years) to start their freshman year with the “Linguistic and Academic Reception Course”, organized by the Brazilian Portuguese Project for Humanitarian Migration (PBMIH). This course begins with a welcome reception by the Rector or professors of the Chairs/Programs. It offers five weeks of Portuguese classes designed around the fields of their undergraduate courses, information about the operations of UFPR, and the countless opportunities available to them (like training, research, and extension programs offered by the university). Students also visit the university’s various campuses, attend lectures with pro-rectors, among other activities.

In 2016, CSVN/UFPR also created the discipline of Academic Portuguese, offered to all refugee freshmen, in which the genres of academic written and oral language are taught with a specific methodology created especially for this purpose. In the subject of Academic Portuguese, students must make a weekly report of their academic life in their respective program and send it to the Portuguese Professor (a specialist not only in Portuguese, but also in the inclusion of refugees in the university). These reports should include obstacles and challenges the migrant and refugee students faced each week, including the prejudices they suffered from their peers (who do not want to do teamwork with them; who do not answer their questions in the class’ WhatsApp, etc.), from their professors (who complain about their Portuguese language weakness; who send indirect or direct xenophobic messages; who ask for inaccessible

*Festividade de conclusão de curso do
PBMiH da CSVM.
Fonte: Brunno Covello, 2015.*



things, etc.) and from technical servers (who do not bother to try to understand them). As a result, CSVM--PMUB, together with the Dean's Office, developed two broad campaigns: “*Voices e Culturas — Voices and Cultures at UFPR*” (videos on Youtube) and “*Recomeços são possíveis — Re-starts are possible*” (posts on social networks).

Another initiative worth mentioning is the Master and Doctorate in Law at UFPR, considered one of the best in the country with a score of 6.0 in Capes' evaluation. It reserves up to five (5) vacancies for migrants with a humanitarian visa and refugees under the terms of the Resolution No. 05/2015-PPGD/UFPR. In 2017, the first student joined who was a Syrian refugee and a master's student. In 2018, another Syrian woman joined to start her master's degree in 2019. Currently, there is also a master's student from the DRC.

In 2019, we started a new project to help migrant and refugee women that suffer from gender-based violence (GBV) and domestic violence. So far, we are supporting a Haitian victim of GBV committed by her boyfriend, as well as an employee against her Brazilian employer and another who was assaulted as a customer by a grocery store manager. For this project, we tried to include the women into Protection

Policy Precinct, the Women rights Commission of Brazilian Bar Association (State of Paraná), IOM-Brasil (International Organization for Migration), and Labor Law Public Prosecutor. During COVID-19 pandemic, we have started a new campaign about GBV in collaboration with Instituto Aurora.

The CSVM--PMUB's contribution in the area of scientific production is also considerable, as the projects have groups of studies and research projects, and the professors and several students involved have already published chapters of books and articles in qualified journals—some of them as a result of the studies and experiences provided by the CSVM Program. A book was released in April 2016 with support from UNHCR-Brasil, titled *Refúgio e Hospitalidade*.

These initiatives in the education of migrant and refugee students are a testament to the commitment of interculturality at UFPR, so that cultural dialogues in Brazil include the culture of origin of those who have sought refuge in our communities. UFPR is always concerned of not overshadowing or excluding these students, instead welcoming and including them in celebration of diversity that enriches a society.

Finally, it is worth remembering that Sérgio Vieira de Mello Chair / Program is also a part of and coordinator of the Support Network for Migrants, Refugees and Stateless Persons, which brings together numerous organizations that work daily in the area and in the State of Paraná. It participates in the Forum on the Rights of Migrant Workers, an initiative of the Public Labor Ministry of Paraná. In addition, through the CSVM-PMUB, UFPR has a seat on the State Council for the Rights of Refugees, Migrants and Stateless Persons in the State of Paraná. Due to its internal and social initiatives, the Program also participated in the Public Hearings held in 2016 and 2017 on the rights of migrants and refugees, and on the new Brazilian migration law which were both held in the State of Paraná Congress. The Support Network for Migrants, Refugees and Stateless Persons is an external cooperation that contributes immensely to UFPR's efforts of including migrants and refugees into the local society, helping to make CSVM-UFPR more effective.

The Program also focuses on Advocacy, such as working on the migration bill at Brazil Congress, the amendment of the Ministry of Justice Regulation about Naturalization (Portarias), etc.

The goals for the future focus on improving the actions already taken and expanding external relations with other universities in other countries in order to form a network of educational institutions that study and welcome migrants and refugees. This will allow for knowledge sharing on migration realities in all countries, with very close attention to obstacles and challenges, so that solutions can be more effective when they are created in partnerships, through a collective approach, and aiming at real transformation in the life of migrants and refugees.

UFPR: Universidade Federal do Paraná
PMUB: Política Migratória e Universidade Brasileira
CSVM na UFPR: Cátedra Sérgio Vieira de Mello na UFPR
PBMIH: Português Brasileiro para Migração Humanitária
PROGRAD: Pro-reitoria de Graduação
CEPE: Conselho Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPR
CERMA: Conselho Estadual dos Refugiados, Migrantes e Apátridas

PALAVRA FINAL

Estimado Felipe:

Disculpa la tardanza en cumplir con tu pedido... al regresar a Neuquén me encontré con los pendientes y me absorbieron... Disculpa también si me excedí pero quise aprovechar para compartirles a todos mi "evaluación" y agradecimientos... Espero que, además de servir para el Blog/Libro, lo compartas con aquellos que hicieron posible conocernos y compartir estos maravillosos días en Curitiba... y conocer el AULA 28... Va lo solicitado Felipe... Ser Migrante... Forzado... Por razones políticas y siendo muy joven, apenas 20 años tenía... y hoy llegando a los 62... Dejar mi Santiago de Chile involuntariamente en el momento más pleno de mi Vida es una marca que, lejos de borrarse con el tiempo, crece, crece y crece... Le llaman nostalgia algunos... Y me gusta nostalgear... Creo que la nostalgia es un DERECHO HUMANO ESENCIAL, aunque aún NO esté formalizado... Pero más creo que es IDENTIDAD... Yo "SOY" chileno... Si, chileno y de Santiago... "Santiago querido" como dice la cueca... Si, nací, crecí y salí al destierro desde ese "MI" Santiago... Fue ahí donde me jugué la vida por un proyecto colectivo que traería felicidad a todo mi Pueblo... Soy hijo de ese Proyecto... Me "parieron" René y Carmela, mi padre un santiaguino obrero de curtiembre y dirigente sindical hasta el 11 de Septiembre de 1973... Mi vieja (esta es una manera muy Argentina de llamar a los padres... inculturación será?...), brillante dirigente vecinal a pesar de ser analfabeta... También soy hijo del socialismo a la chilena de Salvador Allende, "con empanada y vino tinto" y con una pluralidad política que hoy se extraña... Soy hijo de un sector de la Iglesia chilena que acompañó el sueño popular... Soy hijo de "MI" paisaje, la cordillera de los Andes, por donde siempre sale el Sol y del Océano Pacífico, en cuyo horizonte se esconde ese mismo Sol al ocaso del día... Y soy hijo del "Mote con Huesillo", la "cazuela", los "Porotos con Riendas", la "Carbonada", etc. etc. etc... Esto y otras cuantas cuestiones son CHILE para mí... O Santiago de Chile al menos... O la casa donde aún vive la Carmela con sus 88 años... Sentí necesidad de esta introducción para que comprendan mejor mi grata sorpresa por encontrarme con el AULA 28... Y en la FACULTAD DE DERECHO... Y más aún, en la

Universidad Federal de Paraná y algo llamado "Cátedra Sérgio Vieira de Mello"... Y ubicada en el corazón del casco histórico de la capital estadual, pleno centro de la conservadora ciudad de Curitiba... Antes de viajar por primera vez a Curitiba averigüé sobre el Estado de Paraná y su Capital todo cuanto me fue posible... Llegué allí sábado por la tarde y hasta el lunes pregunté todo lo que se me permitió... Finalmente, lunes por la tarde, entré por primera vez a la Sede de la Facultad... Guuuuu... Ustedes saben que poseen un imponente edificio. Que se pensó y diseño como lo querían y lo quieren... Que fachada!!!... El evento era en el 3er. Piso y me llevaron en ascensor el primer día... Observé... Bastante... Y escuché... El segundo día también por ascensor... Y escuche reiteradamente hablar del AULA 28, lugar físico al que se vinculaban casi la totalidad de las iniciativas migratorias y refugiadas que se exponían con "finura" académica en los sucesivos paneles. Humanizando cada panel y el odioso, distante, frío y "riguroso" lenguaje académico, felizmente, siempre estuvo la calidez y ternura de un/una/unxs desarraigados que nos compartieron su "testimonio" y que incluyó, en todos los casos, el agradecimiento al exquisito grupo humano que le ha dado existencia al AULA 28, que se encontraban presentes y habían organizado este maravilloso lenguaje, abrazadero y pensadero colectivo, lleno de mimos humanizantes en medio de las muchas veces frías aulas, pasillos y ascensores de nuestras universidades... Ninguno de estos "agradecimientos" fue protocolar o por compromiso, brotaron sentidamente desde la profundidad del corazón de quienes valoramos y dimensionamos con nuestras VIDAS hasta el más pequeño gesto de hospitalidad... HOSPITALIDAD... Eso es el AULA 28... Este rico grupo que lidera el tremendo tipo que todos tratábamos en esos días como el "Profesor Gediel", y su "lugar teniente", la siempre atenta y amable hasta la dulzura, "Profesora Tatyana", todos, sin excepción, incluido Vos Felipe y cada unx de tus pares estudiantes, pueden estar seguros, aunque no sean "creyentes", que para nosotros los desarraigados, estamos seguros, ya se han ganado un "pedazo de cielo" en el Reino de JUSTICIA, en lenguaje Jesusiano, y/o en el reino del BUEN VIVIR, según nuestros Pueblos Originarios... Gracias... Gracias... Ese segundo día allí

con ustedes y ya por la tardecita, aprovechando un breve descanso y preguntando, llegué al AULA 28... Observé primero la modesta cartelera en su puerta y luego lamenté encontrar cerrada su puerta... Era obvio, estábamos todos en el 3er. Piso “amasando” y “enredándonos” para “cocinar” algún/os productos que felices disfrutaremos... Pero esa puerta cerrada me empujó a merodear el entorno y recorrí el edificio alrededor del Aula 28 varias veces y cada vez en una dirección distinta, volviendo a ratos al AULA 28 a manotear la manija de su puerta pero que esa tarde No se abrió... Momentáneamente desistí, el Seminario continuaba... El tercer día encontré un “lazarillo” que me guió final y felizmente, el Prof. Marcio... Él fue la llave que abrió esa puerta y me invitó a pasar... Por fin estaba allí, adentro de la mentada AULA 28 y, mientras Marcio me mostraba los rincones y contaba el propósito de cada uno, yo imaginaba a muchos de mis hermanos en el desarraigo instalados ahí y siendo atendidos por quienes habían llenado de relatos y amor el auditorio del 3er. piso durante el “Seminario de la Cátedra”... Por fin mi curiosidad e insistencia me permitió recolectar la información que con emoción les compartí en mi “palestra” y que Vos Felipe me pediste te escribiera... El AULA 28 es todo un “milagro”... Incluido el lugar físico... No se imaginan lo importante que es para el Migrante o el Refugiado que esté ubicada allí en Planta Baja (Terra...?) y sea la primera en ese patio interno. Nos evitan tener que andar dando vueltas y preguntando... nuestras vidas están tan recargadas de “vueltas” y “preguntas” que es un alivio evitar algunas... Gracias... El AULA 28 nos parece un “milagro” porque imagínense lo que nos pasa cuando llegamos a esta Facultad por primera vez y nos paramos frente a tan imponente edificio... Aquí nos van a atender?... Aquí nos van a ayudar?... E ingresamos llenos de incertidumbres y temores, es difícil para un Migrante imaginar que una Universidad se interesará por nosotros más allá de estudiarnos y menos aún una Facultad de Derechos... Más difícil es imaginar que nos encontraremos con una variedad de profesionales que no son abogados... y con estudiantes que parecen de verdad interesados en lo que nos pasa... Gracias... El “milagro” se apreció durante el “Seminario”, a pesar de estar organizado por la academia y que se realizó

dentro de Ella, en una dependencia del “imperio de la razón”, y tuvo lugar y momentos privilegiados para la belleza estética. Las profundas huellas del sufrimiento que produce el desarraigo involuntario y las esperanzas en superarlo pudieron expresarse sin tener que pedir permiso. Tanto los “palestrantes” como los oyentes nos permitimos dejar aflorar cuanta dimensión de lo humano se nos antojó y nadie se sorprendió, con naturalidad tuvo lugar la poesía, la música, el canto, la risa y el llanto... “ALMA SIRIA”... Qué momento!!! ... y en lo personal, permítanme recordar el mimo que me hizo Ana Paula (la brasilera), que me/nos regaló un texto/pensamiento/sentimiento que espontáneamente le surgió ante mis nostalgias de Chile... se los transcribo... “Para Jorge... El Sol en la Montaña / Olores del Santiago / Pescados sacados del alma / Pacífico que pacifica la memoria / de un lugar que No se fue / más se queda aquí y ahora / en mi respirar y en mi lutar! ... De una Hermana brasileña... Ana Paula” Gracias Felipe por tu tímido pedido, con El me has permitido ejercer mi derecho a la nostalgia y recordarles a todos y cada uno de ustedes... Gracias porque desde este Neuquén en la Patagonia Argentina y pasado algunos días de mi visita a Curitiba, puedo redimensionar con mayor justicia la Cátedra Sergio Vieira de Mello y el Programa “Política Migratoria e Universidad Brasileira”, incluso sus docenas de Proyectos en marcha... Y que podrían ser aún más si se formaliza una “CLÍNICA JURÍDICO/SOCIAL” de Migrantes y otro de “FORMACIÓN POLÍTICA” de Líderes Migrantes... Graaaacias por el cariño y la coherencia que sentí, ello me permite, en confianza, expresarme en libertad... Gracias Curitiba... Capital del conservadurismo brasilero por “parir” en este lugar y tiempo histórico esta milagrosa AULA 28...

Felipe Querido te abrazo con afecto, y por tu intermedio, a TODAS y TODOS los que hacen posible esta esperanzadora AULA 28...

Jorge Muñoz Villagrán

Neuquén, noviembre 2017

ANEXOS

RESOLUÇÃO Nº 02/16-CEPE

Estabelece normas para revalidação de diplomas de graduação expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior requerida por migrantes regularmente admitidos no Brasil e portadores do estado de refugiado ou de visto humanitário.

O CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

da Universidade Federal do Paraná, órgão normativo, consultivo e deliberativo da Administração Superior, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 21 do Estatuto da UFPR, considerando o disposto na Resolução nº 8 MEC/CNE/CES, de 04 de outubro de 2007, na Portaria Interministerial MEC/MS nº 278, de 17 de março de 2011, no § 4º da Resolução 35/11-CEPE, no ofício CONARE 416/2014, com fulcro no Art. 44 da Lei nº 9474, de 20 de julho de 1997 e no parecer nº 27/16 exarado pela Conselheira Lillian Daisy Gonçalves Wolff no Processo nº 077158/2015-94, e por unanimidade de votos,

RESOLVE:

Art. 1º Os migrantes regularmente admitidos no Brasil e portadores de estado de refugiado ou de visto humanitário poderão requerer revalidação de diplomas de graduação expedidos por instituições estrangeiras de ensino superior.

Parágrafo Único. O Reitor designará comissão especial para analisar a condição dos solicitantes quanto ao requisito estabelecido no caput deste artigo e emitirá parecer quanto à homologação dos pedidos com base nos seguintes documentos:

- a) cópia do pedido de refúgio ou visto humanitário junto à Polícia Federal com reconhecimento pelo Comitê Nacional de Refugiados (CONARE), caracterizando a regularidade e dentro do prazo de validade enquanto aguarda deferimento processual;
- b) cópia do documento da Receita Federal do Brasil emitindo um número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) permitirá ao requerente identificar-se perante esta instituição federal de ensino e será incluído nos sistemas de controle e regulação do MEC.

Art. 2º Os diplomas de cursos de graduação expedidos por instituições estrangeiras de ensino superior, mediante a devida revalidação, serão declarados equivalentes aos que são concedidos pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e hábeis para os fins previstos em Lei.

§ 1º O registro do diploma no órgão competente se torna obrigatório quando habilite ao exercício profissional no país.

§ 2º Para revalidação de diploma de médico obtido no exterior, aplica-se a Portaria Interministerial nº 278, de 17 de março de 2011, procedimento conhecido como REVALIDA.

Art. 3º São suscetíveis de revalidação os diplomas que correspondam, quanto ao currículo, aos títulos ou habilitações conferidas pela UFPR, entendida a equivalência em sentido amplo, de modo a abranger áreas congêneres, similares ou afins.

Art. 4º Compete à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) fixar periodicamente edital,

fundamentado nesta Resolução, definindo a data de abertura, o período para o recebimento dos pedidos de revalidação de diploma requeridos por portadores de estado de refugiado ou de visto humanitário, os documentos exigidos e a data de publicação do edital de homologação dos inscritos.

§ 1º O processo de revalidação deverá considerar a situação desfavorável vivenciada pelos refugiados e em atendimento aos preceitos da Lei nº 9474 de 20 de julho de 1997.

§ 2º Caberá ao Núcleo de Concursos da UFPR a operacionalização do processo de avaliação para a revalidação de que trata a presente resolução, sendo designado o seu sítio na web (www.nc.ufpr.br) como o canal oficial para o desenvolvimento do referido processo.

§ 3º O requerimento desta modalidade de revalidação deverá ser encaminhado por meio do preenchimento de formulário específico disponível conforme edital específico no sítio do Núcleo de Concursos da UFPR procedendo-se a anexação eletrônica dos documentos exigidos.

§ 4º Concluídas as etapas de avaliação, os interessados aprovados serão convocados mediante edital pelo NC/UFPR para apresentarem os documentos originais para autenticação das cópias anexadas ao processo eletrônico por ocasião da inscrição.

§ 5º Perderá direito à revalidação o interessado que deixar de comprovar quaisquer dos documentos anexados ao formulário eletrônico ou que deixe de comprovar as informações presentes no formulário referido no parágrafo 3º deste artigo.

§ 6º O NC/UFPR publicará em seu sítio edital complementar contendo:

- a) lista nominal dos requerentes com inscrições homologadas pela comissão estabelecida no parágrafo único do artigo 1º;
- b) programático dos exames e provas e a data de realização dos exames e provas.

Art. 5º O processo de revalidação ou registro de diploma estrangeiro de graduação será instruído mediante os seguintes documentos:

- a) Cópia do diploma a ser revalidado, se disponível;
- b) Histórico escolar com especificação das disciplinas e duração do curso, carga horária de cada disciplina, graus, conceitos de aprovação ou comprovação de créditos obtidos em cada disciplina, ou prova do cumprimento do currículo pelo candidato, se disponível;
- c) Relatório de experiência profissional no exterior, caso exista;
- d) documento de identidade (passaporte ou equivalente);
- e) cópia do pedido de refúgio ou visto humanitário junto à Polícia Federal com reconhecimento pelo Comitê Nacional de Refugiados (CONARE);
- f) cópia do documento da Receita Federal do Brasil emitindo um número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- g) comprovante de recolhimento da taxa de revalidação, conforme o estabelecido pelo Conselho de Planejamento e Administração (COPLAD) da UFPR.

§ 1º Os documentos identificados nas alíneas “a”, “b” e “d” deverão ser apresentados em fotocópia, preferencialmente autenticada.

§ 2º Os documentos das alíneas “a” e “b” deverão ser autenticados por autoridade consular brasileira no país-sede da instituição emissora do diploma estrangeiro, devendo ser justificada indisponibilidade destes documentos ou a impossibilidade de obtenção do serviço consular no seu país de origem ou por restrições financeiras (ofício CONARE 416/2014).

§ 3º A apresentação da documentação completa é de total responsabilidade do candidato, na forma exigida acima ou sua indisponibilidade justificada.

§ 4º É vedado o requerimento de revalidação protocolado de forma condicional, extemporânea, via postal ou outra via que não seja pelo sítio do NC/UFPR.

§ 5º Uma vez aberto o processo de revalidação não haverá devolução da taxa de revalidação.

§ 6º A UFPR definirá caráter de isenção para candidato que declarar vulnerabilidade socioeconômica, de acordo com o respectivo edital.

Art. 6º Os documentos redigidos em idiomas estrangeiros deverão ser acompanhados da tradução oficial por tradutor juramentado.

§ 1º O requerente poderá justificar a impossibilidade de obter a tradução juramentada (ofício CONARE 416/2014).

§ 2º Serão aceitas traduções, acompanhadas do documento fonte, para os idiomas português, espanhol, francês ou inglês no caso de ausência justificada de tradução juramentada.

Art. 7º A comissão responsável pela homologação dos pedidos prevista no parágrafo único do Artigo 1º será composta por:

- a) um docente participante das áreas de Direito Internacional e de Direitos Humanos;
- b) um docente integrantes da Cátedra Sérgio Vieira de Mello na parceria com o Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR na UFPR;
- c) pelo Assessor de Relações Internacionais da UFPR;
- d) um representante da PROGRAD.

Art. 8º Será designada pelo Reitor uma comissão com participação da PROGRAD e dos coordenadores dos cursos das áreas envolvidas, que conduzirá, com o assessoramento do NC/UFPR, as etapas de exames e provas e exará o parecer conclusivo da revalidação.

§ 1º O NC/UFPR definirá em parceria com as respectivas coordenações de cursos da UFPR, a metodologia de avaliação (critérios de avaliação, conteúdos programáticos, os critérios de avaliação) para cada curso.

§ 2º O NC/UFPR e as coordenações de cursos constituirão o conjunto de questões que integrarão o banco de questões para cada curso.

Art. 9º O processo de avaliação deverá obrigatoriamente contemplar três fases:

- a) prova objetiva;
- b) prova prática; e
- c) entrevista.

§ 1º O NC/UFPR publicará edital específico para cada curso tornando público o processo de avaliação para cada curso.

§ 2º Cada uma das etapas definida no caput deste artigo possui o caráter eliminatório definido no edital previsto no parágrafo 1º deste artigo.

§ 3º A exclusão da fase de prova prática somente será permitida se aprovada pelo Colegiado do

Curso, mediante justificativa devidamente fundamentada.

Art. 10 A comissão estabelecida no Art. 8º deverá examinar, entre outros, os seguintes aspectos:

- a) qualificação conferida pelo título e a adequação da documentação que o acompanha;
- b) correspondência do curso realizado no exterior com o que é oferecido na UFPR.

Parágrafo Único. A comissão de que trata o artigo 8º poderá solicitar informações complementares que, a seu critério, forem consideradas necessárias para a análise do pedido.

Art. 11 O candidato com inscrição homologada será submetido a exames, entrevistas e provas na UFPR, destinados à caracterização da equivalência dos estudos realizados no exterior aos correspondentes oferecidos na UFPR e prestados em língua portuguesa.

§ 1º A etapa dos exames será realizada dentro do prazo máximo de quatro (4) meses da homologação da inscrição e contemplará estudos de casos formulados com respostas de múltipla escolha.

§ 2º Os cursos de licenciatura e os que demandarem prova de habilidades específicas, conforme edital complementar, realizarão etapa de prova de habilidade didática ou de habilidades profissionais específicas no prazo de um (1) mês da divulgação do resultado da etapa de exames.

§ 3º Vencidas as etapas de exames e provas e de posse dos resultados obtidos pelo requerente, o processo será objeto de análise pela comissão do Art. 8º.

§ 4º Quando a comparação dos títulos e os resultados dos exames e provas demonstrarem o não preenchimento das condições exigidas para revalidação, o candidato deverá realizar estudos complementares, conforme disponibilidade na UFPR ou em outra instituição em que se ministre curso equivalente, cabendo à comissão do Art. 8º a definição de prazo para sua realização.

§ 5º A recomendação de estudos complementares finaliza o processo de revalidação com indeferimento justificado, facultando ao requerente a reabertura de seu processo de revalidação, dentro do prazo máximo definido no §4º deste artigo, com a retomada dos procedimentos de revalidação.

§ 6º Na hipótese de persistirem dúvidas, poderá a comissão determinar que o candidato seja submetido a novos exames, entrevistas e provas destinados à caracterização dessa equivalência, mediante edital publicado nos veículos de comunicação da UFPR.

§ 7º Em qualquer caso, exigir-se-á que o candidato haja cumprido ou venha a cumprir os requisitos mínimos prescritos para os cursos brasileiros correspondentes.

Art. 12 O diploma estrangeiro original será apostilado, no caso de revalidação, e registrado, devendo o termo de apostila ser assinado pelo Reitor da UFPR, sendo emitida uma declaração de finalização de revalidação assinada pelo Reitor no caso de indisponibilidade do original.

Parágrafo único. A UFPR manterá registro dos diplomas apostilados em livro próprio.

Art. 13 Os refugiados ou portadores de visto humanitário podem optar alternativamente pelo trâmite estabelecido pela Resolução 35/11-CEPE.

Art. 14 Ao final de cada processo de avaliação a PROGRAD encaminhará ao CEPE relatório para homologação do resultado final.

Art. 15 Os interessados que tiverem seus pedidos aceitos deverão entregar junto à Unidade de Diplomas da PROGRAD para os devidos trâmites de registro da revalidação.

Parágrafo Único. Será expedido certificado de revalidação aos interessados que não possuírem diploma ou certificado original.

Art. 16 Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução 58/14-CEPE.

Sala das sessões, em 01 de abril de 2016.

Rogério de Andrade Mulinari
Presidente em Exercício

RESOLUÇÃO Nº 13/14-CEPE

Aprova normas para acesso de migrantes regularmente admitidos no Brasil e portadores do estado de refugiado de seu país de origem ou de visto humanitário e que tenham iniciado cursos superiores em instituições de ensino no estrangeiro aos cursos de graduação da UFPR, com fulcro no Art. 44 da Lei nº 9474 de 20 de julho de 1997.

O CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO da Universidade Federal do Paraná, órgão normativo, consultivo e deliberativo da administração superior, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 21 do Estatuto da UFPR, considerando o Art. 44 da Lei nº 9474 de 20 de julho de 1997 e o consubstanciado no parecer nº 106/14 exarado pela Conselheira Regina Maria Hartog Pombo Rodriguez no processo nº 022139/2014-40, por unanimidade de votos,

RESOLVE:

Art. 1º Os migrantes regularmente admitidos no Brasil e portadores de estado de refugiado de seu país de origem ou de visto humanitário e que tenham iniciado cursos superiores em instituições de ensino superior no seu país poderão solicitar o acesso a curso com as mesmas características na UFPR.

§ 1º O ingresso na universidade deverá ser facilitado, levando em conta a situação desfavorável vivenciada pelos refugiados e em atendimento aos preceitos da Lei nº 9474 de 20 de julho de 1997.

§ 2º A solicitação desta modalidade de acesso deverá ser endereçada ao Gabinete do Reitor, especificando qual o curso pretendido e protocolada com toda a documentação disponível e com informações para contato pessoal com o solicitante.

§ 3º A solicitação poderá ser realizada nos idiomas português, espanhol, francês ou inglês.

Art. 2º Os estados mencionados no Art. 1º serão analisados em parceria com os docentes participantes da área de Direito Internacional para Refugiados e Direitos Humanos, os docentes integrantes da Cátedra Sérgio Vieira de Mello na parceria com o Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados - ACNUR na UFPR e a Assessoria de Relações Internacionais da UFPR.

§ 1º A cópia do documento do Comitê Nacional de Refugiados (CONARE), correspondendo ao pedido de registro como residente no Brasil, caracterizará a regularidade dos estados, dentro do prazo de validade enquanto aguarda deferimento processual.

§ 2º A cópia do documento da Receita Federal do Brasil emitindo um número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) permitirá ao solicitante identificar-se adequadamente perante esta instituição federal de ensino e será incluído nos sistemas de controle e regulação do MEC.

Art. 3º A Coordenação do curso pretendido procederá a análise de equivalência do histórico escolar, baseado em documentos com tradução, com especificação das disciplinas e respectiva carga horária.

Parágrafo único Na ausência de documentação, será facultado ao refugiado a comprovação pelos meios de prova em direito permitidos, inclusive mediante atestado fornecido pelo CONARE.

Art. 4º O julgamento da equivalência deverá examinar entre outros, os seguintes aspectos:

- I- adequação da documentação comprobatória do percurso acadêmico na instituição de origem, e
- II- correspondência do curso iniciado no exterior com o pretendido pelo refugiado na UFPR.

Art. 5º. A Coordenação do curso pretendido poderá solicitar informações ou documentações complementares que, a seu critério, forem consideradas necessárias para o julgamento da equivalência.

Art. 6º. Na hipótese de persistirem dúvidas quanto à equivalência, a coordenação poderá determinar que o requerente seja submetido a exames e provas realizados em língua portuguesa ou inglesa destinados à caracterização da equivalência.

Art. 7º. A Coordenação do curso pretendido elaborará parecer sobre a equivalência dos estudos realizados no estrangeiro, assinalando se a equivalência faculta o acesso ao curso pretendido.

Art. 8º Nos casos com parecer de equivalência que faculte o acesso ao curso, o Colegiado do curso elaborará proposta de percurso acadêmico na UFPR, considerando duas fases: uma fase inicial de adaptação e outra de regularização com vistas à periodização do candidato.

§ 1º A fase de adaptação deve considerar que o requerente poderá não ser fluente na língua portuguesa, e deverá contemplar a matrícula em disciplinas nas quais o apoio de docentes e discentes esteja assegurado.

§ 2º Um professor tutor e estudante(s) instrutor(es) deverão ser designados pela coordenação do curso para apoiar o requerente admitido na UFPR.

§3º A fase de regularização do fluxo acadêmico respeitará as avaliações e as recomendações do professor tutor e dos estudantes instrutores.

Art. 9º A vaga no curso pretendido irá considerar a decorrente de evasão dos alunos no curso, para efetuar a matrícula.

Art. 10 A matrícula no curso pretendido como requerente viabilizará sua inclusão imediata no Curso de Português para Estrangeiros do CELIN da UFPR.

Art. 11 O solicitante perderá o vínculo com a UFPR, mesmo após efetivo ingresso, se não confirmada sua permanência legal no país pelo CONARE, dentro do prazo especificado no documento mencionado no Art. 2º § 1º.

Art. 12 Os casos omissos serão resolvidos pelo Pleno do CEPE.

Art. 13 Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de junho de 2014.

Rogério Andrade Mulinari
Presidente em Exercício

RESOLUÇÃO Nº 10/19 - CEPE

Estabelece as normas para o Processo de Ocupação de Vagas Remanescentes (PROVAR) destinado aos cursos de graduação da Universidade Federal do Paraná a partir do ano letivo de 2020.

O CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO da Universidade Federal do Paraná, considerando o disposto no parecer nº 130/19 exarado pela Conselheira Paula Garcia de Freitas no processo nº 027949/2019-05, e por unanimidade de votos,

RESOLVE:

Art. 1º A Universidade Federal do Paraná (UFPR) realizará anualmente o Processo de Ocupação de Vagas Remanescentes (PROVAR) destinado a preencher as vagas ocorrentes nos cursos de graduação e aptas a serem preenchidas por candidatos que estejam em condições legais de concluí-los.

§1º Compete à Pró-Reitoria de Graduação e Educação Profissional (PROGRAD), no início de cada ano letivo, efetuar o levantamento de vagas remanescentes para ocupação no ano letivo subsequente e encaminhar relatório ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) para homologação.

§2º O levantamento de que trata o parágrafo anterior será sempre relativamente ao ano letivo anterior ao do referido levantamento.

Art. 2º Do montante apurado no levantamento das vagas remanescentes para cada curso, será destinado até 10% para promover o ingresso de migrantes admitidos no Brasil, com status de refugiado, de acolhida humanitária ou similar, e que tenham iniciado cursos em instituições de ensino estrangeiras, nos cursos de graduação da UFPR, com fulcro no Art. 44 da Lei nº 9.474/97 e no Inciso X do Art. da Lei nº 13.445/17, conforme prevê a Resolução Nº 13/14-CEPE.

§1º As vagas de que trata o *caput* deste artigo serão limitadas a um mínimo de uma vaga por curso, desde que o curso possua qualquer número de vagas remanescentes, e a um máximo de três vagas por curso.

§2º As vagas destinadas ao ingresso de migrantes e que não forem efetivamente disponibilizadas para a sua ocupação serão reincorporadas ao relatório de vagas remanescentes e destinadas ao PROVAR.

Das modalidades do PROVAR

Art. 3º O PROVAR comportará as seguintes modalidades, que se aplicam exclusivamente às vagas efetivamente existentes nos cursos de graduação da UFPR e identificadas no relatório de vagas remanescentes homologado pelo CEPE:

- I - mudança de turno: destinada a estudante da UFPR interessado em mudança de turno entre cursos com matrizes curriculares similares que permitam um elevado número de equivalências entre si;
- II - mudança de habilitação: destinada a estudante da UFPR interessado em mudança de habilitação entre cursos com matrizes curriculares similares que permitam um elevado número de equivalências entre si;
- III - mudança de *campus*: destinada a estudante da UFPR interessado em mudança para outro *campus* entre cursos com matrizes curriculares similares que permitam um elevado número de equivalências entre si;

- IV - reopção de curso: destinada a estudante da UFPR interessado em mudança entre cursos com matrizes curriculares distintas, desde que o curso de origem seja identificado como curso afim pela coordenação do curso desejado;
- V - reintegração: destinada a estudante com registro cancelado na UFPR interessado em reingressar em versão ativa do seu curso de origem;
- VI - transferência: destinada a estudante com registro acadêmico ativo em outra instituição de ensino superior nacional ou estrangeira interessado em ingressar em curso ofertado pela UFPR desde que o seu curso de origem seja identificado como curso afim pela coordenação do curso desejado;
- VII - complementação de estudos: destinada a estudante graduado em qualquer instituição de ensino superior interessado em ingressar na UFPR para obter uma nova habilitação em curso ofertado pela UFPR;
- VIII - aproveitamento de curso superior: destinada a graduado em qualquer instituição de ensino superior interessado em ingressar na UFPR para obter uma nova graduação em curso ofertado pela UFPR;
- IX - processo seletivo: destinada ao preenchimento de vagas adicionais ao montante de vagas previstas para o processo seletivo próprio da UFPR (PS-UFPR) para o ingresso de estudantes no ano subsequente ao ano do levantamento das vagas remanescentes.

Das vagas remanescentes e da sua ocupação

Art. 4º - Serão consideradas vagas remanescentes:

- I - as vagas ocorrentes após os cancelamentos de registro acadêmico, verificados no ano letivo anterior ao ano do levantamento das vagas remanescentes, daqueles estudantes cujo prazo previsto para a integralização não ultrapasse o prazo da periodização recomendada para o seu curso ao final do ano do levantamento das vagas;
- II - as vagas ocorrentes geradas pelo próprio Processo de Ocupação de Vagas Remanescentes (PROVAR) no ano anterior ao ano do levantamento das vagas, daqueles estudantes beneficiados pelo PROVAR nas modalidades Mudança de Turno, Mudança de Habilitação, Mudança de *Campus* e Reopção de Curso e cujo prazo previsto para a integralização não ultrapasse o prazo da periodização recomendada para o seu curso ao final do ano do levantamento das vagas;
- III - as vagas ocorrentes após concluídas todas as chamadas complementares dos processos seletivos (PS-UFPR e PS-SISU) para o ingresso de estudantes no ano anterior ao ano do levantamento das vagas, limitadas a um máximo de 10% da soma das vagas ofertadas pelos referidos processos seletivos.

Parágrafo único - Somente será considerada como vaga remanescente aquela ocupada originalmente por aluno ingressante na UFPR por meio do Processo Seletivo próprio (PS-UFPR), do Sistema de Seleção Unificada (SISU) e do próprio PROVAR.

Art. 5º O direito à ocupação de uma vaga remanescente poderá ser exercido por todos os estudantes da UFPR e demais interessados, que cumpram as condições previstas nesta resolução:

- I - uma única vez, em cada novo ingresso na UFPR, no conjunto formado pelas seguintes modalidades: Mudança de Turno, Mudança de Habilitação, Mudança de *Campus*, Reopção de Curso e Reintegração, independentemente da forma de ingresso, exceção feita à Complementação de Estudos e ao Aproveitamento de Curso Superior;
- II - em cada novo ingresso na UFPR nas modalidades Complementação de Estudos e Aproveitamento de Curso Superior será vedada a participação nas demais modalidades do PROVAR;
- III - não havendo novo ingresso na UFPR, será vedada a participação nas demais modalidades do PROVAR ao aluno que tenha sido beneficiado pela modalidade Reintegração.

§ 1º Para efeito desta resolução, as modalidades definidas nos incisos I a V do artigo 3º não são consideradas como novo ingresso na UFPR.

§ 2º O ingresso na UFPR pelo PROVAR por meio das modalidades Transferência e Processo Seletivo não será contabilizado como uma primeira ocupação de vaga remanescente, equiparando os beneficiados pelas referidas modalidades àqueles estudantes que ingressaram por meio das vagas ofertadas regularmente no Processo Seletivo próprio da UFPR (PS-UFPR).

Da distribuição das vagas remanescentes

Art. 6º Para cursos com número de vagas remanescentes superior a 10 vagas será facultada a diminuição de até 20% no número de vagas ofertadas, respeitando-se um limite mínimo de 10 vagas.

§ 1º Alternativamente, os cursos poderão ampliar a redução prevista no caput deste artigo para até 30%, mediante pactuação própria firmada com a PROGRAD, se comprometendo a ampliar a sua taxa de diplomação em 5 pontos percentuais ao ano, em termos médios, ao longo dos três anos subsequentes.

§ 2º Para efeito dessa resolução, entende-se taxa de diplomação como a razão entre o número de diplomados no ano anterior ao ano do levantamento das vagas remanescentes e o número de vagas ofertadas por meio do Processo Seletivo próprio (PS-UFPR) e do Sistema de Seleção Unificada (SISU) no início do período-padrão que se encerra no ano anterior ao ano do levantamento das vagas remanescentes.

§ 3º Por período-padrão, entende-se um período de tempo com extensão igual à periodização recomendada para o curso e com ano final igual ao ano anterior ao ano do levantamento das vagas.

Art. 7º As vagas remanescentes nos cursos de graduação da UFPR deverão ser disponibilizadas para ocupação no ano subsequente ao ano do levantamento das vagas, não podendo ser destinadas à ocupação em anos seguintes.

Art. 8º De posse do relatório de vagas remanescentes elaborado pela PROGRAD e previamente à homologação pelo CEPE, caberá às coordenações de curso escolher as modalidades de ocupação a que serão destinadas as vagas e determinar quantas delas serão destinadas a cada modalidade escolhida.

§ 1º Na destinação das vagas remanescentes, quando o montante de vagas for igual ou superior a 05 (cinco) vagas, estas devem ser distribuídas entre, no mínimo, 03 (três) modalidades do PROVAR.

§ 2º Durante o processo de ocupação, as vagas poderão ser remanejadas entre as diferentes modalidades na eventualidade do número de vagas exceder o número de candidatos habilitados para sua efetiva ocupação em uma determinada modalidade e ocorrer o inverso em qualquer outra entre as demais.

§ 3º O remanejamento das vagas se dará obedecendo a uma ordem de prioridade entre as diferentes modalidades.

Da mudança de turno, habilitação e *campus*

Art. 9º As vagas destinadas ao PROVAR nas modalidades Mudança de Turno, Mudança de Habilitação e Mudança de *Campus* serão destinadas exclusivamente a estudantes da UFPR.

Art. 10. Para habilitar-se a uma vaga nessas modalidades, o interessado deverá:

I - possuir registro acadêmico ativo na UFPR (matriculado ou trancado);

- II - não haver processo de cancelamento de registro acadêmico em andamento em seu nome, por ultrapassar o prazo máximo para integralização curricular;
- III - não ser provável formando.

Art. 11. As vagas destinadas a essas modalidades serão preenchidas pelos candidatos habilitados respeitando-se a classificação estabelecida com base nos critérios a seguir, aplicados na seguinte ordem:

- I - maior carga horária integralizada no turno, habilitação, *campus* no curso de origem da UFPR;
- II - menor número de reprovações registradas no histórico escolar no curso de origem da UFPR;
- III - maior idade cronológica.

Art. 12. Para fins de cômputo do tempo máximo para a integralização curricular nas mudanças de turno, habilitação ou *campus*, será mantido o registro acadêmico do estudante e será considerado o tempo em que o estudante esteve vinculado ao curso de origem, descontados os períodos de trancamento.

Da reopção de curso

Art. 13. As vagas destinadas ao PROVAR na modalidade Reopção de Curso serão destinadas exclusivamente a estudantes da UFPR.

Art. 14. Para habilitar-se a uma vaga na modalidade Reopção de Curso, o interessado deverá:

- I - possuir registro acadêmico ativo na UFPR em curso afim (matriculado ou trancado);
- II - haver cumprido menos que 50% da periodização recomendada e integralizado menos que 70% da carga horária exigida para a integralização do curso no qual se encontra com registro acadêmico ativo na UFPR.

Art. 15. Os candidatos serão selecionados mediante um dos seguintes critérios, previamente escolhido pela coordenação do curso:

- I - prova de habilitação específica, com nota mínima para aprovação igual a 50 (cinquenta);
- II - maior razão entre a carga horária integralizada (disciplinas vencidas) e a carga horária exigida para a integralização do curso, relativas ao seu registro acadêmico ativo na UFPR;

§ 1º Em caso de empate, serão aplicados os seguintes critérios sequencialmente: menor quantidade de reprovações registradas no histórico escolar e maior idade cronológica.

Art. 16. Serão concedidos, ao estudante selecionado para a modalidade Reopção de Curso, novo registro acadêmico e novo prazo máximo para a integralização da carga horária exigida para o curso, respeitando-se o disposto na Resolução N° 94/98-CEPE.

Da transferência

Art. 17. Para habilitar-se a uma vaga na modalidade Transferência, o interessado deverá:

- I - possuir registro acadêmico ativo em outra instituição de ensino superior nacional ou estrangeira;
- II - estar matriculado ou trancado em outra instituição de ensino superior nacional ou estrangeira em curso afim ao curso desejado na UFPR;
- III - não possuir, a qualquer tempo, registro acadêmico na UFPR cancelado por ultrapassar o prazo máximo para integralização curricular;
- IV - não possuir períodos de trancamento na instituição de origem que, somados, resultem em um período igual ou superior a três anos ou seis semestres letivos;

V - haver, ao final do ano do levantamento das vagas do PROVAR, obtido aprovação ou equivalência em todas as disciplinas previstas na matriz curricular do curso da instituição de origem para o primeiro ano ou para o primeiro e segundo períodos/semestres.

VI - não haver, ao final do ano do levantamento das vagas do PROVAR, ultrapassado no curso da sua instituição de origem o tempo relativo aos períodos abaixo relacionados em função da carga horária total exigida para o curso desejado, descontados os períodos de trancamento:

a) o segundo ano ou o quarto período/semestre, se o curso desejado tiver carga horária total exigida entre 1600 e 3000 horas;

b) o terceiro ano ou o sexto período/semestre, se o curso desejado tiver carga horária total exigida entre 3001 e 4000 horas;

c) o quarto ano ou o oitavo período/semestre, se o curso desejado tiver carga horária total exigida acima de 4000 horas.

Art. 18. Os candidatos serão classificados por meio de um processo de seleção constituído de uma prova de conhecimento específico acerca do curso desejado na UFPR.

§ 1º A prova terá caráter classificatório, podendo incluir conhecimento de língua portuguesa e matemática.

§ 2º Ocorrendo empate na classificação realizada com base na prova de conhecimento, terá preferência o candidato com maior idade cronológica.

Art. 19. Para fins de determinação do prazo máximo para a integralização curricular, serão computados os períodos cursados desde a instituição de origem, excluídos os períodos de trancamento.

Art. 20. Estudantes ingressantes por transferência somente poderão colar grau se aprovados em disciplinas da UFPR que, somadas, totalizem, no mínimo, 20% da carga horária total exigida para a integralização do curso de ingresso na UFPR.

Da reintegração

Art. 21. Para habilitar-se a uma vaga na modalidade Reintegração, o interessado deverá:

I - dispor de prazo para integralizar a carga horária total exigida para o curso, considerando-se o prazo máximo estabelecido pela Resolução Nº 94/98-CEPE e a periodização recomendada para o currículo corrente, computado o período em que teve registro ativo na UFPR e excluído o período em que permaneceu com o registro acadêmico cancelado e/ou com o curso trancado;

II - ter o seu registro acadêmico anterior cancelado há menos de cinco anos letivos ou, se isso ocorreu há mais de cinco anos letivos, houver integralizado, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da carga horária total exigida para a integralização do curso no momento do cancelamento do registro acadêmico;

III - não haver evadido quando em período de permanência em curso.

Art. 22. Os candidatos serão classificados em função da maior carga horária integralizada, considerando-se o enquadramento em currículo ativo do curso mais favorável a eles.

Parágrafo único. Em caso de empate, serão aplicados os seguintes critérios sequencialmente: maior IRA (índice de rendimento acumulado), menor número de reprovações registradas no histórico escolar e maior idade cronológica.

Art. 23. O registro acadêmico anterior do estudante reintegrado será preservado e, para fins de determinação do seu prazo máximo para a integralização curricular, serão computados os períodos

anteriores efetivamente cursados, excluídos, portanto os períodos de cancelamento do registro acadêmico e de trancamento de curso.

Da complementação de estudos

Art. 24. Para habilitar-se a uma vaga na modalidade Complementação de Estudos, o interessado deverá:

- I - ser graduado por instituição de ensino superior, nacional ou estrangeira;
- II - possuir diploma de graduação expedido e registrado (ou certificado de conclusão de curso para graduados) por instituições nacionais ou diploma expedido por instituição estrangeira e revalidado no Brasil, nos termos da Resolução Nº 03/2016 – CNE/CES;
- III - pretender ingresso na UFPR em curso que ofereça habilitação distinta do mesmo curso em que colou grau.

Art. 25. As vagas destinadas à ocupação por meio da modalidade Complementação de Estudos serão divididas em partes iguais em dois grupos: um destinado a egressos da UFPR e outro destinado a egressos de outras instituições de ensino superior.

Parágrafo único. Ocorrendo mais vagas que candidatos em um determinado grupo, o excedente de vagas deverá ser remanejado para o outro grupo.

Art. 26. Os candidatos serão selecionados e classificados mediante o cálculo da carga horária integralizada na habilitação pretendida, que será atestada com base em equivalência entre a matriz curricular da habilitação pretendida e as disciplinas efetivamente cursadas e atestadas no histórico escolar do curso do candidato.

Parágrafo único. Em caso de empate, terá preferência o candidato de maior idade cronológica.

Art. 27. Será concedido um novo registro acadêmico ao estudante que realizará a complementação de estudos e, para fins do cômputo do prazo máximo para a integralização curricular, lhe será concedido um prazo máximo de quatro anos ou oito semestres.

Do aproveitamento de curso superior

Art. 28. Para habilitar-se a uma vaga na modalidade Aproveitamento de Curso Superior, o interessado deverá:

- I - haver concluído curso de graduação por instituição de ensino superior, nacional ou estrangeira;
- II - possuir diploma de graduação expedido e registrado (ou certificado de conclusão de curso de graduação) por instituições nacionais ou diploma de graduação expedido por instituição estrangeira e revalidado no Brasil, nos termos da Resolução No 03/2016 – CNE/CES;

Art. 29. Os candidatos serão selecionados e classificados mediante o cômputo da carga horária integralizada no curso desejado que seja atestada com base na equivalência entre a matriz curricular do curso desejado e as disciplinas efetivamente cursadas e atestadas no histórico escolar do candidato.

Parágrafo único. Em caso de empate, terá preferência o candidato de maior idade cronológica.

Art. 30. Será concedido um novo registro acadêmico ao estudante que ingressar por meio da modalidade Aproveitamento de Curso Superior e lhe será concedido o prazo máximo estabelecido pela Resolução No 94/98 – CEPE para a integralização do curso.

Do processo seletivo

Art. 31. A ocupação de vaga na modalidade Processo Seletivo deverá ocorrer em complementação às vagas destinadas ao Processo Seletivo próprio da UFPR.

§ 1º A vaga destinada para a modalidade Processo Seletivo será ocupada no ano subsequente ao do levantamento de alunos evadidos.

§ 2º No caso de curso com duas entradas anuais, as vagas destinadas para a modalidade Processo Seletivo, em ocorrendo em número par, deverão ser distribuídas de modo equitativo entre o primeiro e o segundo semestres.

§ 3º No caso de curso com duas entradas anuais, as vagas destinadas para a modalidade Processo Seletivo, em ocorrendo em número ímpar, deverão ser distribuídas de tal forma que o número de vagas alocadas para o segundo semestre seja superior em uma unidade ao número de vagas alocadas para o primeiro semestre.

Da equivalência entre disciplinas

Art. 32. Nos processos seletivos para as modalidades Reopção de Curso, Transferência, Complementação de Estudos e Aproveitamento de Curso Superior, será preciso conceder equivalências entre as disciplinas previamente cursadas pelo interessado e as disciplinas exigidas para a integralização do curso ou habilitação desejados.

Parágrafo único. Será vedada a equivalência a quaisquer outras disciplinas que não constem da matriz curricular do curso ou habilitação desejado.

Art. 33. Para a solicitação das equivalências exigidas ou pretendidas, os interessados deverão atender ao disposto nos editais do PROVAR, providenciando, dentro de prazo estabelecido, a comprovação das disciplinas cursadas, mediante histórico escolar e outros documentos expedidos pela instituição de origem.

§ 1º Será vedada a solicitação de equivalência a quaisquer disciplinas fora dos prazos estabelecidos nos editais do PROVAR.

§ 2º Especificamente para a modalidade Transferência será vedada a solicitação de equivalência a quaisquer outras disciplinas cursadas em Instituição de Ensino Superior distinta da Instituição de origem.

§ 3º Especificamente para as modalidades Complementação de Estudos e Aproveitamento de Curso Superior, o candidato deverá solicitar equivalências para o conjunto de disciplinas apresentado para a sua seleção e classificação no PROVAR.

Art. 34. No processo de avaliação e concessão, a equivalência deverá ser compreendida em sentido amplo, de modo a abranger disciplinas congêneres, similares ou afins, e deverá privilegiar juízos mais qualitativos do que propriamente quantitativos.

Parágrafo único. Tanto quanto possível deve-se evitar:

- I - exigir uma uniformidade curricular que ignore o pluralismo desejável dos sistemas educacionais, das instituições e dos cursos situados em contextos distintos;
- II - reduzir os juízos de equivalência à simples equiparação de carga horária entre disciplinas ou à mera correspondência um-a-um entre seus conteúdos programáticos.

Art. 35. No caso particular do ingresso por meio da modalidade Transferência, uma vez habilitado, o ingressante terá assegurado o direito à equivalência de, no mínimo, 50% das disciplinas cursadas em sua instituição de origem e, inversamente, estará impedido de recusar as equivalências concedidas pela coordenação do curso.

Das atribuições e responsabilidades

Art. 36. Caberá à PROGRAD, notadamente à Coordenação de Procedimentos Acadêmicos e de Permanência (COPAP) e ao Núcleo de Concurso (NC), complementar, regulamentar e conduzir os procedimentos para a operacionalização do PROVAR, em suas diversas modalidades, mediante portarias e editais específicos que, sem prejuízo de outras necessidades, determinem:

- I - período de inscrição;
- II - documentação exigida para inscrição;
- III - conteúdo programático necessário para a realização das provas;
- IV - de realização de provas;
- V - critérios de aprovação;
- VI - critérios de classificação.

Art. 37. Caberá às coordenações de curso:

- I - atuar em conjunto com a COPAP e o NC durante todo o Processo de Ocupação de Vagas Remanescentes (PROVAR), contribuindo para a sua plena e exitosa realização;
- II - cumprir e zelar pelo rigoroso cumprimento dos prazos previstos nas portarias e editais do PROVAR;
- III - indicar nominalmente os cursos que poderão ser considerados como cursos afins ao seu respectivo curso;
- IV - solicitar a redução de vagas disponibilizadas no PROVAR, conforme previsto no Art. 6º desta resolução;
- V - escolher as modalidades de ocupação a que serão destinadas as vagas remanescentes do seu curso;
- VI - definir a quantidade de vagas remanescentes a ser destinada a cada modalidade do PROVAR, conforme o estabelecido no art. 8º desta resolução;
- VII - definir a ordem de prioridade entre as diferentes modalidades para fins de remanejamento das vagas;
- VIII - determinar, no que se aplica, conjuntamente com a COPAP e o NC, os critérios de seleção dos candidatos às vagas remanescentes;
- IX - determinar o conteúdo programático e apoiar o trabalho de elaboração das provas;
- X - avaliar e deliberar sobre a equivalência entre disciplinas dos candidatos e dos ingressantes nas vagas remanescentes;
- XI - cadastrar as equivalências concedidas aos ingressantes nas vagas remanescentes;
- XII - efetuar o enquadramento dos estudantes ingressantes no semestre/ano adequado à sua modalidade de ingresso;
- XIII - dar ciência ao interessado das equivalências concedidas e instruir-lhe sobre a sua situação com respeito à matriz curricular do curso e o prazo de que dispõe para a sua conclusão;
- XIV - realizar o acompanhamento dos estudantes ingressos pelo PROVAR para que possam se integrar prontamente ao curso e alcancem com êxito a diplomação desejada.

Parágrafo único. Na eventualidade de reiterado descumprimento de prazos por parte de qualquer coordenação de curso ou seus representantes, ficará a PROGRAD, por meio da COPAP ou do NC, autorizada a tomar a decisão que lhe parecer mais adequada, evitando prejuízos a todo o processo, particularmente aos seus possíveis interessados.

Das disposições gerais e transitórias

Art. 38. O candidato oriundo de instituição estrangeira deverá ter traduzida sua documentação acadêmica para o português, sendo que o histórico escolar deverá ter tradução juramentada;

Parágrafo único. Esta exigência não se aplica aos casos em que a documentação original esteja escrita em inglês, espanhol ou francês.

Art. 39. O ingresso em vagas remanescentes deverá ocorrer durante o ano letivo ao qual o processo se destina, desde que, na data do ingresso, haja transcorrido menos que 25% do período letivo em andamento, em conformidade com o calendário acadêmico em vigor.

Art. 40. Os procedimentos para o registro acadêmico de estudante habilitado para ingresso em vaga remanescente, em quaisquer modalidades, serão realizados nos termos dos editais específicos do PROVAR e das resoluções vigentes na UFPR.

Art. 41. O estudante admitido por quaisquer das modalidades do PROVAR terá seu registro acadêmico efetuado pela PROGRAD.

Art. 42. Perderá o direito à ocupação de vaga remanescente o candidato que apresentar documentação incompleta ou em desacordo com os editais específicos do PROVAR.

Art. 43. Será desclassificado o candidato que não comprovar, através da documentação apresentada, que satisfaz os requisitos exigidos para a modalidade do PROVAR na qual se inscreveu.

Art. 44. Será eliminado do PROVAR ou terá seu registro cancelado, em qualquer época, mesmo após o registro acadêmico, o candidato classificado que tenha participado do PROVAR e/ou realizado o registro acadêmico usando documentos, declarações ou informações falsas ou outros meios ilícitos.

Art. 45. Permanece revogada a Resolução N° 40/06-CEPE.

Art. 46. Permanecem revogados os seguintes artigos da Resolução N° 37/97 – CEPE: 3°, 4°, 5°, 6°, 7°, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 35, 37, 38 e 68;

Art. 47. Permanecem revogados os seguintes parágrafos da Resolução N° 37/97 – CEPE: parágrafo único do Art. 34; parágrafo 5° do Art. 117.

Art. 48. Ficam revogadas as Resoluções N°s 39/07 - CEPE, 99/09 - CEPE e 33/14 - CEPE.

Art. 49. Ficam revogados os parágrafos 3°, 4°, e 6° do artigo 117 da Resolução N° 37/97 – CEPE.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 2019.

Ricardo Marcelo Fonseca

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 63/18 – CEPE

Estabelece e aprova a criação de vagas suplementares destinadas a migrantes em condição de refugiado ou com visto humanitário em todos os cursos da Universidade Federal do Paraná.

O CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO da Universidade Federal do Paraná, considerando:

- a condição do Brasil como Estado-membro da Organização das Nações Unidas e signatário da Convenção sobre o Direito dos Refugiados de 1951;
- o contido no artigo 5, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil, que atribui à educação a qualidade de direito fundamental, garantida a todos os brasileiros e estrangeiros residentes no país;
- a legislação especial que dá tratamento específico para o acesso à educação por refugiados, migrantes e apátridas (Leis nº 9474/1997 e 13.445/2017), complementadas por regras administrativas;
- o Termo de Parceria celebrado em 2013 entre UFPR e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), que instituiu a Cátedra Sérgio Vieira de Mello nesta Universidade, e estabelece a obrigação da UFPR de implementar medidas de difusão e apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão voltadas ao tema do Refúgio e Apatridia;
- o compromisso permanentemente reafirmado pela UFPR em promover a ampliação do acesso à educação superior por todos e todas, indistintamente, na busca de superação das desigualdades e no combate a todas as formas de discriminação, e
- consubstanciado no parecer nº 190/18 exarado pelo Conselheiro Altair Pivovar no processo nº 050107/2018-68, e por unanimidade de votos,

RESOLVE:

Art. 1º Disponibilizar anualmente 10 (dez) vagas suplementares àquelas ofertadas no processo seletivo em cursos de graduação e cursos técnicos de nível pós-médio, para serem disputadas exclusivamente por estudantes migrantes na condição de refugiados ou com visto humanitário.

Parágrafo único – Cada curso deverá disponibilizar uma vaga suplementar, a ser preenchida por escolha dos candidatos na ordem de classificação no Processo Seletivo, até o limite de 10 vagas em cada ano.

Art. 2º Os candidatos às vagas previstas no artigo 1º deverão atender às normas de processo de seleção específico, a serem estabelecidas em resolução própria.

Art. 3º Caberá à PROGRAD, por meio da Coordenação de Políticas de Acesso e Permanência (COPAP) e do Núcleo de Concursos (NC), regulamentar e conduzir os procedimentos para a seleção objeto desta Resolução.

Art. 4º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 09 de novembro de 2018.

Ricardo Marcelo Fonseca
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 56/19-CEPE

Institui o Programa de Formação Suplementar: Ciclo de Acolhimento Acadêmico para Estudantes Refugiados (PFS-Refugiados) destinado aos estudantes admitidos na Universidade Federal do Paraná na condição de refugiados.

O CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO da Universidade Federal do Paraná, consubstanciado no parecer nº 219/19 exarado pelo Consº Guilherme Brenner Lucchesi, no processo nº 087610/2019-50 e por unanimidade de votos,

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituído o Programa de Formação Suplementar: Ciclo de Acolhimento Acadêmico para Estudantes Refugiados (PFS-Refugiados) destinado aos estudantes admitidos na Universidade Federal do Paraná (UFPR) na condição de refugiados, portador de visto humanitário e/ou migrante, notadamente pelos mecanismos de ingresso instituídos pela Resolução nº 63/18 – CEPE, Resolução nº 13/14 – CEPE e, eventualmente, Resolução nº 02/16 – CEPE.

Art. 2º O PFS-Refugiados tem como objetivo proporcionar adaptação, acolhimento, integração e inserção do estudante migrante à vida universitária e social do País, ampliando as chances de sucesso no processo de inclusão no contexto sociocultural brasileiro mediante a formação universitária. Para tanto, deverá prever atividades formativas que contemplem, no mínimo, as seguintes competências:

- I- dominar minimamente os códigos e práticas linguísticos e culturais em língua portuguesa, indispensáveis para acompanhar com proveito as demais aulas e atividades formativas;
- II- compreender a sua inserção na sociedade brasileira como um sujeito de direitos e deveres, em plenas condições de desenvolver-se no plano pessoal e profissional e contribuir com o seu conhecimento e trabalho para a construção de relações sociais mais equitativas e democráticas;
- III- conhecer e interagir com a vida acadêmica e administrativa da Universidade, particularmente da coordenação de cursos, dos departamentos, da biblioteca etc.;
- IV- compreender o currículo do curso no qual o estudante está matriculado, suas exigências e possibilidades;
- V- operar com desenvoltura os diversos sistemas voltados à gestão da vida acadêmica dos estudantes, em particular o Portal do Aluno;
- VI- compreender o funcionamento do Sistema de Bibliotecas da UFPR, sendo capaz de realizar as operações básicas de busca, localização, empréstimo e devolução de títulos da bibliografia básica das disciplinas cursadas.

Art. 3º A gestão pedagógica e administrativa do PFS-Refugiados estará a cargo de um colegiado constituído de cinco servidores docentes e/ou técnicos-administrativos da UFPR, cada qual indicado por uma das unidades abaixo nomeadas:

- I - Programa Política Migratória e Universidade Brasileira (PMUB);
- II - Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM), do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) na UFPR;

- III - Pró-Reitoria de Graduação e Educação Profissional (PROGRAD);
IV - Superintendência de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade (SIPAD);
V - Agência UFPR Internacional (AUI).

§ 1º O colegiado do PFS-Refugiados terá funções análogas as do colegiado de curso (conforme previsto no Art. 130 do Regimento da UFPR) e caberá aos seus membros escolher por maioria um coordenador e um suplente para o programa.

§ 2º O coordenador do PFS-Refugiados terá funções análogas as do coordenador de curso (conforme previsto no Art. 131 do Regimento da UFPR), no que diz respeito à gestão da oferta de disciplinas, acompanhamento acadêmico e certificação dos concluintes.

§ 3º O colegiado e a coordenação do PFS-Refugiados não substituem nem se sobrepõem hierarquicamente aos correspondentes colegiado e coordenação do curso no qual o estudante se encontra matriculado, de tal modo que as deliberações dos primeiros deverão ser referendadas pelos últimos para que possam ter efeito para além do âmbito do PFS-Refugiados, exceto em questões cuja exclusiva competência lhes couber de ofício ou por delegação.

Art. 4º O projeto pedagógico do PFS-Refugiados será proposto pela coordenação do programa e homologado pela PROGRAD, mediante portaria do pró-reitor.

§ 1º A matriz curricular será composta de, no mínimo, 500 horas, distribuídas em dois semestres letivos consecutivos.

§ 2º O projeto pedagógico deverá prever o cumprimento de carga horária em disciplinas e em atividades formativas complementares.

§ 3º Entre as disciplinas, deverão constar as obrigatórias do curso no qual o estudante está matriculado, em quantidade nunca superior a duas nem inferior a uma, em cada semestre letivo.

Art. 5º A carga horária cumprida no PFS-Refugiados, seja parcialmente, seja na sua totalidade, poderá ser posteriormente aproveitada, a critério dos respectivos colegiados de curso, mediante concessão de equivalência ou de adição curricular para a integralização da carga horária total do curso.

Art. 6º O período de vínculo com o PFS-Refugiados não será computado para efeito de verificação do prazo máximo do estudante para conclusão do seu curso, em conformidade com a Res. 94/98 – CEPE, sendo cabível, portanto, a aplicação dos procedimentos relativos ao jubramento (IN Nº 02/04 – CEPE) somente após o cumprimento do prazo máximo acrescido do prazo de vínculo com o PFS-Refugiados.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 2019.

Ricardo Marcelo Fonseca
Presidente

RESOLUÇÃO nº 05/2015-PPGD/UFPR

Ingresso de alunos estrangeiros

O COLEGIADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO da Faculdade de Direito do Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Resolve:

Estabelecer vagas e critérios para inscrição, seleção e ingresso de alunos estrangeiros nos Cursos de Mestrado e de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Direito, na forma abaixo.

Das vagas

Art. 1º. Ficam criadas 10 (dez) vagas permanentes no Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná para os Cursos de Mestrado e de Doutorado para alunos estrangeiros, sendo até 5 (cinco) para refugiados e portadores de visto humanitário.

§ 1º. Estas vagas são criadas sem prejuízo das vagas já existentes, as quais continuarão sendo preenchidas na forma estabelecida pelo Colegiado do Programa.

§ 2º. As vagas não estão vinculadas aos cursos, às áreas de concentração do Programa, aos Professores orientadores ou às disciplinas.

§ 3º. As vagas somente poderão ser preenchidas por aqueles que tenham residência comprovada no exterior nos últimos 2 (dois) anos imediatamente anteriores ao pedido de inscrição no processo seletivo., à exceção de solicitantes com status de refugiados ou portadores de visto humanitário, residentes no Brasil.

Da inscrição e do processo seletivo

Art. 2º. O processo seletivo para as vagas de aluno estrangeiro será continuado e independente do processo seletivo para preenchimento das vagas ordinárias.



Prça Santos Andrade, 50 - 3º Andar
Tel: (41) 3310-2685 e 3310-2739
www.direito.ufpr.br/ppgd

Art. 3º. As inscrições para o processo seletivo poderão ser realizadas a qualquer tempo, mas o ingresso no Programa respeitará o calendário oficial.

Art. 4º. Os pedidos de inscrição serão realizados exclusivamente pela internet (www.ppgd.ufpr.br, menu *Seleção - estrangeiros*), devendo o candidato anexar ao formulário eletrônico os seguintes documentos em formato *pdf*:

- a. projeto de pesquisa em idioma português, inglês ou espanhol, que deverá ser executado segundo linha de pesquisa e área de concentração do Programa;
- b. comprovante de residência no exterior no prazo referido no § 3º do artigo 1º dessa Resolução, que poderá ser substituída, no caso de não nacional, por declaração de próprio punho firmado pelo candidato de que não residiu no Brasil no referido prazo, acompanhada de cópia integral do passaporte no qual não haja visto permanente para o Brasil no mesmo prazo;
- c. certificado de suficiência em língua portuguesa para estrangeiros (CELPE-BRAS), salvo se o candidato for oriundo de país lusófono;
- d. carta de recomendação de professor/pesquisador, redigida ou traduzida para o português, salvo se o candidato detiver o status de refugiado ou visto humanitário;
- e. *curriculum vitae* redigido ou traduzido para o português;
- f. comprovante de conclusão de curso de graduação com tradução para o português; no caso de inscrição para o Curso de Doutorado, deverá ser apresentada cópia autêntica e traduzida oficialmente do diploma de Mestrado, reconhecido por entidade oficial;
- g. fotocópia escaneada da identidade civil e da folha de identificação do passaporte.

§ 1º. O projeto de pesquisa deverá indicar expressamente uma das linhas de pesquisa e respectiva área de concentração do Programa, bem como um professor orientador.

§ 2º. Não serão cobradas taxas de inscrição, de matrícula ou mensalidades.

§ 3º. Em caso de ingresso no Programa, poderão ser solicitados outros documentos pessoais ao aluno, de acordo com as exigências para titulação pela Universidade Federal do Paraná.



Av. Santos Andrade, 50 - 3º Andar
Fone: (41) 3310-2685 e 3310-2739
www.direito.ufpr.br/ppgd

Art. 5º. Recebida a inscrição, a Coordenação do Programa encaminhará o projeto de pesquisa para o professor indicado como orientador, para que ele manifeste sua aceitação da orientação. Em caso de não aceitação, o pedido será indeferido.

Art. 6º. Se houver aceitação da orientação, a Coordenação do Programa nomeará uma comissão de análise, composta por pelo menos três professores integrantes do corpo docente que, após analisar o projeto de pesquisa e o *curriculum vitae* do candidato, emitirá parecer fundamentado e conclusivo pela aceitação do candidato.

§ 1º. Na análise do projeto de pesquisa serão apreciados os seguintes itens, dentre outros:

- a) relevância e atualidade do tema;
- b) enquadramento nas linhas de pesquisa e áreas de concentração do Programa;
- c) fundamentação teórica;
- d) formulação das hipóteses;
- e) adequação metodológica;
- f) pertinência com pesquisa desenvolvida pelo professor orientador.

§ 2º. Na análise do *curriculum vitae*, serão apreciados os seguintes itens, dentre outros:

- a) experiência em pesquisa científica;
- b) certificado de especialização, aperfeiçoamento ou equivalente, concedido por instituição pública ou privada de reconhecida idoneidade;
- c) histórico escolar de cursos de graduação e pós-graduação, se houver;
- d) efetivo exercício de magistério superior;
- e) publicação de trabalhos que revelem valor científico e originalidade, comprovada por fotocópias ou cópias escaneadas;
- f) experiência profissional;
- g) bolsas de estudo/pesquisa recebidas.

Disposições finais

Art. 7º. O candidato aceito pela banca deverá matricular-se, no momento adequado, para o próximo período letivo oficial.



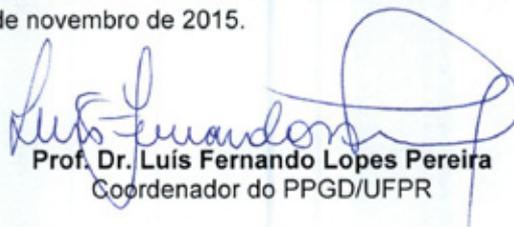
§ 1º. A contagem de prazo para conclusão do Curso levará em conta a data da matrícula do aluno.

§ 2º. Aplicam-se ao aluno estrangeiro matriculado todas as regras do Programa aplicáveis aos demais alunos, inclusive acerca dos créditos necessários, prazos e defesa de trabalho final.

Art. 8º. É de inteira responsabilidade do aluno estrangeiro a inscrição, a matrícula, transporte, estada, visto de estudos etc. O visto deverá ser válido para entrada e permanência no país durante todo o período de realização do Curso. A Universidade Federal do Paraná ou seus órgãos não se responsabilizam por qualquer auxílio financeiro ao aluno.

Art. 9º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, especialmente a Resolução 007/2011-PPGD/UFPR.

Colegiado do Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná, em 25 de novembro de 2015.



Prof. Dr. Luis Fernando Lopes Pereira
Coordenador do PPGD/UFPR



ANEXO VIII

REGULAMENTAÇÃO SOBRE AÇÕES AFIRMATIVAS

O COLEGIADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, órgão encarregado do acompanhamento, regulamentação e avaliação das atividades acadêmicas, didáticas e administrativas do Programa no uso de suas atribuições, considerando o disposto na Lei nº 9.394 de 20/12/1996, na Lei 12.288 de 20/07/2010, na Lei nº 13.005 de 25/06/2014, no Acórdão do Supremo Tribunal Federal ADPF 186/2012, na Portaria 13 de 13/05/2016 do MEC e considerando a proposta formulada pela Comissão de Políticas Afirmativas,

RESOLVE:

Art 1º - O Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná adotará ações afirmativas para a inclusão e permanência da população negra e de indígenas; quilombolas; pessoas com deficiência; surdos e surdas; pessoas trans (transexuais, transgêneros e travestis); migrantes humanitários e refugiados/as.

Art. 2º O acesso ao Programa de Pós-Graduação em Educação ocorrerá por meio de processo seletivo, regido por edital regular ou suplementar, publicado pelo Programa de Pós-Graduação, considerando a legislação pertinente.

§ 1º Cada processo seletivo deverá prever reserva de vagas para pessoas negras (pretas e pardas), e vagas suplementares para indígenas; quilombolas; pessoas com deficiência; pessoas surdas; pessoas trans; migrantes humanitários e refugiados/as.

§ 2º Caso o/a candidato/a se inclua em mais de um dos grupos deverá optar por um único grupo de concorrência.

§ 3º Em cada processo seletivo serão preservados os princípios de mérito acadêmico, vedando-se a diferenciação de etapas do processo seletivo entre candidatos/as optantes pelas diferentes modalidades de acesso tratadas nesta norma complementar.

Art. 3º Para o acesso de candidatos/as negros/as (pretos/as; pardos/as), serão reservadas 20% das vagas oferecidas anualmente.

§ 1º A reserva de vagas será aplicada ao conjunto de vagas aprovadas em cada linha de pesquisa.

§ 2º Candidatos/as negros/as (pretos/as e pardos/as) deverão apresentar "Termo de autodeclaração" e passar por banca de validação do termo, de forma presencial ou excepcionalmente remota, em vista da pandemia de Covid-19, com procedimentos previstos na Resolução 20/2017-CEPE, sendo considerado o fenótipo negro como base para análise e validação.

§ 3º Para participação nas bancas de verificação organizadas de forma remota, os/as candidatos/as devem adotar os seguintes cuidados: uso de roupas claras, providenciar iluminação adequada para rosto, não usar nenhum tipo de maquiagem. Não será admitido uso de adereços que comprometam a análise do fenótipo racial negro (preto e pardo).

Art 4º Os candidatos/as negros/as (pretos/as e pardos/as) classificados dentro do número de vagas oferecido para ampla concorrência não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas.

Parágrafo único. Na hipótese de não haver candidatos/as negros/as (pretos/as ou pardos/as) aprovados/as em número suficiente para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência, sendo preenchidas pelos demais candidatos/as aprovados/as observada a ordem de classificação.

Art 5º Além do número de vagas ofertadas pelo Programa, serão admitidas em vagas suplementares, pelo menos uma para cada linha de pesquisa, em uma das categorias de identificação, a saber: indígenas; quilombolas; pessoas com deficiência; surdos e surdas; pessoas trans (transexuais, transgêneros e travestis); migrantes humanitários e refugiados/as; desde que se autodeclararem e confirmarem sua condição de optante no campo específico do formulário de inscrição, referente a esta modalidade de vagas suplementares.

§ 1º na hipótese de haver mais de um/a candidato/a aprovado/a por linha, entre as categorias de optantes por vagas suplementares, a linha definirá pela admissão de nova vaga suplementar ou não, considerando a capacidade de orientação de docentes da linha.

§ 2º - Candidatos/as das categorias optantes por vagas suplementares classificados/as dentro do número de vagas oferecido para ampla concorrência não serão computados para efeito do preenchimento das vagas suplementares.

§ 3º - Candidatos/as indígenas deverão apresentar “Termo de autodeclaração” e passar por banca de validação do termo com procedimentos previstos na Resolução 20/2017-CEPE, de forma excepcionalmente remota, em vista da pandemia de Covid-19.

§ 4º - Candidatos/as quilombolas deverão apresentar “Termo de autodeclaração quilombola” com assinatura digitalizada do/a presidente da associação de sua comunidade.

§ 5º - Candidatos/as pessoas com deficiência, surdos e surdas deverão apresentar “Termo de autodeclaração” e passar por banca de validação do termo com procedimentos previsto na Resolução 20/2017-CEPE, de forma excepcionalmente remota, em vista da pandemia de Covid-19.

§ 6º - Candidatos/as pessoas trans deverão apresentar termo de autodeclaração e passar por entrevista com especialistas, da UFPR ou da comunidade externa, com reconhecida trajetória de estudo ou trabalho com a temática, indicados/as pelo PPGE, de forma excepcionalmente remota, em vista da pandemia de Covid-19.

§ 7º - Candidatos/as migrantes humanitários e refugiados deverão apresentar cópia, frente e verso de documento oficial brasileiro que comprove a condição de migrante humanitário, refugiado/a ou solicitante de refúgio (RNE, CNM, protocolo de solicitação de refúgio ou afim). A análise documental será realizada por professores doutores que compõem o Programa Política Migratória e Universidade Brasileira que compõem a Cátedra Sérgio Vieira de Mello na UFPR.

Art 6º Em caso de bancas de verificação organizadas de forma remota, poderá ser realizada nova banca em forma presencial no início das atividades letivas, para candidatos/as aprovados/as.

Art 7º A Comissão de Políticas Afirmativas acompanhará o processo. Ao final do processo de seleção de 2019 encaminhará relatório e proposta de mudança nas normas internas do PPGE de forma a regular o processo seletivo para os anos posteriores, tendo como base a experiência realizada na seleção 2019.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO



Art 8º Casos omissos nesta norma serão resolvidos pelo Colegiado do PPGE.

Curitiba, 16 de julho de 2020.

Professora Dr^a. Elisângela Scalf

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação



www.editorainverso.com.br



facebook.com/editorainverso



[@editorainverso](https://instagram.com/editorainverso)



(+55 41) 3254-1616 e 3538-8001



(+55 41) 99798-7623

São inúmeras as vantagens propiciadas pelo fenômeno da globalização. Mas ela também traz consequências menos desejáveis, que exigem soluções rápidas. Por exemplo, entre as complexas questões suscitadas pela migração, em particular o refúgio, estão o ensino e o aprendizado da língua, a regularização do status jurídico, o amparo social quanto a educação, moradia, saúde etc.

A Universidade Federal do Paraná, por meio da Cátedra Sérgio Vieira de Mello, no cumprimento de sua missão como instituição pública de ensino superior, pesquisa e extensão, tem-se mobilizado para responder a todas essas questões. Diversos projetos têm sido criados para atuar em áreas de diferentes disciplinas, como Letras, Direito, Psicologia, Assistência Social e outras, atendendo a essa comunidade cada vez maior em nosso estado. Os caminhos percorridos e os resultados obtidos até aqui são narrados neste importante documento, por meio de artigos acadêmicos e relatos pessoais que atestam o acolhimento que nosso povo hospitaleiro tem a vocação histórica de prover.



Editora **Verso**
www.editorainverso.com.br

